

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DAS  
RELAÇÕES POLÍTICAS (PPGHIS)

**DIEMERSON SAQUETTO**

## ***A INVENÇÃO DO PASTOR POLÍTICO***

***Imaginários de Poder Político construídos a partir da  
História das Bancadas Evangélicas***

VITÓRIA  
2007

**DIEMERSON SAQUETTO**

## ***A INVENÇÃO DO PASTOR POLÍTICO***

***Imaginários de Poder Político construídos a partir da***

***História das Bancadas Evangélicas***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social das Relações Políticas do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História.

Orientador: Prof<sup>o</sup> Dr<sup>o</sup> Estilaque Ferreira dos Santos.

Co-orientador: Prof<sup>o</sup> Dr<sup>o</sup> João Gualberto M. Vasconcellos.

VITÓRIA  
2007

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)  
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

---

S242i Saquetto, Diemerson, 1983-  
A invenção do pastor político: imaginários de poder político  
construídos a partir da história das bancadas evangélicas / Diemerson  
Saquetto. – 2007.  
317 f. : il.

Orientador: Estilaque Ferreira dos Santos.

Co-Orientador: João Gualberto Moreira Vasconcellos.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo,  
Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. História social. 2. Neopentecostalismo. 3. Evangélicos. 4.  
Coronelismo. 5. Religião e política. 6. Imaginário. I. Santos, Estilaque  
Ferreira dos. II. Vasconcellos, João Gualberto Moreira. III. Universidade  
Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. IV.  
Título.

CDU: 93/99

---

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DAS  
RELAÇÕES POLÍTICAS (PPGHIS)

**DIEMERSON SAQUETTO**

***A INVENÇÃO DO PASTOR POLÍTICO***

***Imaginários de Poder Político construídos a partir da História das Bancadas***

***Evangélicas***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social das Relações Políticas do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História.

Aprovada em \_\_\_\_\_ de Dezembro de 2007.

Comissão Examinadora:

---

Estilaque Ferreira dos Santos – Membro Titular do PPGHis/  
Universidade Federal do Espírito Santo – Orientador

---

João Gualberto M. Vasconcellos – Membro Titular do PPGAdm/  
Universidade Federal do Espírito Santo – Co-Orientador

---

Carlos Vinícius Costa de Mendonça – Membro Titular do  
PPGHIS/ Universidade Federal do Espírito Santo

---

José Bittencourt Filho – Membro Convidado  
Universidade de Direito de Vitória (FDV)/  
Faculdade de Teologia Unida (FTU) – ES

"Até hoje, não se teve sequer a mínima dúvida ou a menor hesitação em estabelecer o 'bom' como superior, em valor, ao 'mal' (...). Como? E se a verdade fosse o contrário? Como? E se no bem estivesse inserido também um sistema de retrocesso ou então um perigo, uma sedução, um veneno?"

(Nietzsche, Além do Bem e do Mal)

A Deus, cujas idiossincrasias humanas no intento de abarcá-lo, enquanto ente, possibilitou tal reflexão.

Aos meus pais e irmão compreensivos nas ausências tantas e amorosos nas presenças diminutas.

A Juliana, verbo afetivo que tem conjugado minha existência.

## Agradecimentos

Aos meus pais, que sem doutrina filosófica alguma, fazem filosofia na vida com a cotidiana arte de serem simples, artesãos da palavra pedagógica, mente, parte de mim. E ao meu irmão, mestre ao transformar minhas ausências em presença amada.

Juliana, obrigado por me ensinar a ser humano. Alianças de carne cardíaca nos sobram nos dedos.

Ao meu orientador, Estilaque Ferreira dos Santos, pelo mérito maior de não ter desistido de um filósofo que queria aprender a ser historiador. Iluminista que me ensinou a temer o desconhecimento, mas me provou, na labuta, a lutar.

Ao meu co-orientador João Gualberto M. de Vasconcellos por ter me apresentado Castoriadis e a infinita grandeza dos imaginários. O título desta dissertação é em sua homenagem.

Ao professor Carlos Vinícius, que ao me pedir humildade intelectual, me circundou no universo da palavra e da semiologia teatral. Sim, professor, aprendi a amar os frutos caídos no chão, doces, como havia prometido.

Professora Nara Saletto, obrigado, pela busca de rigor metodológico em meu texto, me ensinou que a História não é simples manejo de palavras.

Ao Professor Bittencourt Filho, sem sua obra nada disso seria possível, obrigado por ter escrito palavras que invejei desde a linha prima. Sua acolhida foi mais que paternal, carinho fraterno.

A possibilidade de dizer obrigado é a acontecência da memória que se quer fazer agradecida – e pensar desta forma é amar o sentimento da herança que recebi nos anos de formação Redentorista. Se a Deus é meu agradecer motivo primeiro, aos

Redentoristas a criatividade fiel que me diz filho mesmo nos caminhos que se fazem dicotomia.

Aos mestres que marcaram minha linguagem com o sinal do esforço labutado nesses anos. Muito obrigado pela possibilidade de dizer “eu” com a certeza de que a impressão digital é fiel. Professores do Mestrado do PPGHis (UFES), professores da Filosofia e do PPG de Ciências da Religião (UFJF), professores de Psicologia (UFES), professores estudiosos da Religião como Paul Freston e Ricardo Mariano. Sem vocês nada disso poderia ter sido escrito.

Aos meus amigos professores colegas de departamento do CEFETES/UnED – Colatina, e de Filosofia da UFES.

Aos amigos do Grupo “Releitores” coordenados pela professora Adrete Terezinha Matias Grenfell que, muito gentilmente, corrigiram a gramática de minha dissertação.

Aos meus alunos, que torceram por mim e me incentivaram na escrita desta dissertação.

Aos membros de diversas religiões que muito bem me acolheram, e até aqueles que não me acolheram tão bem, obrigado por apresentar vossas casas religiosas como quem apresenta o próprio sentido do existir.

Aos amigos, escuta nas palavras, palavras no silêncio.



## Resumo

O mundo político contemporâneo mostrou-se simbiótico, em seus processos de gestão formativa, aos elementos sociais próprios da manifestação religiosa. Apropriou-se de uma herança matricial presente nos vínculos constitutivos do seu desenvolvimento, mas permaneceu política, enquanto tal alicerçada na tradição re-significada. Percorremos, nesta dissertação, um caminho que vislumbrou apresentar um modelo de liderança próprio da pós-modernidade, mas para tanto, manifesto também de maneira a apropriar-se dos conteúdos presentes na cultura. As religiões têm apresentado novos modelos de crença, novas posturas teológicas e eclesiais, a fim de permanecerem como, institucionalidade respaldada, geradora de sentido humano e pertença social. O modelo religioso aqui colocado fora o do pentecostalismo, em suas tipologias e hermenêuticas de mundo, seus projetos sociais e interesses políticos, suas configurações básicas e atualizadas pelo neopentecostalismo, da novidade da Prosperidade e da Teologia do Domínio, pela criação de um quadro que buscou a efetividade da efervescência da participação de seus membros no mundo, não mais espiritual somente, mas secular e rico de construções imaginárias irmanadas ao simbólico. A vitalidade da embriaguez litúrgica buscou a representação e a “salvação social” em uma comunidade que cresce de maneira vistosa no contexto global, brasileiro, e na periferia federativa capixaba. Suas igrejas e seus líderes, iconizados pelo grande sucesso da Universal do Reino de Deus, apresentam mais que tão somente um líder como Macedo, R. R. Soares ou Crivella, mas tantos outros que mais do que mestres da linguagem religiosa, mostraram-se mestres políticos, articuladores sociais. A maneira de apresentar-se, enquanto religião superou as expectativas sociológicas, filosóficas, teológicas e psicológicas. Uma vez que mudaram o modo de inserção de seus membros na sociedade. Os valores imateriais da realidade da crença vêm cada vez mais alicerçando as relações sociais, a ética, a estética e a relação dos grupos crentes ao mundo do poder político. Voto e consumo tornaram-se sacralizados, e a subjetividade aliou-se a formação imaginária. A busca de valores e espaços traduziu-se em desempenho econômico, político e social, na esperança em seus líderes presentes nas Bancadas Evangélicas, manifestos por **pastores políticos**, inventados como produto da herança religiosa, no sincretismo disfarçado de sectarismo, na demonização do outro enquanto alteridade necessária a conjugação de uma identidade própria, aliada ao divino. Inventados como herança política, nas redes clientelares e na patronagem que tanto já esteve presente na construção do imaginário político dos coronéis e agora re-significado.

Palavras-chaves: Neopentecostalismo; Coronelismo; Religião e política.

## Abstract

The contemporary political world has shown to be symbiotic in its formative management processes concerning social elements typical of religious manifestations. It absorbed a matricial heritage existing in the constitution of its development, but remained political, based on a re-meant tradition. This study aims at presenting a typical post-modern leadership model, but also based on cultural contents. Religions have introduced new models of belief, theological and ecclesiastic postures, in order to be backed institutions, generators of human sense and social inherence. Pentecostalism is the religious model studied here. Its world hermeneutics and typologies, its social projects and political interests, its basic configuration, updated by the Neo-Pentecostalism, by the new Prosperity and Domination Theology, by the creation of a framework that sought the effectiveness and effervescence of its members' participation. Not only spiritual participation, but secular and rich of imaginary constructions linked to symbolism. The vitality of liturgical inebriation sought representation and "social salvation" in a community that grows elegantly in the global and Brazilian settings as well as in the Capixaba outskirts. Its churches and its leaders, iconized by the success of *Universal do Reino de Deus*, show more than just a few leaders as Macedo, R.R. Soares or Crivella, but several others who besides *masters of religious language*, are also political masters, social articulators. The way religions introduced themselves excelled sociological, philosophical and psychological expectations because they changed the way their members are inserted in society. The immaterial values of belief reality have based social relations, ethics, esthetics, and relations believing groups on the world of political power. Vow and consumption became sacred, and subjectivity was linked to imaginary formation. The search for values and space resulted in economic, political and social development; in the hope that their leaders in Evangelical committees; in manifestos made by political pastors invented as a product of religious heritage; in syncretism disguised as sectarianism; in the demolition of the other as alterity necessary for a self identity, allied to divinity. Invented as political heritage in client networks and the patronage that has already been so present in the *coronel's*<sup>1</sup> construction of political imagination, now re-meant.

Key-words: Neo-Pentecostalism, *Coronelism*, Religion and Politics

---

<sup>1</sup> Brazilian landowners who were respected as political leaders and behaved as dictators towards their employees, controlling their lives.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: Identidade Política e Moral Religiosa: O Pastor Político enquanto Temática..	13
1. PENTECOSTAIS E NEOPENTECOSTAIS – A PERTENÇA RELIGIOSA PROTESTANTE EM SUAS CONSTRUÇÕES IDENTITÁRIAS CONTEMPORÂNEAS....	21
1.1. A FORMAÇÃO DE UMA IDENTIDADE MARCADA PELA SIMBIOSE CULTURAL E PELA EXPANSÃO.....	21
1.2. POR UMA COMPREENSÃO TIPOLOGICA DAS IGREJAS PENTECOSTAIS.....	27
1.3. POR UMA COMPREENSÃO HISTÓRICA DAS IGREJAS NEOPENTECOSTAIS.....	34
1.3.1. Igreja de Nova Vida.....	34
1.3.2. Igreja Internacional da Graça de Deus.....	36
1.3.3. Igreja Renascer em Cristo.....	37
1.3.4. Comunidade Evangélica Sara Nossa Terra.....	40
1.3.5. Igreja Universal do Reino de Deus.....	41
1.4. POR UMA COMPREENSÃO COMPORTAMENTAL E ECLESIOLOGICA DA ONTOLOGIA TEOLÓGICA NEOPENTECOSTAL.....	61
1.4.1. Ontologia do Ser (Neo) Pentecostal e Capitalismo: a Mobilidade Social como Graça Divina – Por um Novo Calvinismo.....	62
1.4.2. Ontologia do Ser (Neo) Pentecostal e Negatividade: a Demonização do Diferente e a Construção de um Inimigo para a elaboração de um Sentido na Pertença.....	73
1.4.3. Ontologia do Ser (Neo) Pentecostal e Comportamento: Transmutação de Valores na Gênese de uma Santidade Mundana.....	78
2. O VERBO DA CARNE E A CARNE DO VERBO: POR UMA REFLEXÃO A PARTIR DA SIMBIOSE ESTABELECIDADA ENTRE MATRIZ RELIGIOSA E MATRIZ POLÍTICA BRASILEIRAS.....	84
2.1. A MATRIZ RELIGIOSA BRASILEIRA, MATIZES E PODER.....	90
2.2. A MATRIZ POLÍTICA BRASILEIRA, MATIZES E PODER.....	96
2.3. O PÚLPITO E O ALTAR – A EFICÁCIA SIMBÓLICA E A INSTITUIÇÃO IMAGINÁRIA DE UM POLÍTICO RELIGIOSO.....	101
3. AS INSPIRAÇÕES HISTÓRICAS PARA A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE POLÍTICA DOS PASTORES EVANGÉLICOS.....	112

3.1. CORONÉIS DE PUNHO E IMAGINÁRIO – PRESSUPOSTOS MARCANTES NA EVOLUÇÃO DO CORONELISMO AO CLIENTELISMO POLÍTICO NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.....	112
3.1.1. O Âmbito Nacional como Balizador de Conceitos – A Discussão e a Construção do Coronel na Primeira República Brasileira.....	113
3.1.2. Entre os Monteiro e a Instituição Imaginária do Coronel – Heranças Capixabas Eucariontes.....	121
4. CONSTRUÇÃO DE NOVOS PERSONAGENS E IMAGINÁRIOS: TECNOCRATAS E POPULISTAS – A SOBREVIVÊNCIA DA HERANÇA.....	129
4.1. CONSTRUÇÃO DE NOVOS PERSONAGENS E IMAGINÁRIOS: NOVAS LIDERANÇAS NACIONAIS E REGIONAIS.....	129
4.2. O POLÍTICO PARTIDÁRIO COMO MEDIAÇÃO ESTRUTURAL DA PASSAGEM DO MODO DE FAZER POLÍTICA – GERANDO HERANÇAS.....	135
4.3. O POLÍTICO-PARTIDÁRIO COMO MEDIAÇÃO ESTRUTURAL DA PASSAGEM DO MODO DE FAZER POLÍTICA – O LEGADO CORONELISTA E SEUS DONATÁRIOS MODERNOS.....	144
4.4. A FACE REVELADA – TOPOGRAFIAS DOS PERFIS POLÍTICOS CAPIXABAS (1986/1994).....	157
4.5. A CAPITAL REVISITADA – A ELABORAÇÃO DE UMA ELITE CAPIXABA.....	163
5. AS BANCADAS EVANGÉLICAS NO BRASIL E NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.....	167
5.1. O APARECIMENTO DO PROTESTANTISMO NOS MEANDROS POLÍTICOS.....	167
5.2. DO PROTESTANTISMO HISTÓRICO AO PENTECOSTALISMO NA POLÍTICA.....	175
5.3. CONSTITUINTE, REDEMOCRATIZAÇÃO E IMPEACHMENT – A IRRUPÇÃO DAS BANCADAS EVANGÉLICAS NO BRASIL E A SUA ATUAÇÃO NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.....	184
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	214
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	218
ANEXOS (PARTE 1).....	224
ANEXOS (PARTE 2).....	239

## INTRODUÇÃO

### Identidade Política e Moral Religiosa: O Pastor Político enquanto Temática

“Foi uma festa como nunca houve em Castelo. Estava superlotado e todos emocionados. Era ao lado da Igreja deles. O pastor estava sentado numa barraca e seus auxiliares distribuíam azeite. Para Isaías ele fez um lindo sermão, mas não sei se adiantou, porque Isaías ficou na cidade. Ele untou a fronte de João, que parece um pouco melhor, mais tranqüilo. Mas os milagres realmente acontecem. Vi com meus próprios olhos aquele que tem câncer – como é o nome dele? – mostrando o câncer num vidrinho de azeite. Nunca vi tanta gente, nunca senti tanta emoção” (Banck, 1998:148).

O mundo político não tem estado indiferente aos movimentos que lhe são próximos e que são formadores de lideranças, tais como a religião. A partir da redemocratização do espaço público nacional, percebemos que a política brasileira tem-se alterado de forma a evidenciar traços marcantes da pós-modernidade, esse circuito de novidades que já ultrapassaram o moderno. Traços da ainda pouco solidificada Democracia Brasileira, traços do imaginário político, que irmanado ao plural, ao culturalmente anímico vem pintando a cara das Câmaras, das Assembléias Legislativas, e dos espaços públicos de discussão social legítimos, na natureza de seus membros tantos.

A sociedade brasileira contemporânea tem estado diante de novos grupos religiosos, **Nem Anjos nem Demônios** (Gomes, 1994)<sup>2</sup>, que nos remetem ao espaço das representações da consciência: a crença e os mecanismos da religião como articuladores de um imaginário político, de uma justificação do poder que se embriaga de liturgizações encarnadas nos moldes do totemismo, dos clãs e famílias religiosas que almejam uma “salvação social” regada por economia, representação e sentimento de pertença.

---

<sup>2</sup>GOMES, Wilson. **Nem Anjos nem Demônios**. In: *Nem anjos nem demônios: interpretações sociológicas do pentecostalismo*. Petrópolis: Vozes, 1994. (o termo título implica o não trato maniqueístico que se deve tomar ao analisar a dinâmica pentecostal).

Uma família religiosa tem encabeçado tal movimento formativo por intermédio de seu crescimento: os pentecostais e, mais propriamente, os neopentecostais. Segundo os dados do IBGE, hoje eles representam cerca de 15,61% do total de habitantes do Brasil, portanto, mais de 26 milhões de pessoas, e, no Espírito Santo, esse número, diante da população total do Estado, aumenta em dados percentuais para 27,64%. Essa é, por isso, uma força que merece atenção em qualquer postura analítica que preze uma compreensão dos movimentos políticos, sociais e econômicos sejam eles brasileiros ou não; sejam eles da periferia federativa capixaba ou não.

Contudo, tal quantificação representa uma mudança muito mais qualitativa do que apenas quantitativa no que se refere ao aumento de membros. Segundo João Gualberto, a filiação religiosa de cunho evangélico está mudando as formas de inserção desse imenso contingente na sociedade brasileira, uma vez que não é o imaterial da crença que vem sofrendo mudanças, mas o material das relações concretas inerentes à produção de riqueza social<sup>3</sup>. Quer-se, portanto, com este esboço dissertativo, defender que a materialidade produtiva e reprodutiva dos meios sociais e políticos acarreta uma simbiose relacional com os valores imateriais da religiosidade, quando por sua vez, tais valores alicerçam as relações sociais e as mediações éticas e estéticas.

Busca-se perceber, pois, as antinomias existentes entre o real e toda possibilidade do pré-conceitual. Abrem-se pressupostos necessários à análise do confronto entre as idéias de “quiliismo de desespero” como proposto por Thompson (1968) com a realidade apresentada pelos dados coletados, e por aqueles a se coletarem, sobre os evangélicos e a mediação política, social e econômica. Thompson (op. cit.)

---

<sup>3</sup> Considerações de João Gualberto M. Vasconcellos em projeto de pesquisa elaborado pelo Instituto Futura.

acreditava que a leitura do crescimento numérico de filiação às igrejas é enganadora, subscrevendo tratar-se de uma:

“Pulsção revivalística, ou uma oscilação entre períodos de esperança e desespero (...) Após 1795 os pobres encontraram-se mais uma vez no Vale de Humilhação. Mas entraram relutantes (...) e a cada momento em que a esperança revivia, o revivalismo religioso era posto à parte para ressurgir, com renovado fervor, das ruínas do messianismo político que tinha derrubado” (Thompson, 1968:497).

Todavia, percebe-se sensivelmente que os valores oriundos da relação política/religião evangélica têm agido como instituições imaginárias alicerçadoras de padrões de inserção no mundo real, onde voto e consumo são mediados e sacralizados pelo teleológico. Eis um campo fértil a ser pesquisado, visto que mais do que uma “pulsção revivalística” tem-se, na verdade, a percepção de uma realidade encarnada de verdades processuais. A construção de novos parâmetros de subjetividade no imaginário político capixaba (I), os dados eleitorais e as novas lideranças do Espírito Santo geneticamente atrelados ao período a ser analisado (II) e as manifestações socioeconômicas recentes (III) são exemplos disto.

Os novos evangélicos acabam por apresentar novas formas de socialização, lutando por preservar as conquistas sociais recentes, simbólicas, éticas e morais oferecidas pelas igrejas, como um modo de lutar contra o retorno ao caos da desestruturação, gerando em conseqüência um desempenho político mais ligado a novos valores e a um desempenho econômico diferenciado, muito embora, tais implicações políticas ainda não estejam completamente compreendidas. Incompreensão oriunda da novidade das organizações políticas evangélicas, e, devido à inacessibilidade ao nível de cobrança das novas bancadas. Momentos que devem receber atenção, uma vez que tais líderes, pastores e políticos, exercem papel multiplicador e difusor de valores.

A construção de novos parâmetros de imaginário político vem se processando aos poucos, mas tal movimento, mesmo que paulatino, não pode deixar de ser visto em sua relevância no processo histórico de análise da política espírito-santense, e, os políticos evangélicos são exemplos de tal movimentação.

Acreditamos que exista uma junção entre heranças políticas e religiosas agindo na formação dos novos mecanismos de atuação das personagens políticas, herança re-significada, por meio dos valores da contemporaneidade, mas, ainda assim, herança. No nosso entendimento, a matriz que possibilita a vigência das bancadas religiosas no cenário político é a mesma do “coronelismo” em que o pastor assume um conteúdo normativo diferente dos moldes sectários e contra culturais de outrora ao nosso contexto.

“A existência de uma mesma visão de mundo e de um mesmo grupo de interesses sustentava a solidariedade. O núcleo desse imaginário coronelista era a exclusão permanente da maioria da população da vida política, a apropriação do Estado pela família dos grandes proprietários agrícolas e comerciantes. Tudo isso formava um teatro, o teatro da República brasileira, conduzida pelas elites, onde o papel dos partidos era mais de simulação. Este jogo tornou-se possível pela colagem de instituições européias e americanas sobre uma realidade completamente diferente” (Vasconcellos, 1995:127).

“Amigos, para nós, evangélicos, a semente entre os espinhos são os compromissos com o mundo. Não é verdade que todos queremos ganhar dinheiro? As tentações são numerosas. Vejam meu caso irmãos só na sexta-feira tinha seis desses compromissos, entre estes, um com o Lions Club. Naturalmente é importante manter contato com os ricos e poderosos, mas a tentação de querer pertencer àquele mundo sempre é muito insistente. Eles me convidaram: ‘Torne-se membro também’, mas com um sorriso respondi que isso para nós é impossível. Seria um desvio do nosso verdadeiro compromisso com o Senhor. A nós, nos convém a humildade, pois frente a Deus todos são iguais” (Banck, 1998:154).

A exclusão da população, o “saber seu lugar”, dos processos políticos sempre fora uma tônica encarnada no imaginário dos indivíduos, o que nos mostra uma consonância entre interesse das elites e sistema coronelista, a que evangélicos em seus púlpitos defendiam, mesmo sabendo a necessidade de contatos com pessoas influentes. Emílio Willems, quanto ao papel político dessas igrejas, previa na década



de 1960 que o nítido caráter de classe social popular inevitavelmente resultaria em mudanças no sistema político pela atração eleitoral exercida por partidos de esquerda sobre os adeptos (Willems, 1969:216). Contudo no Espírito Santo esse tipo de movimento religioso foi mais suscetível à cooptação política e à acomodação social, uma vez que tal realidade política tem-se mostrado, na atualidade, com aspectos bem dissonantes do construído na história: não há uma ligação com os partidos de esquerda, mas sim um envolvimento político participativo tal como o percebemos ao analisar os dados eleitorais de 2002 e a construção das novas lideranças no Espírito Santo.

“Quando ao final do século XIX, início do século XX, se desenvolve a corrente de laicização das instituições, o argumento judicioso é o da separação dos poderes e da não invasão da vida política pela religião, mas com o laicismo se opondo ao clericalismo, a doutrina se infligiu numa atitude de oposição virulenta à religião. Mesmo fazendo apelo ao racionalismo ou ao socialismo científico, é preciso constatar que a religião respondeu à ingenuidade erradicadora de seus detratores com uma vontade determinada de resistência perceptível no papel contestatório da Igreja polonesa, nas guerras de religião na Irlanda, no retorno do Islã integralista no Irã e no Oriente Próximo, e no crescimento dos misticismos em resposta à Crise do Ocidente. A religião nesses casos exerce papel político, e algumas vezes torna-se uma importante dimensão do social. Em outros casos, a descristianização pode significar enfraquecimento, mas nunca a liquefação do religioso” (Rivière, 1989:15).

Religião e política mostram-se consonantes desde as origens da concepção de poder. Não se quer colocar que o ideário religioso diretamente toma as realidades políticas e econômicas, mas que condutas socialmente conseqüentes advêm do religioso.

O poder de influência do voto é algo a ser analisado, uma vez que entre coronelistas, populistas, tecnocratas e líderes religiosos, todos são Mestres coletivos da Significação (Castoriadis, 1986:43). E desta forma, ao invés de manifestarmos um posicionamento político diferente do já consolidado na história do brasileiro (e conseqüentemente do capixaba) estaríamos apenas presenciando novas formas de

manifestação do imaginário herdadas desde a Primeira República como já antevisto por João Gualberto em *A Invenção do Coronel*: “A um passo do terceiro milênio estamos ainda presos ao imaginário do coronel, estamos ainda vinculados a práticas políticas que herdamos do período colonial” (Vasconcellos, 1995:222).

Ao pensarmos nas possíveis causas para o crescimento das religiões evangélicas no Brasil, é importante compreender as funções sociais que estas igrejas desempenham junto às comunidades nas quais se estabelecem. Naturalmente que um fenômeno da complexidade deste pode ser analisado por uma grande variedade de ângulos. Pelo lado da antropologia do consumo, é possível perceber que as igrejas evangélicas têm fornecido, pelo menos pelo que as observações iniciais indicam, uma nova lógica simbólica e um novo modelo para se pensar a sociabilidade nas classes menos favorecidas que pode, de muitas maneiras, explicar a legitimidade que as referidas igrejas vêm adquirindo junto a essas populações.

É neste sentido que podemos visualizar parte das demandas funcionais que as igrejas evangélicas exercem nestas comunidades: por meio delas, reconstrói-se a noção de comunidade, e desta forma constrói-se capital social e redes de relacionamento que servem de colchão para as tendências excludentes do mercado de trabalho. É também por meio de tais demandas funcionais que estas comunidades descobrem sistemas de significados alternativos aos do consumo excludente da moda, do mercado e do dinheiro, e têm a experiência da construção de sistemas de apoio mútuo, permeados por valores éticos e morais que reestruturam as relações pessoais na família e no bairro. No contato com as igrejas, novos códigos de vestuário são assumidos, como forma de reforçar o pertencimento a um dado conteúdo religioso e a aceitação da sua disciplina.

Paradoxalmente, no entanto, embora estas igrejas ofereçam sistemas simbólicos alternativos aos da mídia e aos da moda, para construção de identidade e de inserção, elas organizam a vida econômica destas mesmas comunidades permitindo, por esta reorganização, o acesso ao consumo de bens duráveis e de serviços como educação e saúde. Observações preliminares feitas em uma comunidade ilustram como, por meio da igreja, o combate ao alcoolismo, à promiscuidade sexual, e ao uso desordenado dos recursos materiais é levado a cabo, e como o novo sistema de valores aí aprendido direciona os investimentos, antes dispersos, para as famílias. Há um processo de tomada do poder efetivada pelo feminino no universo familiar destes extratos sociais, no sentido de que a participação nas igrejas fixa os homens à casa e estimula que estes assumam responsabilidades para com a família que antes eram fundamentalmente femininas.

O estudo deste universo de reconstrução do tecido social que as igrejas evangélicas promovem é parte importante do estudo das suas estratégias políticas, no sentido de que a sua legitimidade social junto às comunidades nas quais atua é a base sobre a qual esta mesma estratégia se sustenta.

Eis a problemática na qual estamos motivados a trabalhar. Perceber tais nuances é de fundamental importância para a história política e social do Espírito Santo, movimento ainda mais necessário dentro do período que esperamos abarcar (o da redemocratização). Percorreremos nos capítulos desta dissertação campos explicativos de ordens diversas, como o sociológico, o psicológico e o teológico, que possibilitarão um limiar de compreensão histórica, em um esforço para se justificar a união entre política e religião na atualidade, decorrente da novidade neopentecostal e das bancadas evangélicas, ambos cada vez mais numerosos e potentes.

Para desvendarmos esses processos formativos do “pastor político” caminharemos de modo a discutirmos no primeiro capítulo quem são de fato estes personagens, pentecostais e neopentecostais, adentrando sua formação identitária, eclesial e histórica. Observando como se estruturaram estas igrejas de liturgia e doutrina marcantes. Perceberemos no segundo capítulo que a matriz religiosa e a matriz política brasileiras conjugaram-se de modo a permitir conteúdos re-significados para a emergência do “pastor político” em que púlpito e altar unem-se como que conjugando toda uma simbologia presente no imaginário social brasileiro.

No terceiro capítulo buscaremos as inspirações históricas para a formação da identidade política dos pastores evangélicos na própria História política capixaba, reflexo da História política brasileira. No quarto capítulo apresentaremos como a herança política sobreviveu em seus donatários modernos, populistas e tecnocratas. E por fim no quinto capítulo estaremos pensando as Bancadas Evangélicas no Brasil e a sua atuação no Estado do Espírito Santo.

# **1. PENTECOSTAIS E NEOPENTECOSTAIS – A PERTENÇA RELIGIOSA PROTESTANTE EM SUAS CONSTRUÇÕES IDENTITÁRIAS CONTEMPORÂNEAS**

## **1.1. A FORMAÇÃO DE UMA IDENTIDADE MARCADA PELA SIMBIOSE CULTURAL E PELA EXPANSÃO**

Pensar um crente pentecostal, ora em suas organizações mais viscerais, ora em sua História formativa, imbuído em transações cósmicas pelo intento de alcançar prosperidade material parecer-nos-ia um erro sociologicamente inaceitável há duas décadas. Inconcebível seria, há pouco, pensar práticas que, além de manejar uma clientela flutuante, diagnosticaria, nestas comunidades, poucas evidências proselitistas, ou ainda, muitas posturas sincréticas que incorporariam práticas evangelistas a um conteúdo profano de liturgização do aparato secular. Estamos diante de novas maneiras de se conceber o Sagrado e igualmente o Profano, em novas pertenças históricas, sociológicas e psicológicas, inauguradas pelos novos pentecostais que estão marcando de forma indelével uma nova estrutura dentro da formação do fazer religião em nossa sociedade.

Nos trabalhos concebidos nas décadas de 60 e 70, do há pouco século passado, tínhamos a identidade do público pentecostal invariavelmente associada ao sectarismo e ao asceticismo contracultural, ainda presentes, mas agora associados ao estupor evidente de transformações tão marcantes quanto, segundo Ricardo Mariano (1999:8),

“o aburguesamento de pequenas parcelas de sua membresia, o processo de institucionalização denominacional conjugado à rotinização do carisma e à inevitável busca, pelas novas gerações de pastores e fiéis, de reconhecimento social, poder político, respeitabilidade confessional e de formação teológica em seminários e faculdades”.

A partir da década de 70, os estigmas pentecostais, em suas feições estereotípicas, sofreram profundas acomodações sociais que permitiram a inauguração de novos

valores, ritos e crenças. O fim apocalíptico da antiga escatologia pentecostal dos eleitos, a direita Divina, flexibilizou-se e presenteou tal comunidade com uma eleição terrena repleta de delícias já anunciadas pelo calvinismo e agora presentes na Teologia da Prosperidade.

Estamos diante de uma nova Sociologia da Religião que presenteia a História Social das Relações Políticas com um grupo mercadologicamente engajado com a satisfação moral da eleição na parcimônia da constituição política, tanto quanto na mediação estrutural de suas crenças no vindouro celeste.

O pobre, destinado ao gozo eterno, também quer ser agraciado com prosperidade neste tempo. Cristo tornou-se a panacéia de todos os males, e os novos pentecostais buscam sentido em novas formas de pertença social.

O pentecostalismo oriundo dos Estados Unidos, juntamente com suas múltiplas expressões, vem expandindo-se, em um grande processo de transnacionalização. Nenhum continente recebeu esta forma de protestantismo popular tão bem quanto a América Latina, e, de especial modo, o Brasil que acaba por abarcar pouco menos da metade dos 50 milhões de evangélicos no continente (Martim, 1990:60). Por evangélicos, no entanto, cabe colocarmos que estão inseridos as igrejas tidas como históricas (Luterana, Presbiteriana, Congregacional, Anglicana, Metodista, Adventista e Batista) e as pentecostais e neopentecostais – cernes de nossa análise (Congregação Cristã no Brasil, Assembléia de Deus, Evangelho Quadrangular, Brasil para Cristo, Deus é Amor, Casa da Bênção, Universal do Reino de Deus, Internacional da Graça de Deus, Renascer em Cristo, Sara Nossa Terra, dentre outras). Herdeiros do metodismo wesleyano e do movimento holiness, os pentecostais acreditam na contemporaneidade dos dons espirituais, dentre os quais

a glossolalia (dom de línguas), a cura, a libertação de demônios e o discernimento de espíritos (McAlister, 1977; Hollenweger, 1976; Souza, 1969).

O Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 1991 revelara a existência de 13.189.282 evangélicos (8,98%) na população brasileira. Hoje a cifra alcança 15,4% do total de habitantes do Brasil, portanto mais de 26 milhões de pessoas, ou segundo o Censo de 2000, exatamente 26.184.941 pessoas. E, no Espírito Santo, esse número, diante da população total do Estado, aumenta em dados percentuais para 27,64%. Uma força que merece atenção em qualquer postura analítica que preze por uma compreensão dos movimentos políticos, sociais e econômicos, sejam eles brasileiros, sejam da periferia capixaba. Estariam presentes, no contexto capixaba, possíveis relações entre estas cifras e a anomia, desenraizamento e violência, presentes no Estado? Questões que não nos caberão aqui, mas que permite mote para novas pesquisas futuras.

Já o Censo Institucional Evangélico, realizado pelo Instituto Superior de Estudos da Religião (ISER), em treze cidades da região metropolitana do Rio de Janeiro, entre 1990 e 1992 apresentou diferentes 85 denominações religiosas com 3.477 templos, sendo, destes, 61% de orientação pentecostal. Ainda neste período averiguou-se em cartório a fundação de 710 templos pentecostais.

A expansão pentecostal e neopentecostal aglutinam a grande maioria destes dados percentuais de crescimento, uma vez que o protestantismo histórico cresceu em paulatinos passos em contraste ao largo salto (neo) pentecostal. Fica-nos a imagem de que os (neo) pentecostais aproveitaram de maneira mais vantajosa os contextos dos últimos anos no Brasil: As crises sociais e econômicas, os alarmantes níveis de desemprego e violência, e o enfraquecimento da Igreja Católica, da abertura política e da redemocratização do espaço público, da possibilidade de se falar e viver num

contexto pluralista de religiões e culturas. Some-se a isso a mídia de acesso global, que possibilitou a difusão de idéias e de comportamentos com velocidade espantosa.

O número espantoso de denominações guarda consigo um fato interessante; o de que 74% do total de membros, ou seja, 13 milhões, fazem parte da Assembléia de Deus, da Congregação Cristã no Brasil e da Universal do Reino de Deus. Este fato nos permite vislumbrar o porquê da maior visibilidade pública e do sucesso na política partidária das Igrejas Universal do Reino de Deus e Assembléia de Deus, uma vez que a Congregação Cristã do Brasil, segunda maior igreja pentecostal do país, ainda resguarda-se nos moldes apolíticos.

O perfil da expansão pentecostal apresenta prospectos desiguais dentro das características socioeconômicas de seus membros. Em meados dos anos 90, o ISER lançou uma pesquisa – *Novo Nascimento* – demonstrando no Grande Rio que os pentecostais, em sua maioria, 61%, recebiam até dois salários mínimos. Desses 42%, tinham menos de quatro anos de escolaridade, além de renda muito inferior aos ganhos da população brasileira como um todo. Circunscreve a realidade dos adeptos (neo) pentecostais, portanto, a marginalização de uma camada social que busca, pela religião, superar as condições de existência precária, organizar a vida social e familiar, possuir sentido e sentimento de pertença. A Igreja torna-se o lugar preferencial do apoio terapêutico-espiritual e da solidariedade para com as mazelas cotidianas. Em troca, é pedido ao fiel uma conversão que torne tal fidelidade reflexo de mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais. Marcas do encontro verdadeiro com um Cristo que sinaliza conforto e próspero alento. O Dízimo representado por 10%, algumas vezes até por 20% da renda familiar do membro, é um dos sinais de fidelidade e conversão, acrescidas da presença aos encontros



promovidos pela Igreja e dos sinais da conversão, como o fim do alcoolismo, o uso de produtos de bens de consumo com teor evangélico e o real envolvimento pessoal com o meio familiar.

A expansão desse tipo de religiosidade, no entanto, não se relaciona somente aos meios mais pobres. Uma gama muito grande de variáveis aumenta a complexidade de uma análise pormenorizada sobre as camadas sociais que se agremiam à religiosidade do tipo neopentecostal, como: variáveis psicológicas, variáveis sociológicas, expressões neopentecostais em outras religiões tradicionais, como, por exemplo, a Ofensiva Católica, que criou a RCC, (Renovação Carismática Católica), e que chegou ao Brasil nos anos 70, enquanto movimento pentecostalizador iniciado entre universitários dos Estados Unidos. Além disso, tem-se percebido a cada vez mais atuante presença de mecanismos pentecostais entre os protestantes históricos, como os batistas e metodistas, somada à abertura de um número enorme de igrejas neopentecostais orientadas a públicos variados, que vão de músicos e surfistas a empresários e homossexuais.

A contemporaneidade da postura (neo) pentecostal manteve os estudos históricos, sociológicos e psicológicos do tema adormecidos durante longo período. Somente nos meados da década de 80, com o televangelismo, com a entrada da Igreja Universal do Reino de Deus na mídia pela compra da Rede Record de televisão, com a formação das Bancadas Evangélicas, ou seja, com a entrada dos religiosos protestantes de orientação pentecostal e neopentecostal na política partidária, é que tal movimentação realmente revelou-se como campo de investigação a ser estudado.

Um país como o Brasil, de formação histórica completamente associada ao berço imaginário e às tradições católicas, lança-nos no esforço compreensivo de justificar

o crescimento evangélico. Ressalvadas as dificuldades não há como não se notar o crescimento desta minoria e suas atuações. Mesmo a política partidária, da qual se mantinham afastados, por sectarismo e por apoliticismo, ganhara a presença evangélica a partir do Congresso Nacional Constituinte, prelúdio da Constituição de 1988 (Pierucci,1989). Projetos eclesiásticos e corporativistas lançaram os evangélicos dentro da arena política e a premissa de que “crente não se mete em política” acabou por tornar-se “irmão vota em irmão” (Sylvestre, 1986). Criou-se aquilo que prefiro chamar de “clientelismo espiritual”, traço clientelista que, já engendrado enquanto herança dentro do fazer política nacional, fora tão bem agregado às táticas eleitorais (neo) pentecostais, aos atributos evangelistas. No clientelismo espiritual estão inseridos, no entanto, não somente bens da ordem espiritual, mas também cargos, favores e outros benefícios de ordem pública, como favorecimentos concedidos à fundação e manutenção da ordem eclesial.

Os milhares de templos espalhados pelo território nacional não estão mais sozinhos dentro das possibilidades de acesso ao reduto evangélico. Uma infinidade de escolas, editoras, gravadoras, lojas, livrarias, videolocadoras, organizações missionárias, fundações de assistência social e de amparo, portais de internet, emissoras de rádio e de televisão, permitem a captação de membros e capital em novos estratos e grupos sociais (Mariano, 1999), além de possibilitar atividades religiosas e entretenimento “sadio” e “santo” aos membros, num modelo *full time*.

Os neopentecostais passaram, por meio desses novos mecanismos de evangelismo, a conseguir sucesso também dentre as classes média e alta. Três denominações interdenominacionais que promovem jantares e encontros para converter membros dessas classes, ou seja, empresários, políticos, dentre outras profissões de maior status social são: a Associação dos Homens de Negócio do

Evangelho Pleno (Adhonep), a *Full Gospel Business Men's Fellowship International* (FGBMFI) e o Comitê Cristão de Homens de Negócio (CCHN).

Não há como não notar as atividades e os mecanismos de inserção evangélica. As “correntes de prosperidade” e as “sessões do descarrego”, “os cultos de libertação” e as “micaretas de Jesus”, assim como todo um aparato eclesiológico e litúrgico são amplamente divulgados na mídia. Os testemunhos dos “irmãos” fiéis ao Dízimo são constantemente televisionados, apresentando um sem fim de graças e bênçãos, curas e libertação dos “encostos” oriundos dos cultos afro-brasileiros – haja vista a variedade dos sempre freqüentes: Exu Caveira, Maria “Mulambo”, espírito de Porco, Tranca-Rua, Pomba-Gira, Exu Capa-Preta, Zé Pelintra, quando a entidade demoníaca máxima da hierarquia satânica não se faz presente em sua multiplicidade de alcunhas.

## 1.2. POR UMA COMPREENSÃO TIPOLÓGICA DAS IGREJAS PENTECOSTAIS

Na dinamicidade histórico-institucional das Igrejas Pentecostais, enquanto conceito abrangente, presenciamos de aculturações teológicas, rupturas com o asceticismo e com a dissecarização a acomodações sociais bastante interessantes ao movimento pós-moderno, em que a religiosidade vem passando na contemporaneidade. Para tanto utilizaremos uma tipologia consagrada por sociólogos como Ricardo Mariano (1999) que classifica o pentecostalismo em: **Pentecostalismo Clássico, Deuteropentecostalismo e Neopentecostalismo**, traços da heterogeneidade sociológica, histórica, eclesiológica e teológico-doutrinária dessas igrejas. Mesmo as primeiras igrejas fundadas no Brasil com o cunho pentecostal, a Congregação Cristã (fundada em São Paulo no ano de 1910 por Luigi Francescon) e a Assembléia de Deus (fundada em Belém em 1911 por Gunnar Vingrem e Daniel Berg),

apresentavam distinções marcantes que somente aumentaram com o passar dos anos.

Essas distinções foram ampliando-se de maneira vertiginosa, e mesmo a tipologia weberiana (seita-igreja) utilizada por Beatriz Muniz de Souza (1969), tornou-se insuficiente para abarcar as dicotomias dos processos formativos das igrejas pentecostais. O colapso Denominacional, no seio da diversidade, foi ampliado com a chegada dos missionários da Cruzada Nacional de Evangelização (Igreja do Evangelho Quadrangular), na década de 1950. Exigiam-se, desta forma, novas tipologias.

A Congregação Cristã no Brasil e a Assembléia de Deus, distanciadas em vários aspectos, foram, contudo, as primeiras a chegar ao Brasil, portanto classificadas, graças ao pioneirismo, como históricas (Hortal, 1994), ou do pentecostalismo tradicional (Brandão, 1980; Oro, 1992), sendo mais comumente alcunhadas de **clássicas** (Mariano, 1999)<sup>4</sup>. Outro fator que as une é o fato de seus fundadores terem, em ambas as denominações, sido discípulos do teólogo William H. Durham. Quanto aos distanciamentos, percebemos que ambas são de origem sectarista, com o clero distanciado dos membros, disciplinadoras de comportamentos sociais, e com preceitos eclesiológico-hierárquicos bastante rígidos. Apenas a Igreja assembleiana modernizou-se, secularizando-se. A Congregação Cristã no Brasil ainda se mantém mais sectária, contracultural, com comportamentos rígidos e com crítica a toda forma de religião que não a detentora da eleição divina – a sua própria – Teologia Predestinacionista.

As igrejas pentecostais, formadas a partir de 1950, foram durante algum tempo chamadas de “autônomas” pelo Cedi (Centro Ecumênico de Documentação e

---

<sup>4</sup> Ainda quanto à classificação de Pentecostalismo Clássico estão inseridas as pequenas “Igreja de Deus” e “Igreja Pentecostal”.

Informação) segundo nomenclatura de Bittencourt Filho (1991), mas nenhuma das igrejas apontadas é oriunda do pentecostalismo clássico como se presume no termo. A Igreja Casa da Bênção, por exemplo, fundada em 1964 surgiu como dissidência da Igreja Brasil Para Cristo, por sua vez fundada em 1955, dissidente da Igreja do Evangelho Quadrangular fundada em 1951 por dois norte-americanos. A Nova Vida, fundada por um canadense em 1960, deu origem à Universal do Reino de Deus – fundada em 1977. A Igreja Deus é Amor, fundada, por David Miranda, em 1962 tem cerne em várias igrejas do itinerário peregrino do missionário. E a Igreja Maranata, fundada em Vila Velha (ES) surgiu como uma dissidência da Igreja Presbiteriana. Desta forma seriam autônomas até mesmo as tidas como clássicas. Outros equívocos foram realizados por Mendonça (1989) ao chamá-las de “Cura Divina” e por Brandão (1980) ao separar as, segundo ele, “Igrejas de Mediação” e “Pequenas seitas”.

Paul Freston (1993:66), no entanto, divide a pentecostalismo brasileiro em três ondas, orientado por um corte histórico-institucional colocando a sua tipologia da seguinte forma:

“O pentecostalismo brasileiro pode ser compreendido como a história de três ondas de implantação de igrejas. A primeira onda é a década de 1910, com a chegada da Congregação Cristã (1910) e da Assembléia de Deus (1911) (...) A segunda onda pentecostal é dos anos 50 e início de 60, na qual o campo pentecostal se fragmenta, a relação com a sociedade se dinamiza e três grandes grupos (...) surgem: a Quadrangular (1951), Brasil para Cristo (1955) e Deus é Amor (1962). O contexto é paulista. A terceira onda começa no final dos anos 70 e ganha força nos anos 80. Suas principais representantes são a Igreja Universal (1977) e a Igreja Internacional da Graça de Deus (1980) (...) O contexto é fundamentalmente carioca”.

As igrejas pentecostais pós 1950 oriundas dos trabalhos missionários de Harold Willians e Raymond Boatright em São Paulo, ligados a *Church of The Foursquare Gospel* (Igreja do Evangelho Quadrangular fundada nos Estados Unidos nos anos de 1920 por A. B. Simpson e pela “oficial fundadora” Aimee Semple McPherson),

trouxeram a mensagem da cura divina, do evangelismo itinerante e das grandes concentrações culturais. Surgiram, a partir da Cruzada desses missionários, as igrejas Brasil para Cristo, fundada em São Paulo, em 1955; a Deus é Amor, fundada também em São Paulo, em 1962; a Casa da Bênção, fundada na Belo Horizonte de 1962; dentre outras. Todas enfatizam a cura de enfermidades como dom espiritual mais elevado, o que acabou por tornar-se um mecanismo proselitista por excelência. Ricardo Mariano (1999) nomeou esses pentecostais da segunda onda de deuteropentecostais, desta forma, pertencentes ao **deuteropentecostalismo**. Deuteropentecostalismo porque já representa uma segunda onda pentecostal bastante diferente da onda primeira.

A terceira onda pentecostal tem sua gênese reportada aos meados dos anos de 1970 e constitui-se enquanto tal como uma série de dissidências da Igreja Nova Vida fundada em 1960, pelo missionário canadense Robert McAlister e que está na origem das Igrejas Universal do Reino de Deus (fundada no Rio de Janeiro em 1977); Internacional da Graça de Deus (fundada no Rio de Janeiro em 1980); e Cristo Vive (fundada também no estado carioca em 1986). Em seqüência surgiram a Comunidade Evangélica Sara Nossa Terra (Goiás, 1976); a Comunidade da Graça (São Paulo, 1979); a Igreja Renascer em Cristo (São Paulo, 1986); a Igreja Nacional do Senhor Jesus Cristo (São Paulo, 1994); além de entidades paraeclesiais como a Missão Shekinah do pastor Jesher Cardoso. Tem-se assim o **Neopentecostalismo** caracterizado de diferentes formas por Bittencourt Filho (1991), Oro (1992), Jungblunt (1992), Freston (1993), Wilson Azevedo (1994) e Mariano (1999). Mas que nos permite considerar visceral algumas particularidades como: antiecumenismo, uso de lideranças fortes, manifestações ardorosas com estímulo a expressão corporal e emocional, uso diversificado de mecanismos da

mídia, participação político-partidária, pregações que centralizam os dons do Espírito Santo em especial a cura de enfermidades (características presentes em algumas Igrejas do pentecostalismo clássico e deuteropentecostal). Além da guerra espiritual contra a personificação bíblica do Mal (Diabo), há a Teologia da Prosperidade, a secularização dos hábitos dos fiéis, usos e costumes – libertação de estereótipos, a estruturação eclesiológica em posturas empresariais, as rupturas com o sectarismo e asceticismo. A negação do mundo, tão afeiçoada pelos discursos ascéticos acaba por transmutar-se em uma, expressão de Mariano (1999), “afirmação do mundo”.

O recorte histórico e Institucional não é suficiente, portanto, para classificar uma Igreja como Neopentecostal, mas o é as distinções doutrinárias e comportamentais, a sua inserção social e o *ethos* de afirmação do mundo (Mariano, 1999), uma vez que dissidências modernas de Igrejas como a Cristã do Brasil, a Assembléia de Deus e a Deus é Amor perfazem suas identidades a partir do tronco comum de suas origens.

Quanto à Teologia, os neopentecostais, assim como noutras ondas pentecostais, assumem distinções variadas, apresentando heterogeneidades. Tem-se do sabbatismo (doutrina da guarda do dia de Sábado, expressão judaica) da Igreja Nacional do Senhor Jesus Cristo, liderada por Valnice Milhomens a predestinação de ordem calvinista da Igreja Cristo Vive de Miguel Ângelo, que se opõe ao batismo nas águas, à guerra espiritual e às vigílias ascéticas. Já Edir Macedo, líder da Igreja Universal do Reino de Deus, critica a efusão do Espírito Santo com manifestação extática de “queda”, o “cai, cai” presente em muitas Igrejas (neo) pentecostais, inclusive na Renovação Carismática Católica. Outro fenômeno teológico neopentecostal interessante é o que Mariano (1999) chama de “neopentecostalização” e que eu prefiro nomear de “metástases teológicas”: trata-se

de um processo simbiótico de enraizamento de práticas religiosas de sucesso, de uma igreja por outra. Uma implanta o material teológico e litúrgico da outra. Temos as incansáveis “sessões do descarrego” da Igreja Universal, por exemplo, que com outros nomes, entram no itinerário de várias igrejas atualmente. O termo “neopentecostalização” nos parece inadequado porque várias igrejas utilizam-se de tais práticas e não tão somente as de origem pentecostal. O que ocorre indistintamente é a formação de rizomas como em uma metástase que se vai alastrando e misturando às posturas teológicas e litúrgicas.

As distinções teológicas do neopentecostalismo são invariavelmente oriundas da doutrinação norte-americana, mesmo tendo importantes fundadores religiosos no Brasil advindos de países como a Suécia ou a Itália. Pensar o processo de difusão e metástase dos mecanismos doutrinários, teológicos e litúrgicos a partir de ideários apenas paulistas e cariocas seria um erro imperdoável, mesmo que haja líderes-fundadores como Edir Macedo, R. R. Soares e Miguel Ângelo, respectivamente, da Universal do Reino de Deus, Internacional da Graça de Deus e Cristo Vive, que são articuladores de grandes massas e empreendimentos bem sucedidos. Pensar uma Igreja que se difundiu nas outras, com um tom de matriarcalidade e por meio de procedimentos doutrinários, levaria inevitavelmente à Igreja Nova Vida, âmbito teológico em que os três referidos pastores doutrinaram-se na Teologia da Prosperidade, como também levaria à Igreja do Evangelho Quadrangular, deuteropentecostal, que popularizou os grandes cultos de cura e de guerra espiritual. O veterano político, Mário de Oliveira, deputado federal pelo PP/MG é um dos exemplos antigos da doutrinação Quadrangular quanto aos cultos de guerra espiritual nos anos de 1970. Sobre o deputado Mário de Oliveira, Júlio Rosa (1978:235, 240, 241) escreve:



“De início, a frequência [na segunda congregação da Quadrangular fundada em Juiz de Fora] variava entre 800 e 1.500 pessoas por reunião, e isso já era surpreendente. Entretanto, quando o Mário anunciou que todas as sextas-feiras iria orar para a cura de enfermidades por espíritos malignos e expulsar demônios, aconteceu uma coisa impressionante: a partir de então, todas as sextas-feiras naquele local havia perto de dez mil pessoas (...) Sempre estive muito ligado às obras abertas pelo missionário Mário de Oliveira, desde Pelotas, quando ele passou a convidar-me para realizar as campanhas de sete orações problemas e doutrinação sobre o dízimo (...) Durante essa campanha [em Belo Horizonte, 1973], foi lançado o sistema das correntes de oração das quartas-feiras, pelos problemas, e que funciona com muito sucesso até hoje”.

Um aspecto teológico amplamente difundido, principalmente pela Igreja Universal, e popularizado pelo Fuller Theological Seminary, é o braço direito da Teologia da Prosperidade: a **Teologia do Domínio**. Tal doutrinação teológica é baseada nas batalhas espirituais contra manifestações demoníacas que originariam enfermidades e pragas de cunho hereditário, além de tentações e vícios associados ao território maligno. Essa postura teológica já se enraizou (metástase) por todo o campo neopentecostal, mas não se refere somente aos dramáticos cultos de libertação e de exorcismos coletivos nos quais as entidades do “Príncipe deste Mundo” são expugnadas; mas também a toda uma cosmologia baseada na eterna luta entre o Bem e o Mal, em concordância com o Zoroastrismo persa, baseado na eterna luta entre Ormuz e Arimã. Deus e Satanás estão em luta pela humanidade: ambos alistam seus exércitos e, utilizando táticas de guerra, conduziram ao Paraíso ou ao Inferno seus “territórios conquistados”. O campo de batalha não é outro senão a sociedade, a política, a economia, a cultura e a subjetividade humana. É necessário recristianizar os meios como o cenário político-partidário e a mídia, o que torna os combatentes de Deus vorazes na eleição de políticos ligados, aliados, às suas denominações, enchendo a mídia com possibilidades cristãs de acesso e entretenimento. A corrupção, por exemplo, seria própria de Satanás, então colocamos “irmãos” no Congresso para levar a Moral e a mensagem de Deus à sociedade.

A Teologia da Prosperidade casa-se perfeitamente com esses ideais contra ascéticos, uma vez que o único sacrifício que os servos de Deus devem fazer é o de ser fiéis ao Dízimo e dar ofertas com alegria, no mais se deve abraçar o mundo, enquanto dádiva de Deus. O “mundo”, a que tanto os neopentecostais ojerizam, vem a ser o do pecado, da imoralidade, e não o mundo enquanto alento e satisfação material. O neopentecostal tem que desejar prestígio e respeitabilidade, uma vez que são triunfalistas e intervencionistas (Mariano, 1999:45).

### **1.3. POR UMA COMPREENSÃO HISTÓRICA DAS IGREJAS NEOPENTECOSTAIS**

As Igrejas das quais estaremos fazendo um breve histórico são, sem dúvida, as mais expressivas dentro do cenário neopentecostal. O objetivo desta articulação histórica é evidenciar tais igrejas, uma vez que são elas as protagonistas do contra asceticismo e as fiéis defensoras da secularização, das acomodações sociais profundas e da intervenção social, econômica, cultural e político-partidária. Atrelando Teologia da Dominação e Teologia da Prosperidade ganham cada vez mais poder, membros e evidência dentro da mídia.

#### **1.3.1. Igreja de Nova Vida**

A Igreja de Nova Vida, tipologicamente, dentro do deuteropentecostalismo, foi fundada em Agosto de 1960 no Rio de Janeiro pelo missionário canadense Walter Robert McAlister. Pequena e atrelada a um programa de rádio chamado *A Voz de Nova Vida*, a Igreja tornou-se fruto do trabalho missionário de seu patriarca.

Com uma doutrina baseada no forte apelo libertador da Teologia do Domínio, na prosperidade material oriunda de contribuições do dízimo e da negação do ideário

ascético comportamental, a Igreja de McAlister, situada no bairro de Botafogo antes Cruzada Nova Vida transformou-se efetivamente em uma denominação.

Entre 1965 e 1967 McAlister inova os mecanismos de acesso proselitista com o televangelismo brasileiro apresentando o programa da Nova Vida na TV Tupi, sucesso que nunca mais será conseguido pelos continuadores da Igreja.

Dezenove anos depois da fundação da Nova Vida, McAlister dá início ao trabalho de expansão denominacional implantando uma igreja em São Paulo, dirigida por Tito Oscar Almeida. A igreja comandada por Tito Oscar, no entanto, não encontrou efetivo sucesso face ao perfil elitista de seu líder.

McAlister morre em 1993 nos Estados Unidos e seu filho, com o título do episcopado da Nova Vida, assume o legado do pai. Walter Robert McAlister Jr. tem sua liderança contestada três anos depois, por sua impopularidade e a suas nada diplomáticas decisões. O Conselho episcopal fica ao lado de Tito Oscar que se torna o então presidente da Igreja Nova Vida, e McAlister Jr. funda a Igreja Nova Aliança.

A Igreja de Nova Vida possuía em 1997 60 congregações, isso mostra que o cisma episcopal em nada afetara a continuidade dos trabalhos. Registra-se, entretanto, que a Igreja cristalizou suas demonstrações de apelo carismático, o que impediu expansões significativas; a este fator acrescenta-se ainda a estrutura eclesial de episcopado congregacional que dá autonomia aos pastores membros de seguirem caminhos estratégicos distintos. De fato, com a morte de seu fundador, a Igreja de Nova Vida não conseguiu se restabelecer com força competitiva suficiente dentro do ritmo mercadológico dos bens de satisfação evangélicos.

Do legado de McAlister temos o nascimento de três personagens fundamentais ao empreendimento religioso brasileiro: Edir Macedo, R. R. Soares e Miguel Ângelo; e alterações significativas nos quadros político, social e econômico.

### 1.3.2. Igreja Internacional da Graça de Deus

Romildo Ribeiro Soares fundou a Igreja Internacional da Graça de Deus logo após um desentendimento com Edir Macedo, ocorrido na Igreja Universal do Reino de Deus, em 1980 no Rio de Janeiro.

Nascido em 1948 na cidade de Muniz Freire, Espírito Santo, de mãe católica e pai presbiteriano, R. R. Soares pertenceu a um número imenso de igrejas: na infância, à Presbiteriana; na adolescência, à Batista; na juventude, à Nova Vida (1968); Consagrou-se pastor na Casa da Bênção e participou da Cruzada do Caminho Eterno em 1975. Fundou a Igreja Universal do Reino de Deus em 1977 e, dissidente, fundou a Internacional da Graça de Deus em 1980.

Sapateiro, engraxate, operador de cinema, Soares não fez teologia, mas sim Direito na Universidade Gama Filho. Em 1990 lançou-se candidato a deputado federal, tendo sido mal sucedido. Prestígio só como missionário e escritor, como proprietário de gráfica e de editora (Graça Editorial), como apresentador de TV e fundador de Igrejas.

Na igreja em que atua, é responsável apenas pela organização eclesiástica e pelo televangelismo, excluindo-se da administração da igreja cuja sede localiza-se no Meyer, Rio de Janeiro. A Internacional da Graça de Deus possuía em 1998 o número de 317 templos, sua estrutura básica é descrita por Mariano (1999:100) nestes termos:

“Adota agenda semanal de cultos semelhante a ela [Igreja Universal], abre as portas diariamente, prega mensagem baseada na tríade cura, exorcismo e prosperidade, atrai e converte indivíduos dos mesmos estratos sociais [os mais pobres], utiliza intensamente a TV, tem líder carismático e pastores relativamente jovens e sem formação teológica, não concede autonomia às congregações nem às lideranças locais, dispõe de governo eclesiástico de poder vertical e administração centralizada e é liberal em matéria de usos e costumes de santidade”.

A Internacional da Graça, mesmo possuindo uma organização eclesial e doutrinária muito semelhante a da Universal (da qual nos referiremos no item 1.3.5), tem, no entanto, processo de expansão infimamente menor, assim como é menor também sua participação nos meios sociais e políticos.

Os pastores da Internacional da Graça fazem curso bíblico de um ano oferecido pela própria instituição, sendo o corpo de pastores formados, aproximadamente 600 em 1999, divididos em consagrados e comissionados. Os comissionados constituem a grande maioria e exercem funções auxiliares, já os consagrados têm ritmo de trabalho em tempo integral e não gozam de liberdade para o exercício de suas funções sem a deliberação da cúpula da Igreja.

O televangelismo é o cargo chefe da Igreja. Gastaram-se, em horários de TV, aproximadamente, US\$ 7 milhões no ano de 1997, valor que só aumentou nesta última década. R. R. Soares foi o primeiro televangelista brasileiro a possuir programa em horário nobre na TV brasileira, entre 20h30 e 21h30 transmitido pela CNT. O missionário exibia programa também na Rede Bandeirantes, na Manchete e na Vinde. Fonseca (1997), no entanto, coloca em sua pesquisa que o televangelismo apresenta muitos custos e poucos resultados, quando comparado aos programas de rádio.

### **1.3.3. Igreja Renascer em Cristo**

A Igreja Renascer em Cristo foi fundada em São Paulo, no ano de 1986, pelo casal Estevam Hernandes Filho e Sônia Hernandes. Ele, ex-gerente de marketing da Xerox do Brasil e da Itaotec, e ela, nutricionista e ex-proprietária de butique. A vida familiar de Estevam e Sônia fora marcada por muitas igrejas: Igreja da Fé; Igreja

Pentecostal da Bíblia do Brasil; Igreja Batista do Povo; Igreja Cristo Salva; Igreja Evangélica Independente de Vila Mariana; e Igreja Presbiteriana Independente.

Em uma pizzaria, o casal e outros fiéis deram início à Igreja Renascer. Logo depois, no bairro de Paraíso, tomaram emprestado, como sede, a Igreja Evangélica Árabe. Em 1989 em Cambuci, alugaram o Cine Riviera que logo passou ser também sede da igreja. A igreja cresceu e, em 1998, já possuía mais de 300 templos com filiais na Espanha, França, Portugal, Uruguai e Estados Unidos.

A Igreja Renascer é eclesiástico-episcopal, ou seja, possui como líder máximo um bispo. Em 1994 Estevam tornou-se bispo após fazer curso nos Estados Unidos, mas não ficou só nisso, o fundador da igreja tornou-se, no ano seguinte, “apóstolo” pela consagração de Colin Dye sendo assim reconhecido pela Conferência Profética da Renascer. A formação dos pastores se dá pela Escola de Profetas, sendo os pastores homens e mulheres que exercem atividade remunerada.

A Igreja criou em 1990 a fundação Renascer, que administra a igreja sede e as filiais. Os bispos são responsáveis pelos templos e pelos pastores em sedes regionais. O patrimônio da Renascer é enorme. Sob a batuta do casal Hernandez estão rádios, emissoras de TV UHF, a Editora Renascer, a RGC – produtora, o jornal Gospel News, o Instituto Renascer de Ensino, o Cartão Gospel Bradesco Visa, a livraria Point Gospel, a gravadora Gospel Records, além da marca *gospel* no Brasil. A Renascer comanda ainda megaeventos e encabeça o movimento gospel no Brasil. Em 1992 a Renascer ingressou na TV com um programa semanal que logo deu origem a outros quatro: *Tribo Gospel*, *Clip Gospel*, *De Bem com a Vida* e *Espaço Renascer*.

A música gospel é um dos fenômenos mais extraordinários do evangelismo brasileiro e ocupa grande parte do proselitismo da Instituição. Em ritmo de rock, rap

e funk a Renascer possui bandas famosas como a *Oficina G3*, *Resgate*, *Katsbarnéa* e *Troad*. Desta forma, exerce muita influência sobre os jovens e sobre os membros de outras religiões com práticas rígidas de comportamento. O ex-bispo da Renascer, Osvaldo Boccato Bertoni, chegou a estimar (em 1996) que um quarto dos fiéis da igreja advinham de outras denominações pentecostais. As práticas evangelistas de proselitismo da Renascer atingiram inclusive os empresários, para os quais Estevam chegou a criar a Associação Renascer de Empresários e Profissionais Evangélicos (AREPE).

As células da igreja são os GCD's (Grupos de Comunhão e Desenvolvimento) que objetivam doutrinar os novos fiéis no pentecostalismo e criar laços de amizade básicos para se manterem na igreja. Os GCD's reúnem-se nas casas, mas possuem a missão de construir, futuramente, templos da Renascer. O assistencialismo na Renascer é constante, uma vez que mantém desde abrigos a menores carentes com distribuição de alimentos à padaria-escola, até cursos profissionalizantes e casas de recuperação de drogados.

A Renascer, no campo político partidário, segue a tendência (neo) pentecostal, visto que apóia candidatos a cargos parlamentares e mantém uma postura antiesquerdista. Em 1989, Estevam apoiou Collor e opôs-se a candidatura de Lula e, em 1994 manteve-se antiesquerdista. Mas interessante mesmo foi o motivo do apoio da Renascer a Maluf ao cargo de governador de São Paulo em 1998: Estevam teve uma "revelação divina", prática de fé muito comum em algumas igrejas neopentecostais.

#### 1.3.4. Comunidade Evangélica Sara Nossa Terra

A Comunidade Evangélica Sara Nossa Terra foi fundada em Goiânia em 1976, pelo professor de física e empresário editorial (Editora Koinonia), Robson Lemos Rodovalho.

Nascido em Anápolis (GO) no ano de 1955, Rodovalho tinha desde a tenra idade uma formação espiritual kardecista e umbandista sob influência de seu militante avô e de sua mãe assídua. Depois de um trágico acidente, aos 14 anos, em que o resultado fora a morte acidental de um caseiro da fazenda, Rodovalho, desestimulado, passou a não crer mais nem no kardecismo, tampouco nas giras de umbanda. Acabou convertendo-se à Igreja Presbiteriana do Brasil.

Rodovalho deu início a trabalhos paralelos com a juventude. Entusiasta da Mocidade para Cristo (MPC), movimento que chegaria a presidir regionalmente, formou grupos de estudos bíblicos, recebeu a efusão do Espírito Santo (experiência do êxtase Pentecostal) e, com orientações do missionário John Malaker, deu início à edificação de sua igreja.

Em 1976, Robson Rodovalho casou-se com Maria Lúcia, consagrou-se pastor e fundou, ao lado de Cirino Ferro, a Comunidade Evangélica, que em 1992 passaria a se chamar Sara Nossa Terra. Em 1997, a igreja adotou a postura eclesiológica do governo episcopal, em que Rodovalho assumiu logicamente o posto máximo de bispo primaz. A expansão da Comunidade Evangélica Sara Nossa Terra nos três primeiros anos da igreja foi ínfima, uma igreja que mais se assemelhava a um grupo de amigos com pouco mais de duas dezenas de pessoas. Vinte anos depois, a igreja já possuía mais de 200 congregações sendo algumas no exterior.

Com o crescimento da igreja, necessitou-se reestruturar toda a administração para melhor controlá-la e organizá-la na gestão de recursos e pessoas. As reformas



deram-se em 1994 e não foram bem aceitas, uma vez que provocaram algumas dissidências, como a do pastor César Augusto Machado e a do pastor Marco Antônio. O estatuto despótico e único não dá autonomia às congregações regionais. O dízimo é coletado e completamente enviado a uma central que disponibiliza os recursos segundo uma hierarquia de necessidades ditadas pela cúpula da igreja.

Os pastores não precisam fazer curso teológico, todavia são consagrados ao lado de suas esposas que atuam como co-pastoras. Uma estratégia interessante uma vez que concede à mulher uma posição, mesmo que secundária, dentro das funções religiosas.

Os trabalhos assistenciais são muitos e abrangem desde assistência médica e odontológica às pessoas carentes até cursos profissionalizantes.

Metade da membresia da igreja é representada por jovens, visto que o carisma da Sara Nossa Terra é ênfase nos cultos musicais, além da liberdade concedida quanto aos comportamentos nada ascéticos. A igreja foi responsável também pela criação dos “atletas de Cristo” – forte apelo popular entre os desportistas e torcedores.

### **1.3.5. Igreja Universal do Reino de Deus**

A Igreja Universal do Reino de Deus é, sem dúvida, o grande fenômeno pentecostal do Brasil. Mariano (1999:53-54) define tal fenômeno a partir de seu crescimento:

“Seu crescimento [o da Igreja Universal], sobretudo a partir de meados dos anos 80, quando começa adquirir as primeiras rádios, tem sido impressionante. O número de templos chega a três mil, o de países atingidos supera cinco dezenas, o de fiéis ultrapassa um milhão. Sua forte inserção na mídia e na política partidária, sua competência administrativa, sua vertiginosa expansão no Brasil e no exterior, bem como sua capacidade de mobilizar miríades de fiéis em diversos Estados não encontram paralelo na história de nenhuma outra denominação protestante brasileira. Em duas décadas de existência, conseguiu a proeza de estar entre as maiores igrejas evangélicas do país”.

A Igreja Universal possui como fundador o bispo Macedo, ou Edir Bezerra de Macedo, nascido em Rio das Flores (RJ) em 1945, em uma família de migrantes. O pai, alagoano, possuía um pequeno comércio, de onde retirava com muito esforço o sustento de sua família pobre, era ele: Henrique Francisco Bezerra. A mãe, mineira, teve 33 filhos, dos quais, por aborto espontâneo, pré-maturidade, ou morte infantil, somente restaram sete: esta dona de casa era Eugênia Macedo de Bezerra. Dos irmãos de Edir Macedo destacam-se Edna e Eraldo, uma vez que ambos chegaram ao Legislativo Estadual, respectivamente pelo PPB em São Paulo e pelo PMDB no Rio de Janeiro.

A família Bezerra mudou-se para Petrópolis e posteriormente para São Cristóvão, e em 1962, o futuro bispo da Universal, com 17 anos torna-se servente na Loteria do Rio. Nos anos da década de 1970, cursa (apesar de mantê-los inacabados) os cursos de Matemática na UFF (Universidade Federal Fluminense) e Estatística na Escola Nacional de Ciência e Estatística. Pede licença de sua função administrativa na Loteria em 1977, e desliga-se totalmente em 1981 (*Folha de São Paulo*, 17.09.1995).

Edir Macedo se converte ao pentecostalismo em 1963 e passa a freqüentar a Igreja Nova Vida. Sobre sua conversão, eis um relato dado a *Folha de São Paulo* do dia 20.06.1991:

“Eu era uma pessoa triste, deprimida e angustiada. No fundo do poço busquei a Igreja Católica e só encontrei um Cristo Morto. Aquilo não satisfez o meu coração e parti para o espiritismo, mas as idéias que aí encontrei não se coadunavam com as minhas. Então, um dia, tive esse encontro pessoal com Deus. (...) Estava em uma reunião pública, de evangelistas, na sede da Associação Brasileira de Imprensa no Rio. As pessoas cantavam e, de repente, desceu uma coisa sobre nossa cabeça, nosso corpo, como se estivéssemos sendo jogados debaixo de um chuveiro. Foi algo ao mesmo tempo físico e espiritual, abstrato e concreto. Pude me ver como realmente era, e eu me via como se estivesse descendo ao inferno. Caí em prantos. Então a mesma presença me apontou Jesus. Foi quando nos convertemos e nos entregamos de corpo, alma e espírito”.

Em 1975, Edir Macedo, juntamente com Romildo Ribeiro Soares, Roberto Augusto Lopes, Samuel Coutinho e Fidélis Coutinho, cansados do estilo da Nova Vida, fundam a Cruzada do Caminho Eterno. Dois anos depois, desentendimentos provocaram uma nova dissidência, fenômeno que Brandão (1980: 113) considera natural dentro dos mecanismos pentecostais, enquanto dialética da constituição das igrejas. Os irmãos Coutinho continuam com a Igreja Caminho Eterno, todavia Macedo, R. R. Soares e Roberto Augusto Lopez fundam a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) em 9 de Julho de 1977 numa sala de uma ex-funerária no bairro da Abolição na zona norte do Rio de Janeiro. Entre os fundadores da Universal, faz-se constar o nome de Carlos Rodrigues, bispo, coordenador político da IURD e deputado federal (PFL/RJ).

R. R. Soares era o principal líder da Igreja, mas este foi aos poucos tendo a sua liderança contestada por Macedo, seu cunhado. Macedo foi conquistando mais e mais poder dentre os fiéis e dentre os pastores do presbitério – seu sucesso era enorme mesmo com um programa de somente 15 minutos na Rádio Metropolitana. Macedo, após muitas disputas, vence o pleito pela liderança da Igreja, e R. R. Soares, desligando-se da Universal funda a Igreja Internacional da Graça de Deus, em 1980.

Em julho de 1980, a IURD tornou-se eclesiástico episcopal e Macedo foi sagrado bispo, e, no mesmo ano, Roberto Lopes implanta a Igreja no parque Pedro II em São Paulo, que logo passa para o bairro da Luz, e posteriormente, para o antigo Cine Roxi, local que se tornará, em 1992, a Sede Nacional da Igreja. Esse mesmo Roberto Lopes se torna deputado federal em 1986 pelo PTB do Rio de Janeiro com 54.332 votos. Lopes briga com Macedo no ano subsequente, ou seja, em 1987 e separando-se da IURD, retorna à Nova Vida. Acusando Macedo de “empresarial e

mercantilista”, (*Jornal da Tarde de 02.02.1991*), Lopes deixa a Igreja totalmente sob o reinado do bispo. Desde 1986, Macedo passa a residir em New York, nos Estados Unidos, com intuito de acarear dólares e membros para a Igreja, que, com duras penas, não conseguiu o sucesso do empreendimento evangélico alcançado na América Latina. Renato Maduro, bispo da Igreja de New York, enfrenta atualmente os apelos da concorrência proselitista com os pastores hispânicos.

Os cultos da IURD são bastante simples, mesmo repletos de gestos sobrenaturais e símbolos litúrgicos. Não existe um roteiro para ser seguido nos cultos, o que dá aos pastores grande liberdade para guiar os fiéis da forma que lhe aprouver. Contando com a ajuda dos obreiros, o pastor comanda inteiramente os cultos. Ricardo Mariano (1999:57) chama o sistema eclesiológico desenvolvido pela Universal de **magia organizada**, uma vez que ela portando a qualidade de mediadora das benesses divinas, coloca-se como eficiente na resolução dos problemas terrenos de seus fiéis pródigos de soluções mágicas. É instituído um sistema muito bem articulado de serviços religiosos com cardápio de graças e um muito bem construído calendário de correntes e cultos para problemas determinados. Em todos os dias da semana são oferecidas de prosperidade, à cura física e emocional, ou mesmo em todas as sextas há sessões do descarrego. O louvor é secundário, postura antagônica às outras tantas igrejas neopentecostais, predominando as incessantes lutas contra o Mal e a evangelização.

A Igreja Universal possui em torno de três mil templos, com uma média de quatro cultos cada, diariamente. Os trabalhadores mais fiéis, remunerados apenas com os favores do Céu, são os obreiros que somente no templo-sede de Santo André contabilizam um número de aproximadamente duzentos (Mariano, 1999). Aos fiéis são exigidos empenho e disposição, fazendo de suas casas extensão do templo. O

que temos são homens e mulheres que conduzem a idéia do “Pare de Sofrer” pelos mais variados meios e com um sistema de acolhida virtuosamente bem preparado. No entanto os trabalhos assistencialistas, com o intuito de alcançar os membros, são sumariamente proibidos, uma vez que a entrega da vida a Jesus já faz do membro um ente virtualmente próspero. O assistencialismo da IURD dedica-se aos não membros, ou seja, com o intuito proselitista. Só no Rio de Janeiro a Igreja possui dois asilos, dois orfanatos e um curso de alfabetização (*Ler e Escrever*). Em São Paulo é diretora da Sociedade Pestalozzi. Atuam também em delegacias e presídios doando Bíblias e rádios aos presos convertidos. Outro mecanismo proselitista assistencial dirige-se aos moradores da favela que, após assistirem aos cultos, recebem cestas básicas.

A Associação Beneficente Cristã (ABC) criada por Edir Macedo, para melhorar a imagem da IURD e ao mesmo tempo fazer frente aos assistencialismos católico, kardecista e da Vinde (Visão Nacional de Evangelização criada pelo pastor Caio Fábio), deu início a uma campanha de doação de alimentos, que logo depois deu origem à Casa da Paz e à Fábrica da Esperança, respectivamente em Vigário Geral e na Favela de Acari.

A formação dos pastores é outra característica também muito interessante dentro da História da Universal, uma vez que até incentivo a vasectomia é pregado aos jovens pastores como forma de abnegação e desprendimento. O ritmo de trabalho é estafante e pouco tempo é dedicado a assuntos pessoais, como às submissas esposas. A esposa de Edir Macedo, Ester, chegou a declarar à Revista Veja (06.12.95) que “o Edir acha que mulher não pode mandar em casa, que deve ser discreta na hora de se vestir, que deve falar pouco, que deve ser boa mãe e boa dona de casa”, ou seja, “não pode atrapalhar o marido”. Entre o muito trabalho dos

pastores e os traços evidentes de patriarcalismo, as mulheres formam uma minoria marginalizada. A primeira pastora ordenada pela Universal foi Zuleide Nunes Padilha Rodrigues (1986).

A hierarquia dos pastores é constituída daqueles que são nomeados (pastores auxiliares) e daqueles que são consagrados. Para alguém, no entanto, vir a ser consagrado deve primeiramente ser casado, possuir vocação ministerial, e, sobretudo, ser excelente arrecadador de dízimos (Mariano, 1999:62). A mobilidade hierárquica também obedece a essa lógica, isto é, quanto maior as aptidões do pastor no crescimento de sua messe e no dos lucros obtidos em seu templo, diretamente proporcional, será seu destaque, salário e poder na Instituição. Por muitos anos a IURD manteve a Faturd (Faculdade Teológica Universal do Reino de Deus) no Rio de Janeiro, mas, percebendo que a Teologia limitava o pastorado do povo, Macedo transformou a Faculdade em um Instituto de Ensino Bíblico que tem funcionalidade pastoral. Macedo escreve ainda em seu livro *A Libertação da Teologia* (s/d, 11:128), que o cristianismo afundou-se na teoria e menosprezou a prática, desta forma os argumentos teológicos limitam o poder e as manifestações da Graça de Deus na Igreja, hábil justificativa para limitar os estudos dos pastores e, subsequentemente, conduzir os fiéis à emoção desarticulada de uma prática racional.

Eclesiologicamente, a Universal possui, portanto, um líder máximo, Macedo, seguido do Conselho Mundial dos Bispos, logo abaixo pelo Conselho de Bispos do Brasil e, por fim, pelo Conselho de Pastores. No entanto, Paulo De Velasco, secretário-geral da Igreja e deputado federal pelo Prona/SP (*Revista D, Folha de São Paulo, 13.10.1991*) e Roberto Lopes (*Jornal do Brasil, 07.07.1991*) ressaltam o poder despótico e anti-democráticos de seu líder máximo que exige profissionalismo e

produtividade. Mário Justino em seu livro *Nos Bastidores do Reino: a vida secreta na Igreja Universal do Reino de Deus* (1995) chega a colocar que os pastores pouco habilidosos diante do mecanismo de produtividade ou no alcance de cotas mínimas são afastados de seus ministérios ou conduzidos a congregações menores e de interior.

A IURD, todavia, nas condições mercadológicas da fé, cresceu e consolidou-se, encheu o Maracanã e o Maracanãzinho de uma só vez, crescimento que alcançou em 1998 a presença em mais de 50 países (EUA, Canadá, México, Alemanha, Bélgica, Espanha, França, Holanda, Inglaterra, Itália, Luxemburgo, Portugal, Suíça, África do Sul, Angola, Cabo Verde, Congo, Costa do Marfim, Gana, Guiné-Bissau, Ilha de Madeira, Malawi, Moçambique, Nigéria, Quênia, Suazilândia, Tanzânia, Uganda, Zâmbia, Zimbábue, Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, Jamaica, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Porto Rico, República Dominicana, Uruguai, Venezuela, Israel, Filipinas, Índia, Japão e Rússia). Os templos foram tornando-se Catedrais e o uso de rádio e tele evangelismo só cresceu. Os 15 minutos de programa na Rádio Copacabana deram lugar a uma rede com mais de 40 emissoras. *O Despertar da Fé* – programa exibido a partir de 1980 pela Rede Bandeirantes – deu lugar à compra da Rede Record de Rádio e Televisão em 1989 por US\$ 45 milhões. A Universal tornou-se uma verdadeira empresa que possui além das emissoras de rádio e televisão, um banco (o Banco de Crédito Metropolitano), dentre outras como: Unimetro Empreendimentos, Cremo Empreendimentos, New Tour, Uni Line, Unitec, UniCorretora, Line Records, Frame, Investholding Limited, Editora Gráfica Universal Ltda., Ediminas S/A. E os jornais: Folha Universal, Hoje em Dia, Tribuna Universal (Portugal) e Stop Sufferin: A New Awaits You! (África do Sul).

Em 1990, a imprensa afiou as unhas e com excessos e ataques, algumas vezes mais ignorantes e preconceituosos que de fato jornalísticos, deu início a uma série de reportagens de cunho investigativo sobre a IURD. A TV Globo encabeçou tal processo e chegou a fazer um Globo Repórter – programa exibido em 15.05.1990 inteiro sobre a Igreja Universal que ridicularizava as crenças neopentecostais atrelando-os à idéia de ingenuidade, charlatanismo e curandeirismo. Em 1991 as investigações contra o bispo ganharam novo impulso com as acusações feitas por Carlos Magno de Miranda de que a IURD sonegava impostos, utilizava-se de paraísos fiscais e estava envolvida com narcotráfico. Carlos Magno, cujo depoimento contra Macedo colocava-se sob suspeição, pelo fato de o depoente não possuir idoneidade suficiente, haja vista os inúmeros inquéritos que lhe eram atribuídos, estava ressentido com a Igreja por tê-lo afastado de seu cargo graças a irregularidades financeiras e por gastos excessivos em sua candidatura a deputado federal (PMDB/PE), na qual fora derrotado (*Estado de São Paulo*, 27.11.1990). Nenhuma acusação de Carlos Magno fora comprovada contra Macedo. Todavia não se compreende como o debate entre Paulo Maluf e Luiz Antônio Fleury, no segundo turno das eleições para governador de São Paulo e na mesma época dos escândalos, fora suspenso e não apresentado pela Rede Record. Três dias depois de salvar o escudeiro de Quércia, o Banco Banespa perdoara “milagrosamente” uma dívida de US\$ 1,1 da Universal.

Escândalos contra a Universal começaram a aparecer desde então como: agressão aberta aos cultos e adeptos de religiões afro-brasileiras; a campanha eleitoral de Collor sendo promovida abertamente dentro dos templos em 1989; processos, inquéritos e prisão de pastores, inclusive do próprio Macedo; exploração financeira; sonegação e fundação da Igreja Católica Carismática do Brasil supostamente criada



para lavar dinheiro, dentre outras. Diante de tantas dificuldades, a Sede da Igreja é, então, transferida para Salvador em 1990, e Macedo, renunciando o cargo de secretário-executivo da Igreja, compõe uma nova diretoria formada por aqueles que gozam de imunidade, ou seja, deputados. Como secretário-executivo é empossado um juiz e também pastor: Everaldo Cosme de Amorim.

Os jornalistas nos cultos ganharam alcunhas demoníacas, notoriamente, como revide. Macedo chegou a afirmar, em um culto no mesmo ano, corroborando para essa afirmativa que “Estamos [ele e a Universal] sendo castigados e perseguidos pela imprensa como cão danado. Eles querem arrancar nossa cabeça. Isto só aumenta a nossa fé” (*O Dia*, 09.10.1990). Todo e qualquer membro da IURD, pastor ou membro, fora então proibido de dar entrevistas.

Macedo não descansou e, tirando proveito da política partidária, conseguiu transferir a Rede Record definitivamente para seu nome em 23 de Fevereiro de 1994 com a ajuda do até então Senhor Ministro da Casa Civil Henrique Hargreaves que recebeu em escambo votos da Bancada Evangélica a favor da aprovação do Fundo Social de Emergência (*Folha de São Paulo*, 29.09.95). O grande líder da Universal passa a ironizar a situação e sua riqueza e poder tamanhos. A *Isto É* de 15.01.1997 chega a atribuir-lhe um avião particular *Citation*, e, quando lhe é questionado sobre o seu gosto por carros luxuosos, ele compara-se ao Papa que se utiliza do Palácio (Catedral de São Pedro) para representar a sua Igreja.

O Bispo máximo da Universal é preso em 24 de Maio de 1992 (sendo acusado de estelionato e charlatanismo) em uma cela especial da 91ª Delegacia de Polícia em São Paulo, recebendo visitas de naipes variados que variavam de Lula a R. R. Soares. Foram doze dias em que o sereno bispo dizia-se estar orgulhoso de haver sido preso em nome de Deus. Duas semanas antes da prisão, em 14 de Maio,

Macedo havia sido recebido pelo Presidente Fernando Collor no Planalto com uma comitiva que contava com 11 pastores e 16 deputados federais, aliados seus. A IURD foi considerada “instituição financeira clandestina” (*O Globo*, 25.05.1992). Nos termos de 1992, Macedo teve novamente decretada prisão, mas, estando nos Estados Unidos, não compareceu até que a 2ª Vara Criminal de São Paulo revisse a sentença. As sentenças e acusações foram indeferidas pela justiça, enquanto uma vigília de 100 mil fiéis orava pelo bispo na praia de Copacabana.



*Edir Macedo ficou preso durante doze dias em cela especial do 91º DP de São Paulo.*

Pastores, fiéis e políticos da Bancada Evangélica protestaram contra a prisão do bispo. Uma corrente de dois mil fiéis circundou a Assembléia Legislativa de São Paulo em 1º de Junho de 1992 contra a prisão de seu mentor espiritual. Um documento de repúdio fora escrito por 30 deputados evangélicos e 200 pastores que dizia:

“O Brasil vive nos últimos dias momentos de preocupação no que diz respeito aos direitos de expressão religiosa e suas garantias constitucionais. Os 35 milhões de evangélicos em todo o país exigem o cumprimento da Constituição e o fim de todo o tipo de discriminação religiosa”.

Todas as igrejas pentecostais acuadas uniram-se em um discurso vitimizador em prol da liberdade religiosa e contra o preconceito que corresponderia, naquele momento, a soltura de Macedo. Já no dia posterior a sua soltura meio milhão de

evangélicos reunidos no encontro intitulado “Celebrando Deus com o Planeta Terra”, Macedo, ajoelhado, chorou e fora aclamado e homenageado por bispos e religiosos que há pouco o criticavam. Macedo tornava-se um mártir ainda mais poderoso.

Os líderes (neo) pentecostais uniram-se temerosos de outras represálias. Há a necessidade de se formar uma Entidade de proteção aos direitos dos evangélicos, e diferente da AEVB (Associação Brasileira Evangélica) liderada por protestantes históricos, criara-se então, o Conselho Nacional de Pastores (CNPB). Sob a presidência estavam Manoel Ferreira (presidente da Convenção Nacional das Assembléias de Deus) e Macedo. O deputado Carlos Apolinário (PMDB/SP), assembleiano, chegou a dizer que a entidade tinha a real finalidade de defender a liberdade religiosa. O temor foi criado com, a necessidade de se defenderem os interesses da comunidade evangélica. Igualmente criava-se um sistema funcional que institucionalmente popularizar-se-ia com a alcunha de “Bancada Evangélica”, ou seja, os muitos políticos evangélicos, agora se uniam em torno de uma bandeira eleitoral: de um lado o Cristo que precisava vencer o Diabo, e, a comunidade que precisava “moralizar” a política pelos dons do Espírito Santo, logo do outro lado da bandeira, poder político e representatividade, clientelismos espirituais e traços marcantes de um “coronelismo” regado à fé, à Teologia (da Prosperidade e do Domínio) e marketing.

A Universal não se calou nos anos subseqüentes, mas, pelo contrário, assumiu uma posição ainda mais reativa, principalmente diante de suas duas maiores rivais: A Rede Globo e a Igreja Católica. Três episódios foram marcantes: O Primeiro deles foi a minissérie escrita por Dias Gomes e exibida pela Rede Globo em 12 capítulos chamada Decadência. O protagonista da minissérie chamava-se Dom Maciel, líder de uma igreja pentecostal, a Igreja da Divina Chama: corrupto, mulherego e

enriquecido à custa dos fiéis. Sentindo-se atacados os membros da IURD chegaram a chamar o Senhor Roberto Marinho de “o maior corrupto do Brasil” e o vice-presidente das Organizações Globo de “capeta”. Este incidente deu-se no dia 1º de Dezembro no Programa 25ª Hora. A Universal ameaçou pedir uma ação indenizatória contra a Rede Globo e contra a Igreja Católica; exibiu o filme *Os Meninos de São Vicente* com cenas de pedofilia, no dia 7 do mesmo mês. A IURD foi além: criou uma Campanha com o nome “Semana da Perseguição” em que o fiel “comprava” uma carteirinha de “Soldado de Deus”. Dom Maciel na minissérie dizia: “Venham encher os cofres de Jesus. O que vocês derem, receberão em dobro”, algo muito suplementar a uma típica frase franciscana de Macedo: “é dando que se recebe”.

Em pleno feriado de Nossa Senhora Aparecida de 1995, o segundo incidente: “o chute na santa”. Sérgio Von Helde, ainda bispo da Universal, em dois programas da Rede Record dá chutes e socos na imagem da santa. Ironizando o culto Católico o bispo diz: “Esse boneco feio, horrível e desgraçado”. Criticando os católicos chamando-os de idólatras a Universal associara a isto as mazelas latinas. A mídia criou um invólucro de Guerra Santa que apimentou ainda mais as discussões. Fernando Henrique Cardoso e Marco Maciel chamaram o ato de “manifestação de intolerância”. Além de haver críticas como as do deputado Afanásio Jazadi, do arcebispo do Rio Dom Eugênio Sales, e do pastor Caio Fábio. Von Helde é condenado a dois anos e dois meses de reclusão no dia 31 de Abril de 1997, muito embora, como réu primário, tenha cumprido sua condenação em liberdade. Diante da repercussão, até Macedo pedira desculpas acusando o ato de Von Helde de meninice. Entre as acusações de idolatria e a iconoclastia o que de fato se viu foram manifestações de intolerância e luta.

O terceiro incidente aparece quando tudo parecia tranqüilizado. Carlos Magno de Miranda no dia 22 de Dezembro de 1995, torna pública a exibição de um vídeo na Rede Globo de imagens de Edir Macedo contando dinheiro e rindo em uma igreja de New York após o culto. Mostram-no divertindo-se em um iate em Angra do Reis e dançando em uma vigília em Copacabana. Aparece ensinando bispos e pastores a arrecadarem mais dinheiro em seus cultos. Há escândalo (...). O vídeo tem repercussão inacreditável e provoca protestos e indignação em todo o país. Irregularidades foram encontradas no Banco de Crédito Metropolitano – de posse da Universal. Antigos inqueritos são restabelecidos após longo esquecimento. Novas investigações e até denúncias sobre a conduta de pastores que, incentivados pelo bispo Macedo, viam filmes pornográficos com suas esposas para diminuir os casos de adultério eclesiástico. A Universal tentou defender-se como pôde e, em meio a discursos vitimizadores, combateu a Rede Globo, denunciou Carlos Magno, provocando marchas e cultos de protesto.

A Receita Federal multou a Igreja em 98 milhões e 360 mil reais, obviamente a IURD entrou com recurso por intermédio de seus muitos advogados e analistas financeiros. A guerra televisiva, no entanto, prosseguia e somente recebera um ponto final quando Sérgio Motta, Ministro das Comunicações, reuniu-se com lideranças da Rede Globo e da Rede Record a pedido do presidente Fernando Henrique em 3 de janeiro de 1996 (*Folha de São Paulo*, 01.03.1996; *O Estado de São Paulo*, 02.03.1996).

Nos caminhos políticos, a Universal tem sucesso eleitoral incontestável ao lado da Assembléia de Deus. Lança candidaturas próprias desde 1982 com o intuito de lutar pela liberdade religiosa, uma vez que o discurso vitimizador a que tanto lhe conferem, exige a necessidade de representantes políticos para lutar pela

manutenção da comunidade e dos interesses da Igreja. Visa, portanto, a acarrear poder e a atender os interesses denominacionais. Políticos pentecostais de todas as esferas acabam por justificar seu atrelamento político à defesa dos privilégios fiscais das igrejas; às possíveis penalidades oriundas de poluição sonora ou da construção de edifícios. As bandeiras da moralidade também são içadas na defesa dos ideais evangélico-cristãos como a aberta oposição ao casamento homossexual, à legalização do aborto, à pornografia ou à legalização de drogas como a maconha.

A IURD não participou do sectarismo ou mesmo do sentimento apolítico dos tempos primeiros do pentecostalismo, desta forma seus líderes participam dos mecanismos político-partidários sem maiores explicações e os templos tornam-se verdadeiros comitês eleitorais de campanha onde o púlpito é também palanque. Obreiros dizem mais que boa noite e na acolhida pedem votos abertamente. O despotismo, juntamente com o carisma dos “santos” pastores rigidamente disciplinados, e uma máquina lucrativa financiadora, em simbiose a uma miríade de fiéis, permite vôos altos. Fernandes (1999:77) percebeu segundo pesquisa, Novo Nascimento, realizada no Rio, em 1994, que 54% dos fiéis votaram nos candidatos da Igreja. Esse índice apontava claramente para números maiores.

A Universal elegeu um parlamentar para o Congresso Constituinte. Em 1990, elegeu quatro deputados federais e três estaduais. Em 1994, este número passou a contabilizar seis federais e seis estaduais. O curral eleitoral, antes exclusivo aos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia, amplia-se em 1998 para 16 estados e mais o Distrito Federal. Numericamente a IURD elegeu 14 deputados federais e 26 estaduais.

Em 1989 Macedo manteve-se durante toda a candidatura ao lado de Fernando Collor e em 1992 apoiou Paulo Maluf para a prefeitura de São Paulo. Já em 1994,

pertencente à conjuntura antiesquerdista o bispo da Universal apoiou Quércia, que tinha como vice o evangélico Íris Resende. Todavia, com a derrota eminente, apoiou Fernando Henrique Cardoso já no crepúsculo das eleições. A IURD para a prefeitura de São Paulo, ainda em 1994, não apoiou o evangélico Francisco Rossi (PDT), mas sim Mário Covas (PSDB) kardecista. A preferência por Covas fora justificada pelo eventual fracasso de Rossi que prejudicaria os evangélicos. No Rio de Janeiro e na Bahia o apoio da igreja dirigiu-se a Marcello de Alencar e Paulo Souto, respectivamente (*Folha de São Paulo*, 22.10.1994; *Isto É*, 14.12.1994). O apoio aos tucanos, nas vistas antiesquerdistas, fora comentado por Paulo De Velasco em 07.06.1993 nos seguintes termos:

“Nós tínhamos dois candidatos: Lula e Collor. O Lula já tinha declarado que ele, eleito presidente, mandaria fechar a Igreja Universal. Ele declarou isso. Ele fez essa declaração: iria fechar a Igreja Universal. Eu não vou ser autodemolidor de mim mesmo. E houve promessas da parte de Collor de ajudar a igreja. O Collor disse que iria ajudar a igreja. Eu estive com ele neste momento. Eu tenho um retrato ao lado dele, inclusive. Hoje eu escondo esse retrato. Mas ele iria ajudar a igreja, dar apoio etc. Ele recebeu o bispo na casa da Dinda e cobriu o bispo de promessas. É claro se a igreja pretende crescer (...) Nós estamos comprando a TV Record. Repare se por acaso você compra, depende da autorização do presidente. A concessão de uma rede de televisão, de uma emissora, depende da aprovação do presidente. Se você tem um presidente dizendo para você ‘vou te apoiar’, você apóia o cara. Por quê? É uma questão de praticidade. Eu não vou apoiar meu inimigo. Vou apoiar aquele que se diz meu amigo. Só que quando ele subiu houve aquela questão (...) Roberto Marinho se insurgiu, os Mesquita, o Estadão, se insurgiram, o Frias começou, depois esfriou, Brizola e outras coisas mais, todos contra o bispo Macedo. Então o que aconteceu com o Collor? Ele se retraiu. E mandou um recado ao bispo Macedo que não iria atendê-lo porque não queria se queimar junto aos meios de comunicação de massa. E o que aconteceu com ele? Se queimou. Ele foi contra um ungido de Deus (...) [Próximo ao impeachment] O bispo veio dos EUA orar com ele na casa da Dinda. Passou três horas com ele. Orou e ele chorava copiosamente. Chorou baldes de lágrimas. Mas ali não adiantava mais” (in: Mariano, 1999: 93).

A Igreja Universal encabeça um movimento antiesquerdista que associou abertamente o nome de Lula ao comunismo e ao Diabo. Não fora despretensiosamente, portanto, que o grupo evangélico fora o grupo que menos votou em Lula, seja em 1989, seja em 1994. O Jornal *Folha Universal* criou uma

panacéia de persuasivos midiáticos contra a esquerda, o PT e Lula, transformando a imagem do líder petista em amoralidade, desordem e pactuante ao Diabo. Não se tratava mais em decidir por um candidato ou outro. Macedo disse em um evento (*Clamor pelo Brasil*) no Aterro do Flamengo em 18.06.1994 que era ou escolher a igreja de Jesus ou a do Diabo. O PT reagiu e foi até a Justiça Eleitoral. A Universal, no entanto, mesmo obrigada a inclusive estampar a resposta do PT em seu semanário jornal não se calou e continuou no embate contra o diabólico partido vermelho. O pastor Júlio César chegará a dizer que “Lula é a marionete nas mãos dos católicos”. Isso graças à presença de frei Betto na campanha presidencial a favor do Partido dos Trabalhadores.

Nas eleições de 1998, a Universal não apoiou nenhum candidato à Presidência da República, mas, em 1996, o evangélico Francisco Rossi (PDT/SP), que certamente receberia apoio da Igreja para o cargo de prefeito de São Paulo, por não apoiar a igreja contra a rede Globo no incidente provocado pelo pastor Von Helde, acabou não recebendo as bênçãos de Macedo.

Celso Pitta, candidato de Maluf e midiaticamente criado por Duda Mendonça, participou da Marcha para Jesus realizada em 25 de Maio de 1996 com o objetivo de acarrear votos evangélicos. O pastor Dinini apoiaria o candidato graças a uma doação de 800 mil reais feita por Maluf. Mas a cúpula da IURD, graças à promessa de uma secretaria, apoiou José Serra. Dinini foi enviado a África do Sul para tornar-se secretário-geral de evangelização da Universal na África, da qual se desligaria em 1997. Já o candidato tucano sofreu forte represália pelo apoio recebido pela Universal que se submeteu até a investigações por parte do TRE. Serra não conseguiria superar Erundina, enquanto Pitta disparava e Rossi afundava de vez.



Pitta vence e a Universal, obrigada a um perfil de neutralidade no segundo turno, cala-se.

Em 1996 a Universal apoiou também Sérgio Cabral Filho no Rio, Cássio Taniguchi no Paraná, Antônio Imbasshy na Bahia e Alfredo Pereira do Nascimento no Amazonas.

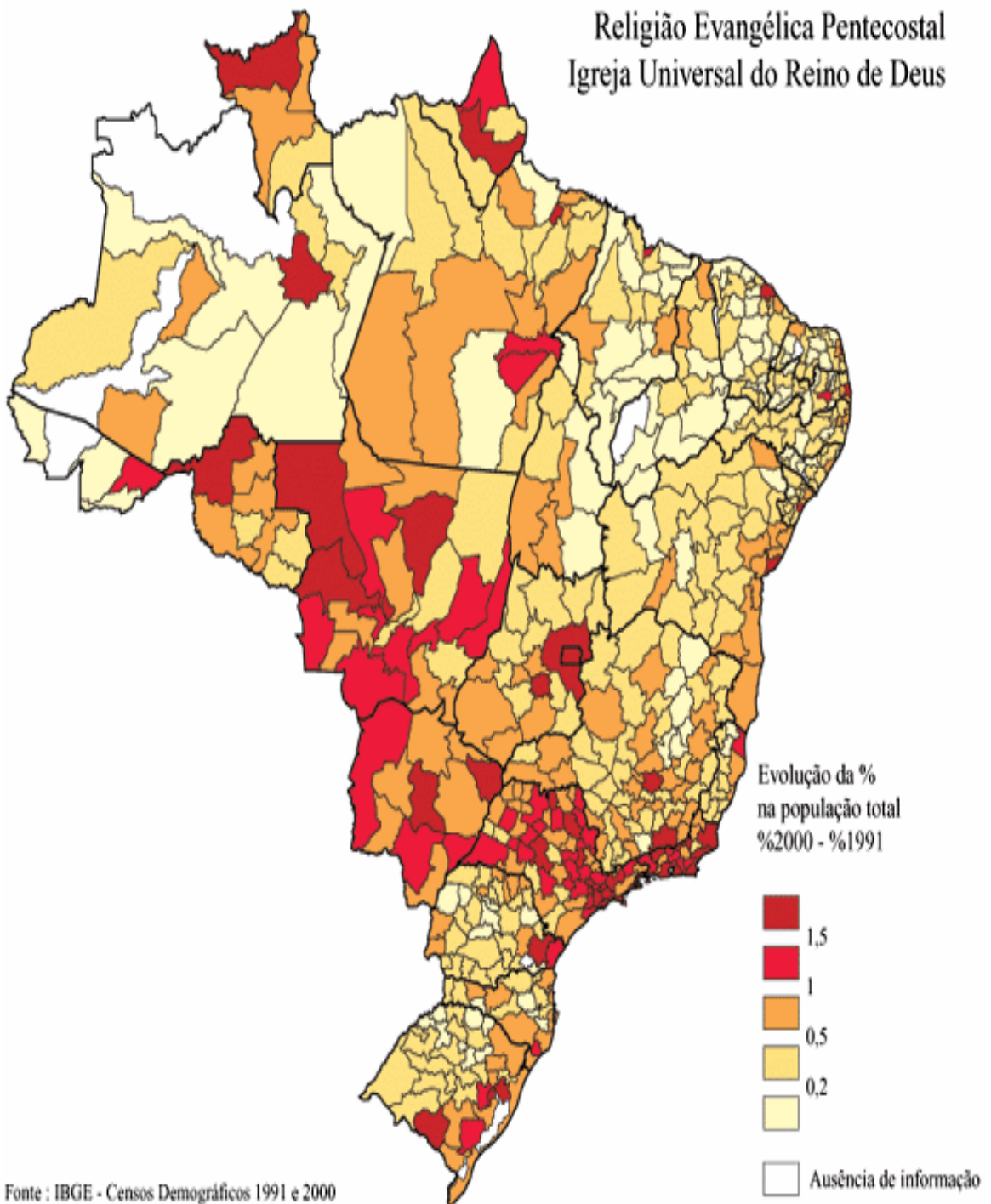
A Igreja aprendeu a duras penas os ensinamentos forçados de 1995 e de 1996. Esqueceu o decorro e em 1997 deu início a um cadastramento de todos os seus fiéis. Ali estavam identificados do número do título de eleitor até a cidade, zona e seção eleitoral do fiel. A estimativa em relação aos números de votos saiu do teórico ao saldo disponível de fato. De posse de tais informações como número de eleitores e fidelidade eleitoral por área, a igreja passou a quantificar candidatos por área e cargos. Pratica-se um clientelismo oriundo de uma longa tradição política nacional, que em perfeita simbiose juntou-se ao perfil “coronista” das posturas políticas da Universal.

Tal prática fora aprendida por tantas outras igrejas pentecostais e/ou neopentecostais, que realizam coligações eclesiástico-denominacionais, sejam em nível religioso ou político. O clientelismo transcendeu o material e tornou-se também espiritual. O pastor, seguindo os ensinamentos de Macedo no vídeo apresentado por Carlos Magno à rede Globo, tornou-se “super-homem”, ou um “coronel” político e religioso pós-moderno com força suficiente para criar seu próprio curral eleitoral. Nos próximos capítulos, discutiremos os mecanismos políticos brasileiros e o seu reflexo no Estado do Espírito Santo, no intuito de percebermos como eles transmitiram na hereditariedade do seio político, os comportamentos clientelistas coronelistas ao fazer político contemporâneo. Trata-se de uma modernidade que acolheu as novas formas de religiosidade e criou uma práxis comportamental atrelada às lideranças

evangélicas que associam a Teologia da Prosperidade e do Domínio, prática eclesiológica, litúrgica e pastoral aos mecanismos de manutenção político-religiosa.

Abaixo deixo inseridos dois mapas: um de acordo com os censos demográficos do IBGE, apresentando a evolução da Igreja Universal no Brasil; outro apresentando as localidades em que a Rede Record se faz presente; ambos mostrando a importância da Igreja Universal no Brasil.

Religião Evangélica Pentecostal  
Igreja Universal do Reino de Deus



## Rede Record



Fonte : Rede Record

#### **1.4. POR UMA COMPREENSÃO COMPORTAMENTAL E ECLESIOLÓGICA DA ONTOLOGIA TEOLÓGICA NEOPENTECOSTAL**

Para melhor exemplificarmos os modelos com os quais o (neo) pentecostal articula seus comportamentos ao ideológico religioso de sua doutrinação teológica, apresentaremos três momentos teológicos distintos que permitem o ideário comportamental no entorno da elaboração de sentido e da pertença dos membros em suas igrejas. Serão apresentadas evidências do momento histórico-religioso contemporâneo que permitem o surgimento da identidade (neo) pentecostal e, portanto, presente nos discursos de seus líderes pastores, seja na mediação eclesiológica, seja no construto moral que possibilita o universo político a que se articulam.

Teologia da Prosperidade, Teologia do Domínio e os novos costumes provenientes da perda de sentido da antiga austeridade “crente”, permitem vislumbrarmos como o religioso agregou-se ao “mundano” de forma a lhe ser donatário. Pensar a Nova História Política em que as Bancadas Evangélicas fazem-se presentes induz pensar quais os Aparelhos Ideológicos de Controle, as Instituições religiosas utilizam para a prática de manipulação nos e pelos próprios indivíduos, que, fiéis, fazem-se também eleitores em congruência com a realidade que lhe é envolta.

Como na perspectiva de Lukács, em que o trabalho confere ao indivíduo o sentido que lhe é próprio, enquanto imerso ao mundo da práxis social, percebe-se que há um labor, no âmbito da manifestação do sujeito, enquanto ser de crença. O sujeito religioso permite um empreendimento ainda mais audacioso na formação de uma Ontologia do Ser engajado e comprometido com sua fé. “O ir-além da animalidade por meio do salto humanizador conferido pelo trabalho, o ir-além da consciência epifenomênica, determinada de modo meramente biológico, adquire, então, com o

desenvolvimento do trabalho, um momento de refortalecimento, uma tendência em direção à universalidade” (Lukács, 1980:35). O labor religioso também humaniza, mas assim o faz como também ao trabalho, com incessantes Aparelhos Ideológicos fornecidos pela Instituição.

Essa perspectiva extraída de Louis Althusser nos é cara, uma vez que as fundamentações das teologias que apresentaremos mediam e estimulam comportamentos respondentes utilizando o ideológico, e, algumas vezes, até repressor, circuito de controle laboral incrustado às crenças pré-comportamentais.

Ademais compreendemos que explicar um dado comportamento “significa fornecer uma ‘análise funcional’ dele, isto é, especificar as variáveis independentes (estímulos) das quais o comportamento (resposta) é legitimamente uma função”. (Dicionário de Filosofia de Cambridge, 2006:73). Compreendendo que a lógica interna dos indivíduos corresponde ao nível do psiquismo, mas circunscrito ao imaginário simbólico formulado, e crendo que, do ponto de vista, as múltiplas facetas da doutrinação (neo) pentecostal ordenam um emaranhado de variáveis articuladas. Apresentaremos aqui a ordem do simbólico vinculada ao teológico dos discursos dos pastores. E, portanto, um estímulo que dá sentido e gera respondentes que funcionam como comportamentos controláveis.

#### **1.4.1. Ontologia do Ser (Neo) Pentecostal e Capitalismo: a Mobilidade Social como Graça Divina – Por um Novo Calvinismo**

Cristo sobe a montanha e ao vislumbrar uma multidão proclama como escrito em Lucas 6,20b-22:

“Felizes, vós, os pobres, o Reino de Deus é vosso. Felizes, vós que agora tendes fome: sereis saciados. Felizes, vós que agora chorais: haveis de rir. Felizes sois vós quando os homens vos odeiam, quando vos rejeitam, e quando insultam e proscvem vosso nome como infame por causa do Filho do Homem”.

Logo mais adiante no versículo 36 do mesmo capítulo do Evangelho de Lucas, lê-se ainda: “Sede generosos como vosso Pai é generoso”. O deleite prometido aos pobres e afortunados torna-se vinculado à generosidade que o homem deve copiar do Pai. Mas quando dar e quando receber? Quando experimentar o Reino e suas benesses que saciarão o humano? Seria no epifânico devir celeste? O Pastor Paulo De Velasco, da Igreja Universal, prefere responder que “O reino dos céus é hoje” (*Isto É Senhor*, 22.11.1989).

Uma temática universal em todos os mecanismos religiosos é o do sofrimento e dos infortúnios que acabam por gerar degradação, miséria e morte. Como promessa, o que advém é uma doutrina da salvação, uma libertação das tantas chagas sofridas. Mensagem querida às massas que necessitam de consolo e de esperança. O pentecostalismo durante muito tempo esteve alheio ao empreendimento proselitista, que o uso dessa mensagem poderia permitir e, por intermédio de uma forte tendência sectarista e ascética, pregava a desvalorização do mundo. Este mundo corrupto pertencente à matéria é facilmente manipulável por Satanás, portanto, repudiado, uma vez que a Salvação tinha como local de realização o Paraíso Celeste. Tal asceticismo era praticável sem grandes tensões quando pregado a uma população já privada de bens de consumo ditos “mundanos”.

O país cresce e uma parcela da membresia passa a usufruir de uma mobilidade social nunca antes experimentada. O sacrifício alcança agora uma outra tonalidade, visto que a sociedade de consumo e todos os apelos aí locados persistiam na alteração da troca de discurso e, desta forma, abriam o religioso aos deleites “carnais”. O “mundano” devia ser acomodado, e um processo gradual de dessectarização começa a criar feições outras dentro do mundo pentecostal.

Institucionalizava-se o pentecostalismo em feições outras como que cotidianizando sua mensagem ao universo social de consumo. Os anos de 1970 abriam espaço para o neopentecostalismo e consigo a **Teologia da Prosperidade**. A riqueza, condição avessa à participação no Reino almejada como que em uma segunda doutrina calvinista neo-burguesa, agora já capitalista, passa a compor o cenário dos ditos eleitos e amados de Deus. Ricardo Mariano ao dizer sobre a Teologia da Prosperidade deixa claro que:

“Com promessas de que o mundo seria *locus* de felicidade, prosperidade e abundância de vida para os cristãos, herdeiros das promessas divinas, a Teologia da Prosperidade veio coroar e impulsionar a incipiente tendência de acomodação ao mundo de várias igrejas pentecostais aos valores e interesses do ‘mundo’, isto é, à sociedade de consumo” (Mariano, 1999:149).

O mesmo Ricardo Mariano ilustra isso ao dar como exemplo uma fala do evangelista da Assembléia de Deus, Carlos Apolinário, radialista, televangelista, empresário e deputado federal (PMDB/SP) não reeleito em 1998. A fala de Apolinário ocorreria em 27 de janeiro em 1993:

“Na minha infância os pastores nos preparavam para morrer. Diziam: ‘E se Jesus voltar amanhã?’ Agora, a igreja está nos preparando para viver. Está preparando pessoas comprometidas com Deus, independentemente se Ele virá amanhã ou não. Muitos irmãos antigos diziam que o crente não devia ser advogado, empresário, atleta, estudar muito. Não devia entrar na vida pública – porque os políticos são todos ladrões. Hoje não é assim mais. Ser crente não é ser escravo. Pelo contrário, ser crente é ser liberto dos maus costumes, da imoralidade e da falta de ética. Jesus veio para salvar os ricos também e não apenas os pobres. Deus contempla a todos. Nós podemos ser filhos de Deus e exercer qualquer profissão, em qualquer lugar (...) Os evangélicos estão preparados para assumir qualquer cargo neste país, de vereador de uma pequena cidade a presidência da República” (em Mariano 1999:150).

As mudanças são, portanto, o esmorecimento do discurso escatológico diante da inadaptação do crente ao mundo, do sectarismo e do asceticismo que abrem, por sua vez, o evangélico à participação política, à educação formal, à busca de riqueza e de liberdade na escolha de uma determinada profissão: o esporte, a música, tudo



isso sem ferir a moral. Tal empreendimento já se fazia conhecido por Weber ao se analisar o conteúdo das orações: “O afastamento do mal externo e a obtenção de vantagens externas, ‘neste mundo’, constituem o conteúdo de todas as ‘orações’ normais, mesmo nas religiões extremamente dirigidas as além” (Weber, 1991:293).

A Teologia da Prosperidade tem sua origem nos EUA dos de 1940, mas tornou-se doutrina apenas nos anos de 1970. Uma das expressões mais atuantes na propagação desta doutrina foi o pastor Kenneth Hagin, que fundou em Oklahoma em 1974, conjuntamente com seu filho Ken Jr., o *Rhema Bible Training Center*, na verdade uma escola de formação da Doutrina da Prosperidade. Este centro fora criado para dar ainda mais força ao movimento de Confissão Positiva, por ele encabeçado.

Hagin tomou, como ponto de partida para a articulação da sua doutrina, Essek William Kenyon, de onde se afeiçoou à cura divina e à Confissão Positiva, e Oral Roberts, de onde retirou a “Vida Abundante”. Vários pregadores foram acrescentando vieses à doutrina que deu origem aos *Health and Wealth Gospel*, *Faith Movement*, *Faith Prosperity Doctrines*, *Positive Confession*. Destacam-se como impulsionadores e co-criadores desta doutrina ainda: Kenneth e Gloria Copeland, Ken Hagin Jr., Robert Shuller, Charles Capps, Jerry Savelle, Benny Hinn, Paul Crouch e Fred Price. Para melhor se compreender tal formulação, destacam-se as obras de Barron (1987), Horn (1989), Piratt (1993) e Hadden e Shupe (1987).

A mídia televisiva é, e desde o início foi, o mecanismo mais utilizado para a propagação das doutrinas da prosperidade que já pregavam a Confissão Positiva. Nela o cristão tem poder de fazer existir o que com fé proclama, criando realidades que transmutam o virtual (espiritual) ao real (material) por meio da palavra. Don

Gosset em seu livro *Há poder em suas palavras*, defendia isso em alto e bom som. Estão disponíveis nesta vida a saúde e a riqueza. (Barron, 1987).

A fé, elemento fundamental da doutrina cristã protestante, em oposição à dualidade católica da fé e obras, torna-se o cargo chefe ou a chave para tudo se alcançar. Mariano lista as bênçãos mais declaradas: “Saúde perfeita, ou cura de enfermidades, prosperidade material, triunfo sobre o Diabo, uma vida plena de vitória e felicidades, ‘direitos’ do cristão, anunciados na Bíblia, figuram entre as bênçãos mais declaradas por eles” (Mariano 1999:154). Tudo embasado num “princípio de reciprocidade” citado por Maus (1974) em que o cristão deve decretar e exigir em nome de Deus e ao mesmo tempo também fazer sacrifícios e ser fiel como demonstração de verdadeira entrega e confiança em nome desta fé. Toma-se, desta forma, posse das graças, mesmo antes destas terem sido alcançadas.

O pastor Manuel da Igreja Cristo Salva chegou a dizer em uma pregação realizada em 10.08.1992 em Indianópolis e copilada por Ricardo Mariano (1999) que:

“Orar é determinar resultados. Determinamos resultados quando oramos obedecendo à Palavra de Deus. A gente leva ao Pai, em oração, o nosso problema e diz a Ele que tal problema já foi resolvido em nome de Jesus. Nós determinamos aquilo que queremos que aconteça em nome de Jesus, que assim o fará. Nossa oração só pode trazer resultados se assim o fizermos. Tudo aquilo que você determinar com confiança, com fé, em nome de Jesus, será realizado. A enfermidade, a miséria, tudo será solucionado por Deus (...) Deus já fez todas as coisas e já nos deu de antemão. Creia que já recebeu tudo aquilo que quer, porque Deus já nos deu”.

Algumas tendências vão além e pregam que o humano no sacrifício e na vida entregue ao Pai assume também uma natureza divina. O gênero humano é, então, na Teologia da Prosperidade neopentecostal revestido de poder. Alguns relatos deixam isso muito claro:

“Quando o homem nasce de novo ele toma sobre si a natureza divina e torna-se, não semelhante, mas igual, exatamente igual em natureza com Deus. A única diferença entre o homem e Deus torna-se a magnitude, Deus é infinitamente divino e nós ainda finitamente divino. O crente é uma

encarnação de Deus, exatamente como é Jesus de Nazaré”, defende Kenneth Hagin (...) “Você não tem Deus morando dentro de você. Você é Deus”, afirma Kenneth Copeland (Gondin, 1993: 83,85).

“Nós perdemos muitas bênçãos de Deus por não conhecermos a Palavra de Deus (...) Se você tem a palavra de Deus, você é poderoso. Se você não é poderoso, Deus não está em você. Nós somos seres humanos, mas quando assumimos a Palavra de Deus é como se nós fossemos deuses poderosos. O crente tem que agir, operar, como se fosse um Deus” (sermão de R. R. Soares, 07.12.1991 citado por Mariano 1999:155).

Grande dose de fé é exigida do fiel que se não toma posse da bênção não alcançou a graça por falta de fé ou por um embuste demoníaco. E essa bênção esperada deve ser assumida como já alcançada, uma vez que o tempo de Deus é diferente do humano e, por isso pode se levar algum tempo para que tal bênção de fato chegue.

“Se duvidamos, criamos uma confissão negativa e o pedido é destruído. Se uma pessoa, por exemplo, afirma que está curada e mais tarde admite que a dor persiste, a segunda admissão anula a primeira confissão e dá a Satanás o direito de infligir a dor” (Pieratt, 1993:83, citado por Mariano em 1999:156).

A Teologia da Prosperidade chega ao Brasil nos anos de 1970 e terá nas igrejas Internacional da Graça de Deus, de R. R. Soares, e na Universal do Reino de Deus, de Edir Macedo, suas mais fiéis propagadoras. No entanto, há um desnível causador de sérias perturbações teológicas, eclesiais e comportamentais no mundo evangélico brasileiro que acaba por acusá-las de charlatanismo e estelionato. Isso se dá pelo fato de a Teologia da Prosperidade Tropical prometer além de bênçãos neste mundo, acusar o insucesso como falta de fé, não cumprimento da moral Bíblica ou ainda pregar que o fiel possui uma ligação com entidades demoníacas, seja diretamente, ou mesmo, por um vínculo hereditário e, desta forma, indireto. O desconforto é causado porque uma grande parcela dos fiéis deste meio é esmagadoramente pobre.

A cruz, o sacrifício e o martírio, temas clássicos do cristianismo, têm aos poucos apresentando um novo sistema axiológico, uma nova ordem. Não se quer mais o

Cristo da Cruz, mas a mensagem salvífica sem sofrimento. A Ressurreição, a Vitória e o que seriam estas manifestações hoje, na realidade material, são buscadas como fonte de se alcançar saúde, riqueza, felicidade, poder e sucesso.

Mas todas as graças necessitam de que o indivíduo restabeleça a aliança com Deus, quebrada pelo pecado. E a chave que religa e permite uma nova aliança entre o humano e o Senhor, não é outra coisa, senão a fidelidade ao pagamento do dízimo. O que Edir Macedo chamará de “o sangue da Igreja”. Desta forma o humano restabelece a aliança antes quebrada pelo mal e volta a ser herdeiro das benesses celestes possíveis de serem tornadas realidade nesta vida, ou seja, a “vida abundante”, seguindo o termo de Oral Roberts.

Macedo e Soares ao falarem sobre o dízimo utilizam estes termos:

“Ele [Jesus] desfez as barreiras que havia entre você e Deus e agora diz – volte para casa, para o Jardim da Abundância para o qual você foi criado. E viva a Vida Abundante que Deus amorosamente deseja para você (...) Deus deseja ser nosso sócio (...). As bases de nossa sociedade com Deus são as seguintes: o que nos pertence (nossa vida, nossa força, nosso dinheiro) passa a pertencer a Deus; e o que é d’Ele (as bênçãos, a paz, a felicidade, a alegria, e tudo de bom) passa a nos pertencer” (Macedo, 1990:25, 85, 86).

“Deus promete ao dizimista ricas bênçãos e, dentre elas, a de repreender o devorador. Certamente Deus está se referindo a todo espírito de miséria, de pobreza e de injustiça que rouba, mata e destrói o homem. Existem demônios atuando sob a direção de Satanás no sentido de levarem os homens à miséria e à pobreza indignas (...) O negócio que Deus nos propõe é simples e muito fácil: damos a Ele, por intermédio da Sua Igreja, dez por cento do que ganhamos e, em troca, recebemos d’Ele bênçãos sem medida (...) Quando damos nossas ofertas para a obra de Deus, estamos nos associando a Ele em seus propósitos. É maravilhosos saber que Deus deseja ser nosso sócio e que podemos ser sócios de Deus em sua missão de salvar o mundo . Ser sócios de Deus significa que nossa vida, nossa força, nossos dons e nosso dinheiro passam a pertencer a Deus, enquanto suas dádivas como paz, alegria, felicidade e prosperidade passam a nos pertencer” (Soares, 1985:61, 63, 141).

A onipotência de Deus é quebrada, uma vez que atrelado a um contrato não se pode furtar a conceder as bênçãos de que o fiel se faz donatário: “Nós ensinamos as pessoas a cobrar de Deus aquilo que está escrito. Se Ele não responder, a pessoa

tem de exigir, bater o pé, dizer “tô aqui, tô precisando” (Macedo, *Folha de São Paulo*, 20.06.1991).

Os fiéis além do dízimo são incentivados a trabalhar muito, ser inteligentes e ter um espírito empreendedor. De igual forma Universal do Reino de Deus, Internacional da Graça, Renascer em Cristo e Sara Nossa Terra promovem encontros de empreendedores e empresários motivando-os a participar de correntes como a “corrente da ambição” promovida pela Universal em dezembro de 1993. Desta forma estes empresários atrelam suas empresas ao mecanismo religioso e partilham seus lucros com a igreja como sinal da prosperidade que Deus lhes concede.

Mas existem severidades extremistas em igrejas do deuteropentecostalismo também. Os membros da Casa da Bênção que não estão com o dízimo de 15% da renda em dia têm seus nomes expostos. Já os membros da Igreja Deus é Amor do missionário David Miranda que não tem pagado o dízimo não podem comungar da Ceia do Senhor, condição para a Salvação. Habilita-se quem apresentar aos obreiros o cartão do dízimo devidamente quitado.

As inovações são muitas. A Universal de Belo Horizonte segundo o jornal *O Globo* de 16.08.1992 chegou a cobrar 30% da renda do fiel, alegando que a Trindade partilharia: 10% para o Pai, 10% para o filho e 10% para o Espírito Santo.

As inovações continuam: existem correntes da prosperidade; fogueiras santas, nas quais pedidos (nunca as ofertas) são queimados; e até distribuição de brindes. Mas algo é sempre uma constante as bênçãos prometidas sempre estão intimamente ligadas ao dízimo e às ofertas e lhes são proporcionais. O dízimo no sacrifício é prova de fé.

“Como pode enriquecer uma pessoa se ela não está pronta para dar? Se a lei do receber é dar, aquele que é mesquinho jamais alcançará de Deus as bênçãos que enriquecem. A Bíblia diz que Deus nos enriquece para toda a generosidade. Se não temos o coração preparado para dar, dificilmente

poderemos enriquecer. É por isso que a maioria de nós é pobre (...) Saúde, forças físicas, dinheiro, felicidade, sabedoria, trabalho justo e prosperidade em tudo são coisas, evidentemente, deste mundo e que estão a nossa disposição. É a nossa fidelidade a Deus que vai nos determinar a abundância na qual vivemos. Aquele que muito dá, muito recebe; quem muito planta, muito colhe; o que semeia muito, muito também ceifará. É a lei fixa de Deus; é a lei da vida (...) Quando dá a sua oferta, o filho de Deus dá o melhor e o máximo que pode, e não o resto” (R.R. Soares, 1985: 43, 96, 97, 138).

“A dúvida é coisa do Diabo”, portanto aqueles que se mostram duvidosos e não ofertam são acusados de possuir ligação com o Diabo, de parasitarem as graças de Deus como ladrões. Não merecedores da graça divina, restam lhes somente a maldição. “Quem se recusa a dar, não só deixa de receber as bênçãos, como, pela via indireta, se opõe a Deus ao negar apoio financeiro à obra evangelística” (Mariano, 1999:172).

“Seja salário ou ganhos recebidos de outras fontes, dez por cento não nos pertencem. São de Deus. Ele nos entrega essa parte para fazer uma prova conosco. Se a devolvemos, somos fiéis; se não, somos chamados ladrões (Malaquias 3:9) e somos amaldiçoados (...) quem não paga o dízimo é ladrão de Deus e está ameaçado de maldição (...). Quase sempre a pessoa que não contribui com seus dízimos e ofertas para a obra de Deus está dando ouvidos ao diabo. Se não está de alguma forma envolvida com ele, pelo menos está fazendo a sua vontade e colaborando com ele para impedir que a obra de Deus seja feita” (Soares, 1985:24, 51, 120).

Diante de todos esses estímulos da ordem eclesiológica e comportamental, abrem-se discussões sobre o conteúdo ético com que tal mecanismo teológico, o da prosperidade, caminha nos meandros da relação dinheiro, religião e política.

O missionário Manuel de Mello chegou a ressuscitar, quando liderava a Igreja Brasil para Cristo e, diante de tantas e controvertidas atuações, fora detido inúmeras vezes pela polícia (*Veja*, 07.10.1981). Não escaparam destes questionamentos, tampouco dos ataques da imprensa e da Justiça, Igrejas como a Deus é Amor, a Universal (já

mencionados os escândalos no breve histórico realizado nesta dissertação) e o “fisiologismo”<sup>5</sup> das Bancadas Evangélicas, ainda germinantes, na Constituinte.

A retidão moral com que sempre fora embalado o pentecostalismo e suas feições mais modernas macularam-se e o bordão “Templo é dinheiro” caiu, algumas vezes justamente, noutras injustamente, na mídia e na representação social de classes como objeto difamatório. Escândalos políticos e financeiros, além de campanhas difamatórias sobre enriquecimento de pastores provocaram mais que uma crise, um rombo, mas que fora insuficiente para diminuir o vértice do expansionismo (neo) pentecostal.

A mídia perseguiu o (neo) pentecostalismo de forma terrorista, todavia lideranças de muitas igrejas foram responsáveis por tal atitude. Os maniqueístas se rejubilam no gozo entusiasmado do escárnio, mas ainda hoje existem igrejas que não apresentam aos seus fiéis relatórios financeiros e montantes alcançados pelos dízimos e ofertas de seus templos, ou ainda o que é feito com esse dinheiro.

A participação dos religiosos (neo) pentecostais na política tem contribuído muito para o descrédito enfrentado por estas religiões, uma vez que são muitos os casos de comportamentos suspeitos e fisiológicos. Dentre estes comportamentos, pode-se citar a drenagem de verbas, as concessões de canais de mídia em troca de apoio ao mandato Sarney em tempos de Constituinte (Pierucci, 1989), as emendas que enriqueceram o deputado Manuel Moreira (PMDB/SP) em um esquema montado com três empreiteiras (*Veja*, 10.11.1993), os 18 mil dólares sonegados e o desvio de outros 44 mil realizado pelo deputado João de Deus Antunes (PPR/SP) (*Folha de São Paulo*, 01.12.1993), a infidelidade partidária de Itsuo Takayama (PSD/MT) que lhe renderia 30 mil dólares quando deixasse o PP e migrasse para o PSD (*Folha de*

---

<sup>5</sup> Termo utilizado por Paul Freston, em sua tese de doutoramento, e que será melhor comentado no capítulo 5 desta dissertação.

São Paulo, 16.12.1993), as fraudes nas eleições legislativas de 1994 no Rio de Janeiro de Sotero Cunha (PRP/RJ) (*O Globo*, 03.11.1994). Todos os nomes citados compunham Bancadas Evangélicas e eram membros da Assembléia de Deus.

Ademais, os escândalos políticos e éticos, e o regimento eclesiológico e comportamental da Teologia da Prosperidade, o autor de *Tongues of Fire: the Explosion of Protestantism in Latin América*, David Martin, têm reavivado as teorias de Weber e Haléry sobre a relação do protestantismo com o capitalismo e a mobilidade social. Peter Berger chegara a expor no Prefácio deste livro de Martin que o *ethos* pentecostal copula-se com o “espírito do capitalismo”. Ao citar Martin, Mariano (1999:184) coloca que segundo o autor:

“(...) o pentecostalismo provê uma arena para o exercício de habilidades de expressão, oratória, organização, propagação e liderança, estimula a participação, a iniciativa pessoal, o voluntarismo (habilidades e disposições latentes que podem vir a ser aplicadas na administração de negócios ou transformadas em iniciativa econômica), cria estruturas terapêuticas, instituições educacionais e de lazer, inculca disciplina, ética do trabalho duro, sobriedade, pontualidade, honestidade, parcimônia (virtudes favoráveis à acumulação e melhoria no padrão de vida), rejeita o álcool, o machismo e a promiscuidade, promove a auto-estima, o sentido de valor pessoal, constrói redes de apoio mútuo”.

Essas são mostras de que a Teologia da Prosperidade manifesta-se como um neo-calvinismo. O weberianismo leitor das convergências entre a ética puritana e o capitalismo mostra-nos novo vigor. Obviamente, o intuito consumista do neopentecostal é desraigado do protestantismo ascético calvinista, mas a relação capitalismo/neopentecostalismo é marcante. A motivação ao consumo e ao progresso pessoal está presente e não se mostra antagônica à lógica capitalista. Mesmo possuindo também pontos de desajuste como a forte tendência mística e mágica, o afrouxamento disciplinar que gradualmente tem-lhe atingido é o antiintelectualismo.



Ressalvados exageros, o neopentecostalismo permite presenciarmos melhoras e piores dentro do cenário socioeconômico e político que adentra. Martin (1990) diz que o processo ainda se constitui “latente”, Mariano (1999) rebate apresentando insatisfação diante de nove décadas de “latência”, formulando uma hipótese de desacordo, dizendo que o asceticismo que melhor conteúdo ético poderia proporcionar desenvolvimento capitalista fora deixado de lado (Mariano,1999). Percebe-se a tentativa de equilíbrio na negativa às tendências pouco plurais de interpretação do acontecimento histórico. Tantos imaginários sociais negativos foram construídos na prática hermenêutica de nossa matriz religiosa e política que o uso do amplo consenso abrangente parecer-nos-ia mais adequado.

#### **1.4.2. Ontologia do Ser (Neo) Pentecostal e Negatividade: a Demonização do Diferente e a Construção de um Inimigo para a elaboração de um Sentido na Pertença**

A prova da inexistência de Deus pela construção lógica oriunda de Epicuro, em que a Suma Bondade e a Onipotência Divina estivessem conjugadas, mesmo em um mundo ladeado pelas misérias humanas em todos os campos, acabou por criar o poder demoníaco, possibilidade de se quebrar a lógica epicurista. Dualidade evidente em nossas religiões desde os embates de Ormuz e Arimã do antigo Zoroastrismo persa. As religiões, em especial as do seio do Patriarca Abraão, acabaram por cunhar um adversário decaído, a personificação do Mal, o Diabo – em que tantas alcunhas revelam sua postura negativa diante da Luz, do Bem, e no cristianismo, do próprio Cristo.

Por muito tempo o cristianismo moderno, ou seja, o da teologia liberal do século XVIII, intentou diminuir o poder conferido à personificação do mal. Todavia, à moda,

“Pastores e fiéis [neopentecostais] enxergam a ação divina e demoníaca nos acontecimentos mais insignificantes do cotidiano. Para eles, não há acaso. Tudo é prenhe de sentido, e a Bíblia contém todas as respostas de que precisam. Daí a banalização de fenômenos sobrenaturais nas igrejas pentecostais. E tudo indica que, diferentemente dos grupos e teólogos cristão liberais, estes crentes não estão nem um pouco dispostos a abrir mão do sentido que o personagem do Diabo e o de seu criador e oponente, Deus, são capazes de conferir à caótica, precária e sofrida vida humana” (Mariano, 1999:110).

Desse reavivamento do entendimento e da percepção das influências demoníacas no mundo, pelo meio religioso pentecostal e, sobretudo neopentecostal, deu-se início a um processo de enfrentamento por parte dos membros destas religiões aos cultos de origem afro-brasileira e kardecista. Exorcismos e manifestações compunham o cenário cultural de demonização dessas religiões. Na pesquisa Novo Nascimento (Fernandes, 1996: 50, 51) promovida pelo ISER, 95% dos evangélicos consideravam o Candomblé e a Umbanda como satanistas ou demoníacas. 88% deles consideravam o Kardecismo também demoníaco, e, 43% dos adeptos da Igreja Universal consideravam até o Catolicismo como demoníaco.

Deus e o Diabo estão em batalha, em que Deus já é o vencedor a priori, no entanto, o que temos, de fato, é uma batalha pelas almas. Porque haverão aqueles eleitos que, santificados, serão salvos e os imprudentes que se perderão e se condenarão à danação eterna. Tal dualismo e embate sempre estiveram marcados no cristianismo, todavia neopentecostais e deuteropentecostais como a Casa da Bênção e a Deus é Amor potencializaram tal disputa criando ensejos litúrgicos, que associavam a verdadeira libertação a destronamentos do Diabo, como em casos de “macumba”. Temos os cultos afro-brasileiros e kardecista estigmatizados, pelo (neo) pentecostalismo, uma vez que estes outros são agenciadores do mal e lutam por levar a humanidade para o Mal.

Em recortes citados por Mariano (1999:114) Edir Macedo e R. R. Soares apresentam os embustes do Diabo de forma a responsabilizá-lo por todo o mal

existente no mundo. Um processo que acredito ser de desresponsabilização pelos produtos oriundos da própria decadência humana, biológica e moralmente situada.

“(...) não existe nada que esteja fora da ação demoníaca. No futebol, na política, nas artes e na religião, nada escapa ao cerco do Diabo (...) Satanás tem milhares de agências no mundo (...) Por trás da religião, do intelectualismo, da poesia, da arte, da música, da psicologia, do entendimento humano e de tudo com o que temos contato, Satanás se esconde”. Cita ainda, “centros de perdição” como “as adegas, os prostíbulo, as casas de jogo de azar, os bares onde as pessoas se embriagam e tantas outras coisas que transtornam a vida dos homens são também agências do Diabo. O espiritismo não ensina seus adeptos a se afastarem delas; pelo contrário, bebidas alcoólicas, fumo, prostituição e coisas desse tipo são comuns principalmente no baixo espiritismo (...). O Diabo controla tudo. Há pessoas tão envolvidas com o espiritismo que têm sob controle dos espíritos desde a alimentação até sua vida sexual. Os espíritos se envolvem com tudo. Cores de roupas, lugares onde passear, tipos de carnes e comidas, dias de lazer, pessoas com quem devem fazer amizade, filmes a que se pode assistir, horário para andar pelas ruas, modo de banhar-se” (Soares, 1984: 24, 83, 85, 103, 114).

Para Edir Macedo, até mesmo os vírus e bactérias, ou seja, tudo que causa doenças é de origem demoníaca. Segundo o grande líder da Universal o Brasil não é desenvolvido porque o demônio utiliza-se do catolicismo (Macedo, 1988:27, 104).

É necessário, desta forma, que os fiéis estejam preparados para lutar por suas almas, e este empreendimento acaba por demonizar o diferente que precisa ser derrotado, pertença necessária que elabora um sentido a estas vidas precarizadas pela exclusão socioeconômica. A alteridade religiosa é impossível, o que torna toda e qualquer possibilidade de ecumenismo um disparate para os membros destas religiões que precisam do Diabo para fazer o Bem vencedor. As religiões que pregam uma teologia que não observa os embustes do “Inimigo”, pela apostasia acabam por também se fazerem inimigos, uma vez que não preparam seus fiéis para a “ordem de batalha”. A “armadura dos cristãos” presente na Epístola de Paulo à Comunidade dos Efésios nunca esteve tão contemporaneamente colocada. “Revesti-vos da armadura de Deus para estardes em condição de enfrentar as manobras do diabo” (Efésios 6,11).

Qualquer contato com a obra maligna leva, irremediavelmente, a sintomas. Sintomas tão banais da ordem física, que qualquer um poderia estar virtualmente possuído. Com tamanha abrangência, o proselitismo torna-se uma potente “arma” para a conversão dos aflitos.

A matriz religiosa brasileira passou por mudanças profundas no que diz respeito a pluralidade. O pluralismo existente passou a ser mais tolerado no século XX, cada vez mais desenraizado do itinerário simbólico do catolicismo. Até o Catolicismo de veemente perseguidor tornou-se difusor de práticas ecumênicas, todavia, afro-brasileiros e espíritas retomaram os discursos “vitimizadores” diante os novos enfrentamentos encabeçados pelos (neo) pentecostalismo.

“O que acontece no espiritismo, na verdade, justificaria chama-lo fábrica de loucos. Engano, desequilíbrio mental e nervoso, crime, loucura, possessão e opressão demoníaca, prostituição, pederastia, lesbianismo, idolatria, etc. (...) Há muito charlatanismo os terreiros”. Prossegue o líder da Internacional da Graça ao dizer que no Quimbanda existe “exus protetores de pederastas, de viciados, de valentões, de ladrões etc. Muita bebida, principalmente cachaça (marafo) é consumida por seus adeptos”. O Candomblé é acusado de ser “uma das religiões mais diabólicas que a humanidade já conheceu”. O Umbanda é o “lugar” em que até “os demônios são adorados como deuses, a quem prestam cultos e sacrifícios (...) O Espiritismo (kardecista) é a maior agência que Satanás estabeleceu neste mundo para extraviar e perder os homens” (Soares, 1984: 21, 29, 31, 34, 70, 84).

O deputado estadual e umbandista Átila Nunes (PMDB/RJ) chegou a pedir, em 1981, ao então ministro da Justiça, Ibrahim Abi Ackel, que interviesse pela tolerância religiosa (*Jornal do Brasil*, 21.11.1988). A voz do deputado contou com inúmeras outras vozes oriundas de movimentos religiosos e de instituições culturais e raciais.

A Igreja Universal, por intermédio de Paulo De Velasco, se defendeu dizendo apenas que “não há agressão. É que alguns evangélicos ficam exaltados na luta contra o mal” (Veja, 30.11.1988).

As agressões foram muitas, de todos os lados, mas, segundo Mariza de Carvalho Soares, em seu texto *Guerra Santa no país do sincretismo*, publicado nos cadernos

do ISER em 1990, o simbolismo utilizado pelos cultos afro-brasileiros e (neo) pentecostais é muito semelhante, apenas possuindo invertidos os valores, mas depositando o discurso em um mesmo jogo de configuração lingüística (1990:88). Como exemplo desta semelhança, temos que, mesmo diante das intensas divergências, ambas sobrevivem a partir do compartilhamento de construções simbólicas como a experiência dos transe extáticos de possessão. Sem as entidades afro-brasileiras, não é possível os exorcismos aos “encostos”.

Mesmo a sexta-feira se mostra como espaço de compartilhamento simbólico: Nos terreiros e tendas ocorrem os “trabalhos” possíveis pelas giras de Exu. No neopentecostalismo temos os “cultos de libertação” que se popularizaram com a alcunha de “Sessões do Descarrego”.

Esta modalidade de Teologia neopentecostal recebe o nome de Teologia do Domínio e refere-se à luta, à guerra, travada entre Deus e o Diabo, todavia tal categoria tem funcionado como um princípio de gestão “desresponsabilizadora”. A culpabilidade de um processo dito patológico não é conferida ao biológico do indivíduo, ou mesmo à sua estrutura psicológica, mas sim pela perda de autonomia, é conferida ao maligno. Um desvio moral é associado, igualmente, ao “outro” espiritual que será expulso como a um tumor, não sendo associado ao sujeito desviante. Não existe, portanto, culpa, arrependimento ou expiação, e sim, tão somente, a libertação. O fiel não precisa assumir um pecado, uma vez que foi vítima de uma opressão ou mesmo de uma possessão.

Demonizar o não compreensível ou o diferente aparece na constituição do ente-fiel como uma libertação do-ente, do si próprio enquanto gestor em autodeterminação. É transferido o mal para outrem, mesmo que tenha de criar este outrem invisível. Desta forma, encontra-se sentido na pertença comunitária, forma-se um exército

com um inimigo a se vencer. O político sabedor disto se coloca como general a lutar contra forças malignas que corrompem o Estado e as Instituições de fomento ideológico. Um bom político tornou-se sinônimo de bom guerreiro espiritual.

### **1.4.3. Ontologia do Ser (Neo) Pentecostal e Comportamento: Transmutação de Valores na Gênese de uma Santidade Mundana**

Diante do mundo, o pentecostal expressava sua austeridade e sua rejeição aos modismos com um estereótipo que lhe conferia uma identidade particularmente cunhada em ideais ascéticos e contra culturais. Com o surgimento do neopentecostalismo, no entanto, ocorreu uma verdadeira transmutação de valores estéticos e culturais, usos e costumes, o que fez transcender a concepção de santidade dentro das igrejas. As igrejas pentecostais faziam, e algumas não renovadas ainda fazem, uma separação do “crente” com o “mundo” através de um rigorismo legalista de ordem puritana.

“(...) a igreja pentecostal separa os seus membros do mundo com a condição de criar para eles um mundo separado, não só do ponto de vista ético (o crente não fuma, não bebe, não adultera, não fica em bar, não vive pelas ruas, não vê televisão, não vai ao cinema, não escuta rádio), como do ponto de vista da rotina de vida” (Brandão, 1980: 142,143).

Mudanças comportamentais multiplicaram-se entre os neopentecostais. Houve alterações comportamentais iniciadas e protagonizadas pelos membros do deuteropentecostalismo, mais propriamente pelos membros da Igreja Quadrangular, nos anos de 1950, por esses se mostrarem mais flexíveis que os da Assembléia de Deus e da Congregação Cristã. Todavia, somente nos de 1980, é que tais liberalismos tornaram-se mais evidentes. As roupas aderiram ao processo da moda secular, e as músicas, por intermédio do movimento *gospel*, permitiram a entrada do rock e de outros ritmos, anteriormente associados ao maligno, no movimento renovado das novas interpretações evangélicas.

A Congregação Cristã, a Assembléia de Deus e, em especial, a Deus é Amor mantêm uma profunda ligação com o legalismo e com a manutenção de hábitos consagrados como de santidade.

A expressão neo-testamentária de que o “Diabo é Príncipe deste Mundo” corroborou para que o cristianismo adotasse uma tradição de negação do corpo e conseqüentemente do mundo, gerando, desta forma, uma postura contra o chamado “mundanismo”. Associaram-se nesta grande metástase (contra) cultural as feições metodistas, *Holiness*, puritana e pietista. O crente pentecostal deveria afastar-se do mundo para ficar mais próximo de Deus e expressar, junto com toda a comunidade, sua vocação à santidade. Vestir-se como “crente” era um sinal irremediável e inquestionável de conversão, de “aceitação de Cristo”.

Mariano, ao dizer sobre esta postura pentecostal, coloca que:

“Para não serem contaminados e corrompidos pelas coisas, paixões e interesses do mundo, os líderes pentecostais procuraram imprimir na conduta dos fiéis, desde a conversão, normas e tabus comportamentais, valores morais, usos e costumes de santificação. Infundem neles o desejo de viver o Evangelho de acordo com o mais puro asceticismo de rejeição do mundo, segundo a definição weberiana, de modo a distanciá-los de coisas, atitudes, valores e instituições do incrédulo, porém tentador mundo circundante” (Mariano, 1999: 190).

Tem-se desta forma proposto um caminho de santificação que cria como valores a negação do mundo em um caminho de asceticismo. Estabelece-se uma soteriologia arminiana que cria virtualmente um mundo determinado pela Lei, em que resta ao humano apenas a obediência ou a danação. Entre os postulados da Lei Divina, na interpretação pentecostal, os mais duros são em relação ao lazer e ao sexo, fontes perigosas dos embustes satânicos. Mas o neopentecostalismo, na voz da pastora Sônia Hernandez, da Renascer em Cristo, responde que o sexo é prazeroso e “uma das coisas boas que Deus inventou para gente” (*Revista da Folha*, 109, maio de 1994).

Na Universal, o sexo com prazer é incentivado e estimulado entre os casais heterossexuais e monogâmicos como forma de manutenção da vida conjugal, propondo-se, inclusive, métodos contraceptivos como a vasectomia. A Pesquisa Novo Nascimento realizada no Grande Rio chegou a constatar que 78% das mulheres neopentecostais da Universal utilizavam algum método contraceptivo (Fernandes, 1996: 65, 67, 89).

As práticas pentecostais de asceticismo associam o lazer ao ócio, à luxúria, ao materialismo e à volúpia consumista, ou seja, ao pecado. O fiel pentecostal deve, portanto, dedicar seu tempo livre à Igreja e à Deus. Diante do “politeísmo de valores”, da leitura weberiana, o fiel deve manter-se circunscrito ao seu grupo de convivência “sanitário”, seus “irmãos de fé”, de sua comunidade para manter-se fiel. As igrejas neopentecostais também acreditam na força da comunidade, todavia, cristianizaram o lazer com manifestações públicas de musicalidade, dança e arte gospel. Cristianizaram casas noturnas, lanchonetes e bares. Encontros comunitários em acampamentos, jantares e festas são incentivados, bem como toda uma literatura que romanceia testemunhos dramáticos lidos como novelas.

Percebemos que, diante da gama vasta de alterações comportamentais, dentro do novo pentecostalismo existe a necessidade de se transcender o estereótipo em busca de ascensão social e de respeitabilidade, de formação de uma nova identidade que “no terno e na gravata” grita o pedido de visibilidade e dignidade.

Segundo Ricardo Mariano (1999), a austeridade pentecostal, repleta de rígidas regras de conduta, tornou-se disfuncional e até propagadora de patologias de ordem psiquiátrica. Para ilustrar tal perspectiva, Mariano cita o depoimento do psiquiatra evangélico e pastor da Comunidade S8 do Rio de Janeiro que transcreve-se aqui:

“A idéia de santidade é confundida com separatismo. Nós não estamos em guerra contra a cultura. A cultura é um meio pelo qual nós podemos



evangelizar o mundo (...). O etnocentrismo evangélico é sinal de forte medo do mundo (...). Muitas vezes a igreja traz saúde, traz cura, traz libertação, traz transformação. Mas muitas vezes a igreja adoce as pessoas. O exagerado formalismo, uma exagerada perspectiva de comportamento, de conduta e de enquadramento num *standard*, num padrão de cristianismo, uma exagerada cobrança mútua. (... O mau uso de uma cultura evangélica, de uma cosmovisão evangélica pressionando o membro da igreja verticalmente, num discurso absolutista, isso é patologizante, produz doença)” (I Consulta sobre Crescimento dos Evangélicos no Brasil, 2.6.1993. In: Mariano, 1999: 199, 200).

De fato diante de uma vasta gama de considerações acerca da rigurosidade da Lei Pentecostal, do patológico oriundo deste mecanismo de controle denominacional, da perda de fiéis e do pouco crescimento, o Neopentecostalismo comprometeu-se com outro modelo de interpretação de leitura do mundo, um modelo pautado pela transmutação de valores que propiciariam uma Santidade “Mundana”. Este empreendimento ainda não fora muito compreendido por denominações mais tradicionais como a Congregação Cristã no Brasil ou a Assembléia de Deus. Todavia o legado histórico de significativas alterações deu-se por meio de espaços pentecostais como os criados na Igreja do Evangelho Quadrangular com o pastor Raymond Boatright, que tocava guitarra elétrica em seus cultos (Júlio Rosa, 1978:19), ou como o programa de televisão exibido na Rede Manchete pelo pastor e deputado estadual pelo PTB de São Paulo, Daniel Martins, nos anos de 1990 (Mariano, 1999:209). Nascia o movimento gospel: uma revolução dentro da história comportamental das denominações.

O “crente” neopentecostal aderiu ao mundo, à cultura, à moda, à mídia. O neopentecostalismo surge como crítica ao legalismo puritano e ao estereótipo. Deseja uma membresia que viva a “normalidade” da fé, e não o que Edir Macedo chama de “vestes de santo”. Edir Macedo chega a dizer em entrevista à Revista *Veja* de 11 de Novembro de 1990:

“Temos poucas relações porque os outros pentecostais se voltam demais para o fanatismo, misturam fé com costumes. Ora, uma coisa nada tem a ver com outra. Os pentecostais tradicionais, por exemplo, fundamentam-se

em doutrinas baseadas nos costumes da época de Jesus. Nós, ao contrário, não vetamos nada. Na Igreja Universal é proibido proibir. A pessoa é livre para fazer o que bem entende. (...) A pessoa é livre para beber, fumar, para fazer o que bem entende. Nossa obrigação é ensinar-lhe a Bíblia e mostrar-lhe que tem que tomar, por conta própria, a decisão de não fazer isto ou aquilo”.

Uma indústria nascera para aplacar a sede do novo “crente”, agora denominado “evangélico”: a indústria gospel que incluía desde a musicalidade em ritmos antes abominados como o rock, o rap e o funk até produtos de beleza e roupas. O neopentecostalismo tornou-se o lugar de reunião de novas tribos com encontros *dance* e até carnaval.

A maneira de ser neopentecostal, sua ontologia, enfrentou mutações decorrentes do tempo apresentando uma religião inserida no mundo por intermédio do mundo. O neopentecostalismo não somente cresce, como torna-se cada vez mais um mecanismo de inserção da religião e do “sagrado” na Sociedade. Tem-se um modo de se fazer cultura gerida no indivíduo religioso e nas identidades provenientes desta nova hermenêutica do sujeito, ampliadas e tornadas modernas. Todavia a concepção de modernidade dentro do espectro político e da inserção deste sujeito religioso neopentecostal neste meio é a condição de possibilidade para o nascimento de uma Bancada comprometida com esta ontologia neopentecostal e com seus valores.

O simbólico religioso e a formação do grupo político surgido no neopentecostalismo irmanam-se a um emaranhado anteriormente já instituído, enquanto Instituição Imaginária. Defendemos que toda esta construção, até agora vislumbrada, metastaseou-se com a maneira de fazer política já engendrada no campo brasileiro, criando uma figura central nesta análise: o pastor político, nascido virtualmente da matriz religiosa moderna e do coronel político tanto combatido, mas ao mesmo tempo ainda tão presente.

Os próximos capítulos, já de uso da figura neopentecostal, figurarão no entorno teórico que sustenta tal hipótese; na identidade do coronel, desde o seu surgimento, até suas posturas mais modernas, o que permitiu a junção de valores com o político neopentecostal-“evangélico”; em uma breve História das Bancadas Evangélicas Brasileiras a partir do estudo realizado por Paul Freston; e em como a História Social das Relações Políticas percebe este grupo no Estado do Espírito Santo, um dos maiores na incidência deste grupo.

## **2. O VERBO DA CARNE E A CARNE DO VERBO: POR UMA REFLEXÃO A PARTIR DA SIMBIOSE ESTABELECIDADA ENTRE MATRIZ RELIGIOSA E MATRIZ POLÍTICA BRASILEIRAS**

Pensar a possibilidade de um princípio de identidade entre a religiosidade neopentecostal e a construção matricial da política contemporânea exige-nos o entendimento de dois conceitos fundantes: “o imaginário social” e a perpetuação do “poder simbólico”. Para tanto, apresentamos uma reflexão sintética dessas duas temáticas, a partir das obras de Castoriadis e Bourdieu, com intento elucidatório. A religiosidade adentra o real pela construção imaginária e pela liturgia de símbolos de que dispõe. O campo político, mesmo constituindo-se portador de mecanismos autorizados pelo contrato e pelo voto representativos, assume-se enquanto articulação também imaginária e simbólica. A junção de ambos nunca foi problemática, tendo em vista o sem número de obras de cunho histórico que se processam em suas narrativas, saberes e fazeres políticos, por intermédio da participação da religiosidade. Pleiteamos a emergência de se observar esse processo na contemporaneidade, enquanto portadora de novos sentidos, e, ao mesmo tempo, de se apresentar uma raiz matricial, que permite a eclosão de novos personagens, religiosos e políticos derivados de um modelo matricial de poder, e a manutenção deste modelo herdado e re-significado.

O imaginário fora relegado, noutros momentos, a um lugar de pouco prestígio, uma vez que era associado ao fantasioso, ou à ordem da invenção. O cartesianismo, o marxismo e o positivismo, em suas múltiplas interpretações, seccionaram o real a um plexo familiar de tramas sociais adaptadas a um modelo próprio de interpretação da realidade. Se a postura fenomenológica aqui parece insatisfeita com o questionamento de “qual leitura compreensiva não advém de certo reducionismo?”, sobressai-nos a tentativa de considerar tal interpretação não como uma panacéia

legitimadora, mas como uma possibilidade de compreensão que dê ao histórico mecanismos outros como o psicológico, o antropológico simbólico, a sociologia da religião e outras imagens argumentativas para a pesquisa.

Sabemos que as imagens e discursos, mesmo ansiosos por dar uma definição da realidade, recaem sobre a incerteza; entretanto, aprendendo com a professora Pesavento (1995:15), notamos que:

“as representações objetais, expressas em coisas ou atos, são produto de interesse e manipulação. Ou seja, no domínio da representação, as coisas ditas, pensadas e expressas têm um outro sentido além daquele manifesto. Enquanto representação do real, o imaginário é sempre referência a um ‘outro’ ausente. O imaginário enuncia, se reporta e evoca outra coisa não explícita e não presente”.

Significantes e significados envolvem-se pelo simbólico, e os interesses sociais neles envolvidos acabam por se tornar o escopo deste trabalho. A sociedade é, na percepção de Castoriadis (1982), instituída pelo imaginário, expressando-se simbolicamente por intermédio de um conteúdo imagético que constitui a representação do real. O imaginário é, portanto, elemento de transformação da própria realidade, e dessa relação emerge um sentido ao mundo. Bourdieu percebe nisso um jogo de poder, de estratégias e de interesses determinados. Nossa tese emerge deste sentido: o imaginário religioso neopentecostal povoa mais do que o espaço privado de crença de um indivíduo que foi dissolvido pelos políticos religiosos no espaço público, através de matrizes determinadas e herdadas, com interesses bem delineados como a representatividade grupal e a possibilidade de leitura e de vivência do espaço público, por meio de significações atreladas ao simbólico crido.

Percebemos, dessa forma, com Baczko (1984:35), que:

“O controle do imaginário, de sua reprodução, de sua difusão e de seu gerenciamento assegura, em graus variáveis, um impacto sobre as condutas e atividades individuais e coletivas, permite canalizar energias,

influenciar as escolhas coletivas nas situações surgidas tanto incertas quanto imprevisíveis”.

Acrescenta-se a essa idéia, Pesavento, ao dizer:

“Estar-se-ia, pois, diante de um novo ingrediente: o da manipulação, que jogaria com os sonhos coletivos e com as forças da tradição herdadas de um cotidiano imemorial, forjando mitos, crenças e símbolos. (...) é importante que se tenha em vista que intervêm no processo de formação do imaginário coletivo manifestações e interesses precisos. Não se pode esquecer que o imaginário social é uma das forças reguladoras da vida coletiva, normatizando condutas e pautando perfis adequados ao sistema” (Pesavento, 1995:23).

Castoriadis (1982) compreende todas essas coisas de forma a considerar que o mundo social e histórico caminha para além do próprio imaginário, e engendra uma atuação simbólica:

“Tudo o que se nos apresenta, no mundo social-histórico, está indissociavelmente entrelaçado com o simbólico. Não que se esgote nele. Os atos reais, individuais ou coletivos – o trabalho, o consumo, a guerra, o amor, a natalidade – os inumeráveis produtos materiais sem os quais nenhuma sociedade poderia viver um só momento, não são (nem sempre, não diretamente) símbolos. Mas uns e outros são impossíveis fora de uma rede simbólica” (Castoriadis, 1982:142).

Desse modo, Castoriadis permite-nos uma fuga ao reducionismo do símbolo, mas a importância deste na formação do aparato social é igualmente mantida. Mesmo “Deus”, na obra de Castoriadis (1982), torna-se um imaginário racional “conforme as finalidades” da sociedade. Esse componente funcional aliado a um componente imaginário faz da instituição uma rede simbólica e complexa, o que acaba por gerar uma autonomização encarnada na materialidade da vida social. A sociedade e suas instituições, desta forma, vivem o imaginário sem dele perceber os produtos.

Será Bourdieu, no entanto, que vislumbrará o simbólico atrelando poder religioso e político, dizendo:

“A estrutura das relações entre campo religioso e o campo do poder comanda, em cada conjuntura, a configuração da estrutura das relações constitutivas do campo religioso que cumpre uma função externa de legitimação da ordem estabelecida na medida em que a manutenção da ordem simbólica contribui diretamente para a manutenção da ordem política, ao passo que a subversão simbólica da ordem simbólica só

consegue afetar a ordem política quando se faz acompanhar por uma subversão política desta ordem” (Bourdieu, 1974:69).

A religiosidade acaba por tornar-se importante ao político pela manutenção simbólica de um imaginário constituído, unindo universos separados, naturalizando esquemas tidos como soberanos dentro do campo de domínio da elite e sobrepujando o “herético” dentro da ordem simbólica estabelecida. Não se trata de uma mistificação do espaço de poder, mas sim da ordenação lógica desse espaço.

“A contribuição mais específica da Igreja (e geralmente, da religião) para a manutenção da ordem simbólica reside menos na transmutação para a ordem mística do que em uma transmutação para a ordem lógica a que ela sujeita a ordem política exclusivamente através da unificação das diferentes ordens. Assim, o efeito de absolutização do relativo e de legitimação do arbitrário é produzido não somente pela instauração de uma correspondência entre a hierarquia social ou eclesiástica, mas também e, sobretudo, pela imposição de um modo de pensamento hierárquico que, por reconhecer a existência de pontos privilegiados tanto no espaço cósmico como no espaço político, ‘naturaliza’ as relações de ordem” (Bourdieu, 1974:71).

Bourdieu, a partir desse pressuposto, iguala as topologias cosmológicas às topologias políticas, o que acaba por gerar uma inculcação pelo respeito às formas e à “manutenção da ordem simbólica em virtude de sua posição na estrutura do campo religioso” (Bourdieu, 1974:72). A religiosidade, enquanto *modus vivendi* e Instituição, contribui para a manutenção da ordem política. A homologia percebida por Bourdieu, no entanto, não elimina os conflitos entre as esferas dos poderes religioso e político. Mas tal homologia, por sua vez, acaba por permitir uma cristalização da ordem ainda maior.

Em momentos de crise social e política, essa estrutura apontada recai sobre a figura do profeta que tem na boca o inominável, promovendo uma migração do possível para o extraordinário.

“(…) Assim como o sacerdote alia-se à ordem ordinária, o profeta é o homem das situações de crise quando a ordem estabelecida ameaça romper-se ou quando o futuro inteiro parece incerto. O discurso profético tem maiores chances de surgir nos períodos de crise aberta envolvendo sociedades inteiras; ou então, apenas algumas classes, vale dizer, nos

períodos em que as transformações econômicas ou morfológicas determinam, nesta ou naquela parte da sociedade, a dissolução, o enfraquecimento ou a obsolescência das tradições ou dos sistemas simbólicos que forneciam os princípios da visão de mundo e da orientação da vida” (Bourdieu, 1974:73-74).

Na vida contemporânea, percebemos no neopentecostalismo, a eficácia e o crescimento de um modelo de resposta do tipo profética, por intermédio de suas teologias, do clima interno litúrgico que privilegia as idéias de cura e de libertação, expressa na palavra dos pastores entoada em tom também profético, oriunda de um modo de compreensão do Sagrado messiânica da “Revelação”. Depois de momentos de oração, o fiel coloca nas “mãos de Deus” seu problema, sua dúvida, que será resolvida mediante uma palavra de ordem proferida pela autoridade. Até questões como a compra de um apartamento, ou início de um namoro, passam pela palavra de profecia, que é “revelada”. Na interlocução com o campo político é observável, em épocas de eleição, a revelação até de candidatos a ocupar cargos públicos. Tal movimento estabelece uma discussão no interior da igreja, colocando o nome do indivíduo em “discernimento” diante da assembléia. O povo, diante da aceitação noumênica, sagrada, de Deus, só tem a confirmar a sua vontade. “A revelação, ou seja, o fato de dizer o que vai ser ou de dizer o que era impensável porque indizível, sucede nos momentos em que tudo pode ser dito por que tudo pode ocorrer” (Bourdieu, 1974:75).

Por meio desse profetismo as pessoas se tornam reconhecidas enquanto grupo na linguagem e esperam a libertação e os exorcismos de suas mazelas. Tal profetismo tem adentrado a política com promessas de salvação e ampliação do estado de direitos do grupo. Sobre este caráter do profetismo, Bourdieu comenta:

“(...) O profeta não é tanto o homem ‘extraordinário’ de que falava Weber, mas o homem das situações extraordinárias, a respeito das quais os guardiões da ordem pública não têm nada a dizer, pois a única linguagem de que dispõem para pensá-las é a do exorcismo. É pela capacidade de realizar, através de sua pessoa e de seu discurso como palavras



exemplares, o encontro de um significante e de um significado que lhe era preexistente, mas somente em estado potencial e implícito, que o profeta reúne as condições para mobilizar os grupos e as classes que reconhecem sua linguagem porque nela se reconhecem” (Bourdieu, 1974:75).

Existe, nos dizeres proféticos, a sensação de uma “novidade radical”, mesmo sendo o discurso pautado pela herança imaginária. O poder, que neste contexto é assimétrico entre a revolução simbólica e a revolução política, é igualmente um poder da ordem simbólica. Possui um caráter gnosiológico, uma vez que é sentido imediato do mundo, construção da realidade, como também um caráter político, permitindo o domínio de uma classe à outra, o que Bourdieu chamará de “violência simbólica”, ou o que Max Weber denominará “domesticação dos dominados”.

O poder simbólico é eufemismo e manifesta-se, assim, de forma quase irreconhecível na fundamentação das relações de sentido, uma vez que permite obter o equivalente que se conseguiria pela força. Qualquer tipificação do capital pode ser transformada em capital simbólico. Concluindo, Bourdieu define o poder simbólico da seguinte maneira:

“O poder simbólico, poder subordinado, é uma forma transformada, quer dizer, irreconhecível, transfigurada e legitimada, das outras formas de poder: só se pode passar para além da alternativa dos modelos energéticos que descrevem as relações sociais como relações de força e dos modelos cibernéticos que fazem delas relações de comunicação, na condição de se despreverem as leis de transformação que regem a transmutação das diferentes espécies de capital em capital simbólico e, em especial, o trabalho de dissimulação e de transfiguração (numa palavra, de eufemização) que garante uma verdadeira transubstanciação das relações de força fazendo ignorar-reconhecer a violência que elas encerram objetivamente e transformando-as assim em poder simbólico, capaz de produzir efeitos reais sem dispêndio aparente energia” (Bourdieu, 2005:15).

Existem matrizes religiosas e políticas, no cenário brasileiro, que se figuram como imaginários simbólicos repletos de mecanismos de estruturação simbólica. Sobrevivem por intermédio do poder oriundo da ordem simbólica e congregam, enquanto espaços de legitimação do poder, uma junção processada continuamente. É necessário nos determos um pouco na configuração dessas matrizes.

## 2.1. A MATRIZ RELIGIOSA BRASILEIRA, MATIZES E PODER

Não se pode ficar indiferente, dentro da possibilidade hermenêutica, diante das estruturas simbólicas de sentido, que se irmanam ao mecanismo religioso, presentes na contemporaneidade. Existe, na religiosidade brasileira, um sem número de posturas compreensivas, que apontam para uma arquitetura do Sagrado, engendradas nas manifestações do tipo multiforme, na cultura brasileira.

Tomando por base a concepção de Paul Tillich de que “a religião é a substância da cultura e a cultura, a forma da religião” e as leituras de Pierre Sanchis e José Bittencourt Filho sobre o fazer religiosidade brasileiro, temos o intuito de mostrar que a “Matriz Religiosa Brasileira” tornou-se uma possibilidade, em seus múltiplos matizes e ordenamentos de poder, do simbiótico ao político.

Bittencourt Filho (2003) afirma existir uma “Matriz Religiosa Brasileira” oriunda de valores essenciais presentes nas camadas abissais da existência social. Esses valores, por sua vez, são desejados enquanto imutabilidade e permanência. Verificamos, no entanto, que as articulações político-sociais e econômicas advindas do Neoliberalismo, inclusive mercadologicamente, irmanadas ao religioso, congregam a mutabilidade e a secularização que torce a semântica e a institucionalidade das congregações de cunho tradicional. O humano socialmente engajado vê-se diante de uma expropriação de sentido e o busca no imaterial de religiões geridas no simbólico pós-moderno. Simbólico que é notoriamente agressivo, uma vez que, na pós-modernidade, percebe-se “a apropriação de símbolos alheios, assim como a constante perversão de símbolos” (Bittencourt Filho, 2003:37).

Diante do já dito acerca da formulação da doutrina, das concepções eclesiológicas, manifestações litúrgicas e de toda uma teologia histórica e comportamentalmente

engajada do neopentecostalismo, envolve-nos o questionamento sobre como a presença cultural neopentecostal absorveu a cultura, de modo a adentrar no político por meio da própria Matriz Religiosa Nacional. Antes mesmo de buscar definir este matricial religioso, deve-se acrescentar ainda que o neopentecostalismo apresentado não se trata de um paradoxo à tessitura cultural brasileira, mas um desmembramento próprio dos tempos hodiernos.

Os elementos formadores da Matriz Religiosa Brasileira são amalgamados heterogêneos provenientes de tradições religiosas muito distintas. No Brasil fecundaram pela mestiçagem e sincretismo, segundo Bittencourt Filho (2003:41), o catolicismo ibérico, as religiões indígenas e africanas, o espiritismo europeu do século XIX e fragmentos do catolicismo romanizado. O protestantismo do tipo histórico, também presente, cumpriu o papel de recalcar ainda mais os conteúdos multiformes da religiosidade brasileira, uma vez que a ela foram associados o mal e o pecado. O pentecostalismo exacerbou a negação da religiosidade construída, todavia com o deuterpentecostalismo das Missões da Quadrangular, acabou por abrir-se ao carismatismo norte-americano. Tínhamos estabelecido a seguinte “guerra”: de um lado, a Matriz Religiosa Brasileira, suas miscigenações e sincretismo, e do outro lado, o protestantismo, seja em sua vertente tradicional e racionalista, seja na do pentecostalismo popular e carismático.

Guerra insólita, diante dos resultados já estabelecidos, quando o conteúdo social resultante é, na verdade, o sucesso do já incrustado no imaginário compartilhado. Antonio G. Mendonça (1998:49), citado por Bittencourt Filho (2003:44), coloca a necessidade de um projeto religioso de sucesso estar intimamente ligado ao conteúdo cultural e, desta forma,

“Cremos que o estudo da religião no Brasil, tanto do seu desenvolvimento ao longo dos quinhentos anos de história como da efervescência religiosa

deste fim de século, tem que reconhecer sempre, como ponto de partida, a necessidade de descobrir no lastro cultural que se formou ao longo do tempo, as origens das formas de crença, tanto no estado de pureza, se que é possível ao menos metodologicamente, como no das mutações. Temos que construir, a partir desses elementos fundantes, um sistema que expresse, mais ou menos genericamente, o imaginário subjacente que sustenta de maneira mais ou menos equilibrada as diversas formas religiosas que se vão mantendo ou surgindo. A maior ou menor relação de qualquer movimento religioso com esse imaginário ajudará a explicar o sucesso ou o fracasso de cada um deles”.

A Matriz Religiosa Brasileira, agora já compreendida como um todo cultural imbricado ao sentido e ao fazer religioso brasileiro, apresenta um emaranhado de posturas que se aglutinaram. O elemento religioso chegado com os colonizadores portugueses, no Brasil do século XVI, era de um catolicismo ibérico repleto de mágica mítica e folclore. A liturgia e os sacramentos povoavam o imaginário popular com uma ritualística milagrosa que fazia dos santos uma réplica da corte pagã olímpica. O natural era um mesmo com a crença e o arcabouço nutrido no espiritual. Virtualidade e realidade coincidiam à pobreza que circundava os católicos que aqui chegaram.

O Brasil, construto imaginário de Éden, foi aos poucos se tornando lugar de purgo. Os índios de “pureza” e “inocência” foram demonizados em suas crenças e tinham que ser cristianizados, conversão escravista e jesuiticamente estabelecida, mesmo que de forma contraditória. O negro escravo, dos terreiros além mares, trouxera também sua crença, e esta, diante da proibição, só fez aumentar ainda mais o sincretismo oriundo da miscigenação. Combinação religiosa colonial que Bittencourt Filho fará notar em duas linhas.

“Pode-se dizer, em grandes linhas, que no Brasil colonial colidiram duas grandes concepções religiosas: uma que sacralizava o ambiente natural e as forças espirituais a ele subjacentes; outra que ressaltava símbolos religiosos abstratos e transcendentais. Tais concepções não se mantiveram estanques, porquanto, na prática religiosa popular, foram desde logo combinadas” (Bittencourt Filho, 2003:49).

Tais combinações sincréticas manifestaram-se como uma solução possível diante da negação do poder católico da Casa Grande, que buscava o controle dos seus escravos para além do tronco e da senzala, pela apropriação do universo simbólico que envolvia os dominados. O proprietário tinha no cristianismo, que demonizava os cultos ancestrais indígenas e os ritos politeístas africanos, uma forma clara de controle. Todavia as relações de poder e o encontro das culturas conduziram a mutações identitárias nos confrontos simbólicos e culturais. O colonialismo havia se tornado o caldeirão ideal para o fomento de uma matriz que, agregados elementos contemporâneos evidentes da ordem simbólica do capitalismo, serviria para a cristalização do fazer religiosidade no Brasil. A religião, que era instrumento de controle, tornava-se igualmente resistência.

“Com efeito, as formas religiosas e culturais condenadas como idolátricas e/ou demoníacas foram sendo canalizadas para uma religiosidade camuflada – transformada por isso mesmo em instrumento de resistência e de manutenção da identidade ante as violências do opressor – e puderam assim compor um acervo religioso singular” (Bittencourt Filho, 2003:57).

A síntese sincrética era, portanto, uma necessidade e fora estabelecida não somente dentro dos âmbitos culturais e religiosos, mas envolvia dominação política. Desse modo, ultrapassamos a religião enquanto sentido matricial. Não se trata de averiguar um modelo eclesial, mas a forma como a religiosidade é experienciada socialmente. Como essa experiência do Sagrado, em suas múltiplas realizações simbólicas, incutiu no indivíduo um sentido global de acesso à leitura da realidade. Nosso objeto de estudo, o neopentecostalismo é uma experiência simbólica da Religiosidade raiz, deste sincretismo e miscigenação primeiros acrescidos a elementos contemporâneos, mas, ainda assim, religiosidade que se filiou a um modelo político matricial com matizes de ordenamento do poder necessárias à vitalidade simbólica e existencial das comunidades. A religiosidade permite de fato

“(...) as construções sociais da realidade em nossa cultura” (Velho, 1994:54). Cabe ressaltar, no entanto, que para além do sincrético, a religiosidade e a cultura delas inseparáveis, permitem um processo dialético constante. Bittencourt Filho, ao falar sobre tal característica da religiosidade, coloca que: “Neste domínio é perfeitamente plausível a reapropriação, a reinterpretação e, por que não dizer, a ‘reinvenção’ de conteúdos pertencentes aos sistemas religiosos institucionalizados” (2003: 71).

Passos (1999: 15,16) reafirma tal convicção ao dizer que:

“(...) O catolicismo popular assimila os conteúdos do catolicismo oficial, o pentecostalismo do protestantismo histórico. Trata-se de um processo de apropriação feita pelo povo recriando os significados a partir de suas condições de vida e em função destas condições. A recíproca também ocorre quando o oficial assimila elementos do popular seja por processos não-intencionais seja como estratégia de conquista de povo. A história do catolicismo no Ocidente é a prova mais nítida deste processo desde as suas origens no mundo greco-romano quando sai de um contexto rural (de cultura hebraica) e se insere nas cidades gregas, tomando elementos da cultura e do cotidiano popular. A hegemonia a que chegará no Império a partir de Constantino não pode ser descrita em termos unicamente políticos mas também culturais. As religiões do povo se relacionam também numa dialética horizontal, seja nos trânsitos religiosos dos sujeitos de um grupo para outro, por processos de conversão e de produtividade religiosa, seja por processos de trocas e sincretismo religioso”.

Outras características culturais estão presentes de forma indelével dentro do prospecto matricial religioso brasileiro, os quais apenas de forma breve, citaremos: a transposição de seus elementos dentro dos mais variados meios sociais, indo do popular ao erudito através de mecanismos de acomodação e adaptação que validam a religiosidade como mística e significação partilhadas, não importando o status social do crente, mas sua disposição frente ao sagrado; ou ainda a experiência simbólica necessariamente ligada ao êxtase, transcendendo a pertença formal à Instituição. De fato, o que temos é um espaço do sagrado sendo compartilhado pelas religiões e é esse espaço o que se caracteriza como Matriz Religiosa Brasileira.

O Protestantismo tradicional, no entanto, rechaçou a tradição religiosa brasileira já em seu cerne, no seu estabelecimento institucional no país, utilizando, para isso o que Bittencourt Filho (2003: 89) chamará de “uma espécie de pietismo racionalista, ou seja, uma realidade subjetiva e individualista, porém muito bem delineada nos seus contornos, pela rigidez doutrinária e pelo fundamentalismo bíblico”. Em contrapartida, os Pentecostalismos aproveitaram-se da religiosidade já instaurada no contexto cultural brasileiro e adaptaram-se melhor a esta realidade, muitas vezes com o intuito proselitista. Temos o Pentecostalismo, portanto, muito mais próximo dos processos culturais de ordem católica, a que tanto se mostram contrários, do que de fato do Protestantismo, do qual se mostra muito mais como uma ruptura. Segundo Walter J. Hollenweger (1996), o movimento pentecostal se difunde justamente nas culturas católicas por não ser uma Igreja tipicamente protestante. Os elementos da diversidade pentecostal são muitos e acabaram por tornar parte integrante da cultura religiosa matricial, tidos como da ordem “evangélica”. Bittencourt Filho leciona o ideário pentecostal matricial ao colocar:

“Ainda no terreno da diversidade, é oportuno registrar que o ideário pentecostal acomoda elementos paradoxais, tais como: por um lado, enseja a liberdade de expressão religiosa e de liderança aos leigos e, por outro, organiza-se segundo autoridades centralizadoras e verticalistas; evita a adoção de sistemas legais e doutrinários rígidos, ao lado de uma interpretação bíblica literalista e/ou fundamentalista; não constrói um sistema ético elaborado, mas pauta-se por uma moralidade rigorosa; a par de uma mentalidade milenarista e escatológica, centraliza a prática religiosa na solução de problemas imediatos e cotidianos; reproduz os valores vigentes na sociedade circundante, ao mesmo tempo em que rejeita simbolicamente essa mesma sociedade; enfatiza o afastamento da sociedade enquanto amolda os adeptos a ela. Os conflitos objetivos e subjetivos resultantes desses paradoxos contribuem para que se multipliquem as cisões e a tão decantada diversidade” (Bittencourt Filho, 2003: 118-119).

O Protestantismo Histórico ou de Missão, que queria modernizar o crente transformando-o em cidadão e socialmente protagonista, não conseguiu levar em consideração as peculiaridades da matriz simbólica, cultural e sociopolítica nacional.

A modernização engessara-se e acabou por tornar-se uma subcultura limitada e de pouca empatia diante do arcabouço brasileiro. Tentou-se, por fim, um projeto que faria do Protestantismo um ensejo religioso brasileiro, que pensasse a raiz brasileira para a evangelização protestante. Como a Matriz Religiosa apresentava-se completamente alicerçada no sincretismo, a aventura deveria orientar-se pelo ecumenismo, pelo espaço desinstitucionalizado e de transformação social (Bittencourt Filho, 2003:126). Outras alternativas, no entanto, mostraram força, como os ultraconservadores e os carismáticos do “reavivamento”; todavia, o resultado de tantas alternativas possíveis somente fez esgotar o projeto protestante para a sociedade brasileira, diante de tantos fracionamentos divergentes.

A pluralidade, o sincrético, o miscigenado, matizes da religiosidade matricial brasileira, encontraram, mesmo pela negação, um encontro real dentro do pentecostalismo e de forma ainda mais enfática no neopentecostalismo. Estar atento a essa realidade nos coloca diante de uma leitura que apresenta tais posturas religiosas como ativamente determinantes não somente do modo como aquele que crê se relaciona no espaço social, mas também dos empreendimentos sociais que são realizados para fazer de sua comunidade um espaço elaborado de sentido e de direitos.

## **2.2. A MATRIZ POLÍTICA BRASILEIRA, MATIZES E PODER**

Dentro dos processos de formação política nacional, estruturas básicas de significação estiveram funcionando como balizadoras dos processos de gestão política, com muita recorrência. Obviamente, no decorrer do processo histórico, saberes e fazeres foram alterando-se de acordo com as necessidades e instrumentação próprias do tempo. No entanto, mecanismos permaneceram como



herança re-significada, formando um imaginário político ou, ainda, uma matriz política brasileira. Por meio das dimensões de análise compreendidas na racionalidade econômica e na cultura política, verificaremos o alargamento, na duração da patronagem e das redes clientelares, dois mecanismos que persistem, re-significados, no cenário contemporâneo e que evidenciam a existência de um modelo matricial.

Nas hermenêuticas dos anos trinta do século passado deu-se início a leituras brasileiras que deixavam claras as discrepâncias entre o patriarcalismo colonial, aqui instalado, e os modelos liberal-democráticos de outras partes. Surgia uma explicação um tanto quanto assimétrica para o “atraso” desenvolvimentista brasileiro que culpava o “iberismo” como grande câncer nacional. Já superada esta tese, percebemos que a restrição a qualquer movimento de ampliação participativa no jogo político assim como, a impermeabilidade local às idéias advindas de repertórios democráticos, seriam associadas à “formação social brasileira” e ao patrimonialismo, que pareciam responder melhor ao problema, mesmo que tais respostas conduzissem à superações outras. O que temos, na verdade, é uma torção semântica operada diante do patrimonialismo que, de vilão, passou a ser lido, pelos autores weberianos, como a marca do desenvolvimento brasileiro. O patrimonialismo seria a resposta da atrofia desenvolvimentista ocasionada pelo modelo inglês. Assumindo esta perspectiva, o Estado Brasileiro estava, segundo interpretação de Luiz Werneck Viana (1999), pesando sobre si mesmo a marca da dominação patrimonial ou lendo o patrimonialismo na ação social de atores particulares.

Raimundo Faoro (1979) buscará privilegiar a forma patrimonial do Estado brasileiro por intermédio da tradição ibérica, o que ocasionará, segundo Werneck Vianna:

“um sistema político de cooptação sobreposto ao de representação, uma sociedade estamental igualmente sobreposta à estrutura de classes, o

primado do Direito Administrativo sobre o Direito Civil, a forma de domínio patrimonial-burocrática e o indivíduo como um ser desprovido de iniciativa e sem direitos diante do Estado” (1999:35).

No entanto, autores como Maria Silvia de Carvalho Franco, em textos como *Homens Livres na Ordem Escravocrata*, indo ao aparelho burocrático estatal inverterão o foco de análise do patrimonialismo para a dominação de base senhorial em uma rede econômica agrária, com uma sociedade arranjada num contexto complexo de indivíduos submetidos a dependências pessoais. Dessa forma, diante da escassez de recursos, o servidor público expropria meios materiais da ordem administrativa com um caráter apenas formal, uma vez que esses bens são financiados por recursos privados. A fusão entre o público e o privado, conjuntamente com a associação do serviço público à obtenção de fins particulares, está intimamente ligada à pobreza estatal, e não à sua natureza.

Nasce, após a Independência, um Estado marcado pela violência escravista, que coabita o espaço senhorial das fazendas, profundamente marcado pela herança confusa estabelecida pela falta de uma geografia com limites bem estabelecidos entre as esferas públicas e privadas. Richard Graham, em seu livro *Clientelismo e política no Brasil do século XIX* (1997), buscará mostrar que o clientelismo foi, para além da sua gênese, povoar outros espaços e tempos. Graham perceberá que, a partir de 1840, um grupo de proprietários ascende ao poder e, a partir daí, começa a delinear as bases organizacionais da sociedade patriarcal, por meio das estruturas de dependência e de subordinação, presentes nos mecanismos de manutenção social aí empreendidos.

Graham percebe a importância dos interesses das elites senhoriais que manejam a expansão de suas linhas de poder, tanto verticalmente como horizontalmente, impondo submissão e manejos coercitivos para a manutenção de seu poder enquanto elite. O autor, diante disso, refuta a idéia de cooptação das elites para a

legitimação de uma autoridade centralizada, e complementa dando aos fazendeiros e às elites regionais grande mérito pelo processo centralizador.

O Controle Eleitoral era a base para o sucesso dos esquemas das elites rurais/regionais, elites baseadas em uma estrutura coronelista que, por sua vez, possuía uma larga rede de clientelas. O intento analítico de Graham buscava pensar as lealdades pessoais presentes em redes clientelísticas que organizavam a política. Os partidos políticos do Império serviam, portanto, segundo Graham, para facilitar o sistema de comunicação e interesses dentro da própria elite, uma vez que a estrutura interna desses partidos compartilhava inimigos dentro do domínio do poder de certa região ou mecanismo, e não divergência ideológica marcante. José Murilo de Carvalho constituir-se-á o maior inimigo ideológico de Graham, pois este não corrobora com a autonomia que aquele concede às elites imperiais. José Murilo, por sua vez, não concorda com Graham questionando sua tese de que os senhores de terra exercem certa hegemonia sobre o Estado. Sobre tal aspecto escreve, ainda, José Murilo:

“O problema conceitual surge quando Graham trabalha o tempo todo com a noção de clientelismo, de relações patrão-cliente. O clientelismo seria a marca do sistema político imperial. (...) Ora, qualquer noção de clientelismo implica troca entre atores de poder desigual. No caso do clientelismo político, tanto no de representação como no de controle, ou burocrático, para usar distinção feita por Clapham (1982), o Estado é a parte mais poderosa. É ele quem distribui benefícios públicos em troca de votos ou de qualquer outro tipo de apoio que necessite. O senhoriato rural seria a clientela do Estado. Não é certamente esta a visão de Graham sobre a relação de poderes. Seria mais lógico para ele considerar o Estado como clientela do senhoriato. Mas não há nada em seu texto justificando essa reviravolta no conceito de clientelismo”. (Carvalho, 1995:242).

José Murilo de Carvalho talvez não dê suficiente base à crítica que faz de Graham, visto que este percebe a matriz clientelística do Império como a confusão existente entre as esferas pública e privada, o que leva o argumento de Carvalho à estranheza, pois, se as esferas confundem-se nas redes de interesses, como dizer o que é o Estado, delimitando sua autarquia e autoridade sobre as elites que, de fato,

constituem seu corpo e forma. Alexandre Mendes Cunha (2003) em defesa de Graham dirá:

“Neste sentido, ainda que obviamente as relações do tipo patrão-cliente se refiram a dependências estabelecidas entre atores de forças desiguais, o político de gabinete do Império não necessariamente representa, ainda que se valha diretamente dos ganhos daí decorrentes, o peso impessoal do Estado, e, ao estabelecer vínculos de dependência com grupos em ascensão econômica como o de certos fazendeiros, não faz de forma direta o Estado cliente desses. A própria noção de Estado a este período tem de ser mesmo tratada com redobrado cuidado sempre, e o argumento de Graham é tanto mais válido quanto se esforce para vê-lo como uma arqueologia das práticas e comportamentos dos atores políticos em um contexto ainda de formação dessas estruturas modernas do Estado, respondendo ao ideário liberal-democrático ante permanência de outras formas de organização e afirmação do poder e da autoridade, formas próprias, como se verá aqui, do antigo regime” (Cunha, 2006:233-234).

As redes clientelísticas do Brasil Colônia, sobretudo do Império, obviamente foram implantadas na República Velha, material herdado, mas adaptado. A estrutura fundamental do Estado Republicano mais se assemelha à crítica de Carvalho, em que o Estado, como analisado também por Victor Nunes Leal em *Coronelismo, Enxada e Voto*, assume-se na impessoalidade como um dos atores do jogo de barganha do tipo clientelística, mediante os interesses das elites representadas pelos grupos de coronéis. O Estado não é mais *um mesmo*, mas *um outro*, de alteridade possível e clientelística, no jogo de poder republicano.

Angela Alonso (1997) adentra a problemática argumentando que:

“(...) a recusa de um movimento contínuo e positivo de mudança leva Graham a assumir a patronagem como fenômeno de longa duração e, neste sentido, como grande motor explicativo não apenas do Império, mas de toda a história brasileira: O sistema de protetores e clientes não representa um ‘estágio’ na história do Brasil, a não ser no sentido de que serviu aos interesses de uma classe cuja vida se espera não seja eterna” (Alonso, 1997:347).

A patronagem não é um traço cultural advindo do iberismo, uma vez que estava presente em mundos como o Saxão do século XIX. Alonso nos mostra que Graham acaba por promover essa inverdade pautada em uma hermenêutica culturalista. Todavia, o que temos no clientelismo não constitui fundamentalmente um fenômeno

datável e específico, como é o “coronelismo” – a que discutiremos com mais propriedade no próximo capítulo. Temos, sim, um fenômeno estendido e engendrado como herança no fazer político, com atores variados, em períodos de tempo variados e com concepções de elite e Estado também flutuantes. A reiteração da patronagem, que para nós toma peso de matriz política, é defendida também por Alexandre Mendes Cunha (2003) nestes termos:

A necessidade de se “(...) esboçar algumas dimensões possíveis de análise dos quadros da história brasileira, com vistas a apreender o que progressivamente vai diferenciando esse traço clientelístico de amplitude secular, que, ao mesmo tempo em que faz diverso o fenômeno das redes clientelares no início do século XVIII do coronelismo no começo do XX, faz que este se reproduza em seu essencial como forma de preservar a continuidade de certa estrutura desigual e a permanência de grupos sociais específicos na condição de elites econômicas e políticas” (Cunha, 2003: 235).

Nesse contexto mais amplo, os motivos materiais das redes clientelísticas estavam intimamente ligados ao aparato dos bens simbólicos. Uma mudança da racionalidade nos autores políticos da época reproduziu hierarquias sociais que atrelavam o poder à posse de terras. Feições de “cultura política” que agregam valor a tese da “matriz política” mesmo nos meandros econômicos. Todavia novas personagens, como os do meio citadino, vão fazendo do clientelismo, um mecanismo plural digam-se clientelismos, que, para além do berço rural, não enfraqueceram, mas, pelas mutações, mostraram preservação e permanência – aparato matricial reproduzido enquanto herança. O que, para o contemporâneo, na análise do clientelismo, é associado ao patológico, no cerne era, de fato, a norma, hábito natural agregado à mentalidade política.

### **2.3. O PÚLPITO E O ALTAR – SENTIDO E SIMBIOSE**

O humano é empreendido, na sociedade pós-moderna, em uma crise de sentido sem par histórico. O sentido que aferimos é, na verdade, um todo consciencial

nutrido por processos psicossociais adversos. O humano imerso na sociedade percebe e toma consciência de algo; esse algo é empreendido enquanto uma “vivência” particular, mesmo que compartilhada, de dada realidade que acaba por se tornar experiências. O humano, assim, cria a sua subjetividade tomando por base um acervo social disponível e transformado em hábito. O agir social engendra esse plexo, repleto de máximas e experiências de legitimação, recriando o espaço de estruturação das relações sociais.

A identidade de um indivíduo deve ser pensada como uma identidade social porque, mesmo subjetivo, o ente humano apura e depura seu sentido em um acervo de tradições modeladas historicamente e compartilhadas em um tempo, numa determinada sociedade. Em alguns casos temos a formação de instituições sociais de sentido e de comprometimento:

“A formação de reservatórios históricos de sentido e de instituições alivia o indivíduo da aflição de ter de solucionar sempre de novo problemas de experiência e de ação que surgem em situações determinadas. Se a situação concreta for idêntica nos traços essenciais com outras constelações já conhecidas, então o indivíduo pode recorrer a patrimônios de experiências e modos de agir já familiares e ensaiados” (Berger e Luckmann, 2004:19).

Noutras tantas vezes não, sendo esse sentido advindo de relações sociais oriundas do fazer de classes dominantes em exercícios de controle. Nascem os modelos de censuras, de canonização, de sistematização e de pedagogização que estruturam um reservatório social de sentido. Política, religião e ciência fundam-se enquanto busca de legitimidade na manipulação dos espaços de sentido, enquanto configuradores de valores. As instituições responsáveis pela nutrição de sentido que mais nos importam, neste estudo, são justamente aquelas de estrutura religiosa-moral, que sempre estiveram intimamente ligadas ao poder.

Berger e Luckmann (2004:25s) colocam que tais instituições universalizam valores e tornam-se comunidades de compartilhamento de sentido, o que gera um imaginário

social, como já averiguamos na obra de Castoriadis, *A Instituição Imaginária da Sociedade*. Todavia, com a pluralidade e o sincretismo hodiernos da cultura pós-moderna, o que se percebe é uma “crise de sentido” gerada pelo pluralismo que transgride o sistema uniforme de interpretação. Berger e Luckmann deixam claro esse aspecto dentro do âmbito religioso ao colocarem que:

“Esta relação dialética de perda de sentido e uma nova criação de sentido, ou seja, de enfraquecimento e fortalecimento de sentido, pode ser encontrada mais claramente no caso da religião. Ela é sem dúvida a forma mais significativa de um padrão abrangente, rico em conteúdo e sistematicamente estruturado de experiência e valores. Durante a maior parte da história da humanidade foi simplesmente impensável uma sociedade sem uma religião única que dissesse respeito a tudo e a todos. Os deuses de meus antepassados eram evidentemente meus deuses também; meus deuses eram evidentemente também os deuses de todos os membros de meu clã ou de minha cidade. (...) Esta unidade entre o indivíduo, sua sociedade e os deuses que encarnavam a mais elevada autoridade da ordem do mundo foi abalada por divisões religiosas em diferentes lugares e tempo” (Berger e Luckmann, 2004: 40-41).

Os autores continuam a questão da crise do sentido ao revelarem que até mesmo a auto-evidência perdeu sua força. “A pertença a esta ou àquela Igreja já não é auto-evidente, mas resulta de uma escolha consciente” (Berger e Luckmann, 2004: 61). É inegável que a religião é uma importante fonte de estruturação de sentido que, por intermédio da mística e do compartilhamento, dá significância ao conteúdo social:

“A vivência de uma religião implica também aceitação de um universo cultural, um modo particular de perceber, situar e nomear o sagrado e o divino. A elaboração da experiência religiosa mística, conseqüentemente, incorpora esta dimensão da religião como cultura, como construção cultural do mundo, ao mesmo tempo em que se situa como modo particular de explicar as condições concretas da existência. Define-se, na intersecção dos planos religião-cultura e sagrado-existência concreta, o nível por excelência para a apreensão da experiência religiosa como vivência mística e mítica, a começar pela relação fundamental admitida com o deus e sua nomeação” (Costa, 1984:115 in: Bittencourt, 2003:69).

Como também é inegável que a pós-modernidade, com sua força de expressão planetária, adentrou os campos de sentido com símbolos e ícones culturais:

“O poder pós-moderno assume formas predominantemente culturalistas. O encurtamento das distâncias pelo aperfeiçoamento dos sistemas de transporte faz-se acompanhar do redimensionamento do tempo e da reterritorialização do espaço social pelos meios de informação. Dos

computadores à televisão, o sistema circulatório da vida contemporânea é feito de matéria informacional. O próprio real da sociedade pós-moderna não se dissocia da população *mass-media*. O que frequentemente se chama 'fato social' é na verdade um fato 'simulado' (não falsificado, mas construído com lógica própria) pelos *mass-media*, assim como um computador analógico simula um problema, para resolvê-lo. [...] Na pós-modernidade, revaloriza-se a visão, mas através do envolvimento sensorial, através de uma perspectiva planetária e dramatizante do mundo, propiciada pela *iconosfera* (o universo das imagens). Os limites do real e do imaginário podem se esfumar diante das técnicas criativas da indústria cultural, diante do poder hiper-realista da informação audiovisual" (Sodré: 1991, 63s. In: Bittencourt Filho: 2003,37).

Porém, a matriz religiosa e a matriz política brasileiras comportam-se de maneira adversa às expectativas de Berger e Luckmann, uma vez que nossa religiosidade, já em sua gênese, trazia o pluralismo e o sincrético. Existe a experiência da intolerância e as disputas territoriais proselitistas até a contemporaneidade, mas é igualmente evidente que o sentido da "crise" é aqui descoberto de uma maneira mais ampla. Não há estranhamentos porque o copo de água a ser bento é sacramentalizado no espírito cristão, por intermédio de um fazer litúrgico espiritualista. A mágica da cura também possui uma liturgia quase indígena, a imagem da santa católica dá sentido ao terreiro e personifica a entidade. Os demônios exorcizados no templo neopentecostal são nomeados a partir das religiões africanas. Existe demonização e conflitos, mas o sentido é compartilhado na pluralidade há séculos.

Lukács, na *Ontologia do Ser Social* (1980), coloca que: "Somente quando o homem, em sociedade, busca um sentido para sua própria vida e falha na obtenção deste sentido, é que isso dá origem à sua antítese, a perda de sentido". É esse sentido faltoso que recobre a simbiose entre a religião e a política de maior veracidade. Toda a história política brasileira é repleta dessas atuações. Colocaremos a simbiose entre a religiosidade e a política em dois momentos da história política nacional: primeiro na formulação imaginária dos anos de 1930, com a demonização



do Comunismo, e, em um segundo momento, quando as Igrejas Protestantes e o Pentecostalismo começam a adentrar o cenário político nacional.

No capítulo intitulado “O Exorcismo do Mal”, de Eliana de Freitas Dutra em seu livro “O Ardil Totalitário – Imaginário Político no Brasil dos Anos 30” (1997), percebe-se toda a gama de forças empreendidas contra o Comunismo, francamente associado ao Mal, em que:

“O embate ideológico entre grupos sociais antagônicos é responsável, nesses anos (os de 1935 e 1937) pela intensificação da produção de imaginários sociais concorrentes, onde em torno da idéia de revolução, proliferaram representações – umas, legitimando relações de força; outras, postulando uma nova legitimidade no campo político” (Dutra, 1997:33).

A revolução e o comunismo passam a tornar-se, então, irmãos gêmeos e inimigos em franco antagonismo. Divergências que se mostrarão fundamentos de um imaginário equalizador de conflitos sociais: razão de ser da liturgia simbólica daí advinda. Nenhuma relação política seria possível sem o seu anverso. Alteridade necessária e condição de possibilidade para o fomento da política do Brasil dos anos de 1930 e de todas as políticas na mundivivência global. Castoriadis (1982:154) nos lembra que o simbólico é utilizado pelo imaginário para além da expressão, mas como permanência e existência. A encarnação do mal será utilizada pela política, portanto, de modo a manipular a realidade e fazer dela um jogo teatral simbólico, na elaboração do poder.

A democracia precisava ser “resguardada” e o anticomunismo, munido da capa da santidade, criará no comunismo o diabo e toda a ordem (na verdade, desordem) de demônios possíveis e impossíveis. O Governo, diante das “atividades subversivas da ordem política e social”, como coloca o texto do Decreto 229 de 11 de julho de 1935, ordenará o fechamento da ANL – Aliança Nacional Libertadora. O Comunismo vai tornando-se a grande temática nacional e, com essa evidência, criar-se-á a

necessidade de se evitar a proliferação deste “Mal”. A revolução, com tal pretexto, justificará suas ações de censura, tortura e opressão. Instala-se um Tribunal de Segurança Nacional, reforça-se a Lei de Segurança Nacional, decreta-se o sítio, e o país parece viver uma guerra.

Tristão de Athayde coloca, em uma conferência intitulada *Educação e Comunismo*, publicada em *O Diário* de Belo Horizonte de 5 de Abril de 1936, a necessidade de se construir um inimigo:

“Dizia Bonald que, durante as revoluções, o difícil não era tanto cumprir o dever como saber onde ele está. Também nos momentos históricos de transição como o nosso, não é tão difícil talvez combater os inimigos como desvendá-los. De modo que não só para as pessoas, mas ainda para os Estado o fato de fixar um inimigo é tão importante como para os doentes o diagnóstico de um mal obscuro”.

Vargas aumentará o peso dessa guerra contra o mal em um discurso de primeiro de Janeiro de 1936:

“Forças do mal e do ódio campearam sobre a nacionalidade, ensombrando o espírito amável da nossa terra e da nossa gente. Os acontecimentos lutosos dos últimos dias de novembro permitiram, felizmente, reconhecê-los antes que fosse demasiado tarde para reagirmos (...). Padrão eloqüente e insofismável do que seria o comunismo no Brasil tivemos-lo nos episódios da baixa rapina e negro vandalismo de que foram teatro as ruas de Natal e de Recife, durante o surto vergonhoso dos implantadores do credo russo, assim como na rebelião de 27 de novembro nesta capital (...). Os fatos não permitem mais duvidar do perigo que nos ameaça. Felizmente, a Nação sentiu esse perigo e reagiu com todas as suas reservas de energias sãs e construtoras” (DISCURSO do Presidente Getúlio Vargas à Nação Brasileira em 1º de Janeiro de 1936. In: Dutra, 1997:39-40).

Personifica-se o mal através do medo causado por suas ameaças. Dá-se um rosto ao inimigo: Stalin, Harry Berger, quiçá Prestes. Concede à sociedade a “opção de escolha” entre o bem e o mal, todavia àquele que escolher o mal lhe caberá o castigo dos traidores e inimigos. A sociedade febril é convocada a defender os seus valores, na verdade a legitimar a ação política. O Comunismo é associado a um vírus, externo e agressor, exigência necessária para se tomar, no diagnóstico, o remédio necessário à cura: remédio tantas vezes amargo.

Logo, a imagem associada ao Comunismo, de doença física e biológica, assume um imaginário ainda mais tocante oriundo da Matriz Religiosa, a idéia de doença espiritual, a idéia de pecado e, assim, de demônio, que só faz ampliar:

“(...) enormemente as representações acerca do mal e do perigo comunista, acrescentando-lhes uma nova faceta: a diabólica. É nesse imaginário religioso, que os católicos souberam aproveitar tão bem, que o repertório de imagens anticomunistas irá se abastecer” (Dutra, 1997:47).

A Igreja Católica, ainda sobre o Comunismo, pela voz do Padre Álvaro Negromonte, escreve, em *O Diário* de Belo Horizonte de 1º de Janeiro de 1936, o seguinte texto:

“A Igreja condena as idéias más que são o germen dos crimes e pecados. E quando ela combate os maus atos não fica apenas na superfície, na coisa em si. Sobe para o espírito e o coração, onde está a raiz do mal. (...) O que se deve fazer é o combate da idéia pela idéia. À má doutrina oponha-se a doutrina sã e boa. Divulgue-se o conhecimento do bem, ao mesmo tempo em que se coíba a divulgação do mal. (...) Um jornal divulgando diariamente os erros comunistas termina por desfazer as ilusões vermelhas”.

Percebemos que o político apropriou-se do simbólico e da manipulação imaginária, por intermédio da figuração religiosa, para gerar e legitimar o poder da revolução. Luiz Carlos Prestes perde o posto de “Cavaleiro da Esperança” e é figurado como “Cavaleiro do Apocalipse”. As famílias são ameaçadas pelas sombras, pelo “vulto de Iscariotes” (Revista *Argus*. Revista Policial de Belo Horizonte em Novembro de 1936). O Comunismo é associado às serpentes inteligentes a espreita do bote às famílias sacralizadas.

“O comunismo está seriamente ameaçando o Brasil. O comunismo quer acabar com o casamento e a família; tirar as criancinhas da casa paterna e entregá-las ao Estado para cuidar delas longe dos pais. (...) O comunismo vai tomar a sua casa e os seus bens porque o Estado comunista será o único proprietário” (BRASIL ameaçado! Folheto Integralista. *Tribunal de Segurança nacional*. Processo 620, livro 1, v.1, folha 38).

O imaginário social neste período é, no entanto, majoritariamente manipulado pelo construto católico. O Protestantismo e o Pentecostalismo uniram Púlpito e Altar de forma mais clara somente a partir da segunda metade do século XX, no cenário mais amplo de alcance nacional. O Golpe Militar de 1964 representou, para o Brasil,

não uma ruptura aos valores políticos implementados desde a gênese da política nacional, mas sim uma articulação engenhosa de manutenção da Matriz Política brasileira, que será encarnada como uma herança que persistirá mesmo na democracia nascente pós Golpe. Momento oportuno para a cadeia intersubjetiva do Protestantismo e o Pentecostalismo também aferir um sentido amplo dentro dos aspectos gerais da Matriz religiosa e política brasileira.

O Protestantismo em si desde o início do século XX já manifestava o desejo de tornar-se mais próximo dos mecanismos sociais, criando o Conselho Missionário Internacional, que buscava uma maior defesa da liberdade religiosa dentro de uma América Latina “amplamente” católica – ressaltando-se, contudo, como colocamos outrora: o que é ser católico dentro da Matriz religiosa brasileira? Pertencer ao universo Católico é algo amplo no Brasil, graças ao compartilhamento de sentido sincrético. O Conselho Mundial de Igrejas (CMI) e o Conselho Nacional de Igrejas dos Estados Unidos apóiam esse empreendimento protestante e financiam projetos sociais que permitem um sem número de obras assistenciais assim como o nascimento de várias instituições agremiadas.

Bittencourt Filho (2003: 139-140) sobre a fundação da Junta Latino-Americana de Igreja e Sociedade fundada na cidade de Lima em 1961, coloca:

“A fundação da Junta significou um marco histórico, na medida em que, pela primeira vez, evangélicos de todo o Continente discutiram em conjunto o papel dos cristãos e das igrejas ante o processo social. Pela vez primeira as igrejas descortinavam a possibilidade de que o contexto sociopolítico-econômico pudesse vir a ser definidor de suas estratégias de ação evangelizadora. (...) Para muitos, era inédito identificar o atrelamento das agremiações eclesiais com determinados projetos políticos, econômicos e ideológicos”.

A partir daí, as Igrejas de cunho protestantes lançaram-se, diante do enfrentamento do modelo denominacional, numa aventura pelo esforço ecumênico e socialmente

ativo. No entanto o Golpe Militar sobreveio, em 1964, a brevar os esforços do Protestantismo Histórico.

“Evidentemente, após o golpe, os dirigentes conservantistas, (...) sentiram-se à vontade para deslanchar a repressão e os expurgos. Um dos alvos prioritários foi a Confederação Evangélica do Brasil, particularmente, o Setor de Estudos e Responsabilidade Social. (...) Neste episódio policialesco não faltaram agentes do Deops, que foram à sede da Confederação para prender integrantes do Setor (por força de denúncia de um pastor)” (Bittencourt Filho, 2003:144).

No governo de José Sarney, a Confederação buscou alavancar-se pela força das “Bancadas Evangélicas” que começaram a surgir no cenário político. O Protestantismo Histórico, em um pequeno grupo, reacionário aos crimes do período militar, organizou-se em entidades e nas chamadas “Missões de Fé”, que permitiu maior contextualização e força ao movimento. Surge um protestantismo ecumênico e um catolicismo libertário, como mediações paralelas ao poder militar e como alternativas religiosas e ideologicamente contrárias ao poder político estabelecido.

Findado o período militar, a jovem democracia enfrentara, no entanto, um *boom* de movimentos religiosos contemporâneos, ávidos pelo solo e mercado religiosos brasileiros. A religião e a idéia de sagrado tornaram-se secundárias na estruturação social, enquanto dispositivo de controle ideológico, entretanto a presença deste sagrado no político, nessa sociedade plural e de experiências políticas e econômicas adversas, é ainda um mecanismo de estruturação simbólica e processa a busca por participação das comunidades, tidas como minoritárias, na formulação do poder. Segundo Rivière, a noção de sagrado deslocou-se, todavia, é ainda viva dentro da formação dos múltiplos cenários políticos.

“Quer se refira ao sagrado de tipo religioso ou a uma sacralidade do político, percebemos nisso os dois aspectos, essenciais à noção segundo Rudolf Otto, de atração e de terror, de fascinação pelo superior e de temor de uma coerção. O sagrado se manifesta ao mesmo tempo esplendor hierofânico e dissimula os segredos do seu ser e de sua ação. Mas pode uma instituição anexá-la como domínio próprio? Não há mais necessidade institutiva trans-histórica na base da religião do que na base do Estado, ainda que em

muitas sociedades a religião tenha sido durante muito tempo a pedra angular dos dispositivos políticos” (Rivière, 1989:16).

Presenciamos um “trânsito religioso” daí decorrente que, segundo Bittencourt Filho, representa trocas institucionais, mas não deformidades diante do imaginário simbólico frente à religiosidade matricial.

“(…) as afetadas por essas transformações experimentam um desajuste profundo em suas relações sociais, ao lado de uma perda de referencial de valores. A incapacidade de encontrar sentido na própria existência e a ausência de reconhecimento social, induz as pessoas a buscarem sentido na religião. Quando as religiões tradicionais não são suficientes para essa busca, as pessoas tendem a abandoná-las, e substituí-las, total ou parcialmente, por ambientes religiosos nos quais tenham participação direta na produção de bens simbólicos, e onde possam ser acolhidas e reconhecidas. Caso a esse contexto correspondam experiências místicas e extáticas típicas da Religiosidade Matricial, acham-se então reunidas as condições necessárias para o trânsito religioso” (Bittencourt Filho, 2004: 184).

Formulando-se enquanto uma alternativa religiosa está o neopentecostalismo, o qual, no primeiro capítulo, já caracterizamos sua identidade básica. É o neopentecostalismo, uma reviravolta na conjunção do Púlpito político e do Altar religioso, sendo, nesta conjunção, inseridas as matrizes política e religiosa acrescidas do simbólico pós-moderno. O sentido da vida é, então, ultrapassado, uma vez que a religiosidade não se restringe ao conteúdo normativo e à mística experimentada nos templos. A religiosidade encerra a construção da manifestação do indivíduo na sociedade em que participa.

“(…) uma atividade religiosa, como atividade cultural, além da função de produzir sentido para a vida das pessoas, contribui (ou não) para a manutenção das estruturas sociais, lembrando sempre que no âmbito dos fatos religiosos, costumam coexistir funções manifestas e latentes. Por outro lado, a globalização levanta questões religiosas importantes, na produção em que exige uma consciência de sentido, i. e., a construção de um universo simbólico que forneça explicação e legitimação razoáveis e estáveis, das novas realidades que nascem na esteira da mundialização da economia, assim como dos traços culturais que lhe correspondem” (Bittencourt Filho, 2003:226).

O líder religioso, conjuntamente com a doutrina eclesiológica, reforça a identidade dos grupos, principalmente os mais vulneráveis, que a priori enchem as fileiras do neopentecostalismo. Oro deixa isto mais claro ao dizer que:

“Esta nova produção de sentido, fruto da gestão autoritária e totalitária do sagrado/religioso, tem sua razão de ser exatamente porque atende à demanda específica daquelas camadas da população vulneráveis pelas conturbações sociais intensas. (...) O transplante literal dos textos bíblicos, a pregação de verdades que dão uma explicação simplificada do mundo e da sociedade, a adoção de normas morais claras numa perspectiva individualista, a construção de relações humanas mais calorosas e comunitárias, junto com a autoridade inquestionável do líder, garantem a segurança e a plausibilidade subjetiva, bem como a aceitabilidade das estruturas sociais vigentes. Preenchem o vazio de sentido deixado pela construção de valores e transtornos sociais e reintegram a vida humana, reforçando identidades” (Oro, 1996:166).

Uma das funções estratégicas dessa religiosidade matricial, apontada por Bittencourt Filho, é permitir a integração das comunidades simbólicas neopentecostais à ordem do político, como de outras ordens, pelo já povoado no imaginário social brasileiro. Os amalgamados nutridos pelas tradições imaginárias permitiram o nascimento de um novo modelo de político e um novo modelo de religioso, novidade colorida por traços herdados e recriados desde o tempo dos coronéis. Apresentar os elementos básicos da tradição política brasileira faz-se então necessário para que se perceba que o pastor-político é a re-significação de um modelo cristalizado.

### **3. AS INSPIRAÇÕES HISTÓRICAS PARA A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE POLÍTICA DOS PASTORES EVANGÉLICOS**

#### **3.1. CORONÉIS DE PUNHO E IMAGINÁRIO – PRESSUPOSTOS MARCANTES NA EVOLUÇÃO DO CORONELISMO AO CLIENTELISMO POLÍTICO NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Este capítulo tem como objetivo a apresentação da evolução histórica do Coronelismo, atendo-se à teleologia de seus atributos, enquanto matriz das redes clientelares presentes no contexto político brasileiro que, por intermédio de sucessivas re-significações apresentou-se enquanto herança vital na constituição da práxis política contemporânea. Tudo isso com a finalidade de respaldar os pastores pentecostais como lideranças políticas advindas de um modelo já encarnado no campo fenomênico da História Política, corroborando, dessa forma, para uma torção semântica que satisfaça o implicado cariótipo da formação dos imaginários religiosos na construção dos atores políticos capixabas.

O Coronelismo é, sem dúvida, um dos elementos estruturais do pensar político brasileiro de maior relevância, possuindo heranças viscerais vinculadas aos nossos imaginários de atuação do poder local. Tal manifestação histórica possui características muito marcantes, por vezes pervertidas por teóricos que insistem em utilizar a profundidade desse conceito de maneira agressora e fantasiosa. Não se cria aqui mais uma fantasia, mas espera-se tão somente mostrar que é possível relacionar o poder simbólico e outras tantas esferas de poder na gênese de estruturas que servem como base justificadora de outros modelos posteriormente advindos.

A natureza e o funcionamento do coronelismo possuem conceituações diversas. Para tanto, exploraremos a diversidade dessas nuances, a fim de chegarmos ao caso específico do Espírito Santo.



### 3.1.1. O Âmbito Nacional como Balizador de Conceitos – A Discussão e a Construção do Coronel na Primeira República Brasileira

O Coronelismo possui a característica fundamental de ser uma estrutura sistêmica gerada com a confluência do federalismo implantado na Primeira República (1889-1930) em simbiose com uma conjuntura econômica, que seria a decadência parcimoniosa dos fazendeiros. Sobre essa sistematicidade, Vítor Nunes Leal nos coloca que, em sua busca conceitual, procurou o exame do sistema: “[...] o que procurei examinar foi, sobretudo o sistema. O coronel entrou na análise por ser parte do sistema, mas o que mais me preocupava era o sistema, a estrutura e a maneira pelas quais as relações de poder se desenvolviam na Primeira República, a partir do município” (Leal, 1980:13). E, nessa busca, surge a figura do coronel como germinada por um federalismo que dá novos poderes ao governador de estado.

“O federalismo criou um novo ator político com amplos poderes, o governador do estado. O antigo presidente das províncias durante o Império era um homem de confiança do ministério, não tinha poder próprio, podia a qualquer momento ser removido, não tinha condições de construir suas bases de poder na província à qual era muitas vezes alheio. No máximo podia preparar sua própria eleição para deputado ou para senador” (Carvalho, 1995:2).

O governador republicano, que passa a ter representatividade, tem seu poder consolidado a partir da política implantada por Campos Sales em 1898, que dissera: “A política dos estados [...] é a política nacional” (Sales, 1908:252). Essa sistematicidade é histórica e anuncia uma rede complexa de relações que abarca desde o coronel até o presidente da República.

Uma vez destronados de um poder econômico que regulamentava a ordem pública municipal, os coronéis perceberam que a manutenção de seus poderes agora vincular-se-iam à presença do Estado. Temos um sistema político, portanto, baseado na troca de favores entre coronéis e governadores.

[o coronelismo] “Emerge, portanto, em momento de enfraquecimento do mandonismo e de expansão do poder estatal. Daí vem o compromisso em que o Estado entra emprestando ao coronel seu poder e prestígio, e o coronel comparece com os votos necessários à manutenção da política do governador” (Carvalho, 1984:932).

José Murilo de Carvalho coloca, em sua discussão conceitual (1998), que “o coronelismo não existiu antes dessa fase e não existe depois”, passando a distinguir o coronelismo de mandonismo. O que, para Leal, parece estar claro, uma vez que este coloca o coronelismo, enquanto sistema, como um momento do mandonismo, justamente o do enfraquecimento. Essa discussão faz-se importante por permitir a análise da figura do coronel em quadros mais complexos, como uma diversificação dos tipos e graus do coronelismo (Eul-Soo Pang e Maria Isaura Pereira de Queiroz). Haveria, dessa maneira, além do grande proprietário de terras, “mandões que constroem seu poder através da atividade comercial, da indústria, ou mesmo do exercício da profissão liberal e do sacerdócio” (Carvalho, 1984:932).

Eul-Soo Pang distingue sete tipos de coronéis, sendo eles o coronel proprietário de terras, o comerciante, o industrial, o coronel-guerreiro, o coronel-burocrata, o coronel-chefe do curral-distrito e o coronel-padre. Este último, por exemplo, manuseava a confiança popular em sua postura religiosa e a boa vontade do povo em segui-lo, como claros instrumentos do poder simbólico que lhe estava inculcido.

“O desejo pessoal de responder ao ‘chamado’ político do povo como extensão dos deveres pastorais ajudava os homens de Deus a ascender a um status de elite na política secular. Apesar das justificativas morais e religiosas, o coronel-padre frequentemente cometia violências, assim como fraudes eleitorais” (Pang, 1979:58).

Maria Isaura Pereira de Queiroz reforça tal idéia ao dizer que o poderio do coronel não se baseava somente em suas terras ou no café, mas também no “comércio, bancos, meios de transporte, organização da mão-de-obra, e poderio político” (Queiroz, 1976:131), atrelando toda a vida econômica do Estado aos diversos

modelos de coronéis. A autora constrói, ainda, uma série de comentários sobre o poder coronelista exercido pelo Padre Cícero.

O Clientelismo possui um ponto de toque também com o coronelismo, mas mais uma vez o coronelismo deve ser entendido como sistema político próprio da Primeira República, portanto impedindo qualquer princípio de identidade com o clientelismo. Todavia, o clientelismo pode ser entendido como uma das muitas práticas empregadas pelos coronéis. Dentro da literatura internacional (Kaufman, 1974), o conceito de clientelismo é empregado como as relações estabelecidas entre atores políticos envolvendo concessões de benfeitorias públicas em troca de apoio político. Mais ainda, no coronelismo percebíamos a fusão do público com o privado, em que o coronel toma para si, como que agregando ao seu patrimônio, o controle dos cargos públicos.

“Por isso mesmo o ‘coronelismo’ é sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras. Não é possível, pois, compreender o fenômeno sem referência à nossa estrutura agrária, que fornece a base de sustentação das manifestações de poder privado ainda tão visíveis no interior do Brasil” (Leal, 1978:20).

Tínhamos assim, a claro brado, a manifestação do paternalismo. Aos amigos era dado um conjunto de favores que retirava do patrimônio público sua força. Mesmo que essa força gerasse um filhotismo típico do mandonismo, que desorganizava a administração municipal locada em servidores públicos despreparados, que apenas queria sorver o cargo público de maneira a se beneficiar da “gamela” municipal. O importante era, afinal, a vitória e respectiva manutenção do poder por uma ordem social já antes estabelecida, tendo o coronel, ou chefe local, seu mando incólume aos tentares adversários.

“Para favorecer os amigos, o chefe local resvala muitas vezes para a zona confusa que medeia entre o legal e o ilícito, ou penetra em cheio no domínio

da delinquência, mas a solidariedade partidária passa sobre todos os pecados uma esponja regeneradora. A definitiva reabilitação virá com a vitória eleitoral, porque, em política, no seu critério, 'só há uma vergonha: perder'. Por isso mesmo, o filhotismo tanto contribui para desorganizar a administração municipal" (Leal, 1978:39).

Não se pode, no entanto, mesmo diante do espectro de variabilidade das feições coronelistas e das características clientelísticas que envolviam o coronelismo, considerá-lo como fenômeno presente no atual.

"Os autores que vêem coronelismo no meio urbano e em fases recentes da história do país estão falando simplesmente de clientelismo. As relações clientelísticas neste caso dispensam a presença do coronel, pois ela se dá entre o governo, ou políticos, e setores pobres da população. Deputados trocam votos por empregos e serviços públicos que conseguem graças a sua capacidade de influir sobre o poder executivo" (Carvalho, 1995:5).

Uma crítica ainda mais caustica sobre a relação existente entre o coronelismo e o clientelismo fora feita por Paul Cammack, propondo que os interesses da Oligarquia Rural representavam os interesses do Estado; dessa forma, seria um paradoxo atrelar os mecanismos políticos por intermédio de relações clientelistas (Cammack, 1979). Todavia, Amilcar Martins Filho responde Cammack ressaltando o clientelismo.

O Sistema proposto por Leal é criticado por Cammack violentamente. Num primeiro momento, é negada a idéia de barganha clientelística que tivesse como escopo máximo a troca de votos por poderes estatais. Os coronéis, segundo Cammack, não teriam como controlar os votos e, mesmo que tais fossem de número representativo, estes seriam mercadorias sem muito valor político. Cammack utiliza-se como reforçador dessa tese os migrantes sazonais, trabalhadores eventuais e até mesmo a presença de trabalhadores presos ao tráfico de influência de mais de um coronel.

"[...] não importa quão pobres, miseráveis e ignorantes os pequenos proprietários possam ter sido, ou quão precária a posição que tenham tido, não se segue que fossem dependentes num sentido que acarretasse a completa perda de controle sobre seus votos. Mesmo não sendo independentes, pelo menos não se achavam presos a um único dono de terra. Poderiam, então, ser considerados livres pelo menos para escolher de

quem ser dependentes e, conseqüentemente, para dirigir sua lealdade a outro proprietário, caso o desejassem” (Cammack, 1979:5).

E Leal coloca a importância do coronel por intermédio de sua força eleitoral da seguinte forma:

“Qualquer que seja, entretanto, o chefe municipal, o elemento primário desse tipo de liderança é o ‘coronel’, que comanda discricionariamente um lote considerável de *votos de cabresto*. A força eleitoral empresta-lhe prestígio político, natural coroamento de sua privilegiada situação econômica e social de dono de terras” (Leal, 1978:23).

Leal prossegue sua análise dando à “ignorância” e à “pobreza” do eleitorado rural a força de influência de quem tudo lhe paga, ou seja, o coronel que apadrinha com seu poder a influência política que manipula.

“Sem dinheiro e sem interesse direto, o roceiro não faria o menor sacrifício nesse sentido. Documentos, transporte, alojamento, refeições, dias de trabalho perdidos, e até roupa, calçado, chapéu para o dia da eleição, tudo é pago pelos mentores políticos empenhados na sua qualificação e comparecimento. [...] É, portanto, perfeitamente compreensível que o eleitor da roça obedeça à orientação de quem tudo lhe paga, e com insistência, para praticar um ato que lhe é completamente indiferente” (Leal, 1978:35/6).

Contudo, àqueles que vêem os coronéis como homens sem espírito público, ou mesmo que sua intendência fora construída em vilania, por intermédio do capricho ou pela perversão do sentimento público local, enganam-se. O não idealismo coronelista, que se confina ao município e possui interesses em sobreposição possivelmente aos da pátria, assim como seu descaso aos defeitos dos candidatos às eleições não incute ao povo desânimo. A pobreza não era tão ignorante como se prega, uma vez que as benfeitorias públicas, por origem mais cafajuste que fosse, eram oriundas do empenho quase heróico do coronel.

“É ao seu interesse [o do coronel] e à sua insistência que se devem os principais melhoramentos do lugar. [...] É com essas realizações de utilidade pública, algumas das quais dependem só do seu empenho e prestígio político, enquanto outras podem requerer contribuições pessoais suas e dos amigos, é com elas que, em grande parte, o chefe municipal constrói ou conserva sua posição de liderança” (Leal, 1978:37).

Quanto ao controle dos votos, Cammack equivocava-se por completo, uma vez que tal controle é evidente mesmo depois da democratização. Todavia, a crítica ao valor da mercadoria eleitoreira faz sentido, visto que o processo eleitoral, mesmo que encoberto por fraudes, controle de volantes e manipulação de atas eleitorais, ápices da ação coronelista, permitia a existência concomitante de um paradoxo criado pela política de Campos Sales, que dava ao Congresso o poder de inverter o resultado das atas eleitorais. O Reconhecimento, a diplomação do político era, portanto, um mecanismo do próprio Estado, que minimizaria o valor do voto em detrimento das ações manipuladoras dos coronéis.

A política na Primeira República não era, em contrapartida, feita de um relacionamento entre coronéis e Estado pautado por votos. Existia uma gama de fatores outros que atrelavam ambas as esferas políticas, mesmo uma busca de apoio tácito carregado de um processo não rebelador.

[...] a idéia de compromisso coronelista pode ser mantida sem que se dê ao voto peso decisivo. Se os governadores podiam prescindir da colaboração dos coronéis tomados isoladamente, o mesmo não se dava quando considerados em conjunto. A estabilidade do sistema como um todo exigia que a maioria dos coronéis apoiasse o governo, embora esta maioria pudesse ser eventualmente trocada. As manipulações dos resultados eleitorais resultavam sempre em beneficiar um grupo contra outro e tinham um custo político. Se entravam em conflito com um número importante de coronéis, os governadores se viam em posição difícil, se não insustentável. [...] Muitas vezes, rebeliões de coronéis eram incentivadas pelo governo federal para favorecer oligarquias rivais nos estados” (Carvalho, 1995:7).

Os coronéis tinham um prestígio que se fazia muito interessante ao governo, uma vez que o país se fundava numa estrutura agrária que dava aos chefes locais o poder de permuta necessário ao tratamento de reciprocidade.

“É claro, portanto, que os dois aspectos – o prestígio próprio dos ‘coronéis’ e o prestígio de empréstimo que o poder público lhes outorga – são mutuamente dependentes e funcionam ao mesmo tempo como determinantes e determinados. Sem a liderança do ‘coronel’ – firmada na estrutura agrária do país –, o governo não se sentiria obrigado a um tratamento de reciprocidade, e sem essa reciprocidade a liderança do ‘coronel’ ficaria sensivelmente diminuída” (Leal, 1978:43).

Outra crítica de Cammack dá-se ao considerar que Leal percebe os coronéis apenas como atores políticos e não como produtores, como classe social. O próprio surgimento do compromisso do coronel baseia-se na decadência econômica, que faz com que este se aproxime do governo para manter suas relações de poder local. Todavia, se temos um compromisso político como instrumento de manutenção de poder, tal instrumento não se reduz meramente ao político, mas também ao econômico, o que torna a crítica de Cammack dispensável.

O controle dos cargos públicos possui, no entanto, muito mais que tão somente um atributo político, mas econômico.

“Até mesmo uma professora primária era importante para conservar valores indispensáveis à sustentação do sistema. Ignorar esses aspectos dos cargos públicos é querer separar artificialmente o político do econômico. No coronelismo como definido por Leal, o controle do cargo público é mais importante como instrumento de dominação do que como empreguismo. O emprego público adquire importância em si, como fonte de renda, exatamente quando o clientelismo cresce e decresce o coronelismo” (Carvalho, 1995:9).

Em defesa de Leal está também o fato de que, em raríssimos casos, na Primeira República, os interesses econômicos assumiam o primordial intento das lutas locais. Os interesses dos coronéis, enquanto classe dominante, nunca eram desafiados, ressaltando-se os casos de messianismo ou o de movimentos do cangaço. “Não se colocava em questão o domínio dos coronéis enquanto classe” (Carvalho, 1995). Tal perspectiva desmoralizava a política e dava à administração a precariedade como característica.

“A ‘vista grossa’ que os governos estaduais sempre fizeram sobre a administração municipal, deixando de empregar influência política para moralizá-la, fazia parte do sistema de compromisso do ‘coronelismo’. [...] Além disso, não lhes caberia qualquer direta responsabilidade pelas malversações, que corriam por conta e risco dos próprios chefes locais. O preço caro, pago pelo Estado em troca do apoio eleitoral dos chefes locais, era, portanto, uma condição objetiva para que esse apoio correspondesse aos fins visados pelo governo estadual” (Leal, 1978:53).

De fato quando retratamos o clientelismo devemos ter clara a ambigüidade interna presente no seio do próprio conceito, uma vez que existe, dentro do clientelismo político, uma feição de representação e uma de controle (Clapham, 1982). Todavia, Cammack, segundo Martins Filho, renega ambas as feições e explica as articulações políticas internas considerando o que seria uma consistente representação dos interesses dominantes do estado, e tal posicionamento não se sustenta.

“Cammack sugere uma abordagem alternativa que privilegia a idéia de representação de interesses das classes dominantes, que seria, em sua opinião, a única perspectiva realmente capaz de aprender corretamente o complexo sistema de articulações entre os diferentes níveis da política oligárquica” (Martins Filho, 1984:175).

Raymundo Faoro parece sintetizar a relação entre poder político e econômico, dando ao coronel o exercício de uma autoridade adquirida no pacto e no reconhecimento de sua autoridade.

“[...] O Coronel, antes de ser um líder político, é um líder econômico, não necessariamente como sempre, o fazendeiro manda nos seus agregados, empregados ou dependentes. O vínculo não obedece a linhas tão simples, que se traduziriam no mero prolongamento do poder privado na ordem pública. (...). Ocorre que o Coronel não manda porque tem riqueza, mas manda porque se lhe reconhece esse poder, num pacto não escrito. Ele reconhece – recebe ou conquista – uma fluida delegação, de origem central no Império, de fonte estadual na República, graças a qual sua autoridade ficará sobranceira ao vizinho, guloso de suas dragonas simbólicas e das armas mais poderosas que o governador lhe confia. O vínculo que lhe outorga poderes públicos virá, essencialmente, do aliciamento e do preparo das eleições, notando-se que o coronel se avigora com o sistema da ampla eletividade dos cargos, por semântica e vazia que seja essa operação” (Faoro, 1979:622).

Somos uma feição política no Mundo Ocidental em que o poder estatal penetrou a sociedade englobando as classes de maneira abruta, tendo o coronelismo, o clientelismo e o populismo como atribuições essenciais. Vasculhar esses meandros da História Política torna-se cada vez mais vital a um auto-entendimento suficientemente capaz para a inserção de novos modelos mais eficientes na discussão dos paradigmas políticos. O Coronelismo estaria, portanto, encharcando



novas pertencas políticas como uma herança engendrada na atualidade, não como era outrora, na Primeira República, mas como um baluarte que faz dos políticos contemporâneos “coronéis da ideologia”. São eles “Mestres Coletivos da Significação”, numa proposição semântica de Cornelius Castoriadis, e que João Gualberto Moreira Vasconcellos utiliza como aporte teórico em sua *Invenção do Coronel*. Tal compreensão reaviva uma maneira de construir o político, outrora encarnado com o nome de “coronelismo”.

### **3.1.2. Entre os Monteiro e a Instituição Imaginária do Coronel – Heranças Capixabas Eucariontes<sup>6</sup>**

O Coronelismo fecundou-se no Espírito Santo através de um modelo oligárquico do tipo familiocrata. As Oligarquias familiocráticas, termo construído por Eul-Soo Pang (1979:40), possuem o clã como célula fundamental, reunindo pessoas da mesma linhagem, parentes por afinidade, afilhados e, mesmo, o povo dependente do ponto de vista sócio-econômico. A mediação motivadora seguia a ordem de defesa dos interesses comuns do clã e a legitimação residia na habilidade do chefe do clã em dispensar favores aos seus membros.

“O chefe captava os recursos necessários para a sobrevivência de seus dependentes e agregados, servia de árbitro nas questões entre eles e intervinha junto ao governo para obter favores. Em suma, o coronel desempenhava várias funções que num regime político mais evoluído seriam normalmente da responsabilidade do Estado. Tais práticas eram costumeiras em virtude da inexistência de um estado central forte e organizado” (Pang, 1979:41).

Essa organização esteve presente no Espírito Santo notadamente pela família Monteiro, edifício político coronelista que possuiu na figura de Jerônimo Monteiro, presidente do Estado entre 1908-1912, grande pai, Laio maior.

---

<sup>6</sup> O termo eucariotes é aqui utilizado de maneira metafórica para evidenciar um núcleo político bem definido, como que ladeado por uma membrana verdadeira. Estrutura presente, na Biologia, em células com o núcleo – matriz da carga genética – envoltas por uma membrana real.

“Os coronéis são, de fato, criadores de códigos de comportamento social bem brasileiros, numa sociedade fechada à cidadania e centrada nas grandes famílias oligárquicas” (Vasconcellos, 1995:15). Tal consideração de João Gualberto prediz toda a construção a que desejamos dar continuidade, enquanto temática. A instituição imaginária do coronel proclamou um momento político, tanto no Brasil, quanto no Espírito Santo, em suas especificidades. Jerônimo Monteiro representa tais especificidades.

A estrutura coronelista capixaba caminha conjuntamente com a monocultura cafeeira no século XX. Núcleos urbanos foram sendo formados como necessidade às atividades econômicas que precisavam convergir a produção para os portos. Nessas localidades, em especial Vitória e Itapemirim, estavam os serviços de beneficiamento e transporte do café, assim como os serviços de construção civil, comércio, indústrias artesanais e os serviços públicos. Essa congruência acabou por ampliar as relações sociais e econômicas gerando categorias sociais ligadas às elites cafeeiras, com demandas políticas de cunho republicano.

A República, proclamada, não representou rupturas dentro do sistema imaginário, mas uma continuidade que rearranjou o poder das elites e renovou o vigor de um comportamento político. Outras personagens foram sendo instaladas dentro do cenário político a partir de agremiações partidárias que articulavam os interesses das elites. Temos um jogo perene de alianças que evidenciava o amálgama de um mesmo imaginário, de uma mesma visão de mundo, de interesses compartilhados numa solidariedade capciosa: estamos diante do coronelismo espírito-santense, que excluía a maioria da população da vida política e fazia do Estado a sala de estar das famílias de grandes proprietários de terras e comerciantes. A simulação partidária

subsidiaria o jogo das elites no prosperar coronelista, e o favor era um artifício estrutural que unia em amizade os César e os Brutos.

Toda essa estrutura terá, no Espírito Santo, um nome forte que altivamente trará, em sua face, os traços da política encarnada em rugas coronelistas. Pedra extraída de uma Fazenda com nome “Monte Líbano”. Jerônimo de Souza Monteiro nasce em 4 de Junho de 1870.

No sul do Estado, mais precisamente no vale do Itapemirim, uma fazenda, a já citada como berço do coronel, conhecia o ar da prosperidade que lhe confiava à elitização dos membros da família que a possuíam. A Monte Líbano, mais que tão somente uma fazenda próspera, era o centro de formação dos Souza Monteiro, e exercia, dessa forma, uma função imaginária que produzia indivíduos aptos à direção, a práticas sociais excludentes. Legitimava-se, assim, uma superioridade produzida no meio social que criava “significações sociais imaginárias” (Vasconcellos, 1995:138), que alimentava tais elites com mais poder. Mestres de um poder que não se restringia ao âmago da fazenda, mas subsistia engendrado no Estado.

A Fazenda Monte Líbano foi ainda sede política do maior professor de Jerônimo, seu pai Francisco de Souza Monteiro, que se tornara dirigente do partido Conservador em Cachoeiro e utilizava-se das práticas coronelistas de prestação de favores para disputar a liderança da região sul. Seu prestígio advinha, portanto, de ajudas e favores: distribuição de roupas, sapatos e diversos agrados ao eleitorado.

Jerônimo estudara Direito na província de São Paulo cuja formação de jurista com influências positivistas influenciou decisivamente sua atuação enquanto político, uma vez que o positivismo fortalecia o autoritarismo elitista, assim como as práticas coronelistas.

“O positivismo, aliás, fortalecia as práticas coronelistas, na medida em que alimentava o autoritarismo das elites. Ele estimula uma visão de mundo na qual a evolução gradual e as mudanças dirigidas pelo topo do sistema político eram desejadas. A ditadura republicana era bem própria ao tipo de política que se praticava no Brasil no fim do século XIX e no início do século XX” (Vasconcellos, 1995:141).

Iniciou Jerônimo sua vida pública estando ao lado do presidente Moniz Freire e em oposição ao seu irmão Bernardino. Elegendo-se deputado estadual, em 1895, e federal, em 1897, Jerônimo tinha como aliados: Pinheiro Junior, Galdino Loreto e José Monjardim. Presenciava-se o fim da cena política dos pioneiros coronéis e a disputa, agora, como exigência dos novos tempos, o poder estabelecia-se entre os donos do verbo, dos articuladores do significado, doutores que faziam discursos movidos pelas palavras belas e pelo conhecimento da máquina burocrática.

Após romper com Moniz Freire, Jerônimo deixa o Partido Construtor em 1898, ainda como deputado federal, e funda o Partido da Lavoura, que lançou candidato à presidência estadual em oposição a Moniz Freire. O coronel Ramiro de Barros Conceição perde a disputa e Jerônimo refugia-se trabalhando na Monte Líbano e, posteriormente, em Santa Rita do Passa Quatro, em São Paulo. Todavia, o homem político já estava há muito cunhado de maneira indelével e permanente. Sua constituição visceral e identitária possuía características fortes que não se apagariam tais como: a formação típica de uma família oligárquica em que se ausentava o conceito de cidadania; o curso de direito positivista que legitimava o elitismo e o comportamento de dominação; e a disputa pela direção de sua parentela com o irmão Bernardino.

Em 13 de janeiro de 1906, Jerônimo é indicado para secretário geral do Estado, mas não aceita, regressando a vida à política capixaba somente quando, nomeado pelo presidente do Estado, assume, como advogado, a negociação das dívidas públicas que estavam colocando o estado em completa letargia e ingovernabilidade.

Jerônimo com “competência” obtém sucesso e sua candidatura à sucessão na presidência do estado adquire ares de conciliação. A que se fazer, no entanto, uma devida ressalva, uma vez que essa “competência” de Jerônimo fora campo para uma intensa polêmica. Com ares de negociata, em condições fraudulentas, a negociação das dívidas veio a público após ser denunciada por Moniz Freire e Graciano Neves, no Congresso Nacional. O coronel Henrique da Silva Coutinho, antes disto, apresenta seu candidato da seguinte forma:

“O Dr. Jerônimo Monteiro pertence a uma das mais representáveis famílias do Espírito Santo. É digno irmão do atual Bispo Dom Fernando de Souza Monteiro, ilustre sacerdote, virtuoso, cheio de bondade e partidário extremado da difusão do ensino, tendo criado nesta Diocese dois institutos de ensino secundário. O Dr. Jerônimo já representou o nosso Estado, na Câmara dos Deputados, deixando traço brilhante se sua passagem, conquistando a estima e o respeito dos seus pares, pelo seu espírito reto e por sua dedicação à causa pública. O Estado deve-lhe relevantes serviços, que o espírito partidário não conseguirá desmerecer, à vista eloqüente dos fatos” (Novaes, 1979:65/67).

As eleições realizadas em 2 de fevereiro consagraram Jerônimo como presidente do Estado. “Jerônimo Monteiro não era um coronel ignorante, como aqueles que o Segundo Império gerou” (Vasconcellos, 1995:150), visto que visitara São Paulo e Minas Gerais para conhecer o funcionamento da maquinaria pública e implantar medidas modernizadoras no Espírito Santo. O que se presenciava era a modernização nascida nos berços de jacarandá de outrora. Produto que o coronelismo metamorfoseara: um doutor de jagunços à surdina, mas com um poder oligárquico gerado no seio de imaginários e representações engendradas no latifúndio. O transitório locava-se no inacabado e no interminável, presenciava-se a modernização da vida pública, assistia-se a manutenção da rede complexa dos privilégios.

“Era o moderno que surgia do velho, impregnado de um imaginário que não tinha, ele mesmo, sofrido mudanças. Suas raízes continuam fincadas num imaginário marcado pela exclusão popular, da certeza da incapacidade

política das massas. A expressão cunhada pelo jornalista Aristides Lobo sobre a proclamação da República: o povo assistiu bestializado, é muito feliz para explicar o que se passava na Primeira República. As práticas políticas elitistas permaneceram inalteradas. Prova bem isso a eleição quase unânime de Jerônimo Monteiro” (Vasconcellos, 1995:150).

Muita coisa foi realizada durante sua gestão. O direito a aposentadoria e pensão para viúvas no funcionalismo público foi um direito assegurado. Serviços de água e iluminação pública, obras de cunho sanitário, bondes elétricos, urbanização, a construção do parque Moscoso, criação da Prefeitura Municipal de Vitória, além do Arquivo Público e do Museu do Estado, reestruturação do comércio varejista, inauguração da Escola Modelo, do Colégio agrícola – Fazenda Modelo Sapucaia e da Escola de Aprendizes Artífices do Espírito Santo. A economia fora impulsionada com a criação de inúmeras fábricas como: a fábrica de tecidos para aproveitamento de fibras têxteis; usina de açúcar (Paineiras); fábrica de cimento; de papel; de óleo vegetal; serraria industrial e a Usina hidrelétrica do Rio Fruteiras (Bittencourt, 1987: 129/130). Este projeto industrializante, no entanto, veio a constituir-se um grande fracasso.

Jerônimo deu a sua marca ao Estado, em que a divisa “Trabalha e Confia” registrava o seu imaginário ao imaginário espírito-santense. Criaram-se, assim, os símbolos do Estado com significação própria.

Para consolidar-se como chefe político do Estado, Jerônimo Monteiro contraíra dívidas que alcançavam, em 1908, a cifra de 24.000.000\$000 (vinte quatro mil contos de réis), dez vezes o valor arrecadado com a somatória dos tributos estaduais do ano. A audácia do presidente do estado o colocou como incontestável líder político; afinal, deve-se a ele todo um processo de modernização. Todavia tal empreendimento arruinara as finanças estaduais. Liderança banhada no moderno que se fazia presente pelos moldes coronelistas.

“Não há dúvidas de que, durante a administração de 1908 a 1912, Jerônimo Monteiro transformou-se no chefe político incontestável do Espírito Santo. De forma paradoxal, essa liderança fundou-se, ao mesmo tempo, na sua figura de modernizador e nas suas práticas políticas coronelistas” (Vasconcellos, 1995:161).

Práticas coronelistas essas que se evidenciam em livro de Affonso Lyrio<sup>7</sup>. Ficam registradas as marcas do coronel Jerônimo que se utilizou de violência política e a influência das armas. Homem que colocara, nas contas de Affonso Lyrio, dezoito membros da família em altos cargos administrativos, que demitiu de funcionários públicos por motivos de pouca eqüidade, além de questões que envolviam a economia do estado e da fazenda Monte Líbano. Exemplo disso foi o monopólio para o fornecimento de calcáreo para a fabricação de cimento.

Jerônimo, após muitas disputas marcadas por tráfico de influências e desentendimentos familiares, morre em 22 de outubro de 1933 deixando uma vida política marcada pelos meandros da República Velha. Morre um dos produtos mais bem acabados do coronelismo que se modernizara para manter-se vivo e que, diante das exigências sociais, soubera responder aos sinuosos caminhos do construto político de maneira eloqüente. Muito embora nunca deixasse de lado herança das políticas edificadas na maneira oligárquica. Os privilégios estavam ressalvados, assim como os interesses daqueles que caminhavam com passos curtos rumo ao desconcertante muito próximo. O coronelismo de Jerônimo custosamente foi apagando-se, enquanto coronelismo de avó virtuosa a beira do leito de morte, mas a sombra daquela dentição amarelada sorri na herança que os novos políticos aprenderam a maquinar.

[...] de 1908 a 1912 a oligarquia conseguiu ser completa. Meu tio Jerônimo era Presidente do Estado, meu tio Antonio era presidente da Assembléia,

---

<sup>7</sup> LYRIO, Affonso. **Feitos e proezas de um piedoso conde do Papa**. (Subsídios para a história política do Brasil Republicano). Vitória: Tipografia de **A Tarde**, 1915.

meu tio José, deputado estadual. Dom Fernando era bispo. Eis todos os poderes reunidos: eles tinham o poder federal e administrativo”.<sup>8</sup>

Jerônimo era um mestre da significação, utilizando a terminologia de Castoriadis reapropriada por João Gualberto, ou mesmo um mentor, como em Leal; talvez a personificação da personagem política necessária e possível àquele período, enquanto imaginário. Sabe-se, era núcleo eucarionte que vigora d’outras formas e com nomenclaturas persistentes e diversas.

---

<sup>8</sup> Depoimento de Carlos Fernando Monteiro Lindenberg, Vitória, 1987. In: VASCONCELLOS, João Gualberto Moreira. Op.cit. p. 174.



## **4. CONSTRUÇÃO DE NOVOS PERSONAGENS E IMAGINÁRIOS: TECNOCRATAS E POPULISTAS – A SOBREVIVÊNCIA DA HERANÇA**

### **4.1. CONSTRUÇÃO DE NOVOS PERSONAGENS E IMAGINÁRIOS: NOVAS LIDERANÇAS NACIONAIS E REGIONAIS**

“Os personagens que o coronelismo criou, tão bem representados na história pessoal de Jerônimo Monteiro, têm uma grande densidade humana. Eles não foram representantes de um mundo frio e materialista. Antes são produto e produtores de uma sociedade violenta e apaixonada. Elitista, mas de um elitismo diferente daquele da aristocracia européia ou dos grandes proprietários rurais do sul dos Estados Unidos, por exemplo. As elites brasileiras pertencem a um outro imaginário social, expressão de uma singularidade histórica que a nossa sociedade produziu num momento do tempo” (Vasconcellos, 1995:175).

Novos personagens políticos nasciam com o processo de desestabilização da República Velha. Um novo país surgia e, com ele, novas camadas que se mostravam apáticas à maneira coronelista de representação. O pensamento autoritário fazia parte dessa nova re-significação intelectual, assim como os sindicalistas, tenentes e os partidários do Partido Comunista, gerado em 1922. Enquanto os coronéis buscavam manter seu poder pela manutenção das estruturas que eles manuseavam com tanto esmero, algo novo confabulava em torno de novas lideranças e imaginários.

O surgimento da Aliança Liberal, que lançara a candidatura de Getúlio Vargas, é uma mostra particularmente interessante do surgimento de um fazer político que buscava novas posturas em oposição não somente a Washington Luís ou Júlio Prestes de Albuquerque, mas à oligarquia paulista e ao coronelismo. Getúlio bebia da mesma turva água de que se mostrava combatente, mas perdeu as eleições que conduziram ao golpe de Estado. O dia era 3 de outubro de 1930 e um membro das elites tradicionais chegou ao poder com o intuito de perpetuar o sistema que se vincularia a lápide da República dos Coronéis. Sabe-se que na plataforma da Aliança Liberal não havia quaisquer compromissos com modificações profundas dentro da estrutura social e econômica do país.

O embate ideológico fazia-se cotidiano, nesse período, o que levou Eliana Dutra a dizer:

“[...] O embate ideológico entre grupos sociais antagonistas é responsável, nesses anos (1935-1937), pela intensificação da produção de imaginários sociais concorrentes, onde em torno da idéia de revolução, proliferaram representações – umas, legitimando relações de força; outras, postulando uma legitimidade no campo político. Toda essa produção imaginária, que tem a revolução como centro da sua representação política, era o objeto e o lugar dos conflitos sociais que marcam o país nesses anos” (Dutra, 1997:33).

Getúlio conseguiu impor-se, no entanto, tornando-se a convergência primordial dentro da política nacional. Por ele era conduzida a coordenação de um aparelho estatal com base no autoritarismo, na centralização e no intervencionismo. O poder, como exercido no país, passava inevitavelmente por sua figura pessoal em que se confundia a identidade nacional e a do homem político Vargas. O povo mobilizado fazia-se em torno de um pai necessário e querido. O Estado endurecia-se e três personalidades incorporavam-se à maneira atuante do construto estatal: num primeiro momento, o tradicionalismo social e religioso, o estatismo e o corporativismo, além do anti-semitismo de moldes nacional-socialista (Trindade, 1986:299/335).

Rapidamente Vargas controlava o Estado e a Sociedade, legitimando seu poder nos discursos que proferia. O grande pai gerou em seu seio dois agentes de manutenção de poder, dois filhos de narizes particularmente estranhos, o que denotaria uma paternalidade suspeita, mas que a análise genética comprovaria validade numa herança de identidade condescendente. Nasceram o tecnocrata e o populismo.

De um lado, as estatais de infra-estrutura fizeram do país um investidor, criando bases institucionais para um novo grupo dentro do funcionalismo público: a burocracia industrial, que tinha elevado prestígio social e boa remuneração. A

tecnocracia surgiria desse segmento. Do outro lado, estava o seio da estratégia varguista de sedução dos trabalhadores urbanos, que adquiriram vantagens sociais representando ganhos sociais reais. Um trabalhismo que criara um vínculo de identificação muito forte entre o presidente e os trabalhadores – efeitos políticos realmente duradouros. Eis o populismo.

Mas onde estariam os velhos coronéis? As elites tradicionais se faziam presentes em plano regional por intermédio das interventorias estaduais. A novidade era que agora elas faziam parte do sistema, e não mais traziam sobre si a centralidade deste. Vargas era o centro gravitacional dessa mediação política, estando por sua vez as elites agregadas na periferia orbital. Os velhos coronéis deviam suas cátedras a um novo grupo de atores mais jovens, a burocracia técnica.

“Desta forma Vargas reuniu, sob seu controle, a velha estrutura do coronelismo, mas impondo-lhe novos critérios de gestão, ditados pela racionalidade técnico-burocrática. Getúlio fundaria uma boa parte de sua sustentação política sobre o casamento, promovido por ele, entre o coronel e o tecnocrata” (Vasconcellos, 1995:191).

O povo, no entanto, apresentava-se completamente sem espaço, sem voz, o que por sua vez mostrara que o imaginário brasileiro não fora construído para abarcar essa estrutura como relevante. O povo era considerado como um ausente, portanto, um excluído. A inclusão da população urbana mostrava-se de forma controlada e, desta forma, subordinada. Pode-se considerar que essa elitização nos âmagos da articulação do poder tem ápice com os coronéis, cuja ausência deixa uma sensação de perda de sentido, de esvaziamento de sentido, se esvaziamento de imaginário. Getúlio é, portanto, assim como as novas apropriações de modelo político, a articulação de um esboço legítimo de novas organizações imaginárias.

Vargas construiu um imaginário através da remodelação de um já pré-existente: o imaginário coronelista. Reduzia-se o espaço dos coronéis, mas estes com outros

nomes se faziam presentes. Vargas tornou-se um verdadeiro “coronel nacional” (Vasconcellos, 1995:192). E sob sua liderança estavam indubitavelmente os “coronéis”, os populistas e os tecnocratas. Um autoritarismo protetor, agregando cenas rurais e urbanas, fragilizava um mundo social que não se expressava politicamente.

Em nível regional, no Estado do Espírito Santo, foram as forças jeronimistas que, afastadas dos processos de articulação do poder, fundaram uma seção da Aliança Liberal. A Aliança Liberal contou ainda com forças anti-jeronimistas, um bernadista – Geraldo Vianna, e importantes jeronimistas, como João Manoel de Carvalho. O Partido Republicano Espírito-santense, criado em 1908 por Jerônimo Monteiro, é que organizou uma oposição política realmente eficiente e conduziu a Revolução de 1930 no Estado Capixaba. João Punaro Bley, ligado aos tenentistas, assume o Espírito Santo como interventor, liquidando as dívidas e reorganizando as atividades administrativas.

Em oposição a pouca participação no governo, os jeronimistas, ante as eleições da Assembléia Nacional Constituinte e da Assembléia Estadual, fundam o Partido da Lavoura e o Partido Social Democrático do Espírito Santo, este último guiado por Carlos Fernando Monteiro Lindenberg – sobrinho de Jerônimo, ou seja, havia jeronimistas em ambos os partidos. Sobre a sucessão de Bley, em contrapartida, que seria organizada por intermédio das Assembléias Legislativas, não há consenso, mesmo estando em sua maioria formadas pelo partido de Lindenberg. Isso resultou na manutenção de Bley, que ficou no poder mesmo depois da instalação do Estado Novo, ou seja, o interventor ficou no poder de 1930 até 1943 (Silva, 1986:184/188). Uma ressalva: o PSD-ES foi criado pelo próprio Bley e por

Vargas para dar apoio ao governo. Já o Partido da Lavoura fora criado como um partido de oposição.

O sucessor de Bley foi Jones Santos Neves que, indicado pelo antigo interventor e prontamente aceito pelo próprio Vargas, assumiu com fervor o Estado. Santos Neves, que foi um dos membros fundadores do PSD/ES e admirador profundo do presidente, deu muito mais dinâmica à política capixaba. Modernizou o aparelho de arrecadação estadual executando, com isso, um plano de obras ambicioso, além de, seguindo indicações do poder executivo nacional, ter organizado o PSD, juntamente com Lindenberg, reunindo os antigos “coronéis” das grandes famílias da oligarquia proprietária de terras. Atílio Vivacqua também aderiu ao PSD, mas representava este mais a república coronelista de outrora do que uma prática burocrática que modernizara conservadoramente, postura própria de Jones.

Outros dois partidos foram muito importantes na construção do poder do estado: A UDN – União Democrática Nacional – e o PTB – Partido Trabalhista Brasileiro. Ambos foram formados por uma gama de setores sociais, mas que mantinham uma identidade atrelada aos coronéis. Ambos buscaram apoio de coronéis dissidentes e apáticos ao PSD para compor seus líderes.

Mesmo depois da aliança PSD/PTB, selada pela voz de Getúlio, as ideologias distintas equilibravam a vida política estadual por intermédio de uma base comum coronelista.

“O equilíbrio da vida política no Espírito Santo foi obtido através de alianças feitas entre os diversos partidos políticos presentes na arena eleitoral, apesar de suas ideologias respectivas. O que tornava possível essas alianças era uma base comum de crenças e de valores que não eram visíveis em seus discursos. As direções partidárias tinham projetos diferentes de poder, e suas políticas públicas – uma vez no governo – refletiam essas diferenças. O que tornava seus partidos parecidos eram as práticas coronelistas. Os três grandes partidos – PSD, PTB, UDN – saíram pelo interior em busca dos chefes políticos locais, estavam à caça de seus coronéis. Era o que lhes dava competitividade na arena política. Apesar de

suas bases urbanas, era no espaço do coronel e de suas práticas políticas que eles se encontravam” (Vasconcellos, 1995:201).

O moralismo da UDN, o populismo do PTB e a tecnocracia do PSD conviviam e embriagavam-se do coronelismo graças a uma lógica que legitimava um imaginário social que excluía as massas da política. As elites tutelavam a população pelo paternalismo, o que a tornava herdeira do coronel. Prova disto fora a eleição que elegeu, para o governo do Espírito Santo, Carlos Fernando de Souza Monteiro e Jones Santos Neves, para o Senado. Lindenberg, sobrinho de Jerônimo e líder político da antiga corrente jeronimista, era herdeiro da estrutura política de sua parentela. Marta Zorzal responsabiliza tal resultado como mostra significativa de que a solidariedade coronelista ainda ditava o construto político no Espírito Santo.

Os herdeiros do coronelismo sobrevivem no tecnocrata e no populista: é uma das teses fundamentais de João Gualberto Moreira Vasconcellos. A perspectiva de um país atrelado ao seu passado de maneira prisioneira, por mais pessimista que pareça, carrega consigo mostras legítimas, uma vez que a distribuição de benefícios econômicos chegou a um absurdo estado que, mesmo com a significativa redução de suas mostras no fim dos anos 70, conseguiu eleger Fernando Collor de Melo, um “caçador de marajás” que elucidava-nos mais uma raiz coronelista enquanto impasse. Acredito que o poder simbólico (Bourdieu, 2005) mostra-se como um benefício oriundo do cenário político em que nos estabelecemos. O mecanismo religioso, como reavivado entre as massas, apresenta-se como solução à crise de sentido instalada em nossa pós-modernidade. Os detentores desse mecanismo de significação comprometem-se com uma moral maior que, aliada à necessidade de uma política também moralizada e menos agressiva na demonização dos alargados da alteridade, embelezam os olhos do eleitorado com uma moeda de barganha coronelista por demais altiva nos invólucros da significação. O Espírito Santo possui

mostras vivas de tais empreendimentos, uma vez que tão bem soube constituir-se enquanto solo fecundo ao germinar desses processos tão atuais.

#### **4.2. O POLÍTICO PARTIDÁRIO COMO MEDIAÇÃO ESTRUTURAL DA PASSAGEM DO MODO DE FAZER POLÍTICA – GERANDO HERANÇAS**

Traçamos o perfil de um modo de fazer política muito particular, a vigência do Coronelismo como pertença política encarnada na História da Primeira República, e os implicados resquícios desse modo de fazer política que, em resolutivo, intentara-se sobreviver na maneira de os tecnocratas e populistas se relacionarem com o poder mediante os novos valores públicos que foram construídos. Não podemos deixar em esquecimento que a passagem dos valores políticos se deu mediante o sistema político partidário brasileiro, que permitiu a elucubração dos valores vigentes em práticas contextualizadas de acordo com os processos de modernização, no entanto, ainda fiéis a um modo clássico herdado.

Nesta sessão queremos, então, sedimentar a formação das lideranças locais no Espírito Santo, mostrando como o jogo partidarista formou as lideranças de modo a permitir que a topografia “coronelista” sobrevivesse ainda mais característica nos modelos políticos ensejados em uma moralidade aparente.

O Segundo Reinado representou a gema germinativa das instituições liberais no sistema político brasileiro, uma vez que a instalação da Monarquia Parlamentar tornou necessária uma organização *a priori* que permitisse o aparelhamento dos interesses que seriam então articulados. Tal organização era, evidentemente, a partidária que vitaliza os processos de arranjo dos interesses por intermédio das elites a que se vincula.

As Organizações partidárias, segundo Olavo B. de Lima Junior (1990:10), no Brasil “(...) ora serviram como instrumento de dominação ora como forma de representação política”. Quase sempre, tais construtos partidários eram “marcados por um alto grau de elitismo e de excludência”. O Espírito Santo não se manteve impermeável a tal realidade, mas, pelo contrário, permitiu cultivar tudo o que já estava presente no cerne nacional. E o coronelismo, como já fora mostrado, é um dos movimentos e transformações nacionais que aqui germinou, assim como o populismo, a ditadura e todas as formas de pensamento autoritário de cunho burocrático-militar.

A investigação debruça-se, portanto, diante do resultado gerado com esse quadro mais geral, em busca de compreender a natureza das forças políticas presentes no Espírito Santo, tomando a topografia das lideranças representativas, assim como as construções político-partidárias e eleitorais como elucidação dos processos de herança política e continuidade de imaginários sociais que se quer mostrar.

Os primeiros Partidos a fundarem seus diretórios no Estado do Espírito Santo foram os Partidos Liberal e Conservador, ambos em 1834. O Partido Liberal teve sua fundação atribuída ao Padre Ignácio Rodrigues Bermude (presidente 1834/1847), mas possuía como lideranças outras também o Coronel José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim (presidente 1847/1880), Capitão Alfeu Adelpho Monjardim (presidente 1880/1889), Clímaco Barbosa de Oliveira, José Correa de Jesus, Henrique Augusto de Azevedo, Manoel Feliciano Moniz Freire, Leopoldo Augusto Deocleciano de Mello e Cunha, o Barão de Itapemirim, dentre outros (Amorim, 1985:28/29 & Bichara, 1984:378). Aos Liberais estavam associados, então, a burocracia militar e eclesiástica que, juntamente com as elites mercantis-exportadoras cafeeiras formavam os novos segmentos agrofundiários do Sul do Estado e da Região Central.



O Partido Conservador, por sua vez, intala-se no Estado pelas mãos do Coronel Dionísio Álvoro Rosendo, que contou com o auxílio de outros líderes como Manoel Ribeiro Coutinho Mascarenhas, Manoel Ferreira de Paiva, Basílio Daemon, João Antônio Pessoa Junior, os Bittencourt de Itapemirim, dentre outros. Agrupava elites agrofundiárias da região Central, acrescidas às da Capital, assim como às da região Norte. Tais elites, resquiciosas da colonização portuguesa e do meio burocrático-militar, concretizaram, na pessoa do Coronel Dionísio Álvaro Rosendo, a mostra do poderio dos interesses do Partido, que deram ao seu presidente 13 legislaturas consecutivas – 1835-1877 (Bichara, 1984:378/398).

Como nota significativa dos processos de modernização e possível desestabilização organizacional desses partidos citamos tão somente o Movimento Republicano instalado no Espírito Santo, que teve o início de seus trabalhos, sob a égide dos Clubes Republicanos, a partir de 1887. Advindos de uma elite intelectual, os núcleos do Partido ganharam o afago dos interesses agrofundiários após a conclusão do processo abolicionista, uma vez que não viam mais na monarquia um *a priori* necessário à manutenção de seus poderes. Tal empreitada republicana é assumida com mais presteza pelo Sul, visto que o Norte e a região Central do Estado ainda mostravam-se solidários à Monarquia. Dentre as lideranças fundadoras do Partido Republicano citamos: Bernardo Horta, Antônio Aguirre e Joaquim Pires de Amorim, em Cachoeiro do Itapemirim; Manoel Joaquim Fernandes de Azevedo, em Alegre; Antônio Rodrigues de Miranda, em Anchieta; Antero de Almeida e Chaves Ribeiro, em Alfredo Chaves; Domingos José de Anchieta, em Muqui; Guilherme Schwartz, em Santa Isabel e Castelo; Constante Gomes Sudré, em São Mateus; Marcílio Vianna e Afonso Cláudio de Freitas Rosa, em Vitória. (Amorim, J.P. 1985:28/29).

O Cenário político estadual ver-se-á, portanto, quando deflagrada a República Nacional, dentro de um empate caracterizado entre as distintas forças das antigas lideranças e as novas lideranças, agora emergentes, de interesses ligados à expansão cafeeira e à consolidação da postura republicana de fazer política.

Passemos, agora, a uma sucinta análise do sistema partidário republicano. Existe uma efetiva ordem de sustentação socioeconômica que, fundida à construção de uma ordenação simbólica, fazem os sistemas institucionais partidários coincidirem num esquema de mesmificação ou de manutenção de uma identidade política. Lamounier e Meneguello colocam o que se pode perceber dentro do período imperial:

“(…) é uma estratégia cautelosa na edificação do poder central, baseada numa federalização de fato das disputas políticas (...) manipulando a alternância, na Corte, entre liberais e conservadores, a Coroa evitava que eventuais rivalidades no âmbito da elite nacional se tornassem rígidas e se articulassem com as disputas clânicas que ocorriam no interior das diferentes províncias. Desta forma, a ‘democracia coroada’ manteve durante quase 50 anos um consenso parlamentar no ápice da pirâmide e consolidou nas bases regionais uma concepção pragmática e ‘personalística’ da luta política. Evitando a exclusão permanente de alguma facção da elite, impediu a formação prematura de partidos nacionais que se baseassem numa aglutinação significativa de adversários, com bases nas parentelas ou quase exércitos regionais. A República implantada em 1889, confrontada com um nível bem mais elevado de dissensão dentro da elite nacional e entre as classes médias urbanas, adotaria formalmente a descentralização federativa, o que na realidade significava levar às últimas consequências essa práxis do Império.” (Lamounier & Meneguello 1986: 26/28).

Temos, assim, a consolidação da “República dos Governadores”, que cria o ambiente de governabilidade da Primeira República. Gestada durante o governo de Floriano Peixoto e consolidada por Campos Salles, tal dinamicidade apoiava os acordos políticos respaldados nos governos estaduais, ou seja, apoiava os esquemas das elites dominantes. A formação dos partidos oposicionistas e a criação dos partidos nacionais estavam, desta forma, inibidas. Ao lado do caráter oligárquico

e excludente da legislação, tínhamos, desta forma, nenhuma referência em relação ao sistema partidário. Aurélio W. Bastos nos coloca que:

“(...) a legislação nos permite afirmar que os partidos políticos não se incluíam no quadro eleitoral da Primeira República, como peças essenciais da política de representação e legitimação, nem funcionam como instrumento de absorção de demandas, mas de mera coordenação de interesses” (Bastos, A.W. 1990: 43).

A Proclamação da República extingue todos os partidos em 1889, todavia um novo sistema partidário é necessário e reconstruído para a realização da Assembleia Constituinte Nacional. Dos três partidos existentes no final do Império, tínhamos novamente, no Espírito Santo, o bipartidarismo representado pelo Partido União Republicana Espírito Santense e pelo Partido Republicano Construtor. O primeiro concentrou os interesses agrofundiários da região Sul oriundos do Partido Republicano, os interesses agrofundiários remanescentes da colonização portuguesa, bem como parte do segmento burocrático-militar da região Central advindos do Partido Liberal. E, por fim, a parcela do Partido Conservador que representava os interesses da região Norte (Silva, 1986:87). Outros autores acreditam que essa pretensa representação de interesses de frações de classe regionais é fantasiosa.

Já o Partido Republicano Construtor formou-se com as dissidências do Partido Republicano que expressavam as forças abolicionistas pretéritas, os profissionais urbanos, as forças mercantil-exportadoras da região Norte e as agrofundiárias da região Central. Do Partido Liberal, a facção radical liderada por Muniz Freire, que representava os interesses mercantil-exportadores da região Central. E, por fim, os representantes dos interesses mercantil-exportadores e agrofundiários do Norte e Centro, dissidentes do Partido Conservador, que havia acabado. Vale ressaltar que, nos primeiros tempos, o Partido Construtor era muito forte também no Sul.

Entretanto, clivagens territoriais em nível estadual contribuíram para uma tendência de recomposição partidária, causando uma certa instabilidade dessa configuração bipartidária já em gênese tão heterogênea.

Segundo Nara Saletto (s/d: 3), em maio de 1890, Bernardo Horta e Antonio Aguirre, dirigentes dos republicanos, convocaram um congresso a fim de reunir forças para a consolidação do regime republicano com vistas a lidar a política do Estado, no entanto,

“Embora tenham efetivamente atraído alguns líderes importantes de outros partidos, o resultado do congresso foi a divisão dos próprios republicanos. Os líderes de Cachoeiro não foram eleitos para o diretório e, como havia sido combinado que só seriam vice-governadores os membros do diretório, eles renunciaram aos cargos. Foram, portanto, afastados do diretório e do governo, e deixaram o partido” (Saletto, s/d:3).

Houve o Partido Autonomista, criado nos fins de 1891 pelo Barão de Monjardim, que logo incorporará o Partido Republicano Construtor. Em 1896, formou-se o Partido Republicano Federal, formado por uma grande parcela do então extinto Partido União Republicana Espírito Santense, que durou até o findar do governo de Floriano Peixoto (Motta, 1971:19/20).

Chega-se ao ano de 1900, com a criação do Partido da Lavoura por Jerônimo de Sousa Monteiro que, juntamente com o Coronel Ramiro de Barros Conceição, pretende competir ao pleito eleitoral como dissidência do PRC<sup>9</sup> e em oposição à Moniz Freire. O PRC segue um processo de desgaste e novas forças políticas emergem desse processo. Lideranças como Luiz Adolfo Thiers Veloso, Narciso Araújo, José Belo de Amorim e Joaquim Guimarães que darão sustentação ao governo de Henrique da Silva Coutinho (Amorim, 1985:29).

---

<sup>9</sup> O que chamamos de dissidência, é aqui, uma corrente do partido que entrava em conflito com a maioria partidária, mas permanecia no partido Ramiro e Jerônimo que fundaram, em seguida, um novo partido.

O ano de 1907 propicia novas rearticulações políticas no Estado, tanto que o Coronel Henrique da Silva Coutinho indicará Jerônimo de Souza Monteiro para sucedê-lo no governo do Espírito Santo.

“Jerônimo Monteiro aproximara-se de Henrique Coutinho, tornara-se o homem forte de seu governo realizando transações referentes à dívida do estado e à venda da Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo, articulara apoios em São Paulo e em Minas e, quando chegou o momento da sucessão, conseguiu reunir a maior parte das forças políticas do estado em torno de seu nome e se elegeu, com um vasto e audacioso programa de governo” (Saletto, s/d:15).

Jerônimo busca, já no comando do Estado, dar início a um projeto de reunião das elites em torno de um partido único e, em 1908, oposição e governo fundam o Partido Republicano Espírito Santense.

“(…) Jerônimo Monteiro propôs a substituição do PRC por uma nova agremiação, o Partido Republicanos do Espírito Santo, no qual se fundiram todas as correntes políticas, inclusive aquelas que ainda permaneciam na oposição, como a de Torquato Moreira e a do Barão de Monjardim” (Saletto, s/d:15).

Fica claro, portanto, a fluência da “política dos governadores” no plano estadual capixaba, que leva o situacionismo a relativa tranqüilidade governamental até 1930. Obviamente, dissidências se mostraram presentes nas posturas de Toquato Moreira Rosa, Thiers Veloso, Barão de Monjardim, dentre outros ou, ainda, na fundação do Partido Republicano Conservador Espírito Santense, de filiação do PRES e do Partido Republicano Liberal. Todavia o PRES – Partido Republicano Espírito Santense mostra-se vigoroso diante de todas as possíveis contradições oposicionistas (Motta, 1971:20/22, Amorim, 1985:29).

Em 1916, Jerônimo lança a candidatura do irmão Bernardino, o que ocasionou uma série crise política estadual. Segundo Nara Saletto (s/d:18), a forte oposição dava-se uma vez que ficava claro as intenções dos Monteiro, “que já ocupavam numerosos e importantes cargos no estado, de consolidar uma oligarquia familiar”. Bernardino,

após grande revolta, como a de Alexandre Calmon, em Colatina, e após oposições diversas, é eleito.

O acirramento político desencadeado pelos irmãos Monteiro para o pleito eleitoral de 1920, no entanto, mostrou um PRES sufocado por duas forças de grau colossal: uma ala Bernadinista, que engendrava as forças mercantil-exportadoras da região Central, e uma ala Jeronimista, que expressava o intento agrofundiário do Sul.

“(...) Bernardino apoiando Nestor gomes, que fora secretário de finanças e de agricultura de seu governo, e Jerônimo e seus partidários recusando-se a reconhecer a eleição. O Congresso Legislativo estadual se dividiu: Os 13 deputados de Jerônimo fizeram sua reunião, elegeram Jair Etienne Dessaune presidente do Congresso, e não reconheceram a eleição de Nestor Gomes. Ficando vago o governo do Estado, o presidente do Congresso, assumia e, assim, empossaram Jair. Os 11 deputados partidários de Bernardino reuniram-se no palácio do governo, reconheceram e empossaram Nestor. Outra vez, o Espírito Santo tinha dois governadores e duas assembléias” (Saletto, s/d:19).

O que se evidenciava como visceral, no entanto, era a manutenção do poder de estruturas políticas que nunca transcendiam a novo algum. Os discursos partidários enchiam-se de moral, mas, de fato, cometiam os mesmos pecados criticados. Esvaziamento de discursos, práticas condenadas reestabelecidas, herança “coronelista” sendo passada pelo partidarismo em odres novos. Um mesmo vinho já tantas vezes bebido com feições de novidade resignificada.

O poder, guiado por uma oposição saudável, era uma quimera apenas aparente, tendo reprodução capixaba às mazelas nacionais que reafirmavam o mesmo como princípio norteador do espectro político. Tanto Lamounier & Meneguello (1986) quanto Bastos, A.W. (1990) mostram isso: A Primeira República reproduz o pretérito de um poder preto-e-branco conhecido desde o Império, e, a gamela de Vargas de uma forma refinada prosseguirá esse investimento de construção de heranças de maneira a cristalizar tal fazer no Imaginário Social e Político.

A ala Jeronimista do PRES antevê a oportunidade de reconquistar o poder político estadual por intermédio da Revolução de 1930. Os movimentos de Oposição unem-se através da Aliança Liberal e lideram tal empreendimento no Espírito Santo. Vitoriosas, as Alianças políticas capixabas não conseguem chegar a um acordo sobre quem deveria assumir a Interventoria. Sobe ao poder, deste modo, o tenentista João Punaro Bley, indicado pela Associação Comercial de Vitória. Um importante líder desse período também foi Carlos Fernando Monteiro Lindenberg, que ampliou sua rede de relações com os demais coronéis. No período entre 1934 e 1937, quatro partidos estavam representados no Estado. O Partido Social Democrático do Espírito Santo – a força situacionista –, fundada por João Punaro Bley, Carlos Lindenberg e Fernando de Abreu, o Partido da Lavoura – oposicionista, além de facções do Partido comunista e da Aliança Integralista Brasileira.

Tal processo político já fora analisado de maneira pouco mais pormenorizada na primeira sessão desse capítulo. Quis-se aqui mostrar que as clivagens e divergências presentes desde há muito no sistema político capixaba estruturaram um mecanismo de manutenção política de um mesmo conjunto de elites. Trata-se de uma herança que dará seqüência a construção de um DNA político presente na formação das lideranças vindouras. As lideranças, destronadas em 1930, embaralharam cartas, em que as antigas clivagens regionais mostrar-se-ão ainda vivificadas. Desta forma, passemos a analisar a construção dos novos modelos políticos estaduais que somente se dão por um processo de continuidade dessa herança construída no seio do coronelismo.

### **4.3. O POLÍTICO-PARTIDÁRIO COMO MEDIAÇÃO ESTRUTURAL DA PASSAGEM DO MODO DE FAZER POLÍTICA – O LEGADO CORONELISTA E SEUS DONATÉRIOS MODERNOS**

Quando adentramos o modo de se fazer política pós estadonovista, presencia-se, no Brasil, um multipartidarismo que avança com um intuito redemocratizador claramente visualizado pelo “Manifesto dos Mineiros”. Todavia, as pressões engendradas nesse momento político nacional não traziam consigo o desejo de substituir radicalmente o emaranhado estrutural que se fazia presente, tanto política quanto economicamente, mas apenas a desobstrução do espaço político para a fluência circular das elites no poder.

O Cenário político, no entanto, e não se pode negar tal coisa, recuperou a importância dos partidos e das eleições. De forma indelével, a capacidade interventora do estado e a centralização político-administrativa ganharam *status quo* revigorado. As depurações e as negociações de interesses, antes apresadas pelos governadores estaduais e pelo congresso nacional, passam a dividir espaço com a tecnoburocracia.

Tecnocratas e burocratas fazem da redemocratização, não obstante, um recinto sem rupturas significativas; o que se presenciava era, de fato, a irmanação de um contexto que prezava pela continuidade das heranças políticas formadas outrora. O multipartidarismo e os novos atores representativos gerados carregavam as rugas de uma estrutura estatal também agregadora e articuladora de interesses (Souza, 1983:63-134).

Olavo Brasil (1983: 37-60) nos apresenta os mecanismos implícitos do desejo pela continuidade herdada presentes na Legislação Eleitoral e na Constituição de 1945. Tais mecanismos iam do impedimento de se formarem partidos locais por intermédio de um número mínimo de filiações, até o impedimento do voto de analfabetos e o



estímulo pelo surgimento de lideranças individuais fortes. Seriam os partidos locais que representariam a continuidade da República Velha, vislumbrada, agora, como imaginário e herança em outros níveis.

O Espírito Santo possuía, neste período, uma economia predominantemente primário-exportadora, tendo, na monocultura cafeeira, o sustentáculo de seu crescimento e ocupação territorial. Com uma população que quase duplicou de 1940 a 1960<sup>10</sup>, o Estado manteve-se predominantemente rural, um indicativo da quase nenhuma alteração nos padrões de desenvolvimento sócio-econômico. Mais um indicativo de que a base de sustentação sócio-política mantivera-se quase que inalterada quando comparada com o berço do início do século.

As forças sociais que se mostravam vigorosas aos rumos do desenvolvimento estadual apresentavam-se como subjacentes ao poder já instituído. São elas: 1) As Forças Agrofundiárias constituídas pelos coronéis do interior e remanescentes do Jeronimismo que principalmente locada no Sul do Estado, traziam nomes como os de Afonso Abreu e Carlos Fernando de Souza Lindenberg; 2) As forças Mercantil-exportadoras oriundas dos exportadores de café da região Central; 3) As forças advindas do setor primário das pequenas propriedades agrícolas; 4) As classes médias e populares dos centros de produção terciária.

O que se tem é a homogeneidade de uma estrutura social moldada na continuidade. A heterogeneidade é construída a partir dos grupos políticos que se fragmentaram, mas mesmo eles não fugiam da herança política visitada na Primeira República. Das lideranças historicamente rivais, temos o grupo de Fernando de Abreu, Carlos Lindenberg e Henrique Novais, anteposto a Attílio Vivácqua, Ailton Tovar e Eleosippo Cunha. A eles somam-se os grupos políticos que, para permanecerem no

---

<sup>10</sup> A População do Espírito Santo saltara de 790.149 habitantes em 1940 para 1.418.348 em 1960. Destes números a população rural que era de 80% rural em 1940 passa para a ínfima redução de 72% em 1960. Tais dados tiveram com fonte o Anuário Estatístico do Brasil de 1984.

poder entravam em choque. E, ainda, as lideranças emergentes que, de novidade política, traziam apenas as classes a que representavam, como também seus nomes, todavia logo assumiram as heranças de que seus irmãos rivais já eram donatários.

A aparente heterogeneidade dessas lideranças contribuirá para a composição de um quadro político estadual muito fragmentado, que terá que compor-se por intermédio de coligações que gerem a representatividade necessária para o alcance do poder.

São contados, no período que abarca os anos entre 1945 e 1960, no Espírito Santo, quinze partidos, entretanto, apenas cinco possuíam força suficiente para apresentarem mudanças significativas na direção do Estado: PSD, UDN, PTB, PRP e PSP. E mesmo esses cinco tinham evidente caráter de pouca diferenciação, não possuindo nenhum deles qualquer expressão de majoritariedade (Silva, 1986).

Em 31 de Março de 1964, o poder, como fora tomado pelos militares apresenta a manutenção vigorosa dos elementos políticos anteriores, visto que a Constituição de 1946 é apenas modificada no que diferia do Ato Adicional sacramentado pelo “Comando Supremo da Revolução”. O Multipartidarismo somente dará lugar ao bipartidarismo graças às pressões exercidas pelas velhas lideranças do regime e pelo temor dos oficiais que acreditavam na possibilidade de um prematuro retorno à normalidade política (Lamounier e Meneguello, 1986: 63/64).

O Resultado das eleições diretas para governadores, em 1965, desagradou o regime, resultando no findar do multipartidarismo. Eli Diniz deixa isso claro ao dizer:

“O bipartidarismo não foi instituído logo que os militares assumiram o poder em abril de 1964. (...). Foi somente após a primeira crise de proporções significativas que contrapôs as antigas lideranças civis e às elites militares e tecnocráticas do novo regime que a cúpula dirigente tomou a decisão de extinguir o sistema precedente e estabelecer o bipartidarismo. Tal crise foi motivada pelos resultados das eleições para governadores realizadas em fins de 1965, em 11 Estados da Federação. A derrota dos candidatos do governo em dois estados entre os mais importantes do país, Minas Gerais e o então Estado da Guanabara, levou a uma radicalização no interior da

corporação militar, exigindo a linha dura a adoção de medidas drásticas pela preservação do regime. Tais pressões resultaram na promulgação do Ato Institucional nº.2, de 27/10/1965, que determinou a cassação e suspensão de direitos políticos de inúmeras lideranças partidárias e sindicais, tornou indiretas as eleições para os governos estaduais e para a Presidência da República e extinguiu os 13 partidos então existentes, determinando a criação de novas organizações, segundo condições que seriam definidas pelo Ato Complementar nº.4. O Cumprimento das exigências da nova legislação levaria à formação de um sistema bipartidário, integrado por um partido governista, Aliança Renovadora Nacional – (ARENA), e um partido de oposição consentida, Movimento Democrático Brasileiro – (MDB)” (Diniz, 1990:76).

A mentalidade fundada no binômio “segurança e desenvolvimento nacional”, que legitimava os governos militares, conduziu à deslegitimação da oposição, como fora feito no embuste contra o MDB. Fortes coerções repletas de cerceamento a candidatos, cassação de mandatos e suspensão de direitos políticos presidiam as vitórias eleitorais da ARENA.

O crescimento do eleitorado do MDB evidencia o gradual aumento da insatisfação dos setores industrializados e urbanos do país com o regime autoritário. O governo vê-se diante da dicotomia: ou assumia os riscos de sofrer uma ruptura completa com a ordem institucional vigente ou submeter-se-ia a uma série de derrotas possíveis (Lamounier e Meneguello, 1986:69/70). Tem-se, assim, como intuito de deter o crescimento da oposição e minimizar o enfraquecimento do governo, a criação de uma nova “Lei Orgânica dos Partidos” que, em 1979, extinguirá o bipartidarismo e restaurará o pluripartidarismo. O General Golbery do Couto e Silva, assim como outros ideólogos do regime, estarão apostando que tal medida fora tomada para se levar a oposição ao enfraquecimento, por intermédio de um processo de fragmentação (Diniz, 1985:338).

No Espírito Santo, a passagem do multipartidarismo para o bipartidarismo seguiu o mesmo caminho da institucionalidade burocrático-autoritária vigente, sendo a fundação da ARENA e do MDB capixabas aceitas com passividade. O Governador Estadual era, neste período, Francisco Lacerda de Aguiar, de estrutura

conservadora que apoiará o Golpe de 64. Portanto, não será deposto como os demais governadores petebistas, mas, pelo contrário, será tido como uma liderança solidária ao Regime Militar (Silva, 1986:623/728). O que se seguiu foi um processo de incompatibilização dos militares com Lacerda por parte das lideranças do PSD. Lacerda, então taxado como subversivo e corrupto, deixa o cargo e a vida político-partidária.

A ARENA tornou-se, pouco a pouco, a maior agremiação política capixaba, trazendo nomes como os de Carlos Fernando Monteiro Lindenberg, Pedro Leal, José Carlos da Fonseca, Hilário Toniato, Francisco Schwarz, Dylío Penedo, João Calmon, Henrique Pretti, Jefferson de Aguiar e Alcino Santos; Eurico Resende, Vicente Silveira, Gil Velloso, Moacyr Dalla e Stembrino Pelissari (da UDN); Lúcio Merçon, Henrique Del Caro, Pedro Ceolin, Jamil de Castro Zouaim (do PRP); Emir de Macedo Gomes, José Moraes e Raul Giuberti (do PSP); Por fim, Theodorico de Assis Ferraço (do MTR).

A composição inicial do MDB contou com Dirceu Cardoso, Nyder Barbosa de Meneses e Micheil Chequer (do PSD); Hélio Carlos Manhães (do PSP); Luiz Batista, Carlos Alberto Cunha, Sólon Borges Marques e Hugo Borges (do PTB).

A Arena mostra-se mesmo majoritária, uma vez que, na oposição, ficam apenas os políticos realmente comprometidos com a esquerda ou aqueles que disputavam um território político cujo rival já havia ingressado na ARENA. Novas lideranças começaram a surgir nesse período e as suas definições partidárias dão-se no seguinte espectro: Gerson Camata, Élcio Álvares, Syro Tedoldi Netto, Arthur Gehrardt Santos, Lélío Rodrigos, Lenaldo da Silva Amaral, Stélio Dias, entre outros. Já no MDB as novas lideranças foram: Max de Freitas Mauro, Américo Bernardes da

Silveira, José Ignácio Ferreira, Vicente Santório Fantini, Dailson Laranja, Aldo Alves Prudêncio.

A grandeza da ARENA se revelou nas eleições de 1966, da seguinte forma:

“(...) a ARENA participa em todos os municípios com candidatos a prefeitos e vereador; elege 82% dos prefeitos e 72,4% dos vereadores do estado. Obtém 62% dos votos para deputado estadual elegendo 70% dos representantes à Assembléia Legislativa. Obtém 59% dos votos a deputado federal, elegendo 75% da bancada capixaba à Câmara Federal” (Carreirão e Doxsey, 1992:50).

Mas o que de fato é a ARENA senão a estrutura partidária pré-existente? A ARENA é uma atualização do PSD aos tempos do novo regime, que incorpora as práticas clientelistas dos que a formam. As vitórias da ARENA no Espírito Santo são, portanto, devidas à máquina partidária pré-existente que se utilizava sobremaneira da administração em seus meandros estaduais e municipais legitimando, desta forma, a política de favores própria do compadrio coronelista. Com isso, fica-nos claro que as forças políticas desse período representavam, de fato, os interesses locados nas forças sociais tradicionalmente hegemônicas do Espírito Santo, ou seja, a agrofundiária e mercantil-exportadora.

A reforma partidária de 1979 aparece-nos como nova oportunidade de ruptura diante do legado político coronelista, mas, de fato, o que temos é a introdução de novas reatualizações do sistema político pretérito. A perspectiva do regime começa a mostrar a insatisfação das gentes, o que impõe um caminhar rumo às ordens democráticas. Eis a tensão que se forma diante da possibilidade de ruptura com a ordem vigente e a continuidade que parece ser mais possível.

“No caso do Brasil, desde que, sob o governo de Geisel, iniciou-se o processo de ‘distinção lenta e gradual’ vive-se uma das mais longas fases de transição de que se tem notícia, em que o aludido confronto entre as forças da conservação e as da renovação adquire particular significado” (Diniz, 1985:329).

As tendências conflitantes dão ao governo o ultimato necessário ao novo pacote de medidas que alteram a legislação partidária e eleitoral. Em 1977 temos, então, a implementação de medidas liberalizantes que revogarão, inclusive, o Ato Institucional nº.5 (Diniz, E. 1985:335/341 e Lamounier, B. e Meneguello, R. 1986:73/79).

O bipartidarismo tem sua funcionalidade circunscrita ao esgotamento e o pluripartidarismo é retomado. Mas nota-se que mesmo tais aberturas deixavam o espaço para a livre manifestação das tendências partidárias como algo muito restrito. Nesse momento, temos seis partidos nacionais: Da ARENA, suas heranças e lideranças, temos o surgimento do PDS (Partido Democrático Social); O MDB deu origem ao PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro). E dos opositoristas, que não se agremiaram ao PMDB, surgem: o PDT (Partido Democrático Trabalhista), sob o comando de Leonel Brizola; o PT (Partido Trabalhista), sob o comando de Luis Inácio Lula da Silva; o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), sob o comando de Ivete Vargas; e o PP (Partido Popular), sob liderança de Tancredo Neves (Diniz, E. 1985:329/345 e Lamounier, B. e Meneguello, R. 1986:73/84). A vida do PP foi, no entanto, efêmera, uma vez que se vinculará ao PMDB, em dezembro de 1981, por imposições impostas pelo regime.

A Emenda que estabeleceria as eleições diretas para a Presidência da República não será aprovada em 1984, o que levará a uma aliança forçada entre o PMDB, principal grupo de oposição, e a dissidência do PDS (futuro PFL – Partido da Frente Liberal, cujas lideranças nacionais serão Aureliano Chaves e Marco Maciel). Presencia-se no espaço nacional, nesse período, a emergência da sociedade civil e a progressiva desintegração do militarismo. No entanto, não haverá ruptura, mas sim a continuidade dos interesses dominantes, na direção da política. Mesmo a Aliança

Democrática (PFL e PMDB), que conduzirá a trajetória rumo ao presidencialismo civil, apresentará propostas de mudanças relativas, mas que se alicerçaram em práticas conservadoras. Com a morte de Tancredo Neves e assunção de José Sarney na constituição da Nova República, temos tão somente uma nova transição. A recuperação da democracia deu-se por intermédio de leis que restabeleceram as eleições diretas para presidente e para prefeitos em todos os municípios, além da anistia aos líderes políticos punidos no período militar, direito de voto aos analfabetos e legalização de todos os partidos. Mas a maneira de se fazer política estará fortemente cravada no pretérito, no conservadorismo, enfim no legado político que estamos restituindo.

Inúmeros partidos aparecem ou reaparecem no cenário político nacional, mas digno de nota citamos: o PL (Partido Liberal); o PSB (Partido Socialista Brasileiro); o PCB (Partido Comunista Brasileiro); e o PCdoB (Partido Comunista do Brasil).

O governo Sarney tinha, como objetivo, o crescimento econômico auto-sustentável do Brasil, que distribuiria melhor sua renda. Tal empreendimento, encarnado no Plano Cruzado, veio a fracassar por causa dos limites estruturais da economia, acrescidos do conservadorismo que legitimava o governo. A insatisfação popular contribuiu para o processo de deterioração da credibilidade política. O que temos, de fato, é uma transição da governabilidade política constituída a partir de alianças entre os integrantes da antiga conjuntura de poder conjuntamente com suas oposições. As velhas lideranças são reforçadas, o que torna o termo “continuidade” uma perene realidade política nacional, uma vez que se presencia a manutenção das antigas elites e instituições que não conseguem impor um processo de real mudança. Temos a formalização da continuidade apresentando-se em matizes

sempre revigorados, mas que, na verdade, traduzem apenas a herança pretérita que permanecia na tecnocracia e no populismo.

O PMDB e o PFL, diante do já dito, desgastaram-se, o que levou ao surgimento de dissidências como o PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira). O PMDB deixou submergir suas nuances de oposição vanguardista e enfrentou uma crise de identidade que perdura até os dias de hoje.

Em 1989, a forte oposição e impopularidade do governo Sarney, somadas às crises de todos os setores do país e a outros muitos fatores, conduziram à candidatura de Fernando Collor de Mello, que expressava o desejo da população por mudança, visto que este se apresentava como a ruptura que destronaria a figuração demoníaca que se criou em torno dos “marajás”. Collor era a esperanças dos “descamisados”, era o intento popular que queria mudanças significativas. Todavia, a corrupção do governo conduz ao “Impeachment” do presidente, que dá lugar ao seu vice Itamar Franco.

O estado do Espírito Santo absorveu a Reforma Partidária de 1979 de maneira muito similar aos desdobramentos nacionais. O PDS, fundado neste estado em 09/11/1980, foi uma das grandes forças políticas do período, uma vez que se funda sob as bases organizacionais da ARENA. Suas lideranças mais significativas foram: Christiano Dias Lopes, Alcino Santos, Lúcio Merçon, Carlito Von Schilgen, Heraldo Musso, Valter de Prá, Eurico Rezende, entre outros.

O PMDB, outro gigante político, formado principalmente por antigas lideranças do MDB acrescidas algumas lideranças dissidentes da ARENA, constituir-se-á de nomes como os de: Max de Freitas Mauro, Américo Bernardes da Silveira, José Ignácio Ferreira, Dirceu Cardoso, Carlos Alberto Cunha, Gerson Camata, Levi Aguiar, Valci Ferreira, Paulo Hartung, Vasco Alves, Hermes Laranja e Antonio



Thadeu T. Giuberti. O partido, no entanto, graças o conjunto de forças que o formou, terá fortes divisões internas que, antagônicas, se polarizaram pelos nomes de Max Mauro e Gerson Camata.

O estado tinha também forças regionais do PP tancredista – que logo teve que fundir-se com o PMDB; do PDT – que elegerá o governador Albuíno Azeredo, em 1990; o PTB – que contará com dissidentes do PMDB do Sul do estado; e o PT, que fora fundado por lideranças como: Cláudio Vereza e Brice Bragato (oriundos das Comunidades Eclesiais de Base – CEB's, da Igreja Católica), Gilberto Álvares dos Santos, Vitor Buaiz, Rogério Medeiros, Agenor da Silva e Perly Cipriano.

As primeiras eleições, após a mudança partidária, deram-se em 1982 e foram marcados por um forte sentimento de rejeição ao Regime Militar, que fora catalisado pelo PDS, haja vista sua gênese dar-se na ARENA. Já o PMDB traduzia a “Esperança de Mudança” levantada por sua bandeira eleitoral e presente no imaginário do povo graças às fortes oposições ao militarismo. Ambos, PDS e PMDB, no entanto, estavam divididos em rivalidades intra-partidárias muito contundentes, visto que representavam a maneira como esses partidos consolidaram-se no Espírito Santo: a base de alianças heterogêneas fundadas no conservadorismo.

O PDS lançaria a candidatura, para o governo do estado, o nome de Carlito Von Schilgen, o qual, por sua vez, traduzia os conflitos estabelecidos entre Eurico Rezende, até então governador apoiando Von Schilgen, e o ex-governador Élcio Álvares, que era candidato natural do partido com grandes possibilidades de vitória, e que acaba apoiando, mesmo veladamente, o candidato do PMDB.

O PMDB também tinha fissuras internas, que se manifestaram nas pré-candidaturas de Gerson Camata e Max Mauro. Este representando os grupos históricos do antigo MDB, aquele as lideranças da situação e da dissidência da ARENA. Um acordo

tácito estabeleceu-se e Camata venceu as eleições de forma expressiva. O PMDB conseguiu 61% dos votos válidos e elegeu a grande maioria dos representantes do estado. O partido elegeu 31 prefeitos dos 56 possíveis, dentre eles os mais representativos seriam: Amocin Leite (São Mateus), Samuel Batista Cruz (Linhares), Vicente Santório Fantini (Cariacica), Demóstenes Carvalho (Viana), Adelson Salvador (Nova Venécia), Tadeu Giuberti (Colatina), Vasco Alves (Vila Velha), e João Batista Motta (Serra). Além disso, elegeram 305 vereadores e 16 deputados à Assembléia Legislativa.

A Prefeitura da Capital teve eleições diretas em 1985 e o PMDB elegeu Hermes Laranja como prefeito de Vitória. Mas aqui um dado é de suma importância: a visibilidade do PT com Vitor Buaiz que, em segundo lugar nas urnas, veio tornar-se deputado federal em 1986 e prefeito da capital em 1988.

As eleições estaduais de 1986 traduziram, em plano regional, a farsa nacional que o Plano Cruzado criara nos interstícios da politicagem do PMDB. A estabilidade criada pelo Plano Cruzado manteve-se até as eleições, com um teor clientelista e populista inconfundíveis, e, no dia posterior ao pleito, é lançado o Plano Cruzado II, iniciando-se o maior período de recessão do país. Porém, a trama da política regional manteve-se na eleição das lideranças do PMDB. Max Mauro tem mais problemas em se colocar como candidato do partido do que em vencer as eleições. Depois de muitas deliberações, a convenção do partido lança a candidatura de Max, mas isso se dá, tão somente, com a participação de Camilo Cola que, com sua grande influência econômica, garante o apoio de Camata e do partido ao futuro governador (BRIDI, R. 1993:8).

Era a “MACACA”: Max Mauro foi eleito governador do estado com 48% dos votos válidos (532.713), Gerson Camata elegeu-se senador com 616.225 votos e Camilo

Cola não conseguiu a segunda vaga no senado, mas manteve seu poder dentro do Estado. O PMDB fez, ainda, 50 % das Bancadas Federal (7 deputados) e Estadual (15 deputados).

Outro fato importante a ser citado é, nesse período, o surgimento do PFL, que se organizou no Espírito Santo com apoio de grandes lideranças do PDS ligadas ao ex-governador Élcio Álvares. Entre elas destacam-se: Stélio Dias, Pedro Ceolin, José Carlos da Fonseca, João Miguel Feu Rosa, Wilson Haese, Nilton Gomes, José Tasso, Dilo Binda, Enivaldo dos Anjos, Heraldo Musso, Waldomiro Seibel, Dário Martinelli, Luiz Piassi, Ronaldo Lopes, dentre outros. O vigor do PFL mostrar-se-á num crescimento cada vez maior de suas influências. As eleições municipais de 1988 deixam isso muito claro, uma vez que o partido elegerá mais que o PMDB. Serão 23 prefeituras do PFL contra 16 do PMDB. Outros partidos também terão vitórias significativas como o PTB (10 prefeituras), o PSDB (prefeituras de Cariacica, Vila Velha e Itapemirim), o PT (prefeitura da Capital, mais uma), o PDS (5 prefeituras), o PDT (4 prefeituras), e o PL (2 prefeituras).

Um processo de busca por mudanças começa a ser instalado, criando personagens que fomentarão posturas mais diversificadas nos cenários nacional e estadual. Todavia, as práticas políticas continuaram significativamente marcadas pelas heranças de outrora. Vejamos as eleições de 1990, que elegerão Albuíno Azeredo governador pelo PDT.

Albuíno Azeredo era uma figura praticamente desconhecida, que ganhará visibilidade por ser Secretário de Planejamento do governo de Max Mauro. Capitalizando influências em todos os segmentos e filiando-se ao PDT, Azeredo expressará mais uma nova liderança no cenário político estadual que, de forma muito audaciosa, aproveitar-se-á das crises do PMDB, completamente fragmentado

com as perdas significativas de Gerson Camata, José Ignácio Ferreira e o próprio Max Mauro.

Max Mauro e Azeredo formaram uma frente denominada Frente Democrática, constituindo alianças fortíssimas com o PTB, PSB e PCdoB, sendo formada por lideranças como: Max Mauro e Adelson Salvador (PDT), Theodorico Ferraço (PTB), Renato Soares (PSB), José Eugênio Vieira e Enivaldo dos Anjos (PFL).

Os adversários de Azeredo formaram a Aliança PST/PFL, constituída por José Ignácio Ferreira e Pedro Ceolin para, respectivamente, governador e vice. Nem mesmo o apoio de Camata, agora no PDC, foi suficiente para o fomento de vitória. Azeredo vence em 64 dos 67 municípios.

Toda essa constituição política que se engendrou no Espírito Santo nos faz presenciar novas conjunturas na formação das lideranças, que se estabelecerão no poder por intermédio de conexões de caráter clientelista, banhados em um populismo incitado por um jogo de Alianças fortemente estruturado. Todavia, “novas” graças à modernidade a que se atrelarão metodologias de aplicabilidade obviamente distintas do início do século. Mais do que uma figura, o político terá que carregar figuras aliadas às elites, as quais vão representar os interesses. A herança coronelista, como que em uma metástase adentrou-se na política contemporânea e, em especial, no Espírito Santo, construindo uma ordem simbólica e até natural de exercício do poder respaldada na continuidade que trocava o nome das lideranças, mas dificilmente as posturas do fazer política.

O tecno-burocrata e o populista, donatários dessa herança constituída, servir-se-ão de maneira voluptuosa da gamela a que se fartarão. Mesmo os modelos mais novos de político cunhados no berço do democrático se constituíram continuadores desta herança, uma vez que as nuances do sistema político-partidário, assim como todo o

processo conservador a que se deteve a política nacional muito bem alicerçada no regional, permitirá isso.

Uma terceira sessão ainda faz-se necessária para chegarmos à formulação da elite política a que nosso recorte histórico se refere, que é o novo modelo de político herdeiro do modo coronelista: os políticos da ordem religiosa ou da moral religiosa evangélica. Teremos que sorver, além do como a herança coronelista chegou ao contemporâneo, também o perfil das lideranças partidárias e as condições que favoreceram as múltiplas simbioses constituídas na gênese das mudanças. Analisaremos agora, portanto, as múltiplas topografias, ou seja, os perfis das lideranças partidárias no Espírito Santo de 1986/1990, uma vez que é neste período que germina tal modelo político, assim como a construção da cidade que engendrou tais processos modernos, a capital do Estado, Vitória, como berço de imaginários que permitirão tais processos.

#### **4.4. A FACE REVELADA – TOPOGRAFIAS DOS PERFIS POLÍTICOS CAPIXABAS (1986/1994)**

O Intuito maior desta sessão é alcançarmos a elucidação constitutiva dos líderes em seus aspectos: socioeconômicos e culturais, atuação político partidária, bases eleitorais, linhagem política, relacionamento do político com algum sistema religioso, exercício de cargos não legislativos, elites cujos interesses representa. Temos que, desta forma, como escopo, mostrar que o imaginário, tanto social quanto político, preserva-se como mantenedor de posturas herdadas, mesmo sofrendo as alterações próprias do desenvolvimento temporal. O recorte mostra-se como baluarte das lideranças que iremos analisar, a partir de 1990 até o ano de 2002.

Os aspectos teóricos e metodológicos desta presente análise têm por base os estudos fornecidos pela literatura político-partidária nacional, em que se destacam:

B. Lamounier (1981), E. Diniz (1985,1990), Lima, Jr. (1983,1990), M. Kinzo (1990), Fleicher, D.V. (1981), Rodrigues, F. (2006). Este último é responsável pelo empreendimento metodológico da análise posterior que abarcará as eleições de 1998 e 2002, anos de enfoque maior de minha crítica.

Para esta sessão utilizei-me de dados de quatro pesquisas de lideranças. A primeira, de autoria da professora Maria D'Ajuda Gil Kinzo (USP/IDESP), realizada durante o ano de 1989, com o título "A estrutura partidária brasileira, da reforma de 1979 à constituinte: articulação entre os níveis estadual e nacional". A segunda, denominada "Parlamentares Brasileiros – 1991", de autoria do professor David Fleicher (UnB). A terceira, pesquisa de autoria da professora Marta Zorzal e Silva (UFES), com o título "Formação das Lideranças Locais no Espírito Santo" que, datada em 1993, muito bem mostrou as principais articulações políticas da República que defendo como facetas de uma mesma ordem estrutural: Coronelismo, Populismo e Autoritarismo. Por fim, a quarta, de responsabilidade do professor Antonio Carlos de Medeiros, datada de 1992 que, com o título "A Pesquisa de Liderança", constituiu-se anexo da obra "Vitória: Trajetórias de uma Cidade", publicada em 1993, cujo organizador foi João Gualberto Moreira Vasconcellos. Esta última, com metodologia bem distinta das anteriores, abarcou outras lideranças que não somente as político-eleitorais.

Fica-nos claro, a partir da análise dos dados obtidos (as tabelas constituem o anexo I), que sob reflexo dos condicionamentos eleitorais a Composição da Assembléia Legislativa, no período de 1987 a 1990, tinha a maioria dos membros filiados ao PMDB (40%) e ao PFL (23%) estando, por sua vez, os restantes 37% distribuídos entre os membros dos partidos PDS, PSDB, PT, PDT e PCdoB. Essa força pemedebista, no entanto, constituía-se fator apenas aparente, visto que nas eleições

de 1990 o partido forma uma composição de apenas 13% do total de membros da Assembléia. Tamanho decréscimo revela as fórmulas distorcidas do cálculo de quocientes eleitorais que beneficiavam os grandes partidos, além dos desgastes provocados pela impopularidade do governo Sarney e pelos altos índices inflacionários.

Outros desdobramentos são observáveis quando analisamos o PFL, no pleito de 1990, que elegeu apenas o senador Élcio Álvares, vitória alcançada por seu poder pessoal, não revelando um bom desempenho do partido.

Nesse quadro geral que formamos, ressaltamos, ainda, o crescimento do PSDB que, mesmo tendo pouco tempo de criação, conseguiu eleger 30% da bancada federal. O mesmo aconteceu com o PL, que conseguiu eleger Jones dos Santos Neves Filho. E o PRN, também em 1990, que elegeu três deputados estaduais os quais alcançaram tal empreendimento eleitoral graças à popularidade de Collor no período.

Todavia mais do que um vislumbrar-se diante das composições políticas e perceber o desempenho dos partidos neste período, desejamos traçar os fatores que influenciaram no recrutamento das lideranças políticas, percebendo, desta forma, a topografia gerativa das lideranças.

Pela organização dos dados podemos observar, por exemplo, que o alto grau de flutuação de determinadas lideranças no espectro político-partidário evidencia um oportunismo eleitoreiro muito presente. Trocas de partido que deixam claro o grau de prestígio e credibilidade destes no âmbito nacional. Apenas as lideranças do PT mostram-se antagônicas a este processo, visto que apresentam um alto índice de fidelidade partidária.

As bases político-eleitorais constituem outro aspecto extremamente interessante de ser observado. Fica demonstrada a forte predominância da base interiorana com grande participação das classes tidas como médias e baixas, o que evidencia um eleitorado muito preso ao lastro coronelista e populista, uma vez que esses segmentos aparecem de forma indiferenciada o que nos mostra uma falta de organização no perfil do eleitorado. As lideranças do PT, mais uma vez aparecem na contramão da tendência em que as bases eleitorais identificam-se com setores urbanos da população ligados principalmente ao sindicalismo.

Com relação aos apoios eleitorais o que se relata são os laços pessoais estabelecidos que revelam a falta de vínculos orgânicos da ordem estrutural partidária. As linhagens políticas são elementos essenciais da formação dessas lideranças o que nos permite inferir a herança passada a esses descendentes via laços matrimoniais ou de famílias tradicionalmente políticas. Já o exercício de cargos não governamentais mostra uma maioria ligada à administração pública, às organizações da sociedade civil, com uma trajetória tecnocrata. O PT e o PSB apresentaram trajetórias ligadas às organizações populares e aos sindicatos, característica antagônica à maioria.

A categoria do funcionário público em termos representacionais, aparece em segundo plano, mas também vigoroso. Os padrões de recrutamento das lideranças são muito distintos entre os partidos. O PMDB conta com uma maioria vinda de profissões liberais (médico e advogados); o PFL e o PDT, do setor rural; o PSDB, do funcionalismo público; e o PT, com caráter mais abrangente de recrutamento, conta com professores, líderes religiosos, funcionários públicos e setores vindos do comércio e da agricultura.



Quanto à faixa etária, a maior incidência, ou seja, 86%, têm entre 31 a 60 anos. Os índices de renovação mostraram-se altos, mas altos também foram os índices de longevidade política de algumas lideranças que, desde as eleições de 65 e 70, vêm sendo reconduzidas (20,6%), algumas reminiscências, inclusive anteriores à 1964 (4,3%), expressões consolidadas politicamente num mundo rural de raízes coronelísticas. Bons exemplos disto são, Lúcio Merçon e Alcino Santos.

Os dados mostram que as lideranças possuem, em sua maioria (81,6%), curso superior. As bases religiosas, aspecto fundamental de nossa análise, apontam a religião Católica (90%) como hegemônica dentre as lideranças, mas temos a gênese da ocupação de religiões Evangélicas no cenário político pelos padrões de recrutamento típico – pastor. Neste período, somavam-se 8,5% de evangélicos. Número que crescerá enormemente.

Por fim, um aspecto muito relevante na análise dá-se pela relação das lideranças com parentes que foram ou são políticos. Fica demonstrada, nos dados, uma freqüência relativamente alta desse aspecto que mostra que 45,4% das lideranças tem este tipo de relação de parentesco. O índice dos políticos do PTB chega, inclusive, à casa dos 75%. As taxas de renovação das lideranças tornam-se, portanto, algo aparente, corroborando para a tese de que a continuidade das heranças políticas é uma perene muito forte dentro da construção topográfica de nossas elites.

Diante do todo já dito, verificamos uma continuidade nas relações de tendências coronelistas, sendo apenas a partir de 1950, com o pluripartidarismo, que se verificam práticas com aspectos mais populistas. Mas, mesmo tais processos de relativa mudança, são mais continuadores que de fato reveladores de alteração,

visto que o recrutamento das lideranças segue um padrão oligárquico-elitista agrário vigente desde o Império.

A sociedade modernizou-se, tornou-se mais complexa, a gama de interesses ampliou sua geografia social de representações, o que formou um perfil de lideranças políticas mais diversificado; entretanto, a grande maioria de lideranças defendem os interesses de elites desde há muito presentes na microfísica estrutural de elaboração do poder. Segundo Marta Zorzal e Silva, no texto de sua pesquisa (2003:136) “os velhos caciques e as formas coronelísticas e populistas de mediação e de articulação garantem uma representação mais ampla na medida em que a fragmentação nesse universo é muito menor”. Esse universo rural, menos fragmentado no Espírito Santo, sobreviveu ao tempo e mesmo hoje, depois de mudanças tantas, persiste em outros modelos. As antigas lideranças travestidas com roupagens novas e inoculadas em suas filiações com novos discursos persistem. Temos mesmo em partidos novos o ranço do conservadorismo político e moral. Os novos políticos, portanto, convivem com as antigas e tradicionais manifestações políticas. Pensar o perfil das novas lideranças leva-nos, portanto, indelévelmente à necessidade de revisitarmos as rugas oriundas da Primeira República. Pensar manifestações políticas como as Bancadas Evangélicas é também, portanto, pensar a “Invenção do Coronel”.

Mesmo a pesquisa de Antonio Carlos de Medeiros, que abarcava tantas outras lideranças que não somente as políticas, apresentara-nos uma auto-imagem igualmente reveladora. As lideranças “fazem parte ainda do modelo da cidade onde predominam os nomes vindos da história do **burgo tradicional**, sob a lógica da coluna social e do compadrio” (1993:157). “Após 1970 o clientelismo continua fator marcante. Há de se notar que a característica atributos do candidato é substituída

pela característica poder econômico, denotando uma mudança na visão da imagem dos políticos” (1993:161). Existe uma “fragmentação das lideranças, gerando uma incerteza quanto aos futuros líderes”. (1993:160).

#### **4.5. A CAPITAL REVISITADA – A ELABORAÇÃO DE UMA ELITE**

“Assim, de certa forma, pode-se dizer que no Brasil as resistências à modernização são um fato incontestado e que já vem de longe, provocando o mais das vezes reações de indignação e perplexidade das elites e retroalimentando as suas convicções quanto à necessidade de mudança e de ultrapassar o nosso ‘atraso’. (...) Seguidamente a reação parece ser mais aos elementos de mudança enquanto significantes de algo não inscrito abertamente nos projetos das elites, mas que para o povo é uma ameaça e uma presença real em face de uma profunda e arraigada desconfiança quanto a segundas intenções e significados” (Velho, 1992:200).

Vitória passou por mudanças, assim como todo o Brasil, no período subsequente a Era Vargas. O Populismo marcou o conteúdo formativo dos políticos da nova geração e a história capixaba não se mostrará impermeável a essa tendência. A urbanização do burgo de Vitória fez eclodir novas lideranças que de filiação coronelista re-significaram suas tendências políticas na congregação de valores já comentados neste trabalho.

“(…) Os antigos e austeros coronéis viram-se forçados a dividir a cena com estes personagens, que eram homens de trajetórias pessoais às vezes, embora não obrigatoriamente, muito ligada ao povo (leia-se de forma populista). Vitória não ficou imune aos novos tempos. O processo de urbanização havia trazido outros personagens, e estes também queriam um lugar no burgo” (Vasconcellos, 1993:121).

Vitória, uma capital que passou a construir imaginários impensados por Jerônimo Monteiro, Nestor Gomes ou Florentino Avidos, mas agora presentes no ideário “paternalista” de Francisco Lacerda Aguiar. Os anos são os do limiar da década de 1960, mais propriamente um governo de 1955-1958, que fizeram a mudança do cabresto ao populista. Os partidos, donatários da herança oriunda das elites agrárias, tentarão agradar outros espaços sociais, os urbanos e populares. Na

lógica política, as elites empresariais também adentraram o jogo. Mas, de fato, temos mais mudança ou manutenção da ordem política capixaba?

O leque de forças fora ampliado, mas o sistema de alianças fora mantido. Nomes populares como os de Mário Gurgel e Solon Borges Marques chegam à Prefeitura de Vitória, mas o mecanismo modernizado de criação de uma imagem, instrumentado em Solon pelo meio de comunicação de massa, o rádio, apresenta um novo mecanismo, mas uma velha necessidade, sempre imprescindível, de criar uma imagem.

“Existiu também uma reprodução da velha política de troca de favores, de um clientelismo que visou atender uma enorme massa de despossuídos, sem acesso ao Estado ou às políticas públicas, e carentes de quase tudo. Por este mecanismo, políticos tradicionais asseguraram seu espaço numa sociedade em processo acelerado de mudanças, e querendo ou não, contribuíram para a manutenção de formas arcaicas de mobilização política” (Vasconcellos, 1993:124).

A vida cotidiana da capital vai aos poucos se tornando mais própria a uma capital, agitada e com inquietações advindas da pluralidade urbana. Os estudantes haviam se tornado uma força social inquietante e mais independente dos vínculos elitistas, uma vez que a educação superior tornava-se “um pouco” mais democratizada com a abertura de faculdades em Vitória. A economia de Vitória, com o Período Militar, sofria grandes mudanças em sua estruturação mais visceral. Os estudantes manifestavam-se como opositores do provincianismo capixaba. Fogo contido com a opressão militarista, mas, de fato, fogo não apagado. O cenário urbano de Vitória vai, aos poucos se delineando. “Os antigos laços de solidariedade começam a ser desmanchados, o provincialismo vivido como positivo começa a ceder lugar, à funcionalidade, algo mais ligado ao mundo do trabalho” (Vasconcellos, 1993:130).

O Espírito Santo com o governador Christiano Dias Lopez Filho, acrescido a um esgotamento da economia cafeeira, promoverá, a partir dos anos de 1970, um

projeto de industrialização; na verdade, “Grandes Projetos de Impacto” que fizeram o Estado entrar em uma nova era econômica. A cidade-presépio agonizara em meio à urbanização e nascia uma Grande Vitória associada aos municípios vizinhos.

Obviamente, um processo de industrialização acelerado gera problemas estruturais graves, mesmo promovendo amplo desenvolvimento econômico. Trabalhadores não absorvidos no processo de gestão de trabalho formaram bolsões de pobreza, desorganização social, perda na qualidade dos serviços públicos. A partir daí, os movimentos sociais começaram a ganhar força, a opinião pública consistência, novos personagens políticos entram em cena. Todavia os processos de renovação são letárgicos, mas se assemelhando à re-significações inacabadas, em que o velho cristaliza a mudança, fazendo dela a apropriação de heranças com maquiagens retocadas. João Gualberto coloca que:

“Estas duas tendências contraditórias, a renovação e a manutenção do burgo, entretanto, existem e são reais, fazem parte do conflito político que está instalado. Até o momento, o que me parece estar ocorrendo é uma enorme capacidade de cooptação do novo pelo velho, de tal forma que o novo tem aparecido casado com o velho, reduzindo sua capacidade de transformação. Além disto, os movimentos sociais são forjados por elementos que os cientistas sociais têm chamado de ‘atores inacabados’, ou seja, indivíduos com dificuldades para dar uma seqüência coerente em seus movimentos, e possivelmente engrossarão a corrente populista. O que, aliás, temos presenciado nas eleições municipais na Grande Vitória. O resultado final é uma mudança que existe, mas que fica, por assim dizer, no meio do caminho” (Vasconcellos, 1993:142).

De fato, as elites capixabas seguiram a tendência de manutenção de seu poder, superando, em muitos momentos, o político-partidário e dando vazão aos seus interesses e estratégias:

“A elite orgânica, em sua dimensão organizacional para o planejamento e a execução da ação política é um fenômeno do capitalismo avançado, ciente de si mesmo. Essas elites orgânicas – agentes coletivos e organizadores da ação estratégica transnacional, compreendendo milhares de empresários, profissionais liberais, acadêmicos, militares, dirigentes do alto escalão do governo e de empresas estatais, técnicos e administradores do aparelho estatal e alguns políticos – estruturam-se fora do âmbito do aparelho de estado e das organizações partidárias convencionais. Mais ainda: as elites orgânicas ‘superam’ os partidos, tanto em capacidade estratégico-política

quanto na profundidade de suas ações. Poderíamos dizer: os partidos querem o governo; as elites orgânicas o Estado” (Dreifuss, 1986:266).

Entretanto, o cenário que se instalou em Vitória, manifestação que parece estar presente na maioria das grandes cidade e capitais do Brasil, evidencia, como produto do movimento de gestão do poder, o medo. Há uma anomia irracional, bruta no desenraizamento presente desde os processos migratórios dos anos de 1970.

Violência que João Gualberto caracterizará:

“O medo parece ser a chave para definir a Vitória do início dos anos 1990. O local de moradia, a arquitetura das casas, os condomínios fechados, tudo caracteriza o medo como motor. O medo dos assaltos, dos estupros, dos seqüestros, da violência pura e simples. Este novo referencial parece dominar toda a cidade de Vitória. Vai definindo-lhe a face, orientando a identidade. É a chave para compreender os lances futuros” (Vasconcellos, 1993:144).

É um tipo de violência que lança o indivíduo a buscar novas pertenças e sentidos, novas manifestações sociais e políticas, novas crenças. Talvez seja essa necessidade de cura e libertação social que melhor explique um Espírito Santo tão aberto, em amplos espaços, ao neopentecostalismo. João Gualberto dirá: “No início era a religião, depois foi a construção racional do político e, por fim, foi a construção do econômico” (Vasconcellos, 1993:40). O imaginário social contemporâneo capixaba não seria uma síntese desses amalgamados tão distintos e ao mesmo tempo tão irmanada dentro da estrutura neopentecostal?

“Ademais, sabe-se que o crescimento do pentecostalismo tem ocorrido *pari passu* com as mudanças sociais, sobretudo na transição do campo para a cidade verificada no cenário continental como fruto da modernização compulsória, geratriz de anomia, segundo bem demonstraram D’Epinay, Waldo César e outros pesquisadores” (Bittencourt Filho, 2003:118).

## 5. AS BANCADAS EVANGÉLICAS NO BRASIL E NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

### 5.1. O APARECIMENTO DO PROTESTANTISMO NOS MEANDROS POLÍTICOS

A presença protestante no cenário político brasileiro não é um fenômeno recente, uma vez que a fé luterana, oriunda de imigrantes alemães, faz-se presente em terras tupiniquins desde 1823. Depois desta gênese luterana, uma enxurrada de protestantes históricos e missionários congregacionais, em sua maioria vindos dos Estados Unidos, aqui fizeram morada. Todavia a participação efetiva, e por efetiva acabo por excluir as participações marginais dos deputados protestantes eleitos a partir da década de 1930, somente dá-se em 1986, com as eleições para a Constituinte. Tinha-se, então, 18 deputados protestantes em um país de tradições católicas. A “ressacralização da política”, segundo Paul Freston (1993:2), apontaria para uma liderança a partir das Comunidades Eclesiais de Base, ou seja, uma postura ensejada pelos progressistas católicos militantes desde o período militar não foi a frente, o que acabou por apontar para uma hermenêutica e possibilidade de participação política mais “evangélica”<sup>11</sup>.

Segundo Falk (1988:381), na pós-modernidade percebe-se um enfraquecimento do “domínio modernista do imaginário político” o que abre, segundo Freston (1993), um leque cultural amplo para novas formas políticas. Mas de fato o que há de novo no cenário brasileiro, quando este tipo de manifestação entra cena? Na verdade a novidade é novidade, enquanto re-significação, uma vez que no bojo matricial, estas estruturas já estavam há muito ensejadas como conteúdo sincrético na busca de

---

<sup>11</sup> O termo “evangélico” abarca protestantes históricos, congregacionais e da ordem pentecostal, como já colocado em tipologia largamente discutida por pensadores das religiões e, comentada em capítulo anterior desta dissertação.

perpetuação e de representação. O “enfraquecimento modernista do imaginário” mostra-se como perpetuação de um imaginário já há muito no ensejo de uma irrupção.

Nesta seção de capítulo, mostraremos alguns momentos e algumas perspectivas que apontam para a entrada do protestantismo dentro do cenário político brasileiro, num recorte imediatamente anterior à participação pentecostal. Tratamos mais propriamente aqui da participação protestante na política anterior à segunda metade do século XX, quando os protestantes históricos começaram a pressionar o quadro político, irmanando-se a partidos políticos liberais, afim de minimizar as discrepâncias para com a sociedade que os denominava como seita, ou seja, não aceitava o não catolicismo como religião. As motivações dos ditos liberais eram anti-clericais, sem pretenderem tornar protestantes as fileiras de dominação política ou mesmo elites políticas. Nem mesmo os próprios protestantes e suas elites desenvolveram tal ideário de politização, tido como corrupto e corruptor. Tinha-se, de fato, um quadro de apatia política do lado protestante, e um de fechamento de portas do lado das elites católicas, conseqüentemente, políticas.

A exemplo disto, percebe-se, na tradição histórica, no Brasil Império, e, mais propriamente na Constituição de 1824 a permissão do culto protestante somente em território doméstico. Assumir um cargo público devia ser acompanhado do juro em favor da manutenção do catolicismo. Somente em 1881, com a Lei Saraiva, a plena elegibilidade levará Karl von Koseritz (teuto-brasileiro filho de major prussiano) a entrar na Assembléia Provincial do Rio Grande do Sul (Oberacker, 1985:279-283).

A Constituição de 1891 atenderá intuítos de ordem anti-clerical, próprios da República nascente, todavia a participação dos protestantes na vida política ainda manter-se-á praticamente nula. Na República Velha somente três nomes são



encontrados entre os políticos protestantes. Há segundo o *Catálogo Biográfico dos Senadores Brasileiros*: o paulista Alfredo Ellis (1850-1925), de adesão apenas nominal; o carioca Érico Coelho (1849-1922), membro da IEB (Igreja Evangélica Brasileira), talvez a primeira igreja protestante genuinamente brasileira, fundada pelo maranhense Miguel Vieira Ferreira – dissidente do presbiterianismo; e Joaquim Nogueira Paranaguá (1855-1926), que pertencia à Igreja Batista, de cuja Convenção fora presidente. Paranaguá, no entanto, será um político católico, uma vez que, depois da conversão ao protestantismo, deixará a política.

A participação política mostrar-se-á presa aos territórios regionais, mesmo no início do século XX. A Revolução de Vargas parecia trazer novas esperanças ao protestantismo político, mas, a curto prazo, somente o catolicismo parecia se beneficiar da revolução, uma vez que a unidade religiosa era conjugada enquanto unidade nacional (Azevedo, 1981:70-73).

Em 1932, a Confederação Evangélica liderada por presbiterianos lançará um Memorial, como que em oposição ao LEC (Liga Eleitoral Católica), exigindo que os protestantes se manifestassem de maneira política e se organizassem de modo a alcançarem representatividade na Assembléia Constituinte. Ali defendiam questões da ordem prática como a laicidade do Estado e do Ensino Público, o divórcio absoluto, a educação popular gratuita, a promoção do pacifismo e a liberdade de pensamento e de crença.

O primeiro grande político protestante e único a participar da Constituinte de 1932, Guaracy Silveira (1893-1953), era donatário da maioria destes posicionamentos do Memorial da Confederação Evangélica. Guaracy converteu-se à Igreja Metodista e tornou-se pastor e presidente da União de Escolas Dominicais, alcançando prestígio até mesmo trans-denominacional. Neste pastor metodista estavam concentradas

esperanças laicas e não tão somente protestantes, tendo em vista que o país que contabilizava, na época, cerca de 2% de protestantes em relação à população total do país. Eleito pelo PSB, que “fazia frente única com segmentos da pequena burguesia” (Carone 1974:189), Guaracy como “ministro evangélico” (Silva, 1969:191) buscava enfrentar a corrente comunista que invadira o partido. Considerado um pastor com tendências socialistas, o que não era o caso, Guaracy fora expulso do partido devido aos seus posicionamentos, tidos como reacionários. Guaracy representava a oposição ao ensino religioso nas escolas públicas e, baseado no laicismo, buscava defender o protestantismo, e chegando a ler em Tribuna o Credo Social da Igreja Metodista (Freston, 1993:155). A maioria das decisões de cunho católico foi aprovada, mas fica registrado que a presença de Guaracy representara, segundo Freston, a entrada dos protestantes na política nacional:

“A Constituinte marcou a estréia efetiva dos protestantes na política nacional, possibilitada pela nova legislação eleitoral e impulsionada pelas pretensões católicas. Mas houve também uma solicitação por parte de atores políticos. Para estes, o reforço protestante rendeu uma cadeira a mais, mas posteriormente o aliado protestante deixou de corresponder às expectativas. A especificidade religiosa de sua participação fora subestimada pelos que a solicitaram: não pela última vez na história política protestante” (Freston, 1993:155).

Em 1934 o protestantismo adentrara os pleitos eleitorais com 29 candidatos, mas a comunidade protestante parecia mesmo querer isolar-se. Guaracy retomou a vida de pastor, entretanto, exerceu cargos como o de subdelegado em Santos e, novamente deputado em 1945, participou inclusive das articulações que deram origem ao PTB. No entanto, a situação religiosa não era mais tão favorável quanto no governo de Vargas, o que levou Guaracy a se tornar, em prol da religião e da moral, aliado dos católicos. O deputado, sobre esta decisão, escreve: “preferi unir-me ao catolicismo [do que ao comunismo], na aprovação de emendas religiosas (...) concedendo-lhe

todos os meios de que necessitasse para levantamento do nível moral” (Silveira 1947: 12-14).

Em 1948, Guaracy liderou o processo de criação do PRT – Partido Republicano Trabalhista. O partido estava repleto de protestantes, todavia esse fator não diminuiu as críticas a Guaracy por parte das igrejas que, diante da participação política do deputado, começaram a expressar a proibição de ministros religiosos às candidaturas e à filiação partidária. Guaracy deixa a política em 1950, porém sua participação pioneira produz marcas profundas na política protestante ou no protestantismo político, uma vez que deixa a Câmara Federal com assentos protestantes ocupados.

Freston (1993) leciona que o período democrático favorecera a participação protestante por dois motivos consideráveis: o primeiro graças ao aumento da população protestante no Brasil, que chegou a contabilizar em 1960 uma parcela de 4% do total de habitantes; e o segundo devido à obrigatoriedade do voto feminino (1946) aliada ao fato de a participação eclesiástica feminina dar-se em percentuais maiores que a masculina. Sob tais perspectivas, o protestantismo elegeu em 1950 dois deputados – número que foi aumentando para nove e conseguiu chegar a 13 –, em geral provenientes do protestantismo histórico e desprovidos de ajuda eclesial oficial. Com o aumento significativo dos protestantes na vida política, o governo do pernambucano Miguel Arraes chegou, inclusive, a criar a primeira “acessoria evangélica”, antes de Arraes ser exilado na Argélia pelo Regime Militar em 1964 (Rolim, 1985:85).

Em 1964, com o Golpe Militar, a força missionária protestante aumentou muito, chegando a contabilizar cerca de 3 mil missionários em 1960 (Fernandes, 1981: 59). Mas somente a Igreja Luterana mostrou-se, de fato, antagônica ao Regime. As

demais igrejas protestantes acabaram por tornar-se, portanto, uma espécie de “sustentáculo civil” do Regime. Mostras da fragilidade política evangélica estavam presentes na Confederação Evangélica dos anos de 1970. Paul Freston sobre isso coloca que:

“(…) não se deve subestimar o papel da rivalidade religiosa e das solicitações governamentais. Mas estas encontraram eco numa comunidade sequiosa de status e cuja mentalidade rural estava confusa com as transformações sociais. Nos anos 70, a Confederação Evangélica já não funcionava e os expurgos haviam deixado as igrejas debilitadas intelectualmente. O antigo ideário político liberal perdera sua força nas igrejas históricas, sem encontrar um substituto. A desorientação as deixou vulneráveis as aproximações iniciadas pelo regime” (Freston: 1993,158).

Há de se perceber que o regime não cooptou apenas forças protestantes, mas de todo o tipo de religiosidade minoritária, como a revalorização da umbanda nos governos de Laudo Natel e de Maluf em São Paulo. O mesmo aconteceu com o espiritualismo kardecista no governo do General Figueiredo. Obviamente houve protestantes que se mostraram contrários ao Regime, como os irmãos Paulo e Jaime Wright, ambos presbiterianos, mas casos como estes são bem escassos.

Até as vésperas da Constituinte de 1987, os políticos levantados pela pesquisa de Freston (1993) como pertencendo ao protestantismo somavam, na história da Legislatura Brasileira, o número de 50 políticos federais, sendo apenas dois deles representantes do Estado do Espírito Santo: Luiz Baptista e Néelson Aguiar.

Luiz Baptista, pertencente à Igreja Batista, nasceu em Ibirajú no ano de 1915 e exerceu mandatos de 1979-1983 e de 1983-1987. Baptista elegeu-se pelo MDB e depois PMDB. Professor, médico e advogado formado pela UFRJ.

Néelson de Aguiar, também pertencente à Igreja Batista, nasceu na cidade de Brumado/BA em 1940 e exerceu mandatos em 1984 e de 1987-1990. Exercera carreira como advogado, como jornalista e como professor. Estudou em colégio batista; teve origem rural, foi membro-fundador do MDB (1966); secretário do Bem-

estar Social do governo de Gerson Camata; presidente da Funabem (1985-1986); presidente da subcomissão Família, Menor, Idoso da Constituinte; entusiasta da reforma Agrária e teve um eleitorado bem definido por trabalhadores do setor portuário, por moradores das periferias capixabas e por evangélicos.

Percebe-se, no período de 1946 até 1991, um aumento significativo não somente no número de políticos evangélicos (que passou da presença solitária de Guaracy ao número de 36, acrescidos os suplentes que assumiram mandato posteriormente em 1991), como também o acréscimo no número de estados representados (que saltou para 11<sup>12</sup>), assim como no número de igrejas representadas (em 1987 contabilizavam 10<sup>13</sup>). Acrescidos os estados que já haviam sido representados, o número unidades federativas com políticos evangélicos sobe para 17, e as igrejas já representadas que não elegeram em 1991 eram no total 14. A hegemonia das igrejas será assim constituída: 1933-1951, Igreja Metodista; 1951-1975, Igreja Presbiteriana; 1975-1987, Igreja Batista; após 1987, Igreja Assembléia de Deus.

Quanto aos mandatos até o pleito de 1987, Freston (1993) escreve sobre a hegemonia presbiteriana e sobre o surgimento dos pentecostais no cenário político:

“Em número de mandatos exercidos (1946-1987), houve 29 por presbiterianos (IPB), 25 por batistas, 15 por luteranos, 9 por metodistas, 9 por congregacionais e 7 por presbiterianos independentes (IPI). Apenas cinco por pentecostais, menos de 5%. Um contraste com o período pós-1987, quando a parcela pentecostal sobe a quase 60%” (Freston,1993:171).

Quanto à presença protestante no poder executivo anterior a 1987, têm-se os governadores Antônio Torres Galvão, interino de Pernambuco em 1952 e antigo líder leigo da Assembléia de Deus; Jeremias Fontes, nomeado em 1966, governou o Estado do Rio de 1967-1971, tendo sido membro da Igreja Presbiteriana, e

<sup>12</sup> Os Estados eram: RJ; SP; AM; ES; BA; MA; MG; MS; PA; RR e RS.

<sup>13</sup> As Igrejas Evangélicas representadas eram: Batista; Metodista; Assembléia de Deus; Adventista; Congregacional; Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil; Evangelho Quadrangular; Igreja Presbiteriana do Brasil; Igreja Presbiteriana Independente e Igreja Presbiteriana Conservadora.

fundador da Comunidade evangélica de caráter neopentecostal S-8, e que abandonou qualquer participação política posterior ao mandato de governador; o seguinte, Eraldo Gueiros Leite, foi nomeado em Pernambuco de 1971-1975 e pertenceu ao presbiterianismo; Enoc Reis, nomeado no Amazonas de 1975-1979, foi membro da Igreja Batista.

Com as eleições diretas, surge o primeiro governador protestante eleito: Íris Rezende. Entre 1946-1987 o Brasil teve, ainda, dois presidentes protestantes, todavia não religiosos: João Café Filho, presbiteriano e Ernesto Geisel, luterano.

## 5.2. DO PROTESTANTISMO HISTÓRICO AO PENTECOSTALISMO NA POLÍTICA

A partir de 1986 o protestantismo histórico foi aos poucos sendo superado no campo da política, pelas Igrejas Pentecostais, principalmente pela Assembléia de Deus. As perspectivas políticas dos pentecostais não se deram de forma abrupta, uma vez que os parlamentares protestantes pós-1987 eram, em grande parte, de origem pentecostal. Uma reviravolta política abarcou não somente o PMDB – partido da maioria dos pentecostais –, como também a fisiologia política enquanto tendência, além de provocar a mudança de cenário socioeconômico destes políticos e de seus representados, visto que o pentecostal “escondia-se” nas comunidades periféricas, na pobreza e no protestantismo popular como discurso mais que religioso, também político e banhado de sua mundivivência espiritual.

“Esse núcleo da nova classe evangélica segue várias trajetórias políticas: o destaque religioso como evangelista itinerante, cantor ou apresentador da mídia evangélica; o capital familiar do filho ou genro de pastores-presidentes; e o empresário pentecostal que faz acordos com a cúpula eclesiástica” (Freston, 1993:180).

A politização pentecostal está intimamente ligada à sua evolução teológica – já discutida anteriormente nesta dissertação –, enquanto antecipação doutrinária do neopentecostalismo, e com a defesa de sua comunidade, que era alvo de constantes ataques, muitos criados a nível imaginário, contra o estabelecimento da moral e da constituição vital de suas famílias.

O pentecostalismo político beneficia primeiramente o seu líder que, enquanto homem forte da comunidade, concede benefícios espirituais e mundanos, da ordem do sentido, aos membros da religiosidade partilhada. Outro fato que se apresenta como estímulo à política pentecostal estaria nas práticas proselitistas, comuns ao

meio em que uma igreja deve-se firmar, a fim de manter seus membros em constante batalha pela igualdade pública e pela expansão doutrinária.

O cenário de Redemocratização política, os novos aspectos do sistema eleitoral, o sistema partidarista fragmentado e as evoluções eclesiásticas pentecostais permitiram o estupor político que se delineava. Freston (1993:181) escreve que: "(...) a politização pentecostal visa fortalecer lideranças internas, proteger as fronteiras da reprodução sectária, captar recursos para a expansão religiosa e disputar espaços na religião civil". Mecanismos bem articulados em propostas audaciosas que farão, até meados de 1992, escreverem 88 nomes protestantes na história das legislaturas brasileira.

O Espírito Santo manterá, em nível federal, dois nomes: Néilson Aguiar, batista, um dos homens fortes do governo Camata, o já presente no cenário legislativo nacional desde 1984; e Lézio Sathler, da Igreja Presbiteriana do Brasil, nascido em Lajinha/MG no ano de 1951, graduado em Direito (1979) e Economia (1982), cujo mandato exerceu de 1987-1991. Lézio exercerá forte influência política em Colatina, graças ao sogro que lançará a candidatura do genro, pelo PMDB, à Prefeitura da cidade em 1982. Lézio Sathler desenvolverá vínculos fortes com o ex-senador e ex-governador José Ignácio, tendo sido diretor geral do Detran de 1983-1986 e tendo sido eleito suplente de deputado federal pelo PSDB em 1990. No primeiro turno da Constituinte, mostrar-se-á como um grande debatedor de esquerda.

Em 1986 temos, em um quadro geral, o grande avanço da Igreja Assembléia de Deus que salta para 13 legislaturas; os batistas, em segundo lugar; e, talvez o mais interessante, a Igreja Universal do Reino de Deus, pródiga em formação com seus pouco mais de dez anos, sobe para terceiro lugar com quatro mandatos parlamentares federais.



Para melhor visualizarmos os mandatos federais protestantes por Igreja, de 1933-1992, colocou-se, logo abaixo, um quadro desenvolvido por Freston (1993:192):

**Mandatos Parlamentares Federais Protestantes por igreja  
1933-1992 (Igrejas Pentecostais e Carismáticas em Negrito)**

Igreja	Mandatos (número de parlamentares)	Igreja	Mandatos (número de parlamentares)
Convenção Batista Brasileira	38 (17)	<b>Universal do Remo de Deus</b>	<b>4 (4)</b>
Presbiteriana do Brasil	31 (16)	<b>Convenção Batista Nacional</b>	<b>3 (3)</b>
<b>Assembléia de Deus</b>	<b>28 (16)</b>	<b>Brasil Para Cristo</b>	<b>2 (1)</b>
Evangélica de Confissão Luterana no Brasil	18 (9)	Cristã de Confissão Reformada	2 (1)
Metodista	11 (5)	Batista Regular	1 (1)
Congregacional	10 (2)	<b>Congregação Cristã</b>	1 (1)
Presbiteriana Independente	9 (2)	<b>Igreja de Cristo</b>	1 (1)
Adventista	7 (4)	Presbiteriana Conservadora	1 (1)
Cristã Evangélica	4 (2)	Presbiteriana Unida	1 (1)
<b>Evangelho Quadrangular</b>	<b>4 (2)</b>	Total:	176 (*)

\*Um parlamentar é contado duas vezes, tendo pertencido à IPB e à Cristã de Confissão Reformada.

Os candidatos que foram, efetivamente, reconhecidos por suas denominações como candidatos homologados oficialmente são os de origem pentecostal ou neopentecostal. Sendo as principais: a Assembléia de Deus (pentecostal); a Igreja do Evangelho Quadrangular (deuteropentecostal) e a Igreja Universal do Reino de Deus (neopentecostal). De estilos variados e de origens muitas, o político pentecostal tinha uma forte ligação com a estrutura dogmática da igreja, daí a homologação oficial por parte das denominações, fator que torna compreensível o

grande número de políticos pentecostais declarados profissionais da fé, ou seja, com carreiras religiosas como as de Antônio de Jesus, de Celso Dourado, de Gérson Villas Boas, de Jayme Paliarin, de Mário de Oliveira, de Milton Barbosa, de Norberto Schwantes, de Orlando Pacheco e de Roberto Augusto. Líderes religiosos que souberam transformar o capital social adquirido com a vivência da comunidade religiosa em curral eleitoral. Líderes religiosos que, em nome de Deus, tornavam-se homens da política em favor dos “filhos de Deus”.

Sobre o estilo destas lideranças, Freston (1993:199):

“O estilo caracteriza muitos políticos pentecostais. Há variações, como entre os modelos reconhecidos de pastores pentecostais: uns, mais paternais e pastorais; outros, mais ‘agressivos’ e severos. O que une a todos, escandalizados e denunciadores, é a despreocupação com os estilos consagrados de discurso político e a perfeita identificação com o estilo cultural do protestantismo popular”.

O estilo deixado claro pelo deputado assembleiano João de Deus, explicitava-se ao dizer que, ao ser colocado o nome de Deus na Constituição de 1988, já havia-se constituído “nossa primeira grande vitória sobre a esquerda diabólica”. Ou ainda, manifesta-se tal estilo, na proposta do deputado Antônio de Jesus de se colocar uma Bíblia sobre a mesa da Constituinte. Os políticos pastores neopentecostais, como é o caso dos pertencentes à Igreja Universal, utilizam um marketing político de capital religioso um pouco distinto dos demais, uma vez que obedecem a uma ordem mais populista com uma linguagem simples repleta de terminologias de símbolos denominacionais. Segundo Barbosa (1988:45), “nem sempre dinheiro ou favores, exclusivamente, conquistam o voto (...). Para o indivíduo pobre, a busca de identificação com o candidato é vital”. Há mostras de um modelo de clientelismo espiritual que ultrapassa o material e, por intermédio de vínculos de identidade e de comunhão, altera a ordem política em favor do simbólico.

Os pastores pentecostais e neopentecostais não são homens que buscam mostrar-se comuns apenas, mas buscam o vigor das marcas do “irmão” que frequenta a igreja, que é moral, solidário, e que estimula a vivência da religião. Muitas vezes é quase um negócio familiar, passado de pai para filho e para genros. A relação familiar do bispo Macedo, de R.R. Soares e do ‘Mensageiro da Solidariedade’<sup>14</sup>, Marcelo Crivella, não é um caso isolado. Temos casos, ainda, como o do ex-deputado Salatiel Carvalho, filho e genro de pastores líderes da Assembléia de Deus no Piauí e em Pernambuco. O político religioso pode ser também um empresário com forte influência eclesial como o fora Sotero Cunha, ou ainda, um radialista evangélico como Francisco Silva, este pertencente à Congregação Cristã, aquele à Assembléia de Deus.

A Igreja Universal, neste período, acabou desenvolvendo uma máquina eleitoral muito eficiente, elegendo candidatos indicados por Macedo e aprovados por toda a Igreja. Exemplo disto foi a eleição de Laprovita Vieira que se tornou congressista para defender declaradamente os interesses da Igreja, papel que cumpriu bem ao se tornar um dos mais influentes homens da negociação que resultou na compra da Rede Record pela Universal.

A Igreja Evangélica Quadrangular trouxe para a política um dos seus mais importantes líderes: o mineiro Mário de Oliveira, criador do slogan eleitoral: “evangélico vota em evangélico” (Sanchis, 1982:26). Mário votou contra a reforma agrária e ficou conhecido por suas ausências nos trabalhos da Constituinte.

No poder Executivo, os destaques são: Hélio Gueiros, que vence a disputa para o Governo do Pará (1986); Íris Rezende, no segundo mandato como governador de Goiás (1990); Benedita da Silva, que fica em segundo lugar na disputa pela

---

<sup>14</sup> Alusão ao CD de músicas gospel produzido pelo sobrinho de Macedo e senador, o bispo Marcelo Crivella.

prefeitura do Rio (1992); e os ministérios de Íris Rezende, na Agricultura (1986-1990), e de Eraldo Tinoco, na Educação (1992).

Os evangélicos, neste contexto, acabaram por tornar-se alvo de interesse político eleitoral, dado o pluripartidarismo e a irrupção do Pós-Regime. De fato, foram a Constituinte e o processo de redemocratização que ocasionaram o estopim da irrupção evangélica na política, saberes e fazeres hodiernos de uma história que desembocara em um produto, agora inegável. A Nova República trazia uma realidade dura aos protestantes: a falta de coesão, dada pelo fato de os políticos evangélicos terem sido eleitos somente graças às suas comunidades religiosas, e não por um projeto unificador que possibilitasse a representatividade de suas idéias, enquanto grupo, o que ocasionou a representação da doutrina de suas igrejas particulares.

Para se alcançar toda essa participação pentecostal dentro da política, o pensamento apolítico teve fortes contraposições. O pentecostal adicionou a política ao seu catecismo, algo claro no livro *Irmão vota em Irmão*, de Josué Sylvestre, quando este diz:

“Bastaria o argumento do amor para fazer com que os crentes votassem nos crentes. Porque quem ama, não quer ver o seu irmão derrotado (...). Crente vota em crente, porque, do contrário, não tem condições de afirmar que é mesmo crente” (Sylvestre, 1986:53-54).

A mobilização em torno da Assembléia Nacional Constituinte foi logo se tornando, no entendimento popular, um espaço místico para se apresentarem as lideranças e as novas concepções para o país do futuro. Minorias de todos os tipos queriam suas idéias representadas, e os pentecostais não se mostraram contrários, mas, na busca de status de suas lideranças, engendravam a representatividade e a defesa de interesses de suas igrejas. A teologia bíblica, as novas concepções doutrinárias, o

crescimento numérico, as novas pertenças sociais mais abrangentes ao pós-moderno, tudo conduzia ao pentecostalismo político e parecia abrir caminho ao neopentecostalismo. A política reinventara a doutrina evangélica pentecostal vertida agora com um carismaticismo evidente ao secular.

O povo evangélico entendia-se como herdeiro das promessas de Deus feitas à Israel. O lugar onde jorra leite e mel devia ser conquistado no agora social. Sylvestre chega a dizer que:

“O que falta para sermos cabeça [e não calda]? Falta articulação, decisão, vontade, Deus nos permitiu a bênção do crescimento (...). Tudo isso, porém, não tem sido aproveitado coletivamente (...). Então, o que falta para sermos cabeça, cumprindo a promessa de nosso Deus? Ou será que essa promessa foi apenas para Israel?” (Sylvestre, 1986: 43-44).

As ameaças simbólicas começaram a povoar o imaginário pentecostal. Nestas ameaças, criadas pela própria liderança pentecostal, estava impresso o impedimento de culto público – proibição ocasionada por uma Constituição nutrida em um catolicismo oficial –, além de idéias de conspirações, acrescidas do temor pentecostal, frente à profícua ligação entre o presidente Tancredo Neves e a hierarquia Católica. A morte de Tancredo é entendida por muitos pentecostais como presságio divino, mas não diminui os temores causados pela visita de Sarney à CNBB em 1985. O Pentecostalismo dá início a uma “Guerra Santa” simbólica contra o Catolicismo e contra as religiões afro-brasileiras como a Umbanda.

Segundo Sylvestre:

“O imposto que o crente paga (...) vai financiar a idolatria e a feitiçaria [alusões ao catolicismo e a umbanda] (...) Cada parlamentar federal (...) recebe, anualmente, no Orçamento da União, uma parcela de recursos (...) Vejam que volume fabuloso de recursos poderiam estar ajudando nossas organizações no setor social e educacional” (Sylvestre, 1986: 62-64).

Os pentecostais criam outros inimigos, como os grupos que colocavam a família e a moral em perigo. Dever-se-ia eleger políticos evangélicos para se lutar contra a

legalização do aborto e das drogas, para se impedir o casamento homossexual, para se lutar contra os festivais de rock e a imoralidade; dever-se-ia lutar para a preservação da cultura moral dos dogmas evangélicos. Temos estabelecido, desta forma, o sonho pentecostal, descrito por Campos (2000), como a busca de uma nova ordem em que o protestantismo possa, por meio do campo político, não apenas lutar pela “liberdade religiosa”, mas também mostrar-se representada:

“Entre os protestantes brasileiros dissemina-se cada vez mais o sonho de um novo começo social, de uma reconstrução sóciopolítica, que se expressa numa quase palavra de ordem: ‘O Brasil será um país diferente quando à sua frente estiver um homem de Deus’. Com isso, vive-se no presente a expectativa de grandes eventos, de uma ‘intervenção divina’ milagrosa, que irá provocar a decomposição da atual ordem histórica e o começo de uma era, aqui e agora. Desse sonho messiânico participam tanto os que negam a sociedade (Testemunhas de Jeová) como os que a afirmam por intermédio da teologia da prosperidade e de uma ação política mais participativa” (Campos: 2000,21).

O sentido deste sonho tem um emaranhado de sentidos atrelados à elite, mas ao mesmo tempo limitados por ela devido à ordem dos interesses populares. Bruce (1988), ao se referir sobre este processo vivenciado nos Estados Unidos coloca:

“a maioria dos movimentos anti-católicos tem sido populista, com apoio mínimo das classes altas (...). Provavelmente, a relutância das elites em envolver-se resulta de sua apreciação de que os benefícios de uma estratégia de ‘dividir para governar’, no sentido de impedir o desenvolvimento de uma consciência de classe operária, poderão ser menores do que os custos. A lógica básica do desenvolvimento capitalista moderno é no sentido da privatização de quase todas as formas de particularismo (...). As pessoas mais atuantes na promoção da política de questões sócio-morais são comprometidas pessoalmente com aquela agenda, independente de outros interesses que possam ser servidos (...). Os representantes do capital têm apoiado o *establishment* partidário ‘moderado’ contra a direita religiosa (...). Na medida em que conservadores não religiosos aceitam usar a religião (...), tentam defini-la nos termos mais inclusivistas possíveis, [para evitar] as desvantagens da instabilidade social e conflito sectário” (Bruce, 1988:52-56 In: Freston, 1993).

As relações paternalistas, com a redemocratização, deram mostras de enfraquecimento como que apresentando um conteúdo inflacionário dentro do clientelismo, nutrido pelo capital, que tornou mercantil o domínio político.

“As relações tradicionais do paternalismo brasileiro estão enfraquecidas para grande parte dos trabalhadores pobres moradores de metrópoles. E isso os deixa em pior situação material, pois, se perderam a proteção paternalista, não contam ainda com a assistência estatal nem com o direito ao trabalho e ao salário condigno (...) [O clientelismo urbano é mais frágil do que o antigo coronelismo]. Se a relação servil (...) [de] laços verticais de dependência e lealdade, estava assentada em bases morais do parentesco ou na crença no heroísmo e coragem do senhor, a relação entre os políticos da máquina partidária e sua clientela de trabalhadores urbanos pobres, hoje, aproxima-se muito mais da relação mercantil (...). [o político é visto como] um ‘interesseiro’ (...) numa relação que não chega nunca a manter confiança mútua (...). Num quadro de perdas salariais e pobreza crescente, o efeito inflacionário do clientelismo (...) acaba por criar decepção” (Zaluar, 1985:234-237 In: Freston, 1993).

E os políticos pastores, como reagiram a isto? A tese vinculada a esta dissertação da invenção do pastor político como resultado da re-significação do *modus vivendi*, como resultado da institucionalização da herança coronelista-clientelista em suas construções modernas e re-significada, enquanto herança, na doutrina teológica pentecostal, a qual se contemporânea, neopentecostal, estaria fadada ao fracasso? A resposta é absolutamente negativa, uma vez que se presencia a partir de agora, a contramão pentecostal. O político coronelista, aquele clientelista, re-significado assume-se pela doutrina como “irmão”. Nasce a figura política religiosa mais interessante enquanto produto na vida política brasileira contemporânea: nasce inventado, amalgamado de nuances, o **pastor político**.

“Abre-se espaço para a fusão de elementos dos papéis do político clientelista e do coronel, na figura do deputado ‘irmão’, inserindo a ‘base moral do parentesco e da crença’ na construção de um clientelismo mais estável. O político evangélico não seria um ‘interesseiro’ mas alguém que participa da mesma comunidade de fé. Uma relação baseada na irmandade na crença, em que o grupo é fundamental, é diferente da relação personalista entre líder e seguidor de umbanda. (...) As redes eclesíásticas têm vantagens sobre os partidos fracos e clientelas tradicionais abaladas” (Freston, 1993:220).

As Bancadas Evangélicas acabam por aparecer em contextos de maior anomia. Em São Paulo, onde os contextos sindicais apresentam maior solidariedade de classes, as Bancadas Evangélicas apresentam-se mais fracas, todavia no Rio de Janeiro, e atualmente como grande força no Espírito Santo, elas são mais estruturadas.

### **5.3. CONSTITUINTE, REDEMOCRATIZAÇÃO E IMPEACHMENT – A IRRUPÇÃO DAS BANCADAS EVANGÉLICAS NO BRASIL E A SUA ATUAÇÃO NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

“(…) Para os setores intelectualizados e laicos da população, à surpresa diante do tamanho (33) do grupo vinha juntar-se a descoberta de um forte pedigree conservador na grande maioria dos parlamentares protestantes, que resultava em reforço à pressão conservadora sobre a nova Carta. Durante muito tempo sustentando suas crenças longe da arena política, pretendiam, agora, que seus pontos de vista religiosos, minoritários em um país de tradição católica, e de reconhecido pluralismo confessional, tivessem sua normatividade imposta, pela Constituição, a todos os brasileiros” (Pierucci & Prandi, 1996:164).

Para a composição da Assembléia Nacional Constituinte, a Bancada Evangélica contou com 32 membros titulares e dois suplentes que assumiram durante o período. É válido lembrar que a Bancada Evangélica, em sua maioria (59%), logo no início da Constituinte, já se intitulara como pertencente ao “centrão”, algo que já cria uma imagem aproximada de sua atuação dentro das decisões legislativas.

Das comissões formadas na Constituinte, a Bancada Evangélica presidia duas: Arolde de Oliveira, que presidia a Comissão de “Ciência e Tecnologia, e Comunicação”, e o capixaba Néelson de Aguiar, que presidia a Comissão “Família, Menor, Idoso”. Os evangélicos tinham também dois relatores: Lysâneas Maciel, relator da Comissão “Direitos Políticos, Direitos Coletivos e Garantias”, e Eraldo Tinoco, relator da Comissão “Família, Menor, Idoso”. Tinham também dois lugares na Mesa diretora: Benedita da Silva (primeira suplente) e Sotero Cunha (terceiro suplente). A grande representatividade dos políticos evangélicos dava-se graças ao seu grande número, que, se partido fosse, representaria a quarta bancada da Assembléia Nacional Constituinte.

Repleta de embates, como os provocados por Lysâneas Maciel, a Bancada Evangélica enfrentou problemas da relação político-religiosa e acabou por aderir à



máxima: “unidade nas questões comportamentais e esvaziamento religioso quanto à reforma agrária”. Quanto às questões comportamentais, quer-se de fato colocar o posicionamento contrário da Bancada em favor da legalização do aborto, do homossexualismo, das drogas e da pornografia.

A Bancada que se colocava como pertencendo ao grupo de Centro, “na verdade (...) tinha embasamento ideológico e (...) uma postura liberal-conservadora (...). Mas seus membros formavam um arco-íris bem diferenciado” (Coelho, 1988:59). Em fevereiro de 1988, Gedel Dantas, e mais alguns a ele ligados, acabaram por romper com o centro de maneira pública. Acontecia que os mais carismáticos, aliados à resistência dos padrões seculares, mundanos, agora começavam a se apresentar mais condescendentes ao universo profano – provas de que a Teologia da Prosperidade começava a fazer adeptos dentro do universo político. Segundo Freston (1993:234): “Em torno de 18 evangélicos se desligaram do Centrão, quase todos pentecostais”. A imprensa após essa decisão, dos membros pentecostais de abandonar o centro, começa a publicar acusações contra os evangélicos: “Boa parte dos evangélicos faz da tarefa de preparar a Nova Constituição um grande e lucrativo comércio, negociando votos em troca de vantagens e benesses para suas igrejas e, muitas vezes, para eles próprios” (*Jornal do Brasil*, 07/08/1988).

A atuação da Bancada Evangélica foi considerada pela Assembléia de Deus relativamente bem sucedida, uma vez que o nome de Deus foi colocado na Constituição, a liberdade religiosa garantida e o ensino religioso (mesmo que em sua maioria de orientação católica) mantido, além da rejeição ao homossexualismo, ao voto distrital e à pena de morte. Entretanto, é verdade também que os pentecostais não conseguiram abolir a discussão do aborto por completo, a censura artística e o divórcio.

A derrota, em alguns aspectos, dentro da formulação constituinte foi atribuída em consonância com a Teologia do Domínio às forças demoníacas, que enciumadas com o desenvolvimento do cristianismo verdadeiro, incomodou o inferno e os inimigos da nação cristã, pentecostal.

As eleições de 1989 trouxeram novas exigências às Comunidades Evangélicas, uma vez que se dá início ao tempo das alianças. Íris Rezende, tantas vezes combatido e não reconhecido como um evangélico de fato, começa a ser mais aplaudido do que antes. Todavia, a sua candidatura à Presidência, mesmo com as safras récordes no Ministério da Agricultura, não acontece. As igrejas protestantes históricas acabam por favorecer o voto da “consciência”, não apoiando um candidato específico. Embora a Congregação Cristã e a Igreja Pentecostal Deus é Amor mantivessem seu discurso apolítico, os pentecostais e os neopentecostais mostraram-se mais partidários e fizeram campanha a favor da eleição de Fernando Collor. Entre as igrejas ligadas a Collor destacam-se: a Igreja Universal do Reino de Deus, a Brasil para Cristo, a Casa da Bênção, a Assembléia de Deus e a Igreja do Evangelho Quadrangular.

Sobre o apoio da IURD à candidatura de Collor, Freston (1993:255) escreve:

“A IURD se engajou na campanha: abriu suas rádios para Collor, distribuiu santinhos, possivelmente impressos na gráfica da igreja e, após a compra da TV Record, retransmitiu em rede a participação de Collor no Programa Ferreira Neto. Nos cultos, cantava-se: ‘O diabo na corda bamba, vamos collorir’. Os detalhes do acordo entre Macedo e Collor são desconhecidos, mas as versões concordam que Macedo queria orar ou pregar na posse. Seria a entrada definitiva na religião civil. Entre os membros da IURD, diz-se que Collor voltou atrás na sua promessa e, por isso, Deus o tirou do governo. Em 1991, a liderança dizia-se ‘decepcionada’ com Collor devido à sua ‘indiferença’ diante dos ataques sofridos pela IURD”.

É promovida, ainda, por parte de várias igrejas pentecostais e neopentecostais, a retaliação de quaisquer candidatos aliados à esquerda, considerando-os a imagem

do próprio diabo e, portanto, contrários ao Evangelho. Collor se mostrou mais apto à afeição pentecostal, não somente por mostrar-se “temente a Deus” (em oposição ao ateísmo de esquerda de Lula), mas também por incorporar ao seu discurso as temáticas populares como o combate à corrupção, mais facilmente entendido pelos membros apolitizados, por se tratar de uma temática moralizante. Era uma luta do bem contra o mal. Collor, o “cavaleiro do bem” em favor de Cristo, vence.

No final de 1991, havia no Congresso 29 representantes evangélicos, número menor que na Constituinte, mas ainda muito expressivo. Várias teorias se aliam no intuito de mostrar o porquê da menor eleição evangélica após a Constituinte, mas a que mais se aproxima dá-se pelas denúncias do fisiologismo presente nos políticos evangélicos da Constituinte. Há que se considerar também que os apelos das lideranças eclesiais não diminuíram, todavia o voto corporativista é que não se mostrou tão automático quanto se esperava. Freston sobre o assunto explica que:

“É necessário desmistificar o voto corporativo pentecostal. Embora os resultados tenham sido impressionantes, o voto corporativista não é automático. É uma relação que precisa ser construída, que depende de fatores internos e externos ao campo religioso, e que varia ao longo do tempo e de igreja em igreja. Embora o eleitorado pentecostal seja retratado em certa literatura como robótico, o fato é que há chefes incontestes de denominação que se candidataram e conseguiram pequena porcentagem dos votos que esperavam” (Freston, 1993:268).

Algumas controvérsias, mais contemporâneas, têm apresentado o voto (neo) pentecostal como corporativista. Graças à táticas que aliam o voto a um sistema simbólico, aprovado pelo Espírito Santo, como que anunciado de maneira profética e em revelação.

A IURD adentrou, todavia, de maneira incontestável na política federal com as eleições de 1990. Esta concentra um dos maiores índices de voto corporativista das

religiões neopentecostais, trazendo consigo alianças políticas, mesmo em nível interdenominacional.

As Bancadas Evangélicas voltam à imprensa com dois assuntos a resolver: o primeiro é a cassação de Jades Rabelo, indiciado por envolvimento com narcotráfico; o segundo é o impeachment de Collor. Aquele que representava a bandeira evangélica pela moralização da vida política agora estava com a presidência em cheque. A Bancada Evangélica relutou, mas a maioria dos membros acabou votando pelo impeachment.

No Estado do Espírito Santo, mais propriamente nas Legislaturas estaduais teremos poucas variações. Na Legislatura de 1987-1990 o estado contará com três “políticos pastores”, são eles Nilton Gomes (PFL), Waldemiro Seibel (PFL) e Levi Aguiar (PSDB)<sup>15</sup>. Nilton Gomes, pequeno comerciante e radialista, se considera um “crente em Deus”, não especificando sua religião. Waldemiro Seibel, pequeno industrial do setor de cerâmica e médio produtor rural, já estará mais engajado dentro dos parâmetros denominacionais, uma vez que era Presidente da Igreja Luterana. Assim como Levi Aguiar que era Pastor da Igreja Assembléia de Deus e se considerava um “Pentecostal”. Nilton Gomes e Waldemiro Seibel mantêm-se na Legislatura estadual também de 1991-1994 e dentre as suas atuações que corroboram para o processo de gestão do “pastor político” alguns episódios são interessantes, uma vez que manifestam posicionamentos contrários ao “pastor político” como estabelecido a partir de, no Espírito Santo, do emblemático deputado Magno Malta.

Nilton Gomes criará, com um projeto de lei de 02/10/1990, a loteria do Estado do Espírito Santo, sob a denominação de loteria da habitação, com sede na Capital, a ser explorada e administrada pelo Estado, através do Banco do Estado do Espírito

---

<sup>15</sup> Ver tabelas do Anexo (Parte 1).

Santo - LOTERES. Mas talvez um dos fatos mais marcantes tenha sido a concessão do título de cidadão espírito-santense ao Sr. José de Paiva Neto, com projeto de lei que se fez publicar no Diário Oficial do Estado no dia 27/11/1992, como Lei número 4.691<sup>16</sup>. Paiva Neto é presidente da LBV – Legião da Boa Vontade – desde 1979. A LBV fora criada em 1950 e estabelece-se como uma instituição adversa, e nomeada pelos próprios protestantes de “seita”, pois apesar de cristã, possui tendências doutrinárias espiritualistas. Nilton Gomes, portanto, mostra-se pouco condizente com as posturas dogmáticas de sua religiosidade.

Waldemiro Seibel também manifestar-se-á pouco condizente com sua doutrinação. Destaco duas realizações para exemplificação: A lei nº. 4.613<sup>17</sup> em que o deputado transforma a Sociedade Cultural de Estudo das Seitas Africanistas no Brasil - S'CEABRA com sede na Rua Elias Corteletti, nº 05, em Cariacica, com matriz em Niterói, no Estado do Rio de Janeiro, como sendo de utilidade pública (publicada no DOE - 20.12.1991). Nada condizente com a postura de demonização que se implantará com o neopentecostalismo, mas definitivamente de leitura sincrética. Outra lei interessante é de nº. 4.562<sup>18</sup> em que o deputado torna de utilidade pública o Movimento Comunitário "Nossa Senhora Aparecida", localizado no Município de Cariacica (publicada no DOE - 04.10.1991). Mais uma leitura sincrética.

Waldemiro Seibel, no entanto, será também responsável pela emancipação de Brejetuba, que deixa de pertencer ao município de Afonso Cláudio, com a lei nº. 5.146<sup>19</sup>, fixando os limites do município (publicada no DOE – 15.12.1995).

O deputado Levi Aguiar possuirá uma legislatura mais condescendente com a figura do “pastor político”, dada a moralidade de seus projetos de lei, harmônicos com o

---

<sup>16</sup> Conforme anexo (parte 2) – página 240.

<sup>17</sup> Conforme anexo (parte 2) – página 241.

<sup>18</sup> Conforme anexo (parte 2) – página 241.

<sup>19</sup> Conforme anexo (parte 2) – página 242.

projeto institucional da sua religião. Declara de utilidade pública, por exemplo, a missão evangélica “Cristo Vive”, sediada em Vitória, com a Lei Ordinária 4.018, publicada em 04.05.1988. Essa prática de tornar obras assistências da igreja a que pertencem como de utilidade pública será uma prática comum, entre os novos políticos neopentecostais. Levi Aguiar ainda proibirá o uso de cigarro, charuto, cachimbo e outros congêneres no interior dos veículos do sistema de transporte coletivo da Grande Vitória com a lei ordinária de nº. 4.108, publicada em 19.09.1988. Ademais apresentará uma legislatura tranqüila com sua doutrinação. Chegará a instituir o dia estadual do aposentado (18 de maio), com a lei ordinária nº. 4.114, publicada no dia 20.09.1988.

O Espírito Santo no Congresso Nacional, na legislatura de 1991-1994, contará com o “pastor político” João Batista da Mota (PSDB/ES), adventista do 7º dia, além de empresário do setor madeireiro e produtor rural. No Senado Federal o estado terá o suplente Joaquim Beato (PMDB/ES), pós-graduado em Teologia e Ciências Sociais, que se considerava “evangélico” e laborava como pastor presbiteriano.

As Bancadas Evangélicas do estado do Espírito Santo possuirão muitos nomes fortes, dentre eles destaque o de Magno Pereira Malta (PTB/PMDB/PR), deputado estadual na legislatura de 1995-1998 e federal de 1999-2002, eleito senador em 2002. Na Assembléia Legislativa do Espírito Santo teve como atividade parlamentares presente na Comissão de Agricultura, Defesa do Consumidor e na Comissão de Finanças como Suplente, e na Comissão de Cidadania e Direitos Humanos e na Comissão de Justiça como Titular. Participou também da CPI BANESTES como Membro e da CPI Menor Abandonado como Relator. No Congresso Nacional pertenceu à Comissão Representativa do Congresso como suplente (1999-2000). Na Câmara dos deputados pertencia à Comissão Permanente

de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática como suplente, à Comissão de Seguridade Social e Família e à Comissão Trabalho, de Administração e Serviço Público como titular. Foi também presidente da CPI “Avanço e Impunidade do Narcotráfico”. Magno Malta nasceu em Macarani, estado da Bahia, no dia 16.10.1957, graduou-se em Teologia e é pastor da igreja Batista.

Traremos alguns projetos de lei de Magno Malta, quando deputado da Assembléia Legislativa do Estado do Espírito Santo, a fim de que os dados corroborem para o classificá-lo como o limiar mais bem acabado de um “político pastor”, no estado. Duas características básicas estão presentes nos textos legislativos do deputado Magno Malta: a idéia de moralização social e o de apologia a sua constituição doutrinária. Esta última facilmente exemplificada pela lei ordinária nº. 5.696, publicada em 17.07.1998 que institui o dia estadual da Consciência Evangélica. Nada mais útil ao seu progresso político do que o reconhecimento de seu eleitorado pela instituição de uma data comemorativa. Os projetos de lei com cunho moralizante foram muitos. Destacando-se: a lei nº. 5.044<sup>20</sup>, publicada no DOE de 13.06.1995, que proíbe “a exposição inadequada de matérias pornográficas em bancas de revista”; a lei nº. 5.082<sup>21</sup>, de 19.07.1995, que autoriza a inclusão do estudo “Drogas – prevenção, uso e abuso”, no currículo das escolas da rede estadual de ensino; a lei nº. 5.264<sup>22</sup>, de 10.09.1996, que restringe o tabagismo nos estabelecimentos comerciais especificados; a lei nº. 5.081<sup>23</sup>, de 19.07.1995, que proíbe a venda e o uso de cigarros e bebidas alcoólicas nas escolas da rede estadual de ensino e conveniadas; a lei nº. 5.173<sup>24</sup>, de 04.01.1996, que “proíbe a exposição de fotos pornográficas e frases obscenas na divulgação do serviço

---

<sup>20</sup> Conforme anexo (parte 2) – página 244.

<sup>21</sup> Conforme anexo (parte 2) – página 244.

<sup>22</sup> Conforme anexo (parte 2) – página 245.

<sup>23</sup> Conforme anexo (parte 2) – página 245.

<sup>24</sup> Conforme anexo (parte 2) – página 246.

Telessexo”. O deputado Magno Malta também concedeu o título de cidadão espírito-santense ao pastor Abimael Corrêa do Nascimento, com a lei nº. 5.503<sup>25</sup>, no dia 06.11.1997. O deputado é, diante de tais evidências, dentre outras como realizar cultos no púlpito legislativo, um emblema para os tantos outros “pastores políticos” do fenômeno que eclodirá na legislatura estadual com as eleições de 2002.

O quadro político neopentecostal tem aumentado, e no Espírito Santo não é diferente. Os evangélicos elegeram uma bancada com 9,15% dos votos válidos do Estado, nas eleições de 2002, segundo pesquisa do Instituto Futura:

<b>Candidatos</b>	<b>Nº. de votos</b>	<b>%Evangélicos*</b>
Sueli Vidigal	36.500	46,88
Robson Vaillant	24.175	80,22
Reginaldo Almeida	21.653	95,35
Geovani**	19.572	58,33
Cláudio Thiago	17.851	17,14
Euclério Sampaio	15.090	60,71
Edson Vargas	10.104	88,24
Delio Iglesias	7.358	80,00
<b>TOTAL</b>	<b>152.303</b>	-
<b>Votos válidos</b>	<b>1.664.687</b>	-

\*segundo pesquisa realizada pela Futura

\*\*pesquisa não detectou crescimento apresentado no segmento evangélico

Entre as igrejas evangélicas, como a Quadrangular, a Universal e a Assembléia de Deus, as candidaturas políticas são assumidas pelos pastores, que definem o voto dos fiéis. O que nos permite perceber relações clientelísticas muito profundas que

<sup>25</sup> Conforme anexo (parte 2) – página 246.



acabam por consumir uma grande fatia dos 27,06% do eleitorado do Estado, que conta com cerca de 590.365 eleitores evangélicos. Notamos que este número passa por um processo de aumento, ainda considerável fator que nos apresenta a invenção do pastor político como algo muito presente na vida política contemporânea, não somente capixaba, mas também brasileira.

Aqui se percebem as religiões que investiram seus votos na Bancada considerada de origem evangélica, também por pesquisa do Instituto Futura:

<b>Opções</b>	<b>Sueli Vidigal</b>	<b>Robson Vaillant</b>	<b>Reginaldo Almeida</b>	<b>Geovani Silva</b>	<b>Cláudio Thiago</b>	<b>Euclério Sampaio</b>	<b>Edson Vargas</b>	<b>Délio Iglesias</b>
Católica	42,50	13,19	2,33	33,33	77,14	32,14	11,76	20,00
Evangélica	46,88	80,22	95,35	58,33	17,14	60,71	88,24	80,00
Espírita	0,00	0,00	0,00	8,33	0,00	0,00	0,00	0,00
Não tem religião	9,38	3,30	2,33	0,00	5,71	7,14	0,00	0,00
NS/NR	1,25	1,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outra	0,00	2,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

O único deputado da ALES (Assembléia Legislativa do Estado do Espírito Santo) pesquisado que não se enquadrou como um político de eleitorado evangélico foi o deputado, líder do governo na Assembléia, Cláudio Thiago. Os demais, ou seja, sete deputados serão analisados aqui. Um número de deputados grande que ganharam mais um nome, o do deputado Jurandy Loureiro (PSC/ES), quando este assumiu o

cargo com a vaga deixada pelo então deputado Helder Salomão (PT/ES)<sup>26</sup> em 31.12.2004. Temos, portanto, uma Bancada Evangélica considerável constituída por oito deputados.

A deputada Sueli Rangel Silva Vidigal (PDT/ES), nasceu em 19.06.1955, e foi funcionária pública da Secretaria de Promoção Social da Serra/ES; além de bancária do BMG e do Bradesco. Possui o curso superior incompleto (jornalismo). Na ALES participou da Comissão de Constituição e Justiça, da Comissão de Serviço Público e Redação, da Comissão de Cultura como membro efetiva. Participou também da comissão de Defesa da Cidadania e dos Direitos Humanos como vice-presidente, além de ter pertencido à CPI da Criança e Adolescente. Na ALES pertenceu também ao Conselho de Defesa do Consumidor. Além de ter defendido a intervenção na Segurança Pública no Espírito Santo pelo governo federal. Segundo dados do TSE os municípios que mais contribuíram para a votação da candidata Sueli Vidigal foram quatro (Serra, Vitória, Cariacica e Vila Velha) com um total de 94,01% dos votos da candidata. Um traço importante na carreira política da deputa Sueli Vidigal foi o apadrinhamento de seu marido, o também político, Sérgio Vidigal, que quando deputado estadual, pertencia à Bancada Evangélica. Sérgio Vidigal já dera nome de pastor até a rodovia, como na lei 5.055<sup>27</sup>, de 20.06.1995, em que nomeia “Pastor Roque Ferreira Filho” a Rodovia ES-010, que liga Jacaraípe à BR 101.

Da deputada Sueli Vidigal, analisamos 63 proposições legislativas, das quais faremos menção adiante, e das quais anexamos algumas nesta dissertação, todavia, a deputada, foi uma das políticas que menos se enquadrou no sistema identitário de “político pastor”, uma vez que na maioria de sua proposições

---

<sup>26</sup> Helder Salomão deixou a ALES para tornar-se prefeito de Cariacica.

<sup>27</sup> Conforme anexo (parte 2) – página 248.

encontramos poucos vínculos eclesiológicos, ou outros, que caracterizam o modelo político-religioso a que caracterizamos.

A deputada foi responsável pela instituição do orçamento participativo no Estado do Espírito Santo por intermédio do projeto de lei nº.185/04<sup>28</sup> em que escreve: "Entendemos que o Espírito Santo não deve permanecer aquém de outros Estados e municípios que já aplicam a discussão do Orçamento de forma democrática e transparente, permitindo a efetiva participação popular em todas as etapas de um orçamento público". Sueli Vidigal apresenta como objetivo central da referida lei "garantir o direito subjetivo público dos cidadãos que desejam interferir nos rumos do Estado e garantir ao governo a utilização das estruturas públicas para fazer o diálogo com a sociedade". Característica marcante em muitos projetos de lei de sua autoria, uma vez que luta pelo diálogo e pelo fim de sistemas discriminatórios. Vemos isso em seu projeto de lei 200/2003<sup>29</sup> em que institui a "política de superação da discriminação racial do Estado". A deputada coloca que "(...) infelizmente e, provavelmente, como resultado de nossa herança colonial e escravista, o Brasil está longe de ser um país igualitário. Os dados existentes apontam para uma realidade de discriminação e violência contra negros, mulheres, idosos, homossexuais e outros grupos marginalizados", entendimento muito válido quando é sabido que um Estado Democrático de Direito somente é construído com igualdade.

A deputada Sueli Vidigal legislará ainda contra a violência sexual, estabelecendo atendimento diferenciado e multidisciplinar às mulheres e às crianças vítimas de violência sexual, conforme projeto de lei nº. 327/04<sup>30</sup> e projeto de lei nº. 202/2003<sup>31</sup>. Defendera também uma forte educação preventiva no combate ao uso de drogas

---

<sup>28</sup> Conforme anexo (parte 2) – página 249.

<sup>29</sup> Conforme anexo (parte 2) – página 251.

<sup>30</sup> Conforme anexo (parte 2) – página 252.

<sup>31</sup> Conforme anexo (parte 2) – página 253.

(projeto de lei nº. 050/2003)<sup>32</sup> como mecanismo de redução da violência, aliada às demais políticas públicas. A luta contra a violência também estará manifesta no projeto de lei nº. 240/05<sup>33</sup> em que se cria o dia estadual em prol do desarmamento (23 de Outubro) para que se lute e discute, por intermédio da mobilização social, os mecanismos de acesso à paz, em defesa das garantias individuais e pela cidadania.

Sueli Vidigal, no entanto, evangélica, não deixou de criar vínculos que a caracterizem como pertencente à Bancada Evangélica, como a indicação do Reverendo Claude Emmanuel Lambrunie ao título de cidadão espírito-santense, conforme projeto de lei nº. 355/05<sup>34</sup>.

Outro deputado da legislatura de 2003-2006, da ALES, pouco comprometido com o projeto de Bancada Evangélica no Espírito Santo, ou com a caracterização de “político pastor” foi o deputado Geovani Silva (PTB/PSDB/ES).

Geovani Silva nasceu em 06 de Abril de 1964, na capital do estado do Espírito Santo, foi jogador de futebol jogando em clubes como Desportiva, Rio Branco, Serra, Vasco da Gama, Bologna e KSC, além de ter sido convocado várias vezes para integrar a Seleção Brasileira de Futebol. Os municípios que mais contribuíram para a votação do candidato, segundo dados do TSE, foram: Vila Velha, Cariacica, Serra, Vitória, Viana, Linhares, Cachoeiro de Itapemirim, Colatina e Montanha, com um total de 87,64% dos votos de Geovani.

Geovani Silva compôs a Mesa Diretora da ALES como 2º Vice-presidente. Elegeu-se pelo PTB/ES, mas mudou de partido e veio a tornar-se o líder do PSDB/ES na Assembléia Legislativa. Membro efetivo da Comissão de Cultura, da Comissão de Defesa da Cidadania e dos Direitos Humanos, e da Comissão de Segurança, além

---

<sup>32</sup> Conforme anexo (parte 2) – página 254.

<sup>33</sup> Conforme anexo (parte 2) – página 255.

<sup>34</sup> Conforme anexo (parte 2) – página 256.

de suplente na Comissão de Saúde, Saneamento e Assistência Social e na Comissão de Turismo e Desporto – esta última da qual já havia sido presidente.

Do deputado Geovani Silva, analisamos 38 proposições legislativas, das quais anexamos algumas a título de exemplificarmos a sua atuação e o seu comprometimento com o projeto das Bancadas Evangélicas.

Geovani em 2003 apresenta um requerimento muito característico de “político pastor”. O Requerimento foi o de nº. 1.410/3 em que solicitava uma sessão solene em homenagem ao Dia do Louvor (13.10) no Plenário da ALES. Esta não é uma solicitação estranha aos políticos evangélicos, uma vez que muitos empreendem manifestações litúrgicas no espaço político. O Então Senador Magno Malta já utilizou o Senado Federal para os mesmos fins, segundo a Assessoria de Comunicação do Senador que publicou a notícia:

“O senador Magno Malta pregou o Evangelho para servidores e convidados no auditório Petrônio Portela no Senado Federal. O senador emocionou a todos que ali estavam com suas palavras. Falou sobre a importância de cada um de nós aqui na terra, sobre como devemos parar e refletir sobre a missão de cada um. Deu o seu testemunho e falou sobre a profecia de sua mãe, Dona Dadá, que falou ao senador, quando tinha 13 anos de idade, que ele seria um instrumento de poder no país. O senador, além de seu testemunho, orou e abordou temas como ansiedade, fé, sonhos e falou que “todo grande realizador, foi um grande sonhador”. O senador orou pelo Bispo Crivella que também participou do culto e afirmou ter se sentido tocado pelas orações de Magno Malta”<sup>35</sup>.

O maior número de proposições de Geovani deu-se no âmbito da luta contra o uso de drogas como o projeto de lei nº. 30/2003<sup>36</sup> do dia 20.03.2003, em que torna obrigatória a exibição de filmes informativos antes da exibição de filmes, nas salas de cinema do estado, esclarecendo sobre as conseqüências do uso de drogas; o

---

<sup>35</sup> Cf. <http://www.senado.gov.br/web/senador/magnomalta/boletim/culto181104.htm>

<sup>36</sup> Conforme anexo (parte 2) – página 258.

projeto de lei nº. 43/2003<sup>37</sup>, também do dia 20.03.2003, em que obriga as escolas do ensino público estadual a efetuarem campanhas anti-drogas; o projeto de lei nº. 366/2003<sup>38</sup> de 30.09.2003, que dispõe sobre a exposição de anúncios sobre os efeitos maléficos das drogas em locais de práticas esportivas; projeto de lei nº. 538/2003 sobre campanhas de conscientização dos malefícios diante do uso de drogas; e o projeto de lei nº. 133/2005<sup>39</sup> de 16.02.2005, que considera a cola de sapateiro e o thinner como substâncias entorpecentes.

Geovani Silva também versara sobre a proibição da venda de bebidas alcoólicas em postos de combustível nos fins de semana e feriado com o projeto de lei nº. 223/2004<sup>40</sup> de 23.08.2004. Dentre as contribuições do deputado na área dos esportes, alvo de expectativa, haja vista a sua participação efetiva no setor, encontramos apenas uma atribuição mais específica no projeto de lei nº. 207/2004<sup>41</sup> de 10.08.2004 em que o deputado institui a Campanha Estádio Lotado.

O deputado Edson Vargas Barbosa (PMN/ES) dá início ao hall de políticos evangélicos, da legislatura estadual de 2003-2006, mais comprometidos com o perfil de “pastor político”. Nasceu em 19.04.1959 na cidade de Afonso Cláudio. Era contador e tinha uma empresa de contabilidade com o irmão Jefferson Vargas. Pertencia à Primeira Igreja Batista de Jacaraípe. Em 1994, criou a Rádio comunitária ABN, no bairro Feu Rosa, considerada pela revista *Veja* como a maior rádio comunitária da América Latina. Utilizou a rádio em caráter populista para dar início a sua vida pública. Criou em Vila Nova de Colares o Centro de Cidadania e no Planalto Serrano a Cidade Esperança, aquela oferecendo acolhida e ensino à crianças carentes, esta última compondo-se um centro de recuperação para viciados

---

<sup>37</sup> Conforme anexo (parte 2) – página 258.

<sup>38</sup> Conforme anexo (parte 2) – página 259.

<sup>39</sup> Conforme anexo (parte 2) – página 260.

<sup>40</sup> Conforme anexo (parte 2) – página 261.

<sup>41</sup> Conforme anexo (parte 2) – página 262.

em drogas. Inaugurou a prática de entregar botões de rosas aos eleitores, símbolo de suas campanhas. Ocupava a Presidência da Comissão de Finanças da ALES, e era um dos apoios do governo Paulo Hartung na Assembléia. O deputado, no entanto, morre no dia 19.01.2006 vitimado por um acidente automobilístico ocorrido na BR 101 Norte, na localidade de Guaraná, distrito de Linhares. Quem assume o cargo de Edson Vargas é José de Barros Neto (PDT/ES), filho do ex-prefeito de Baixo Guandu, Chico Barros.

Analisamos 46 proposições parlamentares do deputado a que nos referiremos agora. Os projetos de lei de Edson Vargas possuem características intimamente ligadas ao projeto das Bancadas Evangélicas de dar dignidade a membresia de sua igreja. Vemos isso quando o deputado concede o título de cidadão espírito-santense aos mais importantes pastores e líderes da Igreja Batista. Temos por exemplo, os títulos concedidos: ao Sr. Enilton de Souza Araújo (projeto de lei nº. 221/2003<sup>42</sup> de 01.08.2003) pastor presidente da Primeira Igreja Batista de Linhares, agraciado com o título público por levar às pessoas o “conforto da Palavra de Deus, o aconselhamento aos casais, alcançando bons resultados referentes a integração familiar”; ao Sr. Doronésio Pedro de Andrade (projeto de lei nº. 222/2003<sup>43</sup>) pastor presidente as Primeira Igreja Batista em Guarapari, que recebe o título público pelo empenho de sua pessoa, em uma igreja “anfitriã de muitos congressos estaduais e até nacionais, graças ao seu espírito empreendidos, e visão de crescimento que lhe é peculiar”; ao Sr. Edmundo Campos Braga (projeto de lei nº. 223/2003<sup>44</sup>) pastor presidente da Igreja Batista em Vila Nova – Cariacica, que recebe o título devido “sua dedicação ao ministério e excelente visão de conquistar novas amizades, tem desenvolvido um trabalho de ação social abrangente, amenizando os problemas de

---

<sup>42</sup> Conforme anexo (parte 2) – página 264.

<sup>43</sup> Conforme anexo (parte 2) – página 264.

<sup>44</sup> Conforme anexo (parte 2) – página 265.

relacionamento familiar, saúde e convívio social da comunidade. Na denominação batista é querido por todos, e já recebeu vários títulos de honra, em reconhecimento a sua dedicação e esmero”; ao Sr. Edmilson Campos Braga (projeto de lei nº. 224/2003<sup>45</sup>) pastor presidente da Igreja Batista em Barra de São Francisco; ao Sr. Oliveira de Araújo (projeto de lei nº. 225/2003<sup>46</sup>) presidente da Convenção Batista do Espírito Santo e membro do comitê de Evangelismo da Aliança Batista Mundial; ao Sr. Dílson Augusto dos Santos Junior (projeto de lei nº. 226/2003) professor do Colégio Americano Batista; ao Sr. Jessé Esperança Martins (projeto de lei nº. 227/2003) pastor presidente da Primeira Igreja Batista em Laranjeiras por 13 anos; ao Sr. Euvaldo Gomes de Carvalho (projeto de lei nº. 228/2003) pastor presidente da Primeira Igreja Batista em Itaipava; ao Sr. Walter Aguiar da Sila (projeto de lei nº. 230/2003) pastor presidente da Primeira Igreja Batista em Jacaraípe; ao Sr. Jêsus Silva Gonçalves (projeto de lei nº. 245/2003) pastor presidente da Igreja Batista do Ibes – Vila Velha; ao Sr. Joarês Mendes de Freitas (projeto de lei nº. 246/2003) pastor da Igreja Batista de Jardim Camburi; ao Sr. Sérgio Araújo de Freitas (projeto de lei nº. 247/2003) pastor presidente da Primeira Igreja Batista em Colatina; ao Sr. Josué Vieira Amorim (projeto de lei nº. 248/2003) pastor presidente da Igreja Batista Central da cidade da Serra; ao Sr. Evaldo Carlos dos Santos (projeto de lei nº. 249/2003) pastor presidente da Igreja Batista da Praia da Costa; ao Sr. Addison Caio Magalhães Cintra (projeto de lei nº. 250/2003) que foi secretário da Convenção Batista do Estado do Espírito Santo por 21 anos.

O deputado Edson Vargas foi além, declarando centros de atuação da Igreja Batista ou de estrutura evangélica como de utilidade pública, dentre eles: a ABALESTE –

---

<sup>45</sup> Conforme anexo (parte 2) – página 265.

<sup>46</sup> Conforme anexo (parte 2) – página 266.



Associação Batista Leste, no município de Linhares (projeto de lei nº. 247/2003<sup>47</sup>); o Centro Comunitário “Paz e Vida” (projeto de lei nº. 309/2003<sup>48</sup>); o Projeto Sarça – da Associação Presbiteriana de ação Social (projeto de lei nº. 72/2003). E para o dia 20 de Agosto de 2003 requere (Req. 485/2003) uma sessão solene em comemoração aos 100 anos do Trabalho Batista no Espírito Santo.

Obviamente o trabalho do deputado do deputado Edson Vargas no se restringiu aos benefícios concedidos a sua Igreja, mas esses outros projetos possuíam estreita ligação com a orientação doutrinária evangélica, como o projeto de lei nº. 143/05<sup>49</sup> que inclui no currículo da rede pública estadual a disciplina que trata de política contemporânea, ou o projeto de lei nº. 144/05<sup>50</sup> que inclui no calendário da rede pública estadual de ensino a apresentação do Estatuto da Criança e do Adolescente. Passamos agora ao deputado Délio Parrini Iglesias (PSC/PRT/PMN/ES), natural de Vila Velha e membro da Igreja Adventista do 7º Dia. Délio é técnico em contabilidade e antes de se tornar deputado foi vereador de Vila Velha. Na ALES exerceu o cargo de ouvidor legislativo, além de 3º Secretário da Mesa Diretora, Vice-presidente da Comissão de Defesa do Consumido e da Comissão de Turismo e Desporto. Foi membro suplente ainda da Comissão de Finanças, da Comissão de constituição e Justiça e da Comissão de Educação. Segundo dados do TSE os municípios que mais contribuíram para sua votação foram 15: Vila Velha, Serra, Cariacica, Vitória, Colatina, Linhares, Viana, São Mateus, Guarapari, Afonso Cláudio, Cachoeiro de Itapemirim, Nova Venécia, Baixo Guandu, São Domingos e Pedro Canário, que somam 84,67% dos votos do deputado.

---

<sup>47</sup> Conforme anexo (parte 2) – página 267.

<sup>48</sup> Conforme anexo (parte 2) – página 267.

<sup>49</sup> Conforme anexo (parte 2) – página 268.

<sup>50</sup> Conforme anexo (parte 2) – página 268.

Analisamos um total de 59 proposições legislativas do deputado. E o categorizamos como um típico “político pastor” da Bancada Evangélica Capixaba.

Délio Iglesias nomeou a membresia de sua igreja com títulos de cidadão espírito-santense, como nos casos do: Pastor Moisés Dias de Carvalho Júnior (projeto de lei nº. 118/05<sup>51</sup>), por “chefiar o Departamento de Jovens e dos Desbravadores, junto a Associação dos Adventistas do Sétimo Dia”; Pastor José Barbosa Lima Filho Júnior (projeto de lei nº. 175/06<sup>52</sup>); Sr. Luiz Cláudio Mendes Metzker Júnior (projeto de lei nº. 373/05<sup>53</sup>) “colaborador da Agência de Desenvolvimento de Recursos Assistenciais da organização Adventista”; Sr. Éderson Jorge de Lima (projeto de lei nº. 176/06<sup>54</sup>) membro da Igreja Adventista; Sr. Sidney Sorch Dutra (projeto de lei nº. 374/05<sup>55</sup>) membro da Igreja Adventista; Pastor Maurício Pinto de Lima (projeto de lei nº. 339/2003<sup>56</sup>), uma vez que “vem desenvolvendo um brilhante trabalho junto às Igrejas Adventistas do Sétimo Dia”; Pastor Fabiano Sartório (projeto de lei nº. 340/2003<sup>57</sup>) pastor de sete igrejas em Vila Velha, na Região do Ibes.

O Deputado Délio Iglesias instituiu datas comemorativas estaduais aliadas a sua igreja como: o dia estadual do pastor (projeto de lei nº. 043/2004<sup>58</sup>) a ser comemorado no dia 20 de setembro; o dia estadual dos desbravadores – escoteiros missionários (projeto de lei nº. 054/2004<sup>59</sup>) a ser comemorado no dia 24 de abril; e o dia dos jovens adventistas do sétimo dia (projeto de lei nº. 422/2005<sup>60</sup>) a ser comemorado no dia 19 de setembro.

---

<sup>51</sup> Conforme anexo (parte 2) – página 270.

<sup>52</sup> Conforme anexo (parte 2) – página 271.

<sup>53</sup> Conforme anexo (parte 2) – página 271.

<sup>54</sup> Conforme anexo (parte 2) – página 272.

<sup>55</sup> Conforme anexo (parte 2) – página 273.

<sup>56</sup> Conforme anexo (parte 2) – página 274.

<sup>57</sup> Conforme anexo (parte 2) – página 275.

<sup>58</sup> Conforme anexo (parte 2) – página 275.

<sup>59</sup> Conforme anexo (parte 2) – página 276.

<sup>60</sup> Conforme anexo (parte 2) – página 276.

Também por Délio Iglesias ainda a criação do projeto de lei 118/06<sup>61</sup> que “isenta igrejas evangélicas e católicas e os templos de qualquer culto da cobrança do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte estadual e intermunicipal e de comunicação – ICMS nas contas de água, luz, telefone e gás”. O projeto de lei nº. 160/2003 que autoriza o poder executivo a doar área à Associação da União Brasileira dos Adventistas do Sétimo Dia, e o projeto de lei nº. 149/2004 que “proíbe a exposição de propaganda de bebidas alcoólicas, fumo e cigarros nos logradouros públicos e estradas estaduais”.

O Deputado Euclério de Azevedo Sampaio Junior (PTB/PHS/PMN/PDT/ES) é investigador da Polícia Civil aposentado e advogado trabalhista. Os municípios que mais contribuíram para a sua votação, segundo dados do TSE, foram Vilha Velha, Cariacica, Vitória, Viana, Fundão, Marechal Floriano e São Mateus, responsáveis por 89,18% do total de seus votos. Na ALES Euclério foi 4º secretário da Mesa Diretora, membro efetivo da Comissão de Justiça e Constituição, além de suplente na Comissão de Segurança e na comissão de Turismo e Desporto.

Foram analisadas 208 propostas legislativas de Euclério Sampaio. O Deputado transita por muitos temas em suas proposições legislativas, assim como estabelece contato com muitas clientelas. Todavia como evangélico, membro da Igreja Quadrangular, suas temáticas mais habituais freqüentam o âmbito da moralização e de benefícios de membresia. Euclério concede o título de cidadão espírito-santense a dois colegas de legislatura, Robson Vaillant (pertencente à Bancada Evangélica) e ao petista Cláudio Vereza (conhecido por sua ligação com a igreja Católica). No projeto de lei 097/2003<sup>62</sup> salienta as virtudes do deputado e pastor da Igreja

---

<sup>61</sup> Conforme anexo (parte 2) – página 277.

<sup>62</sup> Conforme anexo (parte 2) – página 279.

Universal do Reino de Deus, Robson Vaillant. Já no projeto de lei nº. 180/2003<sup>63</sup> salienta a coragem política do deputado Cláudio Vereza, todavia em momento algum comenta sua ligação eclesial. Euclério concederá o título de cidadania capixaba a um sem número de pessoas, mas eclesiais somente os de sua religião: com o projeto de lei nº. 151/2005<sup>64</sup> ao Sr. José Ronaldo de Andrade; com o projeto de lei nº. 152/2005<sup>65</sup> ao Sr. Osvaldo Aparecido Dias; e com o projeto de lei 150/2005<sup>66</sup> ao Sr. Olavo José Martins do Carmo; todos pastores da Igreja do Evangelho Quadrangular.

Euclério Sampaio encabeçará lutas moralistas como o direito de templos evangélicos de não promoverem casamentos homossexuais, expresso no projeto de lei nº. 305/2003<sup>67</sup>; ou ainda a proibição dos serviços públicos de saúde de estarem distribuindo medicamento de contracepção de emergência, expresso no projeto de lei nº.117/05<sup>68</sup>; soma-se a proibição de veiculação de músicas com “palavras obscenas e que aludem ao ato sexual” antes das 22 horas, em conformidade com o projeto de lei nº. 298/05<sup>69</sup>. O deputado somará à defesa eclesiástica a isenção de taxa de iluminação pública às igrejas, conforme o projeto de lei nº. 037/2005<sup>70</sup>.

O deputado será responsável ainda pela instituição do dia estadual do diácono, a ser comemorado todo dia 21 de abril, conforme projeto de lei nº. 299/05<sup>71</sup>. Neste projeto o deputado afirmará que o diaconato é de exclusividade laical, enfatizando a leitura bíblica dos Atos dos Apóstolos para justificar a criação da data. Apresentará uma

---

<sup>63</sup> Conforme anexo (parte 2) – página 279.

<sup>64</sup> Conforme anexo (parte 2) – página 280.

<sup>65</sup> Conforme anexo (parte 2) – página 281.

<sup>66</sup> Conforme anexo (parte 2) – página 282.

<sup>67</sup> Conforme anexo (parte 2) – página 282.

<sup>68</sup> Conforme anexo (parte 2) – página 283.

<sup>69</sup> Conforme anexo (parte 2) – página 284.

<sup>70</sup> Conforme anexo (parte 2) – página 284.

<sup>71</sup> Conforme anexo (parte 2) – página 285.

proposta de lei (285/05<sup>72</sup>) que incluía a Bíblia sagrada em Braille em todas as bibliotecas públicas. Incluirá, ainda, a Associação de Promoção Humana Oração como sendo de utilidade pública, conforme projeto de lei nº. 308/2006<sup>73</sup>.

Sampaio será responsável também por inúmeras leis contrárias ao tabagismo e a venda de bebida alcoólica. Como também por intermédio dos Requerimentos 09/2003 e 12/2003 buscará, respectivamente, criar duas Comissões Parlamentares de Inquérito, uma para apurar as denúncias de irregularidade relacionadas com as demarcações e taxas cobradas de terrenos da marinha no Espírito Santo, a outra para apurar irregularidades relacionadas ao trabalho escravo. Requerera também (440/2203) do Sr. Secretário de Estado de Segurança Pública a prestar esclarecimentos sobre o andamento das apurações da morte do ex-juiz Alexandre Martins de Castro Filho e o funcionamento da Loteres.

O deputado Jurandy Loureiro (PSDB/PMDB/PL/PAN/PTB/PSC/ES)<sup>74</sup> natural do município de Aracruz, nascido em 04.11.1940, é empresário do setor de transportes, e como tal foi proprietário da Viação Imperial e Transportes Ebenezer. Era também pastor auxiliar da Igreja Assembléia de Deus em São Torquato – Vila Velha e membro da Comissão de Assuntos Políticos da Convenção das Assembléias de Deus do Estado do Espírito Santo. Assumiu o mandato como deputado estadual após a vaga deixada por Helder Salomão (PT), mas foi também eleito vereador em 1992 no município de Vitória e reeleito por dois mandatos consecutivos, sendo presidente da Comissão de Transporte e de Defesa do Consumidor, vice-presidente da Comissão de Justiça e membro da Comissão de Finanças. Na ALES foi ouvidor parlamentar, membro da Comissão de Finanças, e suplente da Comissão de Saúde e da Comissão da Corregedoria.

---

<sup>72</sup> Conforme anexo (parte 2) – página 285.

<sup>73</sup> Conforme anexo (parte 2) – página 286.

<sup>74</sup> O referido deputado pertenceu a seis partidos políticos em sua carreira política.

Analizamos 35 proposições parlamentares do deputado Jurandy Loureiro. Constatamos que 10 dessas proposições tratavam-se de concessões de título público de cidadão espírito-santense à pastores e membros de religiões evangélicas. Recebe o benefício: o pastor Dinart Barradas de Souza (projeto de lei nº. 163/2005)<sup>75</sup>, pastor presidente da Comunidade Cristã da Graça; o pastor Enoque Bispo Silva Júnior (projeto de lei nº. 371/2005)<sup>76</sup>, administrador das rádios Novo Tempo que transmite programas evangélicos; o pastor Roque Roberto do Espírito Santo (projeto de lei nº. 342/06)<sup>77</sup>, pastor evangélico das forças armadas; o pastor Carlos Alberto dos Santos (projeto de lei nº. 339/06)<sup>78</sup>, pastor da Igreja Assembléia de Deus em Anchieta; o pastor Vince do Rego Barros (projeto de lei nº. 162/2005)<sup>79</sup>, pastor da Igreja Metodista wesleyana e membro da Ordem dos Ministros Evangélicos do Brasil; o pastor Paulo Yong Chul Kim (projeto de lei nº. 164/2005)<sup>80</sup>, pastor presidente da Igreja do Evangélico Pleno; o pastor Neto Gomes Freire (projeto de lei nº. 368/05)<sup>81</sup>, fundador da Comunidade Evangélica Getsêmane e líder da equipe de pastores das Igrejas em Células no Modelo dos 12; o pastor João Aparecido Silva (projeto de lei nº. 380/2005)<sup>82</sup>, fundador da Igreja Assembléia de Deus Bethel no Espírito Santo; o pastor Marcos Antônio Xavier dos Santos (projeto de lei nº. 157/2006)<sup>83</sup>, ministro da igreja evangélica Assembléia de Deus; e o pastor Alfim José Ribeiro (projeto de lei nº. 341/06)<sup>84</sup>, presbítero da Casa de Oração.

Uma característica díspar de Jurandy Loureiro é o caráter multidenominacional de sua atuação. Os pastores apresentados como cidadãos capixabas são de diversas

---

<sup>75</sup> Conforme anexo (parte 2) – página 287.

<sup>76</sup> Conforme anexo (parte 2) – página 287.

<sup>77</sup> Conforme anexo (parte 2) – página 288.

<sup>78</sup> Conforme anexo (parte 2) – página 289.

<sup>79</sup> Conforme anexo (parte 2) – página 290.

<sup>80</sup> Conforme anexo (parte 2) – página 291.

<sup>81</sup> Conforme anexo (parte 2) – página 292.

<sup>82</sup> Conforme anexo (parte 2) – página 293.

<sup>83</sup> Conforme anexo (parte 2) – página 293.

<sup>84</sup> Conforme anexo (parte 2) – página 294.

igrejas apresentando, portanto, uma legislatura, não para a sua denominação, mas sim para o eleitorado evangélico como um todo.

O deputado Jurandy Loureiro será responsável, ainda, por instituir o “Dia Estadual do Missionário” (projeto de lei nº. 318/2005)<sup>85</sup> a ser comemorado no segundo domingo de março de cada ano. Proporará a restrição da venda e da distribuição gratuita do anticoncepcional de emergência (projeto de lei nº. 148/2005)<sup>86</sup>. Instituirá o “Programa de Incentivo à Adoção” (projeto de lei nº. 72/06)<sup>87</sup>. Obrigará a publicação, nos jornais editados no Espírito Santo, de advertências quanto à exploração sexual infantil (projeto de lei nº. 321/2005)<sup>88</sup>. Criará o “Selo Melhor Idade – Esta Empresa investe na experiência” para estabelecimentos que contratassem mão-de-obra idosa (projeto de lei nº. 78/06)<sup>89</sup>. Além de apresentar disposição sobre a aplicação de recursos dos royalties do petróleo na Saúde, na Educação e no Desenvolvimento Econômico do Estado (projeto de lei nº. 023/2005)<sup>90</sup>.

O deputado Reginaldo de Almeida (PPB/PSC/ES) é natural do município Vila Velha e casado com a cantora gospel Lauriete. Advogado e empresário do ramo fonográfico, Reginaldo é o típico evangélico radialista que se engajou na política. Pertence a Igreja Assembléia de Deus. Sua trajetória política começou em 1992 como vereador de Vila Velha. Na ALES ocupou a presidência da Comissão de Defesa do Consumidor e Meio Ambiente e a Segunda Secretaria da Mesa Diretora. Defensor da Comunidade Evangélica tem, segundo dados do TSE, as cidades de Vila Velha, Serra, Cariacica, Vitória, Cachoeiro de Itapemirim, Aracruz, Linhares,

---

<sup>85</sup> Conforme anexo (parte 2) – página 295.

<sup>86</sup> Conforme anexo (parte 2) – página 295.

<sup>87</sup> Conforme anexo (parte 2) – página 296.

<sup>88</sup> Conforme anexo (parte 2) – página 297.

<sup>89</sup> Conforme anexo (parte 2) – página 297.

<sup>90</sup> Conforme anexo (parte 2) – página 299.

Viana, João Neiva e Fundão com a responsabilidade de ter contribuído com 88,38% dos votos do candidato.

Analizamos 117 proposições legislativas do deputado Reginaldo Almeida, sendo 43 delas de caráter religioso ou moralizante. As concessões do título de cidadão espírito-santense ocupam grande parcela destas proposições, alguns personagens que receberam o benefício constituem grandes nomes da esfera evangélica nacional, como:

O Reverendo José Wellington Bezerra da Costa (projeto de lei nº. 147/2003)<sup>91</sup>,

“presidente por cinco mandatos consecutivos da CGADB – (Convenção das Assembléias de Deus do Brasil), entidade que conta hoje com 22.000 pastores filiados tem desempenhado um papel importantíssimo no crescimento da Igreja Evangélica Assembléia de Deus no Estado do Espírito Santo, Brasil e no Exterior e também na luta pela Paz e pela igualdade Social em todo o Mundo”;

O Bispo Manuel Ferreira (projeto de lei nº. 402/2003)<sup>92</sup>,

“conhecido nacional e mundialmente por sua longa experiência e atuação ministerial, Manoel Ferreira é presidente vitalício da Convenção Nacional das Assembléias de Deus no Brasil – Ministério de Madureira (CONAMAD), atualmente presidente da Conferência Pentecostal Sul – Americana – que totaliza 10 países – presidente da Convenção Nacional de Madureira e presidente do Conselho Nacional de Pastores do Brasil (CNPB), presidente da Editora Betel”;

O Apóstolo Doriel de Oliveira (projeto de lei nº. 408/203)<sup>93</sup>,

“É presidente da Igreja Tabernáculo Evangélico de Jesus, conhecida também como Casa da Bênção, tendo sob sua responsabilidade mais de 2.000 igrejas no Brasil, tendo representação em todos em todos os Estados da Federação e 25 no exterior dentre as quais cita-se Estados Unidos, Angola, Alemanha, Itália, Suíça, Japão, Portugal e Espanha. (...) Exerce o cargo de Presidente do Seminário Nacional da Igreja Tabernáculo Evangélico de Jesus que forma anualmente mais de 100 obreiros para a obra de missões, sendo que destes, vários já foram para outros países. É Presidente do Supremo Concílio da ITE. É Vice-presidente do Conselho de Pastores e Igrejas Evangélicas do Distrito Federal. Presta assessoria ao Governo do Distrito Federal atuando como Conselheiro”.

---

<sup>91</sup> Conforme anexo (parte 2) – página 300.

<sup>92</sup> Conforme anexo (parte 2) – página 300.

<sup>93</sup> Conforme anexo (parte 2) – página 301.



Além do Reverendo Aroldo Augusto Brandão (projeto de lei nº. 438/2003); o pastor Paulo César Gomes de Oliveira (projeto de lei nº. 139/2004); o pastor Nascimento Leão dos Santos (projeto de lei nº. 140/2004); o pastor Marco Aurélio de Oliveira (projeto de lei nº. 125/2005)<sup>94</sup>, que

“É pastor evangélico filiado à CBN ‘Convenção Batista Nacional’, atualmente pastoreia a Igreja Batista Vida e Paz em Vila Velha, exerce os cargos de Secretário Executivo da Convenção Batista Nacional do Espírito Santo, presidente da Ordem de Ministros Batista Nacionais do Espírito Santo, 2º Secretário da Convenção Batista Nacional e presidente da APLEVV (Associação de Pastores e Líderes evangélicos de Vila Velha)”;

O pastor Adeildo Neres de Souza (projeto de lei nº. 165/2005)<sup>95</sup>, que

“(...) é membro há 31 anos da Assembléia de Deus em Santa Rita em Vila Velha, a qual é pastor presidente há 11 anos, presidente da Convenção Estadual dos Ministros das Assembléia de Deus no Estado do Espírito Santo – CEMADES”;

O pastor Gilmar Silva dos Santos (projeto de lei nº. 328/2006)<sup>96</sup>,

“Exerce o Pastorado, como Presidente da Igreja Evangélica Assembléia de Deus de Goiânia. Presidente da COIMADESGO (Convenção de Igrejas e Ministros das Assembléias de Deus do Estado de Goiás). Presidente da Fundação Gilmar Santos. Concomitantemente tem exercido a função de Diretor da faculdade de Teologia de Goiânia”;

O pastor Gerson dos Santos (projeto de lei nº. 283/2004); o pastor e televangelista Silas Malafaia (projeto de lei nº. 505/2007); o pastor José Paulo Albino (projeto de lei nº. 155/2006); o pastor Benedito Floriano Pereira (projeto de lei nº. 159/2006); o pastor e televangelista Giacarlos Alves da Silva (projeto de lei nº. 327/2006); o pastor assembleiano e ex-deputado estadual, membro da antiga Bancada Evangélica, Levi de Aguiar de Jesus Ferreira (projeto de lei nº. 156/2006)<sup>97</sup>; o pastor Adão Alves de Araújo (projeto de lei nº. 160/2006); o pastor Daniel Nogueira Neto (projeto de lei nº. 282/2004); o pastor Isaías Lemos Coimbra (projeto de lei nº.

<sup>94</sup> Conforme anexo (parte 2) – página 302.

<sup>95</sup> Conforme anexo (parte 2) – página 303.

<sup>96</sup> Conforme anexo (parte 2) – página 303.

<sup>97</sup> Conforme anexo (parte 2) – página 304.

158/2006); o apóstolo da Igreja Fonte da Vida César Augusto Machado de Sousa (projeto de lei nº. 169/2006); o pastor Cesino Bernardino (projeto de lei nº. 88/2007); o pastor José de Souza Siqueira (projeto de lei nº. 326/2006); o pastor Simonton César de Araújo (projeto de lei nº. 284/2004); o pastor Odenildo Sá de Paiva (projeto de lei nº. 396/2005); o pastor Everaldo Dias Pereira (projeto de lei nº. 494/2007); e a cantora gospel Cassiane Santana Santos Manhães Guimarães (projeto de lei nº. 201/2007).

O deputado Reginaldo Almeida realizará muitas outras proposições que beneficiem a comunidade evangélica como a declaração de utilidade pública de instituições como: o Centro de Assistência a Criança e ao Adolescente Rainha Ester, com o projeto de lei nº. 64/2005<sup>98</sup>; a Fundação Ralph Lobato de Assistência e Comunicação Gospel, com o projeto de lei nº. 26/2003<sup>99</sup>; o Centro Cristão de Evangelismo e Missões da Igreja Evangélica Assembléia de Deus, com o projeto de lei nº. 123/2003<sup>100</sup>; a Missão Exército da Vida, com o projeto de lei nº 364/2003<sup>101</sup>; e por fim a Missão Evangélica Exército da Vida do município de Jerônimo Monteiro, com o projeto de lei nº. 84/2004<sup>102</sup>.

Para os líderes, Reginaldo Almeida irá propor a lei nº. 75/2005<sup>103</sup> que “autoriza os líderes religiosos de qualquer seita ou credo a terem acesso livre aos hospitais”, alterando dessa forma a lei estadual nº. 5.018/2005 que restringia as visitas em hospitais da rede pública estadual. O deputado assembleiano criará também a

---

<sup>98</sup> Conforme anexo (parte 2) – página 305.

<sup>99</sup> Conforme anexo (parte 2) – página 306.

<sup>100</sup> Conforme anexo (parte 2) – página 306.

<sup>101</sup> Conforme anexo (parte 2) – página 307.

<sup>102</sup> Conforme anexo (parte 2) – página 307.

<sup>103</sup> Conforme anexo (parte 2) – página 308.

Comenda “João Ferreira de Almeida” a ser concedida pela ALES a líderes religiosos, de acordo com a Resolução nº. 87/2005<sup>104</sup>.

O deputado Reginaldo Almeida instituirá o dia estadual da Proclamação do Evangelho (projeto de lei nº. 134/2003)<sup>105</sup> a ser comemorado nos segundo sábado do mês de dezembro de cada ano; incluirá o Projeto “Jesus Vida Verão” no calendário oficial dos festejos do Estado do Espírito Santo (projeto de lei nº. 528/2003); além de requerer sessão solene na ALES em homenagem aos 92 anos de Fundação das Assembléias de Deus e aos 72 anos de sua presença no Estado (Req. 410/2003).

Reginaldo Almeida fará também muitas proposições legislativas de cunho moralizante, alguns que ferem inclusive o direito a liberdade individual do cidadão e manifestações culturais legítimas. Propôs a proibição da realização de eventos de música eletrônica denominada “RAVE” (projeto de lei nº. 529/2007); propôs a restrição ao acesso de determinadas páginas da internet (projeto de lei 195/2005); propôs a proibição da comercialização de jogos eletrônicos violentos, revistas e livros de RPG – *Role Playing Game* (projeto de lei nº. 137/2005); propôs a proibição de exposição de propagandas e publicidades em sistema de *outdoor* “que traduzam cenas e mensagens atentatórias à moral e aos bons costumes” (projeto de lei nº. 154/2003); dispõe sobre a criação de locais reservados para a exposição de filmes pornográficos em locadoras (projeto de lei nº. 236/2003); e por fim revoga o artigo 1º da lei estadual nº. 6.769/2001 que “autoriza a distribuição de seringas descartáveis aos usuários de drogas” (projeto de lei nº. 239/2003).

O último deputado da 52ª legislatura da ALES e membro das Bancadas Evangélicas é o pastor da Igreja Universal do Reino Deus, Robson de Souza Vaillant (PL/PR/ES).

---

<sup>104</sup> Conforme anexo (parte 2) – página 309.

<sup>105</sup> Conforme anexo (parte 2) – página 313.

O deputado nasceu no Rio de Janeiro no dia 10.11.1969, todavia seus pais são de Anubita, distrito de Alegre. Como um típico pastor neopentecostal foi radialista e televangelista. Antes da carreira eclesiástica foi pára-quedaista do Exército durante três anos. Os municípios que mais contribuíram para sua eleição com um total de 87,38% votos foram Vitória, Vila Velha, Serra, Cariacica, Cachoeiro de Itapemirim, Guarapari, Linhares, São Mateus, Aracruz, Colatina, Viana, segundo dados do TSE. Na ALES Robson Vaillant foi membro efetivo da Comissão de Segurança, além de líder do PL na Casa e suplente na Comissão de Educação, na Comissão de Finanças e Orçamento e na Comissão de Defesa da Cidadania e Direitos Humanos. Fora analisadas 84 proposições parlamentares do deputado Robson Vaillant, entretanto poucas foram as proposições que evidenciem sua orientação evangélica em termos quantitativos, mesmo sendo um legítimo “pastor político”. Em termos qualitativos as proposições legislativas de caráter religioso demonstram a sua parcialidade para com a comunidade religiosa eleitora, na qual, é pastor.

Dentre as nomeações realizadas para o recebimento do título de cidadão espírito-santense o deputado Robson Vaillant indicou: o pastor da Igreja Cristã Maranata Antônio Tarcísio Correia Mello (projeto de lei nº. 257/2005<sup>106</sup>). Nomeação interessante uma vez que não encontramos nenhuma nomeação para membros da Igreja Universal do Reino de Deus de autoria do deputado.

Robson Vaillant, no entanto, criará muitos projetos de lei que beneficiem a comunidade evangélica como: o projeto de lei nº. 145/2003<sup>107</sup> que dispõe sobre “a proibição de cobrança de ICMS nas contas de serviços públicos estaduais a igrejas e templos de qualquer culto”; o projeto de lei nº. 300/2003<sup>108</sup> que dispõe sobre a “a garantia de vagas nas escolas públicas estaduais de ensino fundamental e médio

---

<sup>106</sup> Conforme anexo (parte 2) – página 314.

<sup>107</sup> Conforme anexo (parte 2) – página 314.

<sup>108</sup> Conforme anexo (parte 2) – página 315.

para filhos de bispos, pastores, missionários e sacerdotes de qualquer credo religioso”; a emenda constitucional nº.08/05<sup>109</sup> em que o inciso I do artigo 235 da Constituição Estadual passa a ter a seguinte redação:

“Art.1 235 - (...)

I – regime urbanístico através de normas relativas ao uso, ocupação e parcelamento do solo, e também ao controle das edificações, ficando dispensada a exigência de alvará ou de qualquer outro tipo de licenciamento para o funcionamento de templo religioso de qualquer culto e proibida limitações de caráter geográfico à sua instalação”.

Declara de utilidade pública instituições como: o Conselho de Pastores e Líderes Evangélicos de Jerônimo Monteiro – COPLEJEM (projeto de lei nº. 333/2007<sup>110</sup>); e a obra social Ebenezer (projeto de lei nº. 332/2007<sup>111</sup>). Mas certamente o projeto de lei que mais caracteriza o deputado Robson Vaillant como sendo da Bancada Evangélica é o nº. 07/2003<sup>112</sup> em que dispõe sobre a proibição de clonagem humana em laboratórios no Estado do Espírito Santo.

O Espírito Santo enfrentou certamente, assim como em todo o território Nacional, a perpetuação de uma nova modalidade de político: o político-pastor. Produzido de conjunturas tantas, buscamos nesta dissertação, apresentar apenas algumas nuances deste que é um projeto re-significado de política contemporânea, irmanado com as novas modalidades de gestão da subjetividade humana religiosa e com os novos circuitos de representação legitimamente democrática.

---

<sup>109</sup> Conforme anexo (parte 2) – página 315.

<sup>110</sup> Conforme anexo (parte 2) – página 316.

<sup>111</sup> Conforme anexo (parte 2) – página 316.

<sup>112</sup> Conforme anexo (parte 2) – página 316.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mundo político contemporâneo mostrou-se simbiótico, em seus processos de gestão formativa, aos elementos sociais próprios da manifestação religiosa. Apropriou-se de uma herança matricial presente nos vínculos constitutivos do seu desenvolvimento, que, no entanto, permaneceu política, enquanto tal alicerçado na tradição re-significada. Percorremos, nesta dissertação, um caminho que vislumbrou a apresentar um modelo de liderança próprio da pós-modernidade, mas, para tanto, manifestado também de maneira a apropriar-se dos conteúdos presentes na cultura. As religiões têm apresentado novos modelos de crença, novas posturas teológicas e eclesiais, a fim de permanecerem como institucionalidade respaldada, geradora de sentido humano e de pertença social. O modelo religioso aqui colocado fora o do pentecostalismo, em suas tipologias e hermenêuticas de mundo, em seus projetos sociais e interesses políticos e em suas configurações básicas e atualizadas pelo neopentecostalismo, da novidade da Prosperidade e da Teologia do Domínio propiciaram a criação de um quadro que buscou a efetividade da efervescência da participação de seus membros no mundo, não mais espiritual somente, mas secular e rico de construções imaginárias irmanadas ao simbólico. A vitalidade da embriaguez litúrgica buscou a representação e a “salvação” social em uma comunidade que cresce de maneira vistosa no contexto global, no contexto brasileiro, e na periferia federativa capixaba. Suas igrejas e seus líderes, iconizados pelo grande sucesso da Universal do Reino de Deus, apresentam mais que tão somente um líder como Macedo, R. R. Soares ou Crivella, mas tantos outros que, mais do que mestres da linguagem religiosa, mostraram-se mestres políticos – articuladores sociais.

A maneira de apresentar-se, enquanto religião, superou as expectativas sociológicas, filosóficas, teológicas e psicológicas, uma vez que mudou o modo de inserção de seus membros na sociedade. Os valores imateriais da realidade da crença vêm, cada vez mais, alicerçando a ética, a estética, as relações sociais e a relação dos grupos crentes ao mundo do poder político. Voto e consumo tornaram-se sacralizados, e a subjetividade aliou-se à formação imaginária. A busca de valores e de espaços traduziu-se em desempenho econômico, político e social na esperança em seus líderes presentes nas Bancadas Evangélicas, manifestos por **pastores políticos**, inventados como produto da herança religiosa no sincretismo disfarçado de sectarismo, na demonização do outro enquanto alteridade necessária à conjugação de uma identidade própria, aliada ao divino.

**Pastores políticos** cunhados naquelas idéias das redes clientelares e paternalistas tão bem processados na história política brasileira, que acabou no hoje, fazendo do “coronel”, o “irmão”. O clientelismo do tijolo e do saco de areia enfraqueceu-se e assumiu-se como barganha de bens espirituais, de cura, de libertação, de identidade, de promessa na boca profética que grita a “revelação” e estimula a “guerra” por tantas Canaãs quantos espaços públicos legítimos de representação. O conteúdo salmúdico de Davi, re-vitalizado, intenta lutar com outros Golias, esquerdistas, demonistas, católicos, espiritualistas; a “ordem de batalha” fora proclamada.

Quando Gualberto (1995:222) coloca que “a um passo do terceiro milênio estamos ainda presos ao imaginário do coronel”, intuímos ser o político pastor a mais fidedigna imagem desta herança. Quando Bittencourt Filho (2003:37) apresenta que na pós-modernidade percebe-se “a apropriação de símbolos alheios, assim como a

constante perversão de símbolos”, intuímos ser o político pastor a personagem contemporânea que mais labora pela apropriação simbólica.

Unir política e religião nunca foi uma novidade dentro dos quadros sérios de pesquisa no campo político, todavia a História Social das Relações Políticas deve levar os processos de formação imaginária, pelos bens espirituais, mais a sério. É o que intentamos promover aqui, buscando o conteúdo colonial do coronel que passou pelos tantos Monteiros e pelo partidarismo e, na redemocratização, orientou a invenção do novo status político presente no contemporâneo.

A identidade política do pastor político aliou-se à moral; tornou-se simbiótica à cultura; nutriu-se pela expansão; teve uma história encerrada em cada eclesiologia, em cada teologia; promoveu novos vínculos com o capitalismo, acarretando mobilidade social; construiu inimigos para nutrir pertenças comunitárias; transmutou valores; aliou-se a heranças políticas e religiosas. O púlpito e o altar uniram-se em assembléias da ordem divina: legislativas repletas de novas possibilidades.

Segundo Pierucci:

“Quanto maior a liberalização do mercado religioso, esse outro nome sociológico da liberdade religiosa, tanto mais dinamizada fica a concorrência entre as agências de salvação. Isso força as empresas de bens religiosos a produzirem (depressa) resultados palpáveis, seja para os clientes, seja para si mesmas. Para os clientes, os resultados buscados devem aparecer no mínimo sob a forma de experiências religiosas imediatamente satisfatórias – o êxtase, o transe, o júbilo, o choro, o alívio, enfim, a emoção – ou terapeuticamente eficazes e, no máximo, sob a forma de prosperidade econômica real; para as empresas religiosas (igrejas e cultos), os resultados visados de põem em termos de crescimento e faturação da organização, expansão da clientela, fixação mercadológica de suas marcas diferenciais e popularidade das lideranças ícone” (Pierucci, 1996).

Obviamente passamos por páginas indigestas dos vínculos neopentecostais dentro da política, todavia há que se perceber que tal empreendimento é próprio do mercadológico meio religioso que produz tantas experiências sociais salvíficas como condenáveis. A emoção tanto cega os membros, como também os torna mais



suscetíveis à socialização. Não se quer promover nestas últimas linhas uma apologia ao mecanismo político neopentecostal, todavia deve-se promover a lucidez perceptiva capaz de exorcizar qualquer ranço possível de maniqueísmo despropositado.

De fato não queremos profetizar nada. Apenas perceber que, conjuntamente com tantas outras modalidades de lideranças, o pastor político evidencia um Brasil circunscrito ao pretérito pela novidade da re-significação. A invenção do pastor político, antes de apresentar ruptura, é continuidade de um fazer política, que é ainda muito suscetível de ser discutido nos nossos pródigos campos de pesquisa.

“Estas linhas aplicam-se ao passado, ao que já findou, como o leitor terá notado, quanto mais não seja pelos tempos usados; e a categoria, repito, consiste em tornar-se atento, a fim de fazer até o fim quanto me for possível para evitar o erro”<sup>113</sup>.

---

<sup>113</sup> KIERKEGAARD, Sören. **Ponto de Vista Explicativo da minha Obra como Escritor**. São Paulo: Martins Fontes/ Porto: Edições 70, 1986; p.114.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Amylton de. **Carlos Lindenberg, um estadista e seu tempo**. Vitória: 1988.
- ALONSO, A. **Império da Patronagem** (resenha de Clientelismo e Política no Brasil do Século XIX, de Richard Graham. RJ. UFRJ, 1997, 542 pps). *Novos Estudos Cebrap*, n. 49, p.231-241. São Paulo: Novos Estudos Cebrap, 1997.
- ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado**, Lisboa: Editorial Presença, s/d.
- ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.
- AMORIM, J.P. A Trajetória dos Partidos políticos capixabas até 1930. In: *Revista do Instituto Jones Santos Neves*, Ano IV, nº. 1, jan./mar 1985.
- APGAUA, Renata. **A dádiva Universal – reflexões em um debate ficcional**. BH: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – UFMG: 1999.
- AUBERT, Roger. **A Igreja na sociedade liberal e no mundo moderno**. In, ROGIER, L.J. (diretor). **Nova História da Igreja**. Petrópolis, Vozes, 1975, v.5, t.I.
- BALLANDIER, Georges. **O Poder em Cena – Pensamento Político**. Brasília: UnB. 1982.
- BANCK, Geert. **Dilemas e Símbolos – Estudo sobre a Cultura Política do Espírito Santo**. *Cadernos de História* nº. 13 – Instituto histórico e geográfico do Espírito Santo. Vitória: 1998.
- BARROS, Mônica do Nascimento. (1995). **A batalha do armagedon: uma análise do repertório mágico-religioso proposto pela Igreja Universal do Reino de Deus**. Belo Horizonte, Dissertação de mestrado em sociologia, UFMG.
- BASTOS, Aurélio W. **O Poder e as Leis: A dominação eleitoral na Primeira República**. In: LIMA Junior, Olavo Brasil (org.). “O Balanço do Poder: Formas de Dominação e Representação”, Rio de Janeiro, Rio Fundo/IUPERJ, 1990.
- BERTAUX, D. **54 Millions d’individus sans appartenance** – Paris, F. Laffont, 1983.
- BERGER, Peter. **O dossel sagrado: elementos para uma sociologia da religião**. São Paulo, Paulinas.
- BICHARA, T.T. **História do Poder Legislativo do Espírito Santo – 1835/1889**. Vitória, Leoprint, 1984.
- BITTENCOURT, Gabriel. **A formação econômica do Espírito Santo: roteiro da industrialização**. Rio de Janeiro: Editora Cátedra, 1987.

BITTENCOURT FILHO, J. **Matriz religiosa brasileira: religiosidade e mudança social**. 1. ed. Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes/KOINONIA, 2003. v. 1. 260 p.

\_\_\_\_\_. **Nem anjos, nem demônios (interpretações sociológicas do pentecostalismo)**. Petrópolis: Vozes, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1987.

\_\_\_\_\_. **Razões Práticas: sobre a teoria da ação**. 3.ed. Campinas: Papirus, 2001.

\_\_\_\_\_. **O Poder Simbólico**. 8ª edição – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

BRIDI, Rita. **Urnas mantêm equilíbrio das forças políticas no Espírito Santo**. In: *Jornal A GAZETA*, 18/12/1988, pg.2.

BRIDI, Rita. **Briga de Max e Albuíno reagrupa forças políticas**. In: *Jornal A GAZETA*, 25/07;1993, pg.8.

CAMMACK, Paul, **O “Coronelismo” e o “Compromisso Coronelista”: Uma Crítica**. *Cadernos do Departamento de Ciência Política*, Belo Horizonte, nº.05, 1979.

CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem e Teatro de Sombras**. RJ: UFRJ/ Relume Dumará, 1996.

\_\_\_\_\_. **Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual**, In: *Pontos e Bordados - Escritos de história e política*. Belo Horizonte, Ed. da UFMG, 1995.

\_\_\_\_\_. **Pontos e Bordados: escritos de história e política**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

\_\_\_\_\_. **“Coronelismo”**. In: BELOCH, Israel; ABREU, Alzira Alves (orgs.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, 1930-1983**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária; CPDOC/Finep, vol. II, 1984.

CASTORIADIS, Cornelius. **Psychanalyse et Société I**. In: *Domaines de l'homme: les carrefours du labyrinthe II*. Paris: Editions du Seil, 1986.

\_\_\_\_\_. **A Instituição Imaginária da Sociedade**. 3. ed. SP: Paz e Terra, 1982.

CHARTIER, Roger. **O mundo como representação**. *Estudos Avançados*, São Paulo, USP, n.11, vol. 5, p. 173-191.

\_\_\_\_\_. **Textos, Impressões, Leituras**. In: HUNT, Lynn. *A Nova História Cultural*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 211-238.

CUNHA, Alexandre Mendes. **Patronagem, Clientelismo e Redes Clientelares: a aparente duração alargada de um mesmo conceito na história política brasileira.** *História*, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 226-247, 2006.

DICIONÁRIO DE FILOSOFIA DE CAMBRIDGE, São Paulo: Paulus, 2006.

DINIZ, Eli. **A transição política no Brasil: uma reavaliação da dinâmica de abertura.** In: Dados – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, 1985, vol.28, nº.3, pg.329/346.

\_\_\_\_\_. **O Ciclo Autoritário: A lógica Partidário-Eleitoral e a erosão do Regime.** In: LIMA JR., O.B. (org.). “O Balanço do poder: Formas de Dominação e Representação”, 1990: Rio de Janeiro, Rio Fundo/IUPERJ.

DURAND, Gilbert. **As Estruturas Antropológicas do Imaginário.** SP: Martins Fontes, 1997.

DUTRA, Eliana de Freitas. **O ardil totalitário. Imaginário Político no Brasil dos anos 30.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Belo Horizonte: Editora UFMG. 1997

EDIÇÕES PAULINAS. **A Bíblia de Jerusalém.** São Paulo: Ed. Paulinas, 1992.

ESPÍRITO SANTO (ESTADO). DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA. 1992 “Informações Municipais”. DEE, Vitória.

FALCON. F. **História e poder.** In: CARDOSO. & VAINFAS. Domínios da história. RJ: Campus, 1998.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder.** 5ª edição. Porto Alegre: Globo, 1979.

FLEISCHER, David V. **As Origens sócio-econômicas e regionais das lideranças partidárias em Minas.** In: FLEISCHER, D.V. (org.). “Os Partidos Políticos no Brasil”, 1981: Brasília, Editora UNB.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder.** RJ: ed. GRAAL, 1979.

FRESTON, Paul. **Protestantes e política no Brasil: da Constituinte ao impeachment.** Tese de Doutorado, Campinas, IFCH-Unicamp, 1993.

GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

GOMES, Wilson. **Nem Anjos nem Demônios.** In: *Nem anjos nem demônios: interpretações sociológicas do pentecostalismo.* Petrópolis: Vozes, 1994.

HABERMAS, Jürgen. **A Inclusão do Outro.** SP: Edições Loyola, 2002.

\_\_\_\_\_. **O Discurso Filosófico da Modernidade.** SP: Martins Fontes, 2000.

ISER. Pesquisas. RJ.

KINZO, Maria D'Alva G. **O Quadro Partidário e a Constituinte**. In: LAMOUNIER, B. (org.). *De Geisel a Collor: o balanço da transição*. São Paulo, IDESP/Sumaré, 1990.

LAMOUNIER, B. e MENEGUELLO, R. **Partidos políticos e Consolidação Democrática: O Caso Brasileiro**. 1986: São Paulo, Brasiliense.

LAMOUNIER, b. (Org.). **De Geisel a Collor: o balanço da transição**. 1990: São Paulo, IDESP/Sumaré.

LEAL, Vitor Nunes, **Coronelismo, enxada e voto**. São Paulo, Alfa-Ômega, 4ªed., 1978.

LIMA JUNIOR, O.B. **Os Partidos Políticos: a experiência federal e regional – 1945/1964**. Rio de Janeiro, Rio Fundo/IUPERJ, 1983.

\_\_\_\_\_. **O Regime de 1945: O Sistema Partidário e a Constituinte**. In: *O Balanço do Poder: Formas de Dominação e Representação*. Rio de Janeiro, Rio Fundo/IUPERJ, 1990.

LIPOVETSKY, Gilles. **O Império do Efêmero. A Moda e Seus Destinos nas Sociedades Modernas**. São Paulo, Cia das Letras, 1989.

LUKÁCS, Georg. **The Ontology of Social Being: Labour**. Merlin Press, Londres, 1980. In: ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.

LYRIO, Affonso. **Feitos e proezas de um piedoso conde do Papa**. (Subsídios para a história política do Brasil Republicano). Vitória: Tipografia de **A Tarde**, 1915.

MARIANO, Ricardo. **Os pentecostais e a teologia da prosperidade**. In: *Novos Estudos*. São Paulo: CEBRAP, 1996.

\_\_\_\_\_. **Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil**. SP: Loyola, 1999.

MARTIN, David. **Tongues of fire: the explosion of protestantism in Latin América**. Oxford, Blackwell, 1990.

MARTINS FILHO, Amílcar. **Clientelismo e Representação em Minas Gerais durante a Primeira República: Uma Crítica a Paul Cammack**. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol.27, nº2, 1984.

MOTTA, Paulo R. **Movimentos Partidários no Brasil: a estratégia da elite e dos militares**. Rio de Janeiro, FGV, 1971.

NOVAES, Maria Stella de. **Jerônimo Monteiro – sua vida e sua obra**. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1979.

\_\_\_\_\_. **História do Espírito Santo**. Vitória: Fundo Editorial do Espírito Santo, 1980.

PAIVA, Ângela Randolpho. **Católico Protestante, Cidadão – uma comparação entre Brasil e Estados Unidos**. Belo Horizonte: editora UFMG, Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.

PANG, Eul-Soo, **Coronelismo e Oligarquias (1889-1934): a Bahia na Primeira República Brasileira**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de, **O Mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios**. São Paulo, Editora Alfa-Omega, 1976.

RÉMOND, René. **Por uma História Política**. RJ: Editora UFRJ/Fundação Getúlio Vargas, 1996.

RODRIGUES, Fernando. **Políticos do Brasil – Uma Investigação sobre o Patrimônio Declarado e a Ascensão daqueles que exercem o Poder**. São Paulo: Publifolha, 2006.

SALETTTO, Nara. **Partidos Políticos e Eleições no Espírito Santo da 1ª República**. Vitória, s/d.

SERBIN, Kenneth P. **The Catholic Church, Religious Pluralism, and Democracy in Brazil**. Working Paper #263 – Pittsburgh: February 1999.

SILVA, Marta Zorzal e. **ES: Estado, Interesses e Poder**. RJ: Escola Brasileira de Administração Pública, Curso de Mestrado em Administração Pública, 1986.

\_\_\_\_\_. **Formação de Lideranças Locais no Espírito Santo**. Vitória: UFES, nov.1993. Relatório de Pesquisa reg.: nº.093/90 (agosto de 1990).

SOUZA, Hildo M. de. **A modernização violenta: principais transformações na agricultura capixaba**. Campinas/SP, UNICAMP, 1990.

SOUZA, Maria do Carmo C. de. **Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930 a 1964)**. São Paulo, Alfa-Omega, 1983.

TAYLOR, Charles. **As Fontes do Self – A construção da identidade moderna**. SP: Edições Loyola, 1997.

THOMSON, Edward P. **The making of the English working class**. Harmondsworth, 1968.

TRINDADE, Helgio. **Integralismo: Teoria e práxis política dos anos 30**. In: **História Geral da Civilização Brasileira**. 3ª edição, São Paulo: Difel, 1986.

VASCONCELLOS, João Gualberto Moreira. **A Invenção do Coronel: Ensaio sobre as raízes do imaginário político brasileiro**. Vitória: UFES, 1995.

\_\_\_\_\_. Com: MARTINS, James de Biase e ABREU, Carol. **Vitória: Trajetórias de uma Cidade**. Vitória: IHGES, 1993.

WILLEMS, Emílio. **Religious Pluralism and Class Structure: Brazil and Chile**. In: ROBERTSON, R. (ed.). *Sociology of Religion. Selected Readings*. Harmondsworth: Penguin, 1969.

VIANNA, Luiz Weneck. **Weber e interpretação do Brasil**. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo (53), março de 1999, p. 35; ALONSO, Angela. **Império da Patronagem**. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo (49), novembro de 1997, pp. 231-2.

VIANNA, Oliveira. **Instituições políticas brasileiras**: São Paulo: USP, 1987.

**ANEXOS  
(PARTE 1)**

**Tabelas para análise dos Perfis das Lideranças Políticas de 1987/1994**



**Tabela 1. – Líder: Caracterização Socioeconômica e Cultural  
Assembléia Legislativa – Mandato 1987/1990**

PARTIDO	CÓD	NOME DO DEPUTADO	LOC.NASCIM. MUN./ESTADO	GRAU DE INSTRUÇÃO	RELIGIÃO	PRINCIPAL OCUPAÇÃO NOS ÚLTIMOS ANOS	IDADE	OBSERVAÇÃO
PRN	01	ANTÔNIO PELAES	Não respondeu	-	-	-	-	-
PMDB	02	ARMANDO VIOLA	Baixo Ouandu/ES	Un. Compl.-Direito	Católica	Advogado	43	PolifL desde 1967
	03	AJULDO CASSARO	Serra/ES	Un. Compl Eng <sup>1</sup> Pós-Grad. Adm.	Católica	Fazendeiro (Médio Engenheiro)	36	
	04	DILTON LYRIO	Fundio/ES	Un. Compl Filosofia e Direito	Católica	Advogado/Superintend Bolsa de Valores/ES	52	Pollt. dcade 1967
	05	DOUGLAS PUPPIM	Não respondeu	-	-	-	-	-
	06	FERNANDO SANTÓRIO	Cariacica/ES	Un. Compl Medicina	Católica	Medico	35	Filho de Vicente S. Fantini
	07	HUGO BORGES	Guarapari/ES	Un. Compl. Economia	Católica	Grande comerciante (+ 30 Empr. Imobiliária, loteamento, Red. Capix dcade 46	60	Pollt. desde 1962
	08	JOÃO GAMA	Não respondeu	-	-	-	-	-
	09	FILHO JÓRIO BARROS	Baixo Guandu/ES	Un. Compl. Medicina	Católica	Medico/Dono de hospital	46	
	10	PAULO LEMOS BARBOSA	Alegre/ES	Un. Compl. Bioquim.	Católica	Func. Público / Gerente do B. Brasil / Diretor Banestes	51	
	11	RUBENS CAMATA	Marilínia/ES	Un. Inc. Admmist.	Católica	Func. Público (Gov. Estado)	33	Sob°. G. Camata
	12	SALVADOR BONOMO	N. Venécia/ES	Un. Compl. Letras/Direito	Católica	Advogado	51	
	D	ANTÔNIO MOREIRA	N. Venécia/ES	Un Compl Direito	Católica	Peq. Comerc. (até 10 empr.)	48	Pollt desde 1967
	14	DÁRIO MARTINELI	S. G. da Palha/ES	Un. Compl. Odont	Católica	Fazendeiro (médio própnet.) Médio Ind. (50 a 500 empr.)	56	Polit. desde 1966
	15	JOSÉ TASSO	C. Itapemirun/ES	Un. Comp.	Católica	Serv. Públ./Diretor e ESCELSA (1976786)	47	Polit. Dep.Fed. em 1970/ ARENA
	PFL	16	LÚCIO MERÇON	Castelo/ES	Un Compl. Direito	Católica	Advogado	52
17		NILTON GOMES	Vitória/ES	Colegial Incompl.	Crete em Deus	Peq. Comerc./Radialista	40	
18		RONALDO LOPES	Linhares/ES	Un. Compl. Eng <sup>1</sup> .	Católica	Faz. méd. Próp.	44	
19	WALDEMIRO SEIBEL	Laranja da Tena/ES	Primário Inc.	Luterana	Peq. Industrial (Cerâmica) e Med. Prod. Rural	40	Presidente da Ig. Luterana	
PDS	20	RAINOR BREDA	A.Chavej/ES	Un.Comp.Bioq./Direito		Fazendeiro (médio própnet.)	44	Polit desde 1977
	21	ALCINO SANTOS	Sio Mateus/ES	Colegial Comp.	Católica	Func.Públ.Est (de fiscal Secretário da Fazenda)	72	Fez carreira como F. Rendas
PSDB	22	LEVI AGUIAR	V. Velha/ES	Un. Compl. Direito	Pentecostal		46	Pastor Ass. de Deus Ibes
	23	PAULO HARTUNG	Vitória/ES	Un. Compl. Econ	Católica	Parlamentar-Dep. Estadual desde 1982	32	Político Profissional
~PT	24	ANGELO MOSCHEN	Colatina/ES	Colegial Compl.	Católica	Trabalhador Rural (não prietário)	33	Membro Trab. Rurais
	25	CLÁUDIO VEREZA	Vitória/ES	Giniasial Compl.	Católica	Líder eclesiástico	39	
	26	JOÃO CARLOS COSER	Vitória/ES	Univers. incompi.	Católica	Comerciado	39	
PDT	27	LUIZ CARLOS	Castelo/ES	Un. Compl. Direito e Filosofia	Católica	Fazendeiro (médio Serv. Público)	42	Pollt desde 1970
	28	LUIZ CARLOS SANTANA	NSo respondeu		-		-	-
PTB	29	VALCI JOSÉ F. DE	Barra de	Un. Compl.	Católica	Peq. Comerc. /	42	Polit desde 1972 Vereador Arena
PCdoB	30	JOÃO MARTINS	V. Velha/ES	Colegial Compl.	Não tem	Servidor Público/Func. Banco do Brasil S/A	34	

Fonte: Pesquisa do IDESP. – Junho/Julho/1989

**Tabela 2. – Líder: Caracterização Socioeconômica e Cultural Congresso Nacional, Governador e Vice – Mandato 1991/1994**

PARTIDO	CÓD	NOME DO DEPUTADO	LOC.NASCIM. MUN7ESTADO	GRAU DE INSTRUÇÃO	RELIGIÃO	PRINCIPAL OCUPAÇÃO NOS ÚLTIMOS ANOS	IDADE	OBSERVAÇÃO
PMDB	A	DEPUTADOS						
	01	ALÍSSIO SANTOS	Brejo Grande/SE	Un. Compl. Dir.UFES	Católica	Advogado/Condor de imóveis	51	Vice-Prefeito
	02	ETEVALDA Q. DE MENEZES	Bananal/Linhares/ES	Ua Compl. Dir.FADIC	Católica	Func. da Cooperativa do Banco do Brasil (Linhares)	48	Cariacica 1973 Esposa de Nyder Barbosa
	03	JÓRIO DE B. CARNEIRO	B. Guandu/ES	Ua Compl. Medic. RJ	Católica	Médico/ Empr. Setor Hospitalar (Colatina ES)	48	
	04	NILTON G. DE OLIVEIRA	Itabuna/BA	Uni Compl. Medic.UFES	-	Médico INAMPS/Prof. de Ortopedia da UFES	50	
	05	ROBERTO VALADÃO	Colatina/ES	Un. Compl. Direito, Cont.	Católica	Prophet de Catl R. Civil	53	Polit. desde 71
	06	RITA CAMATA	V.Nova do Imigrante	Un Inc. Jornalismo UFES	Católica	Func. Público	32	Esposa G. Caraata
		SUPLENTE - PMDB						
	07	ARMANDO BATISTA VIANA	B. Guandu/ES	Un. Compl. Dir.FADIC	Católica	Advogado	44	Polit. desde 67
	08	WALFREDO. W DAS NEVES	S. Leopoldina/ES	Un. Compl. Direito	Católica	Corretor de Imóveis/Advog.	59	polit desde 83.
PSDB	09	PAULO HARTUNG	Vitória/ES	Un. Compl.	Católica	Polít Empresário - setor gráfico	34	
	10	JOÃO BATISTA DA MOTA	Ibiraçu/ES	Un. Compl. Dir.UFES	Adv. 7º dia	Empresário do setor madeireiro e proprietário rural	54	
	11	ROSILDA DE FREITAS	Caratinga/MG	Un. Compl. Jornalismo UFMG	Católica	Polít.1. Pro f. /Micro empresaria Comunicações	42	
PL	12	JONES DOS S. N. FILHO	Vitória/ES	Un. Compl. Eg. Civil/Arquitetura - PUC-	Católica	Empresário consir. civil	63	Pres. FINDES (74/78)
PL	13	SUPLENTE ( PL/PSDB) HELVÉCIO D. CASTELO	Vitória/ES	Un. Compl. Direito Colatina	Espirita	Tabelião – possui cartório ]• Ofício/ notas	38	Sobrinho da Deputada Judilh
PSDB	14	LÉZIO GOMES SATHLER	Não respondeu					
PFL	B	SENADORES						
	15	ELCIO ALVARES	Ubá/MG	Un. Compl. Direito.		Advogado/Procurador IBC	59	SupL. Dep. Fed. 66
PMDB	16	GERSON CAMATA	Marilandia	Univ. Incompleto		Empres. meios Comunicações	48	Polit. desde 1966
PMDB	17	JOÃO CALMON	Baurilha/Colauna	Un. Cofnpl. Direito RI	-	Diários Associados	76	Polit. desde 1962
	SUPLENTE SENADORES							
PMDB	18	JOAQUIM BEATO	Alegre/ES	Pós Graduado em Teologia e C. Soe.	Evangélica	Pastor Ig. Presbiteriana	66	
PFL	19	JÔNICE S. TRISTAO	Afonso Cláudio			Industrial	-	
	C	GOVERNADOR E VICE						
PDT	20	ALBUINO DA C. AZEREDO	V. Velha/ES	Un. Compl. Eng" Civil	Católica	Empresário (Cons. Projetos/ AgointVConst. Civil	46	Ex Tecnocnta da CVRD
PDT	21	ADELSON SALVADOR	Novo.Brasil/Colatina/ES	Colegial Completo.	Católica	Peq. Propriet Rural (6,5ha) Radio NVI	37	

Fonte: Pesquisa da UNB. – Novembro/Dezembro/1990

**Tabela 3. – Líder: Caracterização Socioeconômica e Cultural  
Assembléia Legislativa – Mandato 1991/1994**

PARTIDO	CÓD	NOME DO DEPUTADO	LOC.NASCIM. MUN TESTADO	GRAU DE INSTRUÇÃO	RELIGIÃO	PRINCIPAL OCUPAÇÃO NOS ÚLTIMOS ANOS	IDADE	OBSERVAÇÃO
PFL	01	CARLOS MAGNO PIMENTEL	Vila Velha/ES	Colegial. Completo	Católica	Pecuarista - propriet. rural	8	
	02	FERNANDO SILVA	Não respondeu	-				
	03	JOSÉ CARLOS GRATZ	Não respondeu					
	04	NILTON GOMES	Vitória/ES	Col. Incompl.	Crete em Deus	Peq.Comerc. /Radialista	2	
	05	WALDEMIRO SEBEL	Lar.da Terra /ES	Primário Completo	Luterana	Med.Propr. Rural/Comerciante (Venda.) Empres. (Mat.Const.)	5b rejeit	
PSDB	06	WALDK. DURÃO	Linhares/ES	Un. Compl.AdmAIFES	Católica	Administ. Propriet. Rural	42	Primo Pret 88/92
	07	DEJAIR CAMATA	Marilândia/ES	Colegial Cctmpl	Católica	Memb.da PM/Carvoeiro	35	Primo G.Camata
	08	HÉLIO GUALBERTO	J.Monteiro/ES	Un- Comp.Dir./FACEC	Católica	Magistrado ate 57/Juiz até 89	63	Na politdrade 89
	09	LUIZ TEMÓTEO DIAS VIEIRA	ACludio/ES	Un Compl Medicina UFES	Católica	Médico/Pecuarista/Er apresentador actor Hoteleiro		Pai Líder Político
	10	ULYSSES JARBAS ANDERS UMBERTO M.DE SOUZA	V.Velha/BS B.I.do Norte/ES	Un. Compl Direito/UW Un. Compl Adm..	Católica Católica	Func.Público PMV Pecuarista	27 46	Irmão e Pai Prefeitos
PUDE	C	JOSÉ FRANCISCO DE BARROS	B.Guan4u.BS	Colcg.Completo	Católica	Propr. Rural Médio Agricultor	54	
	U	LAUBER DARIO	Ibiraçu/ES	Un.Comp.Dir./TA DIC	Católica	iuoc.Publ.J3it KMATER	41	
	K	PIGNATON TETECO QUEIROZ	Vitona/ES	lã-Canpl, Ertf.UFES	Católica	Eng <sup>1</sup> da CVW)	45	
	15	ANTÓNIO TADEU T. GIUBERTI	Colatini/ES	Un. Compl Medicina.	Católica	Medico	49	Pai Líder PoltPSP
PTB	16	GILSON GOMES	Af.Cláudio/ES	Un.Comp.Dir./FA DIC	Católica	Delegado de Policia	40	
	17	MARIA DA PENHA F. ROSA	Colatina/ES	Un.Comp.Artes/U FES	Católica	Dona de Casa/Comércio	53	Esposa de Miguel Feu Rosa
	18	RICARDO FERRAÇO	Cach.Itapemmm/ES	Un.Incompl. Economia	Católica	Empres. Const Civil e setor de Comunicações	29	Filho Theodorico Ferraço - IPDE
	19	VALCI J. F. DE SOUZA	Itapemirim/ES	UnComp. Cont./Cach.	Católica	Contador/Peq. Comerc.	46	
PT	20	ALOÍSIO KROHLING	D.Mart ms/ES	Un. Compl Filosofia Doutorado	Católica	Prof.Universitario/UF ES	57	Membro Pastoral e da CEB's
	21	BRICE BRAGATO	V.N.do Imigrante/ES	UruCompl. Serv.Social  UFES	Católica	Funã.Públ.Estadual  Comerciário/Dirigente	39	
	22	JOÃO CARLOS COSER	Sta.Tereza/ES	Un.Incompl.	Católica	Sindica	36	ii Membro Pastoral
PDT	23	CARLOS R. CABALINI	Alegre/ES	Un.Compl.Cienc.C	Católica	Contador/Serviços	46	-
	24	PAULO LEMOS	Uuacui/ES	Un.Comp.Bioq.FA CEC	Católica	Bancário (Ger.Banestes.BB)	55	
	25	BARBOSA RUZERTE DE P. GAIGHER	Alf.Chaves/ES	Un.Incompl. Direito	Católica	Pollt. Prof./Prop.Rural	36	
PRN	26	DJALMA MONTEIRO	Alegre/ES	UaCompl. Dircto/Cach UuCompl.	Católica	Produtor Rural	54	
	27	EDSON H. PEREIRA	B.S.Francisco/ES	DÍT./FADIC	Católica	Agricultor	40	
	28	LUCIANO CORTEZ	Cach Itapemirim/ES	Un.Compl.Direito/ Cach	Católica	Func. Viação Itapemirim	30	
PDC	29	MARCOS M. MADURERA	Cach.Itapemihm/ES	UnCompl. Eng <sup>1</sup> Civil PUC/RJ	Católica	Func.Publ.Est. DER	49	
PSB	30	JOSÉ RENATO CASAGRANDE	Castelo /ES	Un.Compl. Eng <sup>1</sup> Florest/ Direito	Católica	Comerciante	32	-

Fonte: Pesquisa da UFES-SRPPG. – Outubro/Dezembro/1992

Tabela 4. – Líder: Atuação Político-partidária – Assembléia Legislativa – Mandato 1987/1990

PARTIDO	CÓD	NOME DO DEPUTADO	TRAJETÓRIA POLÍTICO	CARGO ELETIVO		CARGOS NO PARTIDO	CARGOS NO LEGISLATIVO
				1º MANDATO	CARGOS ELEIÇÕES		
PRN	01	ANTÔNIO PELAES	Não respondeu		.		.
PMDB	02	ARMANDO VTOLA	MDB/PMDB	1967/70	VER, 66 PREF. Dep. Est 82 c 87	NSo exerceu cargo	Aucs. Legisl. 2º S. Mesa AL 89/90
	03	ARILDO CASSARO	PMDB	1987/90	DcpEsL 86	Presidente PMDB/Serra	
	04	DILTON LYRIO	PTB/58.MDB/66, PMDB/79	1967/71	Ver. 66 Dep. Est 78 Dep.Est. 82/6	Presidente Diretório Regional	Preá, Mesa A. L 83/84 e 87/88
	05	DOUGLAS PUPPIN	Não respondeu		-	-	
	06	FERNANDO SANTÓRIO	MDB/66, PMDB/79	1987/90	Dep. Est. 86	Vice. Prcs. Diret Regional	
	07	HUQO BORGES	PTB/58, MDB/66 PMDB/79	1967/70	Dep. Est. Pref. 72/77	Sec. Exec. Reg. PMDB	Pre«AL. 85/86 1º Vice Pra.
	08	JOÃO GAMA FILHO	Não Respondeu		Dep. Est 78	-	
	09	JÓRIO BARROS	PMDB/84	1987/90	Dep. Est. 86	Dei Reg. Exec. Muni.	
	10	PAULO LEMOS BARBOSA	ARENA/75. PDS/79 PMDB/85	1987/90.	Dep. Est. 86	Pies. Exec. Muni. Alegre.	
	11	RUBENS CAMATA	PMDB/79	1987/90	Dep. Est 86	Não Exerceu	Asses. Pari.
	12	SALVADOR BONOMO	PTB/MDB/66, PMDB/7	1979/82	Suplente/78 Dep. Est. 82/86	Deleg, Exec. Nacional/Regional	1º Sec. Mesa AL, 83/84
	PFL	13	ANTÔNIO MOREIRA	ARENA/66 PFL/86	1967/70	Ver. 66 Pref. 71 Dep. Est. 78/86	DeL Reg. Exec. Del.Mun. Exec .Reg.
14		DÁRJO MARTINELI	ARENA/66, PDS/79	1967/70.	Ver.66. Pref. 70 e 76	Preá. Exec.Regional - Memb.	
15		JOSÉ TASSO	PFL/85 ARENA/70. PDS/79 PFL/85	1971/74	Dep.Est. 86 Dep.Fed.70/Dep. Est.86	Cons.Delibcr. Vice-Pres. Exec. Regional	
16		LÚCIO MERÇON	PRP/58.ARENA/66	1959/62	Ver.58.Dep.Est/6 2.66,	1º Sec .Executiva Regional PFL	
17		MILTON GOMES	PDS/79. Í-FL7S6 PFL/86	1987/90	70,74,82 e 86 Dep.Est. 86	Tesour. Exec. Regional Supl.	
18		RONALDO LOPES	PDS/82. PFL/86	1987/90	Dep.Est. 86	Pres.Exec.Munic.	1* Sec. M.
19		WALDEMIRO SEIBEL	MDB/75. PFL/86	1971/74	Vcr.70, 74, 78, 82 Dep.Est 86	Preá. Exec. Munic. Supl.	3º Sec Mesa AL. 89/90
PDS	20	RAINOR BRENDA	ARENA/66, PFL/85 PTB/86. PDS/89	1977/83	Pref. 77, Suplente Dcp.Est. 86	Líder Part. Assembleia	
	21	ALCINO SANTOS	PSD/58. ARENA/66	1963/66	Dep.Est 62,66,70,	Pres. Exec. Regional Repr.	Pres.Mesa AL89/90
PSDB	22	LÊ VI AGUIAR	ARENA/75, PSDB/87	1975/78	Ver.74 e 78 Dep.Est. 86	Sup.Del.Rcg.Exec.Naci	-
	23	PAULO HARTUNG	PCB.MDB/77.PMDB/79 PSDB/88	1983/86	Dep.Est 82/86	Sec.Exec.Reg.PMDB - Mem bro Coro. Exec.Regional PSDB	2º Sec.Mesa AL. 85/86
PT	24	ANGELO MOSCHEN	PT/85	1987/90	Dep.Est 86	SecSind, Exec. Regional	
	25	CLÁUDIO VEREZA	PT/81	1987/90	Dep.Est. 86	NSo exerceu	-
	26	JOÃO CARLOS COSER	PT/79	1987/90	DcpEst 86	Sec. S ind. Exec. Regional	
PDT	27	LUIZ CARLOS PIASSI	ARENA/70. PFL/83, PDT/88	1971/74	Ver.70.Pref. 76 Est 86	2º V í ce-Pres. Exec.	2ºSec.M.AL.
	28	LUTZ CARLOS SANTANA	Não respondeu			-	-
PTB	29	VALCI JOSÉ F. DE	ARENA/72, PTB/88	1972/76	Ver.72.Vice-Dep.fist.82 e 86	Líder Exec. Nacional	-
PCdoB	30	JOÃO MARTINS	MDB/76. PT/79, PDdoB/81	1987/90	Dep.Est 86	Membro Exec.	

Fonte: Pesquisa do IDESP. – Junho/Julho/1989

**Tabela 5. – Líder: Atuação Político-partidária – Congresso Nacional, Governador e Vice – Mandato 1991/1994**

PARTIDO	CÓD	NOME DO DEPUTADO	TRAJETÓRIA POLÍTICO PARTIDÁRIA	CARGOELETIVO		CARGOS NO PARTIDO	CARGOS NO LEGISLATIVO
				1º MANDATO	CARGOS ELEIÇÕES		
PMDB	A 01	DEPUTADOS ALOISIO SANTOS	PTB/64.MDB/69, PMDB/80	1973/75	Vice-Pref.73.Dep.Fed. 75, Sup.Dep.Fed/86, Dep.Fed. 1990	Prts.Dir.Mun.PMDB Cariacica	
	02	ETEVALDA GRASSI	MDB. PMDB/80	1991/94	Dep.Federal 1990		
	03	JÓRIO DE B. C ARNEIRO	PMDB/84	1987/90	Dep.Est./86,DepFed.90	Pres.Exec.Mumc. PMDB	
	04	NILTON GOMES DE OLIVEIRA	PCdoB/64, PMDB/80	1991/94	Dep.Fed.90	-	
	05	ROBERTO VALADÃO	MDB/66. PMDB/79	1971/72	V.Pref/70, Ver, 73, 76 Dep.E.<./79, Pref.83 Dep. Federal/90	Pres.Exec.Mumc. PMDB de Cachoeira de Itapemirun	
	06	RITA CAMATA	PMDB/82	1987/90	Dep. Fed.86/ 90	Memb.Exec.Nac.PMD R	Memb.C.SistConst.
	07	ARMANDO B. VIOLA	MDB/65.PMDB/79	1967/70	Ver.66, Pref.70. Dep.Est 82.Dep.E>t.86 Supl.DepFed. 90	-	Prei.-Coin.Just. 87/90 2ºSec.MeU/89, 1º Sec.Mcsa
	08	WALFREDO W.DAS NEVES	PMDB/82	1983/86	Ver.82/87,Sup.D. Fed.90		
PSDB	09	PAULO HARTUNG	PCB.MDB/87, 79.PSDB/88	1983/86	Dep. Est 82/86. Dep.Fed. 90	Sec.Exec.Reg Memb.Exec.Reg.PSDB /88	Prea.Com.Fin.A 84/87/88 - 2º Sec. Mesa 85/86- Bane. PSDB/ AL/90
	10	JOÃO B. DA MOTTA	MDB/66, PMDB/80 PSDB/89	1983/86	Pref.82.86/Dep.F ed.90	Pres.Exec.Municip. PMDB	
	11	ROSILDA DE FREITAS	MDB/74, PMDB/80 PSDB/88	1983/86	Dep.Est.82.Dep.F ed. 86 Dep.Fed. 90	Memb.Exec.Estad.PM DB Memb.Exec.Estad.PS DB	V.Llder PMDB AL. Pres.Com.Educ .AL,
PL	12	JONES SANTOS NEVES	PDS/ARENA/66. PMDB/86, PL/89	1987/90	Sup.Dep.Fcd. 86 Dep.Fed. 90	Memb.Excc.Reg.PL	
PL	13	HELVÉCIO D.CASTELLO	PL/89	1991/94	Supl.Dep.Fed. 90		
PSDB	14	LEZIO SATHLER	Não respondeu	-	-	-	
PFL	B 15	SENADORES ÉLCIO ALVARES	ARENA/66, PDS/80 PFL/85	1967/70	Supl.Dep.Fed.66.Dep. Fed.70. Senador 90		V.Líder Gov.71/73 Memb.C.Const. 71/73
PMDB	16	GERSON CAMATA	ARENA/66, PMDB/79 PDC/88	1967/70	Ver.66.Dep.Est. 70. Dep Fed.74,78,Gov.Es t.82 Senador/86		
	17	JOÃO CALMON	PSD/60.ARENA/66. PMDB/84	1963/66	Dep.Ftd.62.66, Senador/70, Sen. Biônico/75 Senador 86	Memb.Exec.Nac.PMD B	Pres. Com. Ed. Senado
PMDB	18	SUPLENTE JOAQUIM BEATO	PMDB/83, PSDB/89	1991/94	Supl. Senador/90		
PFL	19	JONICE TRISTAO	ARENA/PDS/80,	1991/94	Supl. Senador/90		-
PDT	C 20	GOVERNADOR / ALBUINO C.AZEREDO	MDB/PMDB-79. PDT/90	1991/94	Governador ES/90	Memb.Excc. Regional	-
PDT	21	ADELSON SALVADOR	PMDB/82.PDT/90	1983/88	Pref.82. Vice-Gov/90	Presidente Executivo Municipal	

Fonte: Pesquisa da UNB. – Novembro/Dezembro/1990

**Tabela 6. – Líder: Atuação Político-partidária – Assembléia Legislativa – Mandato 1991/1994**

PARTIDO	CÓD	NOME DO DEPUTADO	TRAJETÓRIA POLÍTICO	CARGO ELETTVO		CARGOS NO PARTIDO	CARGOS NO LEGISLATIVO		
				1º MANDATO	CARGOS ELEIÇÕES				
PFL	01	CARLOS MAGNO PIMENTEL	ARENA/72.PDS/79; PFL/86	1973/1977	Vice-Pref.72 Pref.78, Dep.90	Pres. (ARENA e PFL)	1º Sec. de Mesa 91/92		
	02	FERNANDO SILVA	Não respondeu	-					
	03	JOSÉ CARLOS GRATZ	Não respondeu						
	04	MILTON GOMES	PFL/86, PDS/92	1987/90	Dep.Est86. 90		Tesour.Ex.Reg. PFL Suplente Deleg.Ex.Nac.PFL	2* V Sm. Meu 91/92	
	05	WALDEMIRO SEIBEL	MDB/71. PFL/86	1971/75	Ver.71. Vcr.76 Dep.86,Dep.Est.9	Pres.Exec.Reg.PFL	3º Sec.Mesa Memb.C.P.Fina		
	06	WALDIR DURÃO	PDS/80,PFL/86,PD T/87; PFL/90	1991/94	Dep. Est 90	Delegado PFL	2-Sec.MeM 91... Memb.C.P. Justiça		
PSDB	07	DEJAIR CAMATA	PSDB/89	1991/94	Dep. Est 90	Delegado PSDB Vice-Pies.Exec.Reg. PSDB , Pres. PSDB	Vice-Llder 90/93		
	08	HÉLIO GUALBERTO	PSDB/89	1991/94	Dep. Est 90				
	09	LUIZ TEMÓTEO D.VTHRA	PSDB/89	1991/94	Dep. Est 90			2-Sec.Mesa Direi. 91/92	
	10	ULYSSES JARBAS ANDERS	PMDB(Jovem)87	1991/94	Dep. Est 90		Ptcs. PSDB	Lider 91/92	
	11	UMBERTO MESSIAS	PSDB/89 ARENA/76.PDS/80 PFL/82, PSDB/90	1976/82	Ver.76,Pref.82,D. Esl.90	Sec.ARENA.Deleg.PDS, Pres. PFL, Exec. Reg.PSDB	1ª V.Prej.Mesa AL. 91/92		
PMDB	12	JOSÉ FRANCISCO DE	MDB/69,	1970/72 (Tampio)	Ver. 69. Pref.82 Dep.Est.90.	Dir.Reg.MDB. Pres. Dir.Reg.MDB. Pres. PMDB; Vice-res.PMDB	Pres.Cam.Mun.7		
	13	JAUBER DÓRIO PIONATON	MDB/68, PMDB/79	1977/83	Ver. 76,Pref. 83, Dcp.90				
	14	TETECO QUEIROZ	PMDB/86	1989/90	Ver. 88, Dcp.Est90			Membro Exec.Est.PMDB	Pres.C.P.Meio Am- biente
	15	ANTÔNIO TADEU T.GIUBERTI	PMDB/79	1983/88	Pref.82/92, Dep.Est.90			Não exerceu	Pre>.C.P.Educaca o
PTB	16	GILSON GOMES	PTB/53	1991/94	Dep.Est.90	Sec.Ger.PTB / Líder PTB na A.L.	Memb. Com. Meio Ambiente		
	17	MARIA DA PENHA FEU ROSA	ARENA/66. PDS/79; PTB/83	1991/94	Dep. Est 90				
	18	RICARDO FERRAÇO	PDS/81 ,PFL/84,PTB/88	1983/89	Ver.82.Dep.Est.90			Não exerceu	
	19	VALCI J.FERREIRA DE SOUZA	ARENA/72.PMD B/82 PTB/88	1972/76	Ver.72.V.Pref. 76, Dep.Est. 82/86/90			Líder PMDB, Udcr PTB V.Pres.PTB	Prei.Meu A. L. . 91/92
PT	20	ALOISIO KROHLING	PT/86	1991/94	Dep.Est.90	Secret.Exec.Reg. PT V Pres. Comis.Educação Com.P.EstPT. Líder PT, DiretPT V.Pres.Exec.Reg.PT. PT. Pres.Ex.Mun.	Lidei Bancada		
	21	BRICE BRAGATO	PT/81	1989/90	Ver.88, Dep.Est				
	22	JOÃO CARLOS COSER	PT/80	1986/90	Dep.Est 86 e 90				Lider Bane. PT V.Pres.Com.Fina
PDT	23	CARLOS ROBERTO CABAUNI	PDT/90.PTR/92.PD T/93	1991/94	Dep.Est. 90	Líder PDT, Pres.Reg. PDT Pres. Exec.Munic. PMDB DiretBst.PDT	V.Pres.AL. 86/89 Pres.C.P.Just91/ Pres.C.P.Fin. Lider PDT 92/93		
	24	PAULO LEMOS BARBOSA	ARENA/75. PDS/79 PMDB/85. PDT/88	1986/90	Dep. Est86.V.Prcf 88 Dep.90. V.Pret 92				
	25	RUZERTE DE PAULA GAIGHER	PMDB/80. PDT/90	1983/88	Pref.82, Dep. Est 90			Sec .Exec Est. PDT	
PRN	26	DJALMA MONTEIRO	PDS/82.PTB/88.PR	1982/88	Prcf.82.Dcp.Est	Deleg.Exec.Est PTB Não exerceu	Pres.Com. Pres.C.P.Def.Con >. Meio Ambiente Lider PRN AJL		
	27	EDSON HENRIQUE PEREIRA	PDS/82.PMDB/86, PRN/90, PDT/92	1982/88	Pref.82. Dep.Est 90				
	28	LUCIANO CORTEZ	PT/79.PJ.PRN/87, PMDB/92	1991/94	Dep.Est.90			Pres.Exec.Mun.PJ/PRN	
PDC	29	MARCO MIRANDA MADUREIRA	PMDB/83. PDC/89	1991/94	Dep. Est. 90	Tesour.PMDB. Deleg.PDC	V.Pres.C.P.Jusli ça 3-Sec.A.L. 91/92		
PSB	30	JOSÉ RENATO CASAGRANDE	PMDB/83, PSB/88	1991/94	Dep.Est 90	Supl. PMDB, SecretGral PSB Pres.Exec.Reg.PSB	Memb. Com. Meio Arob.Dcf.Consu		

Fonte: Pesquisa da UFES-SRPPG. – Outubro/Dezembro/1992

Tabela 7. – Líder: Bases Eleitorais – Assembléia Legislativa – Mandato 1987/1990

PARTIDO	CÓD	NOME DO DEPUTADO	BASE ELEITORAL	MUNICÍPIO ONDE FOI MAIS VOTADO (ORDEM DE IMPORTÂNCIA)	CLASSES SOCIAIS ONDE FOI MAIS VOTADO	APOIO ELEITORAL NA ÚLTIMA CAMPANHA
PRN	01	ANTÓNIO PELAES	Não respondeu			–
PMDB	02	ARMANDO VIOLA	Linhares	Linhares, GraKI Viória, Jaguaré Baixo Guandu e municípios		de Linhares. Assoe. pos relig., amigos e Empr.locais, assoe. pos relig. assoe, esport-parentes.
	03	ARILDO CAS S ARO	Serra	Serra, S.G.da Palha, Vilóna Vila Velha, Canacica	Classe média e Setor empresarial	Amigos e parentes, dirigente assoe, moradores
	04	DILTON LYRIO	Grande Vitória	Gr. Vitória e reg. norte: FundSo.Sta.Treza, A.Chavcs,	CLmédia e popular, pular rural e urbano	
	05	DOUGLAS PUPPIN	Não respondeu			
	06	FERNANDO	Cariacica	Cariacica, Vitoria, V.Velha, na, B. Guandu e Guarapari, G.Vitóna. V.Velha, Sta. Leopoldina, Muqui e Pancas	Classe média e baixa	Amigos, parentes; pai: tradicional de Cariacica
	07	HUGO BORGES	Guarapari		Classe média	Amigos, parentes, lid. municipais do Estado
	08	JOÃO GAMA FILHO	Não respondeu			
	09	JÓRIO BARROS	Colatina	Gelatina, B.Guandu, Panças, dia, Itaguacu.	Classe média e baixa, de saúde	Sindicatos, assoe.de relig., innio que já foi ex-pre feito de Colatina
	10	PAULO LEMOS	Alegre	Alegre, lúna. Ibatiba, roo Monteiro. G.Vitóna. Lourcnco, S.J.do Calçado Marilândia. R.Bananal. Staguacu, V.Nova do Imigrante	Classe média e baixa	Prete vereadores da reg. amigos e p parentes
	11	RUBENS CAMATA	Inienor do ES	N. Venécia, B. Esperança, Montanha, Mucuri, S.Mateus Sta. Leopoldina e Gd. Vitória	Classe produtagric.	Amigos, parentes, apoio, dário, vereador do Assoe, bairros, amigos e parentes, trabalhadores oper.
	12	SALVADOR BONOMO	Norte do ES		Peq.e médios	
PFL	13	ANTÓNIO MOREIRA	Nova Vcnécia	N.Venécia, B. Esperança, P.Canário, Pí nheiros, Ecoporanga S.G.da Palha, Colalina, Vitória, Cariacica, Vila Velha e Sena Cachoeiro, Ibatiba. S.J.do Calçado, Dores M.Freire, C.do Castelo, do Imigrante, Guaçuí, Grande Vitória	Populações mais humildes	Sindicatos, assoe, esportivas amigos e parentes Sindic.assoc.filantrópicas, ami-gos parentes.e
	14	DÁRIO MARTINELI	São Gabriel da Palha		Classe dos produt.rurais do norte do ES	Assoc, bairros, assoe, filantr. amic.par. e Grupo religioso, filantr., amigos e Assoe. bairros, filantrópicas.amigos e Ass.esport.amigos, tudarUes.Ug. ao cspporto várzea, colégios. Grupo reli g. Luterano, grupo político
	15	JOSÉ TASSO	Sul do Estado		Classe média e trabalhai (princ. Eleit rural (voto no ral. produrais, Classes pobres	
	16	LÚCIO MERÇON	Castelo			
	17	MILTON GOMES	Grande Vitória			
	18	RONALDO LOPES	Linhares	Linhares, Pinheiro, R.Bananai, teus, Aracmz, Gr. Vitória	Classe esclarecida, média e jovens do	
	19	WALDEMIRO SEIBEL	Afonso Cláudio	Af.Cláudio, Sta-Maria, du, Canacica, D.Martins.	Classe de	
PDS	20	RAINOR B RED A	Região Sul do ES	A-Chtves, Iconha, Guarapan, ta. Vitória. V.Velha, Cariacica Guarapan, D.Martins, Vitória, Sul Colatina, S.O.da Palha	Classe dos	Amigos, parentes
	21	ALCINO SANTOS	Guarapari. D. Vitória		Classe média baixa	Amigos, parentes, Sec.da Fazenda (SEFA)
PSDB	22	LEVI AGUIAR	Vila Velha	V.Velha, Cariacica, Sem». Vitória. B.S. Francisco, S. Mateus Fundão, Aracruz, Linhares	Classe média e baixa	Sindicatos, assjnoradores. religiosos, filantr. esport-parentes.
	23	PAULO HARTUNG	Vitória	Vitória, Guaçuí, Vila Velha, Serra	CLmédia, Aracruz, CVRD), eletricitários, func.públicos.	Peq.empres. Vitória, çuí, grup. espontâneos no rior,(militância) assoc.bairros
PT	24	ANOELO MOSCHEN	Região Norte	Colatina. N. Venécia, S. G. da Palha.	Peq.proprieL e meeios, trab. rurais da região norte	Sindicatos, ass. bairros, relig., a-migos, parentes, Grupos religiosos, assoe, amigos, parentes, Sindicatos, nss-bairca, relig.
	25	CLÁUDIO VEREZA	Gr. Vitória	Joto Neiva. Vitória, Vila Velha, Sena, Canacica Santa Treza	Setores populares e média Trab. 01 gani z. movi m. smdi cal.	
	26	JOÃO CARLOS COSER	Gr. Vitória			
PDT	27	LUIZ CARLOS PLASSI	Castelo	Castelo, Muqui, Mim.do Sul, do Itapcmirim, Muni z Freire	Classe média	Assoc.bairro, relig. tróp. amigos, parentes.
	28	LUIZ CARLOS	Não respondeu			
PTB	29	VALCI JOSÉ F. DE	Barra de	B. Itapcmirim, S.Mateus, Vivacqua, P.Kennedy, Cachoeiro	Classe baixa	Assoc.esport. filantr., parentes
PCdoB	30	JOÃO MARTINS	Vilóna e Cachoeiro	Vilóna, Cachoeiro, Vila Velha, Cariacica, Serra	Classe opor. e bancária	Sindicatos, Assoc. de bairros, espote, amigos..

Fonte: Pesquisa do IDESP. – Junho/Julho/1989

**Tabela 8. – Líder: Bases Eleitorais  
Congresso Nacional, Governador e Vice – Mandato 1991/1994**

PARTIDO	COD	NOME DO DEPUTADO	BASE ELEITORAL	MUNICÍPIO ONDE FOI MAIS VOTADO (ORDEM DE IMPORTÂNCIA)	CLASSES SOCIAIS ONDE FOI MAIS VOTADO	APOIO ELEITORAL NA ÚLTIMA CAMPANHA
PMDB	A 01	DEPUTADOS ALOÍSIO SANTOS	Cariacica	Cariacica (Grande Vitória)	Mic.Empiesário (Gráficas)	Amigos, recursos próprios
	02	ETEVALDA GRASSI MENEZES	Linhares	Linhares, Bananal	mécLempreaXtransp.colur h.)	micro/ me d. empresários Pref.Linhares (Durão) ex-pref. de Bananal, veread. reg. Norte
	03	JÓRIO DE BARROS CARNEIRO	Colatina	Colatina, B. Guandu, Reg.Norte do ES	Setor de Saúde	Ex-pref.B.Guandu (J.F.Barros) amigos, (não teve apoio de .
	04	NILTON GOMES OLIVEIRA	-	Votação distrib.em todos municípios	Set. Saúde, apoio comunid e sindicatos	Max Mauro nem Rita (Camata) Sindic-do médicos - alguns pre- feitos, r ec.prop., medi cos, amigos
	05	ROBERTO VALADAO	CBch.Itapenurim	Cachoeira de Itapemirim	F.Públ. (Cach.) seg.carentes	Amigos e recursos próprios
	06	RITA CAMATA SUPLENTE PMDB			-	
	07	ARMANDO VIOLA	Baixo Guandu	-	Piofis. Liberais (Advogados)	
	08	WALFREDO B.DAS NEVES	Não respondeu		-	
PSDB	09	PAULO HARTUNO	Vitória	Vitória	Bancários, Elcthcitários e setores do funcional. núblico	Rec.próp., militância, lider.pop. e 8uidic.(CST,Aracniz,CVRD)
	10	JOÃO BATISTA DA MOTTA	Serra	Serra	Classes populares urbanas	Go vem. (J. Inácio) Dcp Estadu- ais e lider. partia (PSB, PFL, PMDB e PCB) rec.própria
	11	ROSILDA DE FREITAS	Municípios Reg-Sul	Rcg,Sul, Dolos R-Preto, Alegre, Pitúna, S.I.Caleado, Mimoso, Guaçu, Região Serrana, M.Freire, C.Castelo, tuna, At Cláudio, D.Martins, Viana	Peq. produt. rurais, empres. rurais região sul	Sindic-portuár. ferrov., mov. no- pulares, pref.e veread. reg. sul e central, recursos próprios
PL	12	JONES DOS SANTOS NEVES FILHO	Grande Vitória	Grande Vitória	CLMedia e alta da Gr. Vitória	Erop.ConstCivil, gráficos, ali- vitoria mentares e metalurg. rec.próp.
PSDB	B 14	SUFLEJJTES PL/PSDB HELVÉCIO D.CASTELLO LEZIO O. SATHLER	Sena Não respondeu	Serra, Vitória	Classe média	
	B 15 16 17 18	SENADORES ÉLCIO ALVARES GÉRSON CAMATA JOÃO CALMON SUPLENTE JOAQUIM BEATO	Guarapari Não respondeu Não respondeu	Guarapari, Grande Vitória	Classe profissionais liberais -	
PFL	19	JÔNICE TRISTÃO GOVERNADOR/VICE	Não respondeu	-	-	Lider. evangélicas, intelectuali- dade esquerda nos meios sindi- cais, comerciantes -
PDT	20	ALBUÍNO AZEREDO	Todo o Estado		Segmento negro, classes do- pulares urbanas	Voluntários, recursos próprios Governador Max Mauro
	21	ADELSON SALVADOR	Região Norte	Nova Venécia	Peq. médio empresário rural set. populares, icg, negro	Prefeitos (PTB, PCdoBX Kc. próprios, algumas empresas Governador Max Mauro

Fonte: Pesquisa da UNB. – Novembro/Dezembro/1990



**Tabela 9. – Líder: Bases Eleitorais  
Assembléia Legislativa – Mandato 1991/1994**

PARTIDO	CO D	NOME DO DEPUTADO	BASE ELEITORAL	MUNICÍPIO ONDE FOI MAIS VOTADO (ORDEM DE IMPORTÂNCIA)	CLASSES SOCIAIS ONDE FOI MAIS VOTADO	APOIO ELEITORAL NA ÚLTIMA CAMPANHA
PFL	01	CARLOS MAGNO PIMENTEL	Viana	Viana, Cariacica, D. Martins, V. Velha, VITÓRIA, C. Castelo, Guarapari	Média baixa, pobre	Prod. rurais, ass.bauros, esport. grup.relig., amigos e parentes
	02	FERNANDO SILVA	Não respondeu	-	-	-
	03	JOSÉ CARLOS GRATZ	Não respondeu	-	-	-
	04	MILTON GOMES	Não respondeu	-	-	-
	05	WALDEMIRO SEIBEL	Não respondeu	-	-	-
	06	WALDIR DURÃO	Linhares	L. da Terra, ACláudio, Itarana, Ilaguaçu, StaM-Jetibá, B. Guandu Linhares. S.G.da Palha, C.da Barra, São Mateus, Pinheiro, Colatina	Pequenos produtores rurais Classes populares	Assoe, esport., amigos.parentes. Amigos e parentes
PSDB	07	DEJAIR CAMATA	Grande Vitória	Grande Vitória, Alegre, N.Venécia	Cabos/Soldados da Classe Media, Segmentos	Sindic.PMES, amigos, parentes Amigos e Parentes ;
	08	HÉLIO GUALBERTO	Vitória	Vitória, V. Velha, S.Q.da Palha, J-Mon-		
	09	LUIZ TEMÓTEO D. VIEIRA	Reg.Centro Serrana	ctro., Cachoeiro, B. Esperança ACláudio, Lda Terra, D.Martins, S.M. Jetibá. V-N.do Imigrante, Conc.Castelo e Vitória	do Judiciário Peq. agricull e classes baixas (atend servjnédicos)	Sindicatos, assoc-prot, de .bairros, esport. gr.relig., assoafllan-
	10	ULYSSES J. ANDERS	Vila Velha	V.Velhn, Vitória, Cariacica, Serra	Cias. pobres e mais	tropicas, amigos e parentes Ass.bairros, filantróp., amigos/parentes (PM V.Velha; P.M. de B.J.do Nona, assoe, de mora do rés, amigos e parentes
	11	UMBERTO MESSIAS DE SOUZA	B.Jesus do Norte	B.J.do Norte, S.J.do Calcado, Apiacá Ibitiba. Mimoso do Sul	Todas as classes	
PMDB	12	JOSÉ FRANCISCO DE BARROS	Baixo Guandu	B Guandu L.da Terra, Vitória, Serra, Vila Velha e Cariacica	Peq.propr. rurais,	SúwTrab.Rurais, amigos e parentes
	13	JAUBER D. PIGNATON	Ibiraçu	Ibiraçu, J.Neiva, Aracruz. Fundão, Vila Velha, Vitória	Peq. Propr. rurais classes pobres	Ass, Bairros, ass. esportivas
	14	TETECO QUEIROZ	Vitória	Gr. Vitória, ACláudio, Jer.Monteiro	Prof-liberais, Empresários	Amigos e parentes
	13	ANTÔNIO T. T. GIUBERTI	Cofatina	Coatima, Alto Rio Novo, Panças, Águia Branca. Marilândia, Vitória	Classes populares urbanas	Amigos e parentes
PTB	16	GILSON GOMES	Serra	Serra, Vitória, Af.Cláudio, V.Velha. Fun	Todas as classes	Sindicatos, assoe, bairros, amigos e parentes.
	17	MARIA DA PENHA FEU ROSA	Serra	Serra, V.Velha, Vitória. Cariacica	Cl. média/baixa,	Ass.bairr., esport., grjeligiosos amigos e parentes
	18	RICARDO FERRAÇO	Cach.Itapemirim	Cachoeiro, AtVivacqua, Mirado Sul, Muqui, P.Kennedy, Castelo	Classe média e baixa	Sindicatos, ass. bairros, esport amigos e parentes
	19	VALCI J.FERREIRA DE SOUZA	Itapemirim	Itapeourim, P. Kennody, R. N. do Sul Pluma, Vitória	ProdRunus, colonos, meeiros, clas-popular e const civil)	Amigos e parentes
PT	20	ALOÍSIO KROHLING	Vila Velha	Vila Velha, Cariacica. D.Martins.	Classe média, estudantes. profess. e líder.	Así. bairros, gr. relig. amigos, rentes, iid.mov. populares.
	21	BRICE BRAGATO	Serra	D. Norte, Guarapari, Pinheiros, Sem, Vitória. Vila Velha, Cariacica, V. N. do Imigrante, Aracruz, Joio Neiva.	Operariado médio, sei serviços (CST.CVRDX bancários, eletricitarios, Rodoviários., Comerciários, metalúrgicos, e ferroviários	-
	22	JOÃO CARLOS COSER	Vitória	Vitoria. Serra, Cariacica, V. Velha,) Sla.Tereza, Linhares		Sindicatos, ass.bairros, grupo religioso, amigos e parentes
PDT	23	CARLOS R- CABAUNI	Mantenópolis	Mantenópolis, Panças, Colatina. Alto Rio Novo. V.Velha, Vitória	Classe média baixa.	Amigos e parentes, partidários
	24	PAULO LEMOS BARBOSA	Alegre	Alegre, Ibitirama, lúna, M. Freire, Jer. Monteiro, D. São Lourenço	classe baixa Classes populares	do PDT da região -
	25	RUZERTE DE PAULA GAIGHER	Al Credo Chaves	ACHaves, Iconha, Anchieta, ri, D.Martins. Piúroa. Vila Velha.	Todas as classes	Sindicatos, ass.profis., bairros. esport. fllantr. amigos, parentes
PRN	26	DJALMA MONTEIRO	Alegre	Alegre, Ki-Frucue. lúna, Ibitirama, Guaçu, Jer.Monteiro	Profis.iibenús, operários.	Sindic., assoc.profis., bairros, esportiva, filantrópica
	27	EDSON H. PEREIRA	Barra São Francisco	B.S.Francisco.Aguia Doce, Águia Branca, S. G. d» Palha, Mantenópolis, Vitória	Prod.rurais, comerciantes Peq. Agricult., colonos.	Sindic. patronal, produt rurais.
	28	LUCIANO CORTEZ	Cach do Itapemirim	C.Uapenjirim, A.Vivacqua. P.Kennedy, Muqui, Casulo, Mimoso do Sul	meeiros Classes "D" e "E" (populares)	cooperativa de café Amigos e parentes
PDC	29	MARCOS M.MADUREIRA	Mucurici	Cachoeiro, Kiacuici, Vitoria, V.Velha, Serra	CL populares (zona rural) Func. Públicos (DER)	Grupo religioso, amigo... e parentes
FSB	30	JOSÉ RENATO CASAGRANDE	Castelo	Castelo, Vitória, C.do Uapemirim.. Vila Velha. Cdo Castelo, M-Freire	Classe média (comerciantes)	Assoe, bairro, amigos, parentes

**Tabela 10. – Líder: Linhagem Política  
Congresso Nacional, Governador e Vice – Mandato 1991/1994**

PARTIDO	C O N	NOME DO DEPUTADO	PAI		CÔNJUGE		SOGRO		OUTROS PARENTES NA POLITICA		
			Ativ.Econ.	Auv.PoB	Ativ.Econ.	Ativ.Polit	AuV.Ecoo.	Atrv.Polit	Tq>	Carg.Pe4L	
PMDB	A 01	DEPUTADOS ALOÍSIO SANTOS	Trab. rural Ag.Fiscal Pref Vitória, propr. rural Bananal Agropecurista	Ver. Pref. Baixo Guandu	Do lar	-	Func.	-	-	Marid o Inalo Irmão Inalo Irmão	Dep.Estad Secr.Faz Gov. Ver., Deput, e Sec.Est. Dep.Fed.(2) Pref. (2) Dep.Est 3 vezes Pref. Goiás
	02	ETEVALDA G. MENEZES			Advog. Prop. rural, Banco	Dep.Estad 2 le- gislaturas	Func. Propriet.r ural	-	-		
	03	JÓRIO B. CARNEIRO	Medico		Memb.Dire tório do PMDB	Func.Públ. Fis- cal Faz- Comerciar ia	-	-			
	04	NILTON GOMES DE OLIVEIRA	Propriet.rural		-	-	-	-			
	05	ROBERTO VALADAO	Proprietário do CartReg.Civil em Cachoeiro Produt.Rural		Func. da CEF	Fil. ao PMDB	Func. PúbUco	-	-		
	06	RITA CAMATA	-		Radialista	Senador	-	-	-		
	07	SUPLENTES PMDB ARMANDO B.	Não respondeu		-	-	-	-	-		
	08	WALFREDO W. DAS NEVES	Não respondeu		-	-	-	-	-		
PSDB	09	PAULO HARTUNG	Comerciante Dir.SPC, Tes.do CINDES Agricultor	Memb.P e após	Func.Públ Estadual	Filiada ao	-	-	-	-	
	10	JOÃO BATISTA DA MOTTA	-	-	F.Públ. PMV	Filiada do PSDB	Func.do Clube Álv.Cabral Comerc. e pro- priet rural	-	-	-	
	11	ROSUDA DE FREITAS	Secret.Estado Admimst.(MG	-	Comercia nte (Desquita	-	-	Dep.Est. (3x) Pref.Gua 2 vezes	-	-	
PL	12	JONES DOS SANTOS NEVES FILHO	Farmacêut. Emprcs. Setor Financeiro	Político Profis- sional	-	Presid.Com is.E- curnéruca da Cosia	Aiquitcto/ Che- fe e Jardins	-	-	Tio Tio Tio	Descai barg. Dep.Esud. Prefeilo Dep.Esud.
PL	13	SUPLENTES HELVÉCIO D. CASTELLO	Prop.Cartório	-	Dólar	-	-	-	-	Tio Tio Tio Tio Tia	Dep.Fed. Pref.Serra Prcf.Serra Vereador Dep.Est (4)
PSDB	14	LÉZIO SATHLER	Não respondeu	-	-	-	-	-	-	-	-
PFL PMDB	B 15	SENADORES ÉLCIO ÁLVARES	Mecânico	-	-	-	-	-	-	-	-
	16	GÉRSON CAMATA	Produt.Rural	-	-	Dep. Fed.	-	-	-	Tio Sobrin Primo	Vereador Deputado
PMDB	17	JOÃO CALMON	Não respondeu	-	-	-	-	-	-	-	-
PFL	18	SUPLENTES JOAQUIM BEATO	Não respondeu	-	-	-	-	-	-	-	-
	19	JÔNICE TRISTAO	Não respondeu	-	-	-	-	-	-	-	-
PDT	C 20	GOVERNADOR E ALBUÍNO CUNHA AZEREDO	Contador	-	Professor a	-	Gor.Fab.G aroto	Líder religioao	-	-	-
PDT	21	ADELSON SALVADOR	-	-	Professor a	Memb. PMDB	Peq.Propriet et	-	-	-	-

**Tabela 11. – Líder: Linhagem Política  
Assembléia Legislativa – Mandato 1991/1994**

PARTIDO	COD	NOME DO DEPUTADO	PAI		CÔNJUGE		SOGRO		OUTROS PA RENTES	NA POLÌTICA
			Ativ..Econ.	Ativ. Política	Aliv.Ecoa	Aliv.Polít	Aliv.Econ	Attv.PoHt	Tipo	Carg.Polót
PFL	01	CARLOS MAGNO PIMENTEL	Pecuarista	Líder Pol. Ver./30a	Func. Pública	Prefeita Viana	Comerciante		Avô	Governador
	02	FERNANDO SILVA	Comis.Pol-Não		-		-	-		
	03	JOSÉ CARLOS GRATZ	Não				-	-		
	04	MILTON GOMES	Não				-	-		
	05	WALDEMIRO SEIBEL	Lavrador		Dotar	-	Lavrador		Filho	Vereado
	06	WALDEMIRO DURÃO	Com. rural Func. Agricultor		Comercia Empresár		Médico e Agricultor		Primo	Pref. e Linhares
PSDB	07	DEJAJS. CAMATA	Func. Agricultor		Comercia Prod.Rural	-	Agricultar	-	Primo	Ver.Gov Senador
	08	HÉLIO GUALBERTO	Comercia		Prof.Primá		Comercia	-	Tio	-
	09	LUIZ TEMÓTEO D. VIEIRA,"	Agropecuaria	Líder Político	Empresária		Agricultor	Vereador		Prefeito
	10	ULISSES J.ANDERS	Fazendeir Polt-	e Pref.V.Vel Vice-Sec.Ad.P	Set. Não		-	-	Prim./C Irmão	Af.Cláud Sec. de PretV.V
	11	UMBERTO M.DE SOUZA	Pecuarista Del.Polcia	Veread. Norte	Do Lar		Agropecuaria		Primo Primo	Vereado Vereado
PMDB	12	JOSÉ FRANCISCO DE	Propriet. Lavrador	Vcr.B.	Professor	-	Peq.Come Lavrador	. Cand.	Irmão 'Primo	Dep.Est/ Vereado
	13	JAUBER D. PIGNATON	Advogado	Vereador	Comércio		Comércio	-		
	14	TETECO QUEIROZ	Família de Prof. Lib. Médico	Vitoria						
	15	ANTÓNIO TADEU		Vereador PreC V.Gov/Sen.	Do lar	Secret.Acção PM	Militar		Pai	Vereado
PTB	16	GILSON GOMES	Motorista		Comercia	Pres.Deare	Comercia	-	Irmão Tio	Ver.A.Cl Prefeito Sta.Tere
	17	MARIA DA PENHA FEU	Agrimenso		Comercia Fazendeir Polít- Empresár	Prefeito Serra	Comercia	Deputado Estadual		
	18	RICARDO FERRAÇO	Empresári Ind.Com. Profissio	Dep.Estad. Pref.Cach, Fed.			Empresári		Tio/Avô Tio/Avô Primo Tio/Avô	Ver./Pre Dep./Pre Pref./Ve PreC Ver.
	19	VALCI J. FERREIRA	Agricultor		Do lar	-	Prod.	-		
PT	20	ALOISIO KROHLING	Pcq.Prod.	Líder Lld.Com.R	Prof.Univ Desquitad	Muitanteid	Decorado		-	Ver.Gov. Dep.Est. Pref.R.B Dir.
	21	ERICE BRAOATO	Pcq.Prod.						Primo Primo Primo Irmã	
	22	JOÃO CARLOS COSER	Agricultor		Dólar	-	Militar			
PDT	23	CARLOS R. CABALINI	Produt. Rural	Sec.Just.E S V.Pref	Prof.Prim Dólar		Construtor NSo «abe	-	Irmio	Ver. Alegre
	24	PAULO LEMOS		Dep.Est/ Al fr.						
	25	RUZERTE P. GAIOHER	Produt.		Do lar		Comercia	Pref.lconh		
PRN	26	DJALMA MONTEIRO	Produt.		Prof		Comercia	Ver.Pres Cim.		
	27	EDSON H. PEREIRA	F une.	Veread.PD Sec.PM-	Do lar		Agricultor	-		
	28	LUCIANO CORTEZ	Alfaiate		Dólar	-	Vigia			1 i
PDC	29	MARCOS M.	Médico	Militante	Do Lar	-	Industrial		Primo	Dep.Est
PSB	30	JOSÉ RENATO CASAGRANDE	Comercia nte		Dólar	-	Comercian te		Primo	Ver. Casulo

Fonte: Pesquisa da UFES-SRPPG. – Outubro/Dezembro/1992



**Tabela 13. – Líder: Exercício de Cargos Não Eletivos  
Congresso Nacional, Governador e Vice – Mandato 1991/1994**

PARTIDO	CÓD	NOME DO DEPUTADO	CARGOS NA O ELETIVOS / ADMINIST. PÚBLICA			CARGOS EM ONG'S NA SOCIEDADE CIVIL		
			Órgão	Cargo	Período	Organização	Caigo	Período
PMDB	A	DEPUTADOS						
	01	ALOÍSIO SANTOS	SUNAB	Delegado	84/85	Ord. Advog. do Brasil	Membro	
			Procuradora • PM Vitoria	Procurador	82/83			
			Ass.Jurídica-PM Cariacica	Assessor	81/82			
			Sec.Plancj. P.M-Cariacica	Secretário	81			
			Coord.Gerul PM Cariacica	Coordenador	86/87			
			Assess.Jurld.P.MV.Velha	Asaossor	80			
	02	ETEVALDA O. DE MENEZES	Não respondeu		-			
03	JÓRIO DE BARROS CARNEIRO	INAMPS-Colatina	Ch. Dep. Medic. Social	1985/86	Hosp.Matenidade Colatina	Diretor	83/85	
					Assoc.Médica do E. Santo	Pres.Sec.Colatin	76/77	
					Licns Clube	Pres.Sec.Colatin	78/80	
04	NILTON G.DE OLIVEIRA	-		-	Sindic.dos Médicos do ES	Diretor	3 anos	
					Sindic.dos Médicos do ES	Presidente	6 anos	
05	ROBERTO VALADAO			-	Cart. Reg.Civil Cach.Itanemi	Proprietário		
06	RITA CAMATA	Não respondeu		-				
	SUPLENTE PMDB							
07	ARMANDO B. VIOLA	PM Linhares	Secret. Planejamento	74/79	OAB, Assoe Moradores	Membro	•	
08	WALFREDO WX)AS NEVES			-	Assoe. Aposent.Pension.ES	Presidente	•	
PSDB	09	PAULO HARTUNG		-		Assoe. Economistas ES	Membro	1979/87
	10	JOÃO BATISTA DA MOTTA		-		Sindic. Economistas ES	Membro	88
	11	ROSILDA DE FREITAS		-		Empresário setMadeieiro	-	-
					Sindic.Radialistas	Membro		
					Fund.Ptdrost Horta	Membro		
PL	12	JONES SANTOS NEVES FILHO		-		Sindic. Construção Civil	Presidente	66/68
						Fed.Ind.do E. S. FINDES	Presidente	68/76
					Conf.Nac.Indústh - CNI	DiretSecretario	77	
					Conf.Nac.Indústria - CNI	Presidente	83/	
					Org.Nic. Empregadores	Vice-Presidente	87/	
					Conselho Adm. da O.L.T.	Conselheiro	87/	
PL	13	SUPLENTE PL/PSDB HELVÉCIO CASTELO		-		ASES-Associação dos Notá- rios e Registradores do ES	Presidente	
PSDB	14	LEZIO GOMES SATHLER	NÃO respondeu		-			
PFL	B	SENADORES						
	15	ÉLCIO ÁLVARES			-	Cridos Adv.do Brasil - ES	Conselheiro OAB	63/64
PMDB	16	GÉRSO CAMATA	NÃO respondeu		-			
	17	JOÃO CALMON	NÃO respondeu		-			
		SUPLENTE						
18	JOAQUIM BEATO	Gov.Est. Sec.Bem E. Social	Secretário	83/86	AJ3.U.F.E.S.	Membro		
		Gov.Est.Sec. Educação	Secretário	87	Igreja Presbiteriana	Pastor	-	
PFL	19	JÔNICE TRISTÃO	Não respondeu					
PDT	C	GOVERNADOR E VICE						
	20	ALBUÍNO C. DE AZEREDO	Gov. Estado, S ec. Planejam.	Secretário	88/90	Sindic.Ferrovianos-CVRD	Membro	68/81
						Assoe. Consult. Engenharia	Membro	82
					Sindic.Const-Civil no Es	Membro		
					Cooper.Produutores Rurais	Membro	76/8?	
	21	ADELSON SALVADOR	-		-	Assoc.Pref. e Veread. do ES	Presidente	87/89

Fonte: Pesquisa da UNB. – Novembro/Dezembro/1990

**Tabela 14. – Líder: Exercício de Cargos Não Eletivos  
Assembléia Legislativa – Mandato 1991/1994**

PARTIDO	CÓD	NOME DO DEPUTADO	CARGOS NAOELETIVOS/ADMINIST. PÚBLICA			CARGOS EM ONO-S NA SOCIEDADE CIVIL		
			Órgão	Cargo	Período	Organização	Cargo	Período
PFL	01	CARLOS MAGNO PIMENTEL	BANESTES	Encarreg.Secção	71/83	-	-	-
	02	FERNANDO SITVA	Não respondeu	-	-	-	-	-
	03	JOSÉ CARLOS GRATZ	Não respondeu	-	-	-	-	-
	04	NILTON OOMES	-	-	-	Fund. Vamos dar as Mãos	Presidente	87
	05	WALDEMTO SETBEL	-	-	-	Ass-Educ. Unidos lar da Terra	Presidente	83/85
	06	WALDIR DURÃO	P.M.Linhares	Superintendente	90/...	-	-	-
PSDB	07	DEJAIR CAMATA	-	-	-	ServidPolicia Militar	Pres./Inlerventor	84
	08	HÉLIO GUALBERTO	Previd.Social Judiciário	Magistrado / Juiz	49/57-57/89	-	-	-
	09	LUIZ TEMÓTEO D. VIEIRA	P.M.Afonso Cláudio	Medico	78/79	Lions Club Af. Claudio Associação Moradores	Presidente	-
	10	ULYSSES JARBAS ANDBRS	P.M-V.Velha	Secr.Turiamo	89/89	-	-	-
	11	UMBERTO MESSIAS DE SOUZA	Gov.Estadual - SEFA	Fiscal de Rendas	72/89	Ass-Bairros B.J.do Norte Assoc.Fisco de Vitoria	Presidente Secretário	80/82 82/84
PMDB	12	JOSÉ FRANCISCO DE BARROS	Gov. Estadual- Sec. Trabalho	-	88/90	-	-	-
	13	JAUBER DÓRIO PIONATON	Gov.Estad.-MOBRAL	Ofic.Juстиça - Ibirapu	67	Ibirapu Esporte Clube	Diretor	- ; 67/81
	14	TETECO QUEIROZ	EMATER	Sec.Mobral/Pres.Emat.	73/76	Asa.Pref.e Vereadores-ES Assoc.Morad nhã do Boi	Secret. Financeiro Funi/Diretor	86/88 80/81
	15	ANTÔNIO TADEU T. GIUBERTI	-	Dedico RJ/Colatina	71/74-74/89	-	-	-
PTB	16	GILSON GOMES	P.M Serra Gov. Estadual	Secret.Administrattvo Ch.Gabin./Porte-Voz	82 79/82 e 90	Assoe. Func.COMDUSA Associação Delegados	Presidente Presidente	83 89/90
	17	MARIA DA PENHA FEU ROSA	PM da Serra/Sec.Açlo Soe.	Secretária	77/82-89/90	-	-	-
	18	RICARDO FERRAÇO	Nao respondeu	-	-	-	-	-
	19	VALCI FERREIRA DE SOUZA	-	-	-	-	-	-
PT	20	ALOISIO KROHLING	U.F.E.S.	ProfVDirelor de Centro	90	Assoe. Bairro itapoB Comiss. Justiça e Paz Conselho Comun.V. Velha INAP	Presidente Membro Presidente Diretor/Secr etário	80/11 82/89 84/86 84/89
	21	BRICE BRAGATO	IESBEM IBSP	Coord.Núc.Prevençfio Supervisor/ Ass. Sócia	77/79 82/88-88/91	Fed.Assoc.Mor. e Mov.Popul	Presidente	87/89
						CE-B. de Carapina	Agente Pastoral	77/81
						Sindic.Ass.Sociais	Diretora	81/83
	22	JOÃO CARLOS COSER	-	-	-	Assoc.Serv.do IESBBM(Vit)	Diretora	82/84
						Assoe. Morad.André Carloni	Presidente	85/87
Fed.Ass. Moradores Serra						Coordenadora	86/88	
						Sindic.Comerc. Vitória	Secretário geral	82/85
						Central Única dos Trabalhai	Vice- Presidente	82/85
						Centrul Única dos Trabalhai	Secretário Geral	83/84
						Central Única dos Trabalhai	Presidente	84/86
						Sindicato dos Coraerçianos	Presidente	85/87
PDT	23	CARLOS ALBERTO CABALJNI	P. M. Paçnas	Sec.Educ./Sec.Admin.	70/72-76/80	-	-	-
	24	PAULO LEMOS BARBOSA	U.F.E.S./CAUFES Gov. Estadual Banco do Brasil Baneates Gov. Estadual	Diretor	74/76	Esp. Clube R-Branco - Alegre	Diretor Social	65/66
				Secretário	76/78	AABB - Alegre	Presidente	67/74
				Gerente	78/85	Comercial Atlético Clube	Presidente	73/74
25	RUZERTE DE P.GAIGHER	-	Diretor	85/86	-	-	-	
PRN	26	DJALMA MONTEIRO	Gov.Estadual	Secrec. Ind. Com. Chefe Casa Civil	86/87 87/88	-	-	-
	27	EDSON HENRIQUE PEREIRA	-	-	-	Assoe. Moradores Bairro	Sócio	82/88
	28	LUCIANO CORTEZ	Nlo respondeu	-	-	-	-	-
PDC	29	MARCOS MIRANDA MADUREIRA	Gov.Estadual / DER	Dir. Oper. / Dir. Geral	83/87-87/89	-	-	-
PSB	30	JOSÉ RENATO CASAGRANDE	P.M. Castelo	Engº Florest./Dir.Obras	84/86-86/87	Assoc.Academ.de Castelo	Secret. Presid.	80/86
						Asaoc.Castelo ProtAmbient. Associação Bairro de Castelo	Vice-Presidente Presidente	87/88 88/89

Fonte: Pesquisa da UFES-SRPPG. – Outubro/Dezembro/1992

**ANEXOS  
(PARTE 2)<sup>114</sup>**

---

<sup>114</sup> Os anexos desta parte foram mantidos em seu formato original, a fim de que mantenham sua originalidade documental de projetos de lei conforme publicados no DOE ou na ALES.

**Projeto de Lei do Sr. Deputado Nilton Gomes (PFL)**



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

***LEI Nº 4.691***

O GOVERNADOR DO ESTADO DO  
ESPÍRITO SANTO

Faço saber que a Assembléia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Espírito-santense ao Senhor José de Paiva Netto.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Ordeno, portanto, a todas as autoridades que a cumpram e a façam cumprir como nela se contém.

O Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania faça publicá-la, imprimir e correr.

Palácio Anchieta, em Vitória, 26 de novembro de 1992.

**ALBUÍNO CUNHA DE AZEREDO**  
GOVERNADOR DO ESTADO

**RENATO VIANA SOARES**  
SECRETÁRIO DE ESTADO DA JUSTIÇA E DA CIDADANIA

**(Publicada DOE-27.11.1992)**

**Este texto não substitui publicado no DOI**



**Projetos de Lei do Sr. Deputado Waldemiro Seibel (PFL)****LEI Nº 4.613****O GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Faço saber que a Assembléia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Fica declarada de utilidade pública a Sociedade Cultural de Estudo das Seitas Africanistas no Brasil - S'CEABRA com sede na Rua Elias Corteletti, nº 05, em Cariacica, neste Estado, com matriz em Niterói, no Estado do Rio de Janeiro.

**Art. 2º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** - Revogam-se as disposições em contrário.

Ordeno, portanto, a todas as autoridades que a cumpram e a façam cumprir como nela se contém.

O Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania faça publicá-la, imprimir e correr.

Palácio Anchieta, em Vitória, 18 de dezembro de 1991.

**ALBUÍNO CUNHA DE AZEREDO**  
Governador do Estado

**RENATO VIANA SOARES**  
Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania

(Publicada DOE – 20.12.1991)

**Este texto não substitui publicado no DOE.**



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

**LEI Nº 4.562****O GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Faço saber que a Assembléia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Fica declarado de utilidade pública o Movimento Comunitário "Nossa Senhora Aparecida", localizado no Município de Cariacica.

**Art. 2º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** - Revogam-se as disposições em contrário.

Ordeno, portanto, a todas as autoridades que a cumpram e a façam cumprir como nela se contém.

O Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania faça publicá-la, imprimir e correr.

Palácio Anchieta, em Vitória, 26 de setembro de 1991.

**ALBUÍNO CUNHA DE AZEREDO**  
Governador do Estado

**RENATO VIANA SOARES**  
Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania

(Publicada DOE – 04.10.1991)

**Este texto não substitui publicado no DOE.**

### **LEI Nº 5.146**

#### **O GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Cria o município de Brejetuba e fixa seus limites territoriais.

Faço saber que a Assembléia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º.** - Fica criado o município de Brejetuba, desmembrado do município de Afonso Cláudio, constituído pelos distritos de Brejetuba, São Jorge de Oliveira e povoado de Rancho Dantas, com sede no distrito de Brejetuba e área territorial de trezentos e quarenta e três quilômetros quadrados.

**Art. 2º.** - O município de Brejetuba pertence à Comarca de Afonso Cláudio.

**Art. 3º.** - O município criado passa a ter a seguinte delimitação:

I - DIVISAS INTERMUNICIPAIS:

a) Com o município de Ibatiba - começa no Pico de Guandú, na divisa com o estado de Minas Gerais; segue pelo divisor de águas entre as bacias dos rios Pardo e Guandú, até encontrar o divisor de águas entre os rios Guandú e Norte, onde começa a divisa com o município de Muniz Freire;

b) Com o município de Muniz Freire - começa onde termina a divisa com o município de Ibatiba, segue pelo divisor de águas entre as bacias dos rios Guandú e Norte até encontrar o divisor de águas do rio Castelo, onde começa a divisa com o município de Conceição do Castelo;

c) Com o município de Conceição do Castelo - começa onde termina a divisa com o município de Muniz Freire, segue pelo divisor de águas entre os rios Guandú e Castelo, até encontrar o divisor de águas entre os córregos de Areia e Pinga Fogo, na serra do Pinga Fogo, onde começa a divisa com o município de Afonso Cláudio;

d) Com o município de Afonso Cláudio - começa onde termina a divisa com o município de Conceição do Castelo; segue pelo divisor de águas entre os córregos da Areia e Pinga Fogo, afluentes da margem direita do rio do Peixe, até o ponto mais alto da cachoeira da Mata, no rio do Peixe, a jusante do povoado de Rancho D'Anta, no ponto de coordenadas geográficas de latitude 20º15'40" S e longitude 41º13'46" Wgr; segue pelo divisor de águas entre a cabeceira do rio do Peixe e córrego Atrás-da-Serra, até encontrar o divisor de águas entre os rios do Peixe e São Domingos Grande; segue pelo divisor de águas, formado de um lado pelo rio do Peixe, ribeirões do Firme Caipora, e pelo outro lado, o rio São Domingos Grande, até encontrar o cabeceira do córrego Boa Esperança, afluente da margem direita do rio São Domingos Pequeno; segue pelo divisor de água da margem direita deste córrego até a foz do ribeirão do Oliveira; segue pelo divisor da margem esquerda deste ribeirão até encontrar o limite com o estado de Minas Gerais;

II - DIVISA INTERESTADUAL:

a) Começa onde termina a divisa com o município de Afonso Cláudio; segue pelo limite entre os estados do Espírito Santo e Minas Gerais até o Pico do Guandú, onde começa a divisa com o município de Ibatiba.

III - DIVISA INTERDISTRITAL:

a) Distrito de São Jorge de Oliveira:

1 - Com o distrito sede - começa na divisa com o estado de Minas Gerais, na serra da Chibata; segue pelo divisor de águas da margem direita do córrego Centenário até encontrar a divisa com o município de Afonso Cláudio.

**Art. 4º.** - A instalação do município de Brejetuba far-se-á na ocasião da posse do prefeito, vice-prefeito e vereadores, que deverá coincidir com a dos demais municípios do Estado.

**Parágrafo Único** - Enquanto não for instalado, o município de Brejetuba será administrado pelo Prefeito Municipal de Afonso Cláudio e reger-se-á pelas leis e atos regulamentares deste município.

**Art. 5º.** - O índice de participação do município de Brejetuba no produto da arrecadação estadual do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, será fixado por ato próprio do Chefe do Poder Executivo Estadual, de acordo com a legislação em vigor.

**Art. 6º.** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 7º.** - Revogam-se as disposições em contrário.

Ordeno, portanto, a todas as autoridades que a cumpram e a façam cumprir como nela se contém.

O Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania faça publicá-la, imprimir e correr.

Palácio Anchieta, em Vitória, 15 de dezembro de 1995.

**VITOR BUAIZ**  
**Governador do Estado**

**PERLY CIPRIANO**  
**Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania**  
**FERNANDO AUGUSTO BARROS BETTARELLO**  
**Secretário de Estado do Interior**  
**ROGÉRIO SARLO DE MEDEIROS**  
**Secretário de Estado da Fazenda**

---

## Projetos de Lei do Sr. Deputado Magno Malta



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

### LEI Nº 5.044

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

*Proíbe a exposição inadequada de matérias pornográficas em bancas de revistas*

Faço saber que a Assembléia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º.** - Fica proibida a exposição inadequada em vitrines de bancas de revistas de materiais que possam atentar contra os valores morais e religiosos do cidadão e da família, tais como fotos pornográficas e materiais do gênero.

**Art. 2º.** - Os materiais referidos no artigo anterior só poderão ser expostos devidamente lacrados em envelopes próprios da editora, no interior do estabelecimento, de maneira que resguarde o seu conteúdo, e sua visualização não exceda ao disposto no Art. 1º..

**Art. 3º.** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 4º.** - Revogam-se as disposições em contrário.

Ordeno, portanto, a todas as autoridades que a cumpram e a façam cumprir como nela se contém.

O Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania faça publicá-la, imprimir e correr.

Palácio Anchieta, em Vitória, 12 de junho de 1995.

**VITOR BUAIZ**  
Governador do Estado

**PERLY CIPRIANO**  
Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania

(Publicada no DOE - 13.6.1995)  
Este texto não substitui publicado DOE.

### LEI Nº 5.082

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Autoriza a inclusão do estudo "Drogas - Prevenção, Uso e Abuso", no currículo das escolas da rede estadual de ensino.

Faço saber que a Assembléia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º.** - O Poder Executivo fica autorizado a incluir no currículo das escolas da rede estadual de ensino, na disciplina de Ciências, o estudo "Drogas - Prevenção, Uso e Abuso".

**Art. 2º.** - O estudo "Drogas, Prevenção, Uso e Abuso", objetiva conscientizar o educando sobre os malefícios das drogas, sob o ponto de vista moral, físico, psicológico e social.

**Art. 3º.** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 4º.** - Revogam-se as disposições em contrário.

Ordeno, portanto, a todas as autoridades que a cumpram e a façam cumprir como nela se contém.

O Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania faça publicá-la, imprimir e correr.

Palácio Anchieta, em Vitória, 19 de julho de 1995.

**JOSÉ RENATO CASAGRANDE**

Governador do Estado

(em exercício)

**PERLY CIPRIANO**

Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania

**EUZI RODRIGUES MORAES**  
**Secretário de Estado da Educação e Cultura**

---

**Lei nº 5.264**

**Autoriza o Poder Executivo a dispor sobre restrição ao Tabagismo, no âmbito do Estado, nos estabelecimentos comerciais que especifica e dá outras providências.**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

**Faço saber que a Assembléia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Lei:**

Art. 1º - Os restaurantes, bares, churrascaria, lanchonetes e estabelecimentos comerciais afins no âmbito do Estado, que possuam área superior a 100 m<sup>2</sup> (cem metros quadrados), ficam obrigados a dispor espaço reservado a pessoas não fumantes.

Parágrafo único - O espaço a que se refere o "caput" deste artigo não poderá ser inferior a 50% (cinquenta por cento) da área de consumação ao público.

Art. 2º - Ficam dispensadas da obrigatoriedade a que se refere o artigo anterior as casas noturnas de diversão e lazer, tais como casas de dança, boates, casas de shows e congêneres, que também efetuam manipulação, consumo e venda de alimentos.

Art. 3º - Nos estabelecimentos referidos no art. 1º deverão ser afixados avisos indicativos da proibição a que alude esta Lei, em pontos de ampla visibilidade e de fácil identificação pelo público, cujas dimensões não excedem a 50 cm (cinquenta centímetros) x 30 cm (trinta centímetros), ou cuja área não exceda a 0,15 m<sup>2</sup> (zero vírgula, quinze metros quadrados).

Art. 4º - Para os efeitos desta Lei consideram-se infratores os fumantes e os estabelecimentos nela abrangidos, nos limites das responsabilidades que lhe são atribuída.

Art. 5º - Os infratores desta Lei sujeitar-se-ão à multa de 40(quarenta) Unidade Padrão Fiscal do Estado do Espírito Santo - UPFES vigente, devendo ser aplicado o dobro em caso de reincidência.

Art. 6º - O Poder Executivo no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias regulamentará esta Lei observando, em suas normas complementares necessárias à execução e fiscalização, os estritos termos da presente.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

Ordeno, portanto, a todas às autoridades que a cumpram e a façam cumprir como nela se contém.

O Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania faça publicá-la, imprimir e correr.

**Palácio Anchieta, em Vitória, 10 de setembro de 1996.**

**VITOR BUAIZ**  
**Governador do Estado**

**PERLY CIPRIANO**  
**Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania**  
**NÉLIO ALMEIDA DOS SANTOS**  
**Secretário de Estado da Saúde**

---

**LEI Nº 5.081**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Proíbe a venda e o uso de cigarros e bebidas alcoólicas nas escolas da rede estadual de ensino e conveniadas.

Faço saber que a Assembléia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º.** - Fica proibida a venda de cigarros e bebidas alcoólicas nas dependências das escolas da rede estadual de ensino ou das conveniadas.

**Art. 2º.** - Os professores, bem como toda pessoa que desenvolver trabalho junto aos alunos, ficam proibidos de fumar em sala de aula.

**Parágrafo Único** - A proibição para venda de cigarros e bebidas alcoólicas nas dependências das escolas deve ser observada em qualquer evento, independente de quem o promova.

**Art. 3º.** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 4º.** - Revogam-se as disposições em contrário.

Ordeno, portanto, a todas as autoridades que a cumpram e a façam cumprir como nela se contém. O Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania faça publicá-la, imprimir e correr.

Palácio Anchieta, em Vitória, 19 de julho de 1995.

**JOSÉ RENATO CASAGRANDE**

**Governador do Estado**

**(em exercício)**

**PERLY CIPRIANO**

**Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania**

**EUZI RODRIGUES MORAES**

**Secretária de Estado da Educação e Cultura**

### **Lei nº 5.173**

**Proíbe a exposição de fotos pornográficas e frases obscenas na divulgação do serviço Telessexo.**

**O VICE-PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DÓ ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, faço saber que a Assembléia Legislativa manteve e eu ENIVALDO DOS ANJOS, seu Vice - Presidente, promulgo nos termos do Artigo 66, § 7º da Constituição Estadual a seguinte Lei:

Art 1º - Fica proibida a divulgação do serviço denominado Telessexo ou similar, usando rotos pornográficas e frases obscenas que possam atentar contra o pudor e a moral do cidadão e da família.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a aplicar ao infrator a sanção legal cabível, prevista na legislação própria.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

**PALÁCIO DOMINGOS MARTINS, em 04 janeiro de 1996.**

**ENIVALDO DOS ANJOS**

**Vice – Presidente**

### **LEI N º 5.503**

**Concede Título de Cidadão espírito-santense ao Pr. Abimael Corrêa do Nascimento.**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

**Faço saber que a Assembléias Legislativas decretou e eu sanciono a seguinte Lei:**

Art. 1º Fica Concedido ao Pr. Abimael Corrêa do Nascimento o Título de Cidadão espírito-santense , de conformidade com a Lei n.º 3.563, de 08 de junho de 1983.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Ordeno, portanto, a todas as autoridades que a cumpram e a façam cumprir como nela se contém.

O Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania faça publicá-la, imprimir e correr.  
Palácio Anchieta, em Vitória 06 de novembro de 1997.

**VITOR BUAIZ**

**Governador do Estado**

**PERLY CIPRIANO**

**Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania**

---

**Projeto de Lei do Sr. Deputado Sérgio Vidigal****LEI Nº 5.055****O GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Denomina a Rodovia ES-010, que liga Jacaraípe à BR 101.

Faço saber que a Assembléia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º.** - Fica denominada "Pastor Roque Ferreira Filho", a Rodovia ES-010, que liga Jacaraípe à BR 101.

**Art. 2º.** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º.** - Revogam-se as disposições em contrário.

Ordeno, portanto, a todas as autoridades que a cumpram e a façam cumprir como nela se contém.

O Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania faça publicá-la, imprimir e correr.

Palácio Anchieta, em Vitória, 20 de junho de 1995.

**VITOR BUAIZ**

**Governador do Estado**

**PERLY CIPRIANO**

**Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania**

---



## Projetos de Lei do Sra. Deputada Sueli Vidigal (PDT/ES)

### PROJETO DE LEI Nº 185/04

Institui o orçamento participativo no Estado do Espírito Santo e dá outras providências.

### A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

**DECRETA:**

#### **Capítulo I**

##### **Disposição Preliminar**

**Art. 1º** A elaboração dos projetos de lei do orçamento anual, de iniciativa do Governo do Estado, contará com ampla participação dos cidadãos, através da realização de Assembléias Populares e dos Conselhos Regionais e Estadual do Orçamento Participativo, na forma prevista nesta lei e no Regimento Interno.

#### **Capítulo II**

##### **Das Assembléias Populares**

**Art. 2º** As Assembléias Populares do Orçamento Participativo serão realizadas em todo o Estado do Espírito Santo e se classificarão em:

I – municipais;

II – regionais;

III – Estaduais temáticas.

**Art. 3º** As Assembléias Municipais do Orçamento Participativo acontecerão nos Municípios, com a participação de todos os munícipes interessados e serão organizadas pela entidade de representação popular máxima da cidade, pela Prefeitura e Câmara de Vereadores.

**§ 1º** Os munícipes interessados citados no caput deste artigo serão denominados delegados.

**§ 2º** O Município que não dispuser de entidade representativa da sociedade civil, em âmbito municipal, para organizar a Assembléia Municipal, acionará a Federação das Associações de Moradores do Espírito Santo – FAMOPES para fazê-lo.

**Art. 4º** Compete às Assembléias Municipais do Orçamento Participativo:

I – eleger os delegados às Assembléias regionais do Orçamento Participativo;

II – definir as prioridades do Município para o Orçamento Estadual, por tema.

**Parágrafo único.** Os delegados que trata o inciso I deste artigo, serão eleitos em número proporcional ao de habitantes da Cidade, de acordo com o Regimento Interno.

**Art. 5º** As Assembléias Regionais do Orçamento Participativo contarão com a participação dos delegados representantes dos Municípios e delegados natos.

**Art. 6º** Compete às Assembléias Regionais do Orçamento Participativo:

I – eleger os delegados às Assembléias Estaduais Temáticas, proporcionalmente ao número de habitantes da Região, conforme dispuser o Regimento Interno;

II – definir as prioridades da Região, por tema;

III – eleger os Conselhos Regionais do Orçamento Participativo;

IV – indicar seu(s) representante(s) ao Conselho Estadual do Orçamento Participativo.

**Art. 7º** As Assembléias Estaduais Temáticas contarão com a participação dos delegados eleitos nas Assembléias Regionais e dos delegados natos.

**Art. 8º** Compete às Assembléias Estaduais Temáticas:

I – compor o Conselho Estadual do Orçamento Participativo;

II – definir as prioridades, por temas e regiões, a serem contempladas no Orçamento anual do Governo Estadual.

#### *Capítulo III*

##### **Dos Delegados**

**Art. 9º** São delegados às Assembléias Populares do Orçamento Participativo, em representação à sociedade civil, aqueles previstos em artigos anteriores, de acordo com o caso.

**Art. 10.** São delegados natos às Assembléias Populares, os Deputados Estaduais.

**Art. 11.** Os Conselhos Regionais do Orçamento Participativo serão compostos por 10(dez) membros eleitos nas Assembléias Regionais, 2 (dois) representantes do Poder Legislativo Estadual e 1 (um) representante do Poder Executivo Estadual.

**Art. 12.** Compete aos Conselhos Regionais do Orçamento Participativo:

I – organizar todas as atividades regionais do Orçamento Participativo, juntamente com o Conselho Estadual;

II – acompanhar as discussões, proposições e execução do Orçamento aprovado;

III – apresentar ao Conselho Estadual do Orçamento Participativo quaisquer propostas de interesse da Região, no tocante ao Orçamento Participativo.

**Art. 13.** O Conselho Estadual do Orçamento Participativo será composto por 1(um) representante de cada Região, eleito e indicado pela Assembléia Regional, 1 (um) representante do Poder Executivo Estadual e 2 (dois) representantes do Poder Legislativo Estadual e terá suas atribuições previstas no Regimento Interno.

**Art. 14.** Compete ao Conselho Estadual do Orçamento Participativo:

I – planejar e viabilizar as atividades do Orçamento Participativo para o exercício seguinte;

II – elaborar e aprovar o Regimento Interno;

III – coordenar todas as atividades do Orçamento Participativo;

IV – acompanhar e divulgar a execução do Orçamento Participativo aprovado.

**Art. 15.** O mandato dos membros dos Conselhos Regionais e Estadual do Orçamento Participativo será de 01 (um) ano.

*Capítulo V*

#### **Da Divulgação e Mobilização das Atividades do Orçamento Participativo**

**Art. 16.** As Assembléias Populares deverão ser amplamente divulgadas pelos órgãos oficiais de comunicação social escritos, falados e televisionados.

**Parágrafo único.** Para os efeitos desta Lei, estão compreendidos nos meios de comunicação social, os meios de comunicação eletrônicos existentes e os que vierem a existir.

**Art. 17.** Serão disponibilizados permanentemente pela Internet, aos conselhos e à Câmara de Deputados:

I – o Orçamento aprovado para o exercício seguinte;

II – a evolução mensal da execução orçamentária, discriminado por Secretaria e Região;

*Capítulo VI*

#### **Da Estrutura para funcionamento das discussões do Orçamento Participativo**

**Art. 18.** Caberá ao Governo Estadual, viabilizar a estrutura necessária para realização das atividades do Orçamento Participativo, em todas as instâncias.

#### **Capítulo VII**

##### **Das Disposições Gerais**

**Art. 19.** As atribuições dos membros dos Conselhos Regionais e Estaduais serão instituídas no Regimento Interno.

**Art. 20.** Os delegados que tratam os artigos 3º e 5º desta Lei serão eleitos em número proporcional ao de habitantes da Cidade, de acordo com o Regimento Interno.

**Art. 21.** Todos os órgãos da Administração Direta e Indireta do Estado do Espírito Santo deverão colaborar para a realização das Assembléias Populares e prestarão, sempre que solicitado, as informações e esclarecimentos necessários para que as mesmas alcancem o objetivo previsto nesta Lei.

**Art. 22.** O Conselho Estadual do Orçamento Participativo, poderá, através de Regimento Interno, detalhar o funcionamento do Orçamento Participativo do Estado, observando o que dispõe esta Lei.

**Art. 23.** Para realização das Assembléias Populares Regionais, considerar-se-á a divisão do Estado, observando as Micro-Regiões previstas em Lei vigente.

**Art. 24.** Para planejamento e execução da primeira discussão do Orçamento Participativo, o Governo estadual comporá uma Comissão com representantes do Movimento Popular do Estado, indicados pela Federação das Associações de Moradores do Espírito Santo – FAMOPES; representantes do Poder Executivo e do Poder Legislativo, em número paritário.

**Art. 25.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 26.** Revogam-se as disposições em contrário.

**Sala das Sessões, 15 de junho de 2004.**

**SUELI VIDIGAL**

**Deputada Estadual – PDT**

**JUSTIFICATIVA**

**Consubstanciado no artigo 55, II da Constituição do Estado do Espírito Santo e nos preceitos da Carta Magna, a presente proposição visa estabelecer a garantia da participação da**

**sociedade na elaboração dos projetos de lei referentes ao Plano Anual de Investimentos do Orçamento Público das Administrações Direta e Indireta do Estado do Espírito Santo.**

Entendemos que o Espírito Santo não deve permanecer aquém de outros Estados e municípios que já aplicam a discussão do Orçamento de forma democrática e transparente, permitindo a efetiva participação popular em todas as etapas de um orçamento público.

O Orçamento Público é a peça central de qualquer Administração. Não se trata apenas de uma Lei que dispõe de previsões de receita e despesa, mas sim um instrumento de planejamento que define as efetivas prioridades de um governo para a população, por isso, torna-se imprescindível a participação e opinião daqueles que são os beneficiados com as aplicações das verbas públicas, apontando suas verdadeiras necessidades.

Neste Projeto de Lei, a condição de participação dos cidadãos capixabas é mantida em todas as etapas e garante a apresentação de propostas que atingem as bases populares em seus Municípios, atendendo de fato, suas reivindicações. Possibilita a transparência na aplicação dos recursos públicos, pautando-se na capacidade de antever os problemas e de ouvir e respeitar as propostas e decisões populares.

Para implantação dessa nova forma de pensar, de aplicação dos recursos públicos estaduais, os Deputados Estaduais, representantes do povo, desempenham importante papel, seja na aprovação da Lei que a implementa, seja na participação e acompanhamento de todas as atividades prevista do Orçamento Participativo.

Tradicionalmente, o Orçamento Público é tratado como uma peça técnica de difícil compreensão até para os que são responsáveis por sua definição – os administradores e os legisladores. Com a implantação desse modelo, o Governo Estadual fortalece o exercício da cidadania, bem como valoriza a participação e opinião do cidadão.

Desta feita, o cidadão deixaria de desempenhar um papel de simples coadjuvante no cenário da política nacional, passando a ser o próprio protagonista diante da Gestão Pública.

O objetivo primordial da lei é garantir o direito subjetivo público dos cidadãos que desejam interferir nos rumos do Estado e garantir ao governo a utilização das estruturas públicas para fazer o diálogo com a sociedade. Estamos convictos que tal proposta contribuirá para o aperfeiçoamento das instituições do Estado e para a promoção de uma cidadania ativa.

**PROJETO DE LEI Nº 200/03**

**Institui a política para a superação da discriminação racial do Estado e dá outras providências.**

**A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

**DECRETA:**

**Art. 1º** A política para superação da discriminação racial no estado será desenvolvida nos termos desta Lei pelo Poder Público em parceria com a sociedade civil e terá por objetivos:

I – assegurar a todos, sem qualquer distinção de raça, cor e origem, igual oportunidade de acesso ao trabalho, à educação, à saúde, à moradia, ao lazer e à segurança;

II – combater e eliminar as diferentes manifestações de preconceito e discriminação étnica e racial no Estado;

III – preservar e valorizar as diferenças culturais e religiosas dos diversos grupos étnicos do Estado;

IV – garantir aos diferentes grupos étnicos, livre espaço para manifestações políticas e culturais;

V – destacar a participação do negro na formação histórica da sociedade brasileira e outras minorias étnicas.

**Art. 2º** O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias.

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**PALÁCIO DOMINGOS MARTINS**, em 26 de maio de 2003.

**SUELI VIDIGAL**

## JUSTIFICATIVA

O direito humano à igualdade e à não-discriminação constitui um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito. Em nossa Constituição de 1988, esse direito vem inscrito no art. 5º, caput e incisos I, XLI e XLII, bem como no art. 7º, incisos XXX, XXXI, XXXII e XXXIV, tendo por suporte o primado da dignidade da pessoa humana, prescrito pela mesma carta magna, em seu art. 1º inciso III.

Infelizmente e, provavelmente, como resultado de nossa herança colonial e escravista, o Brasil está longe de ser um país igualitário. Os dados existentes apontam para uma realidade de discriminação e violência contra negros, mulheres, idosos, homossexuais e outros grupos marginalizados.

Em relação à desigualdade racial, diversas pesquisas revelam dados impressionantes sobre a extensão da discriminação contra os negros no país, desmistificando a idéia de que o Brasil seja uma “democracia racial”. De acordo com essas pesquisas, 87% dos brasileiros não-negros demonstram algum tipo de preconceito contra a população negra, mas apenas 10% admitiram abertamente esse preconceito.

De acordo as mesmas pesquisas, 48% dos negros têm renda familiar menor que cinco salários mínimos, contra 34% de brancos nessa mesma faixa de rendimento. Na área da educação e saúde, a situação não é diferente: 35% dos negros e 37% dos mestiços são analfabetos, ao passo que apenas 18% dos brancos encontram-se nessa situação.

Segundo pesquisa do Datafolha, somente 4% dos negros chegam à faculdade. A mortalidade infantil é igualmente condicionada pela desigualdade racial: em 1980, 77 crianças brancas morriam antes de completar um ano de idade, no mesmo ano, o número de crianças negras mortas antes de um ano era igual a 105

A discriminação racial é fator determinante nos processos criminais. De acordo com a pesquisa realizada pelo Professor Sérgio Adomo, da Universidade de São Paulo, 27% dos brancos respondem o processo em liberdade, enquanto apenas 15% dos negros conseguem esse benefício. Dos negros que contratam advogados, apenas 27% são absolvidos, ao passo que a taxa chega em 60% nos casos de pessoas com a pele branca.

A presente iniciativa, que ora submetemos à apreciação dos ilustres pares desta Casa, tem justamente como objetivo instituir em nosso Estado tais medidas para a superação da discriminação racial, sobretudo aquela praticada contra os negros.

Informamos aos nobres colegas, que o presente Projeto de Lei já fora apresentado no ano de 1995, sob o número 294/95, com a autoria do então Deputado Sérgio Vidigal, tendo o mesmo arquivado em razão de erros materiais, devidamente sanados nesta ocasião.

Por esses e outros motivos, solicitamos o apoio de nossos pares nesta Casa de Leis, para a aprovação da presente matéria.

---

### PROJETO DE LEI Nº 327/04

DISPÕE SOBRE O ATENDIMENTO ÀS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL E TORNA OBRIGATÓRIO O ATENDIMENTO HOSPITALAR DIFERENCIADO MULTIDISCIPLINAR ÀS CRIANÇAS E MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA EM GERAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

#### A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

#### DECRETA:

**Art. 1º** - As unidades hospitalares públicas, filantrópicas e privadas conveniadas ao Sistema 6100 – Diário do Poder Legislativo Vitória-ES, quinta-feira, 02 de dezembro de 2004 Único de Saúde, deverão oferecer às vítimas de violência sexual atendimento multidisciplinar para controle e tratamento dos diferentes impactos da ocorrência, do ponto de vista físico e emocional.

**Parágrafo único** - Considera-se violência sexual, para os efeitos desta Lei, qualquer forma de atividade sexual não consentida, ficando equiparada à situação de emergência médica devendo receber atenção imediata e serviços especializados.

**Art. 2º** - O atendimento imediato, obrigatório em todas as unidades hospitalares que tenham Pronto Atendimento e Serviço de Ginecologia, compreende os seguintes serviços:

**I** - diagnóstico e reparo imediato, das lesões físicas no aparelho genital e no aparelho digestivo baixo;

**II** - amparo psicológico imediato;

**III** - agilização do registro da ocorrência e encaminhamento a delegacias especializadas com informações que possam ser úteis para a identificação do agressor e comprovação da violência sexual;

**IV** – medicação para prevenir doenças sexualmente transmissíveis;

**V** - coleta de material e utilização de técnicas especializadas para, através de teste DNA, identificar o agressor.

**Art. 3º** - Os hospitais e similares abrangidos por essa Lei, ficam obrigados a se aparelharem com equipamentos, insumos e recursos humanos especializados para atendimento primário e recuperação física, psicológica e assistencial às crianças e mulheres vítimas de violência humana em geral.

**Parágrafo único** - Considera-se, para efeitos dessa Lei, violência humana em geral, toda forma de violência física cometida por terceiros.

**Art. 4º** - As unidades hospitalares que descumprirem o disposto nessa Lei, ficam sujeitos às seguintes penas:

I – multa;

II - em caso de reincidência, multa em dobro e descredenciamento do Sistema Único de Saúde.

**Art. 5º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

**Sala das Sessões**, 29 de novembro de 2004.

**SUELI VIDIGAL**  
Deputada Estadual – PDT

#### JUSTIFICATIVA

Está comprovado que as vítimas de violência sexual apresentam também, além do trauma decorrente da violência, complicações físicas e psicológicas. A própria delonga no atendimento às pessoas vítimas de violência sexual é um fator de constrangimento que agrava seu estado emocional já abalado. O presente Projeto de Lei visa ao atendimento integral e imediato que esses casos exigem. Caso as vítimas estejam conscientes de que terão atendimento condigno, deixarão de ter receio de serem expostas a novas violências como chacotas e indignidades, que, muitas vezes, afastam a possibilidade de persecução penal dos agressores, porque as vítimas preferem ficar caladas. Não há quem desconheça que as ocorrências de abusos sexuais, como nos casos dos denominados crimes contra a liberdade sexual (o Estupro e o Atentado Violento ao Pudor), considerados em sua concepção jurídica como crimes hediondos, podem acarretar às suas vítimas, na maioria mulheres jovens e crianças, diversas seqüelas de natureza física, psíquica e emocional. Não há também quem desconheça que em grande parte e quase sempre, são intimadas as pessoas das camadas mais carentes e humildes da sociedade, como tais, impossibilitados de suportar os custos financeiros do tratamento necessário à sua recuperação, merecendo assim a atenção do Estado na sua ação social protetora, conforme flui do art. 6º da Magna Carta de 1988, ao tratar dos “Direitos Sociais.” Por outro lado, não é demasiado realçar que está disposto na referida Carta Magna de 1988, em disposições “Disposições Constitucionais Gerais”, art. 245, que: “*A lei disporá sobre as hipóteses e condições em que o Poder Público dará assistência aos herdeiros e dependentes carentes de pessoas vitimadas por crime doloso, sem prejuízo da responsabilidade civil do autor do ilícito.*” Acresce a tais disposições o princípio de que é Direito de todo cidadão e Dever do Estado, a preservação da saúde, em seu sentido amplo, consoante se infere do art. 196 da mesma Carta Política, mormente quando os danos a esta decorrem da ineficácia ou ineficiência das políticas públicas, em especial das ações preventivas de segurança pública e de defesa social promovidas pelo mesmo Estado. Vitória-ES, quinta-feira, 02 de dezembro de 2004. Diário do Poder Legislativo – 6101. Neste contexto, nada mais justo e correto, que o Poder Público assumira a responsabilidade que lhe é inerente, e de sua parte, como agente do restabelecimento da ordem social violada, procure amenizar o sofrimento das vítimas da violência sexual, proporcionando-lhes pronto atendimento e assistência. Finalmente vale esclarecer, que o projeto uma vez aprovado, não acarretará acúmulo de despesa, não necessitando de aporte financeiro especial, porque para sua implementação se utilizará dos meios e recursos pré-existentes nos órgãos envolvidos.

#### PROJETO DE LEI Nº 202/2003

**EMENTA:** Dispõe sobre a instituição de programa de atendimento as vítimas de violência sexual.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

**DECRETA**

**Art. 1º** Fica instituído em âmbito das políticas sociais no Estado, o Programa Estadual de Atendimento às pessoas Vítimas de Violência Sexual, visando a prestação de assistência médica, psicológica e jurídica, de modo a que possam minimizar ou superar os traumas e conseqüências decorrentes dos danos sofridos em razão do crime.

**Art. 2º** Na implantação do Programa de que trata o artigo anterior deverá o Poder Executivo especificar o órgão encarregado de sua coordenação e de execução, envolvendo a ação da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, com a cooperação de outras Secretarias de Estado, especialmente as Secretarias de Estado da Saúde e da Segurança Pública.

**Art. 3º** Para assegurar a plena difusão e execução do programa, poderá o órgão estadual encarregado da sua gestão e coordenação, firmar convênios e parcerias com outros órgãos ou entidades da Administração Pública Direta e Indireta.

**Art. 4º** Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogados as disposições em contrário

**Sala das Sessões**, 01 de julho de 2003.

SUELI VIDIGAL

## JUSTIFICATIVA

- Não há quem desconheça que as ocorrências de abusos sexuais, como nos casos dos denominados crimes contra a liberdade sexual (o Estupro e o Atentado Violento ao Pudor), considerados em sua concepção jurídica como crimes hediondos, podem acarretar às suas vítimas, na maioria mulheres jovens e crianças, diversas seqüelas de natureza física, psíquica e emocional.

- Não há também quem desconheça que em grande parte e quase sempre, são intimadas as pessoas das camadas mais carentes e humildes da sociedade, como tais, impossibilitados de suportar os custos financeiros do tratamento necessário à sua recuperação, merecendo assim a atenção do Estado na sua ação social protetora, conforme flue do art. 6º da Magna Carta de 1988, ao tratar dos “Direitos Sociais”.

- .Por outro lado, não é demasiado realçar que está disposto na referida Carta Magna de 1988, em disposições “Disposições Constitucionais Gerais”: “que a lei disporá sobre as hipóteses e condições em que o Poder Público deverá dar assistência aos herdeiros e dependentes carentes de pessoas vitimadas por crime doloso, sem prejuízo da responsabilidade civil do autor do delito”.

- Acresce a tais disposições o princípio de que é Direito de todo cidadão e Dever do Estado, a preservação da saúde, em seu sentido amplo, consoante se infere do art. 196 da mesma Carta Política, mormente quando os danos a esta decorrem da ineficácia ou ineficiência das políticas públicas, em especial das ações preventivas de segurança pública e de defesa social promovidas pelo mesmo Estado.

- Neste contexto, nada mais justo e correto, que o Poder Público assumira a responsabilidade que lhe é inerente, e de sua parte, como agente do restabelecimento da ordem social violada, procure amenizar o sofrimento das vítimas da violência sexual, proporcionando-lhes pronto atendimento e assistência.

- Registre-se, pelo que se sabe, que até o momento os programas sociais a cargo do Estado não deram qualquer enfoque à questão, resumindo-se a presença deste, em modesta, porém oportuna e feliz iniciativa de alguns de seus agentes no (Instituto Médico Legal), e na Universidade Federal do Espírito Santo, pelo seu Hospital Universitário (HUCAM), em razão do convênio (PAVIVIS), através do qual vem sendo atendidas centenas de vítimas da violência sexual.

- Finalmente vale esclarecer, que o projeto uma vez aprovado, não acarretará acúmulo de despesa, não necessitando de aporte financeiro especial, porque para sua implementação se utilizará dos meios e recursos pré-existentes nos órgãos envolvidos.

---

## PROJETO DE LEI Nº 050/2003

Dispõe sobre a educação preventiva e atenção integral ao usuário de drogas.

## A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

### DECRETA

**Art. 1º** Fica instituída a política estadual de educação preventiva e atenção ao usuário de drogas, como objetivo de formular a política estadual nos temas da prevenção, do tratamento, da assistência e da inserção social dos usuário de drogas.

**Art. 2º** Os princípios orientadores desta política são:

I – Buscar os meios de não discriminação aos usuários de drogas, com o objetivo de reduzir a exclusão dos mesmos no convívio com a sociedade.

II – Criar formas de participação popular, na prevenção e redução do uso abusivo de drogas.

III – Incentivar diversas ações de prevenção, tratamento e reabilitação, resguardando sempre os direitos humanos e de cidadania dos usuários de drogas.

**Art. 3º** As diretrizes fixadas para política de que trata esta lei, são as seguintes:

I – Educação preventiva: ações e serviços integrados, oferecendo melhor informação e orientação, bem como espaços que facilitem a integração do cidadão; direcionando para a valorização da qualidade de vida através de meios de disciplinas e da associação de recursos pedagógicos como: cultura, esporte, lazer, estimulando sua inserção no meio social melhorando sua alta estima e ampliando o seu respeito a si mesmo e ao próximo.

II – Contribuição ao debate sobre a repressão ao tráfico, com estudos visando a qualificação do planejamento de ações integradas da política de redução de oferta e de demanda pelo uso de drogas; bem como contribuir para o debate sobre o comércio de qualquer tipo de drogas.

**Art. 4º** Compete ao Estado do Espírito Santo:

I – Formular diretrizes, adequar e referenciar a política de prevenção de drogas e atenção ao usuário;

II – Incentivar eventos, campanhas, programas, pesquisas e estudos nas áreas de educação preventiva, atenção integral ao usuário de drogas e repressão ao tráfico; nas escolas, nas comunidades, bem como nas empresas públicas ou privadas, numa política de recursos humanos para a abordagem, o encaminhamento ao tratamento e a inserção laboral dos servidores com problemas relacionados com o uso de drogas; gerar nos espaços públicos, ações de lazer, esporte, cultura, educação e saúde.

III – Proporcionar incentivo a profissionalização e de geração de renda que promovam a inclusão de jovens em situação de risco.

IV – Oferecer atenção especial à saúde dos usuários reduzindo prejuízos motivados pelo uso de qualquer substância química.

V - Sensibilizar a opinião com informações científicas sobre danos epidemiológicos, campanhas de prevenção através da mídia, promotores culturais, escolas, etc.

VI – Aprofundar o planejamento para executar uma política de repressão ao narcotráfico pela sua implicação no aumento da criminalidade e da violência e na estabilidade econômica e política, decorrente dele.

**Art. 5º** O poder Executivo Estadual regulamentará a política estadual de educação preventiva e atenção integral ao usuário de drogas no prazo de noventa dias, à partir da publicação dessa lei.

**Art. 6º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

**Sala das Sessões**, 03 de abril de 2003.

**SUELI VIDIGAL**

**JUSTIFICATIVA**

A política estadual de educação preventiva e atenção integral ao usuário de drogas, tem como objetivo de prevenir e combater o uso de drogas (álcool, solventes, medicamentos, tabaco, maconha, cocaína, etc.), bem como conscientizar e preparar ações conjuntas de governo e sociedade civil, na atenção e assistência aos usuários de drogas, com a finalidade de trazê-los de volta ao ambiente da família, do trabalho, do lazer, tirando-lhes da escuridão do vício, da marginalidade e da violência.

Sabemos que mais de 50% dos assaltos, homicídios, roubos, acidentes diversos, estão ligados ao uso indiscriminado de drogas de todas as espécies, gerando com isto a destruição de muitos lares, a vida de muitos jovens, e grande prejuízo à nossa sociedade de uma forma geral.

O objetivo principal desta política é intervir no problema do uso e abuso de drogas, visando a mudança de uma lógica de discriminação instituída ao longo dos anos. A viabilização dessa mudança está pautada pelo estímulo a pluralidade de ações preventivas, de cidadania e legais. Alinhar-se a outras políticas sociais, bem como motivar à sociedade em geral discutir o uso de drogas e suas consequências, buscando propostas e tomando iniciativas visando à prevenção, à atenção integral aos usuários de drogas, com apoio governamental e da sociedade.

Sendo matéria que preocupa a todos, solicito o apoio de meus colegas e minhas colegas deputadas à aprovação deste projeto de lei.

---

**PROJETO DE LEI Nº 240/05**

**Cria o Dia Estadual do Desarmamento e dá outras providências.**

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

**DECRETA:**

**Art. 1º** - Fica instituído no Estado do Espírito Santo o “**Dia Estadual Pelo Desarmamento**”, a ser comemorado, anualmente, na data de 23 de outubro.

**Art. 2º** - Esta Lei entra em vigor da data de sua publicação.

**Sala das Sessões**, 04 de agosto de 2005.

SUELI VIDIGAL  
Deputada Estadual – PDT

### JUSTIFICATIVA

A luta contra a violência e pelo desarmamento tem mobilizado o país nos últimos anos. Todos os estudos mostram que a escalada da violência no Brasil está ligada diretamente ao excessivo número de armas que existem no país, a maioria delas ilegalmente e nas mãos de pessoas que, em sua maioria, não sabe como masueá-las.

No Espírito Santo, a violência alcançou números alarmantes. O número de homicídios no nosso Estado supera os índices aceitos pela comunidade internacional. À proliferação indiscriminada de armas é diretamente responsável por milhares de mortes, a maioria de inocentes.

Segundo algumas ONGs que combatem a violência, existem no país 15,5 milhões de armas leves nas mãos de cidadãos brasileiros. Cerca de dois terços delas são ilegais. E mais da metade dessas armas foram adquiridas por meio do mercado informal.

A campanha pelo desarmamento iniciada pelo Governo Federal foi um instrumento importante para o desarmamento. Mas o referendo proibindo a comercialização de armas, a ser realizada em outubro, é fundamental para aprofundarmos a combate á violência. É preciso uma grande mobilização nacional para aprovamos o fim do comércio de armas, de forma a construirmos um país mais seguro.

Diante desses fatos, é que estamos propondo a instituição do Dia Estadual Pelo Desarmamento. É mis uma proposta para ampliar a mobilização pela paz, realizando debates e outros atos em defesa da cidadania e das garantias individuais.

Diante do exposto, é que solicitamos o apoio dos nobres pares à aprovação desta proposta.

---

### PROJETO DE LEI Nº 355/05

***Concede o Título de Cidadão Espírito-Santense ao Reverendo Claude Emmanuel Lambrunie.***

### A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

#### DECRETA

**Art. 1º** Fica concedido o Título de Cidadão Espírito-Santense ao Senhor *Claude Emmanuel Lambrunie*.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Sala das Sessões**, em 07 de novembro de 2005.

SUELI VIDIGAL  
Deputada Estadual – PDT  
CABO ELSON  
EUCLÉRIO SAMPAIO  
LUZIA TOLEDO  
PAULO FOLETTO  
REGINALDO ALMEIDA  
CLÁUDIO THIAGO  
CLAUDIO VEREZA  
CARLOS CASTEGLIONE  
BRICE BRAGATO  
MARIAZINHA VELLOZO LUCAS

#### JUSTIFICATIVA

Temos hoje a honra de apresentar o Senhor ***Claude Emmanuel Lambrunie***, cidadão nascido na cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, mas residente em Vitória desde julho de 1963.

Consta que se encantou pelo Estado do Espírito Santo e optou por realizar aqui seus projetos, e estabelecer sua vida.

O Senhor *Claude Emmanuel Lambrunie* é filho de Jean Lambrunie e de Nelly Lambrunie; é casado com a Dra. Clícia Siqueira Lambrunie; é ainda pai do engenheiro Carles Siqueira Lambrunie e da Juíza de Direito na Serra, Dra. Nelly Lambrunie Martinelli.

É Doutor em Filosofia e Teologia pelo Princeton theological Seminary, EUA; bacharel em Direito pela UFES em 1974; foi professor titular da UFES de 1972 a 1991; foi professor titular do Seminário Teológico Presbiteriano do Centenário de 1960 a 1968; e, ainda, Chefe do Departamento de Fundamentos da Educação do Centro Pedagógico da UFES e professor fundador do PPGE-UFES (programa de Pós Graduação em Educação, UFES).

O Reverendo *Claude Emmanuel Lambrunie* foi também Conselheiro-Fundador do CONIC (Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil, regional do Espírito Santo); Conselheiro-Fundador da Comissão Arquidiocesana de Justiça e Paz de Vitória (CJP, atualmente Conselheiro Emérito); Pastor voluntário do



Presbitério de Vitória da Igreja Presbiteriana Unida do Brasil-IPU, tendo pastoreado como voluntário em Vitória as Igrejas no ES desta IPU (Santo Antônio e Campo Grande durante onze anos); e Pastor emérito desta última Igreja local.

Por fim, lecionou teologia no Curso de Ciências da Religião da FAESA e na Faculdade de Teologia Richard Shaull da IPU; e foi Moderador Nacional da Assembléia Geral da Igreja Presbiteriana Unida do Brasil de 1999 e 2000.

Temos, então, que se trata de um homem honrado, que vem demonstrado grande interesse no progresso intelectual e religioso de seus pares, em especial os capixabas.

Diante o exposto é que consideramos que o incluso Projeto de Lei é importante para o Estado do Espírito Santo, oportunidade em que esta signatária aguarda apoio de seus pares, votando favoravelmente ao mesmo.

---

## Projetos de Lei do Sr. Deputado Geovani Silva (PTB/ES)

### PROJETO DE LEI Nº 030/2003

**Torna obrigatória a exibição de filmes informativos e publicitários antes das sessões principais, em todos os cinemas do Estado do Espírito Santo esclarecendo as conseqüências do uso de drogas e a importância do uso do preservativo.**

#### A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

##### DECRETA

**Art. 1º** - É obrigatório a exibição de filmes informativos e publicitários antes das sessões principais, em todos os cinemas do Estado do Espírito Santo esclarecendo as conseqüências do uso de drogas e a importância do uso do preservativo.

**Art. 2º** - O filme publicitário deverá ser elaborado sob a supervisão técnica de uma equipe multidisciplinar de servidores da Secretaria de Estado da Saúde e da Secretaria de Estado da Educação.

**Art. 3º** - O Poder Executivo designará de seu quadro de servidores, fiscais para que vistoriem os cinemas da obrigatoriedade do objeto desta Lei.

**Art. 4º** - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Sala das Sessões**, 20 de março de 2003.

GEOVANI SILVA

##### JUSTIFICATIVA

O Crescimento do consumo de drogas é assunto que preocupa a todas as camadas da sociedade brasileira, desde a mais humilde família aos setores do Estado voltados para o problema.

O perigo do uso de drogas e suas conseqüências rondam a todos nós. O problema das drogas atinge, principalmente, os adolescentes menos experientes – presas mais fáceis desse verdadeiro flagelo moderno, e pelas estatísticas mais atuais crianças, também, passaram a ser alvos dos oferecimentos de entorpecentes.

Fato esse que vem flagelando a sociedade de todo o mundo. Insta ressaltar, também, a importância da conscientização do uso de preservativos, posto que com a propagação desse ato preventivo, inúmeros incidentes podem ser evitados, doenças sexualmente transmissíveis podem ser drasticamente reduzidas da nossa sociedade.

É por isso que, mais do que nunca, é fundamental travar a batalha da informação e do esclarecimento sobre as conseqüências do uso de drogas, e a importância do uso de preservativos. Preocupado com formas preventivas, visando à não-proliferação do uso de drogas e de doenças sexuais; e considerando o cinema um meio de comunicação que, por abranger pessoas de diversas idade e camadas sociais, deve ser aproveitado como instrumento de campanhas educativas, apresento novamente esta proposição.

---

### PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 043/2003

**Dispõe sobre a obrigatoriedade das escolas da rede pública e privada, efetuarem campanhas “anti-drogas” aos seus alunos e dá outras providências.**

**Art. 1º** As escolas públicas e privadas realizarão, no decorrer do ano letivo, campanhas “anti-drogas”, objetivando transmitir ensinamentos sobre os entorpecentes e similares, abrangendo conceitos, aplicações, usos e efeitos, aspectos medicinais e delituosos.

**Art. 2º** Nas campanhas “anti-drogas” serão realizados debates, palestras, seminários, encontros musicais e de teatros, e atividades interdisciplinares.

**Art. 3º** Para participar das campanhas “anti-drogas” serão convidados:

- I – comunidade escolar;
- II – pais dos alunos;
- III – médicos e profissionais da saúde;
- IV – Secretaria da Saúde Estadual e Municipal;
- V – promotoria pública;
- VI – Conselho Tutelar; e

VII –polícia civil e militar.

**Art. 4º** As escolas poderão incluir na avaliação do aluno as competências e habilidades desenvolvidas no decorrer das campanhas.

**Parágrafo único.** Os alunos receberão certificado de participação.

**Art. 5º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Sala das Sessões**, 20 de março de 2003.

**GEOVANI SILVA**  
**JUSTIFICATIVA**

O projeto tem como objetivo criar campanhas “anti-drogas” na rede de escolas públicas e privadas. Em que pese ser autor do Projeto de Lei que propõe instituir a exibição de filmes informativos nos intervalos de cinemas, contra o uso de drogas e da importância do uso de preservativo, vejo como oportuna mais esta iniciativa, ainda mais partindo de jovens.

O crescimento do consumo de drogas é assunto que preocupa a todas as camadas da sociedade brasileira.

O perigo do uso de drogas e suas conseqüências rondam a todos nós. O problema das drogas atinge, principalmente, os adolescentes menos experientes – presas mais fáceis desse verdadeiro flagelo moderno, e pelas estatísticas mais atuais crianças, também, passaram a serem alvos dos oferecimentos de entorpecentes.

Destarte, o combate às drogas deve ser feito na raiz da sociedade, ou seja, desde o ensino básico escolar, onde que com informações e preparação, nossas crianças, adolescentes e jovens saberão das conseqüências drásticas proporcionadas pelo uso de entorpecentes, e assim saberão, convictamente, DIZER NÃO!

**PROJETO DE LEI Nº 366/2003**

Dispõe sobre a exposição de anúncios que tratam sobre os efeitos maléficos do uso de drogas em locais onde se realizam quaisquer tipos de atividades esportiva.

**A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

**DECRETA**

**Art. 1º** Ficam os locais nos quais se realizam quaisquer tipos de atividade esportiva do Estado do Espírito Santo obrigados a manter, em local de fácil visualização, anúncios sobre os efeitos maléficos do uso de drogas.

**Art. 2º** O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua publicação.

**Art. 3º** Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**Sala das Sessões**, 30 de setembro de 2003.

**GEOVANI SILVA**  
**Deputado Estadual**

**JUSTIFICATIVA**

É crescente em nossa sociedade o número de jovens que se encontram expostos as drogas, sejam legais ou não, ou envolvidos com estas, frente a facilidade que existe atualmente em obtê-las.

Ainda, aumentando este problema, há uma atitude por parte dos próprios fabricantes de lançar mão de atividades saudáveis e prazerosas para exibir seus produtos, além dos apelos sexuais encontrados nos anúncios, sem mencionar o fato de haver entre os jovens um consenso criado por quem lucra com a situação de que usar drogas é algo que faz um diferencial, criando a falsa ilusão de que se trata de algo benéfico à sua saúde e bem estar social de quem consome.

Frente a esta situação, nunca é demais o esforço para reverter este quadro, e por isso apresentamos este projeto, como uma maneira de tentar modificar essas informações retorcidas que são passados aos jovens de nosso Estado.

Ao tentar atingir a atenção de todos, e desvincular a prática de esportes do uso de drogas, nada se apresenta mais oportuno do que se levar a informação de todos os malefícios trazidos pelas drogas ao local onde se desenrolam as atividades esportivas, desfazendo a falsa impressão de que esportes, ou qualquer atividade prazerosa ou saudável em geral, possuem alguma relação com as drogas.

Também se torna oportuno tal fato pelo grande número de jovens que participam de eventos esportivos, o que amplia a abrangência de nossa campanha contra o uso de drogas, afinal, podemos dizer que somos a favor da vida!

**PROJETO DE LEI 133/2005**

CONSIDERA A COLA DE SAPATEIRO, O THINNER COMO SUBSTÂNCIAS ENTORPECENTES.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

**DECRETA:**

**Art. 1º** - Fica considerada a substância química composta de **TOLUENO, N + HEXANO E CETONAS (COLA DE SAPATEIRO)** como substância entorpecente, no âmbito do Estado do Espírito Santo.

**Parágrafo único** – Para os fins desta Lei, consideram-se também substâncias entorpecentes os solventes à base de tolueno ou toluol, éter e benzeno, classificados como solventes aromáticos, especialmente os com a denominação comercial de THINNER.

**Art. 2º** - O artigo 4º da Lei Nº 4.128, publicada em 07.11.1988 passa a vigorar acrescido de mais dois parágrafos com a seguinte redação:

“Art. 4º (...)

**§ 1º As pessoas físicas ao adquirirem o produto, deverão apresentar carteira de identidade e o fornecimento do endereço residencial.**

**§ 2º As pessoas jurídicas, deverão apresentar alvará de licença fornecido pela Secretaria de Estado da Saúde.**

**Art. 3º** - O descumprimento do disposto nesta LEI, sujeita o infrator a cassação do respectivo alvará de funcionamento do estabelecimento produtor, comercial ou prestador de serviços.

**Art. 4º** - Aplicam-se todos os dispositivos da legislação pertinente aos portadores, usuários e revendedores das substâncias.

**Art. 5º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Sala das Sessões**, em 16 de fevereiro de 2005.

**GEOVANI SILVA**

**Deputado Estadual**

**Líder do PSDB**

**JUSTIFICATIVA**

A todos os entes estatais que compõem a Federação, mormente os Estados-membros é conferida a competência comum de zelar pela guarda da Constituição e das Leis, nos termos do artigo 23, inciso I, da Constituição Federal. Desta forma, a classificação da cola de sapateiro, do thinner e da acetona como substâncias entorpecentes permitirá a punição, à luz do Código Penal, de usuários e, sobretudo, de traficantes e de inescrupulosos comerciantes que insistem em auferir lucros com sua comercialização para menores. O projeto visa inibir a utilização desses produtos classificando-os como entorpecentes como forma de resguardar a sociedade como um todo da ganância e esperteza de traficantes.

Um número enorme de produtos comerciais, como esmaltes, colas, tintas, thinners, propelentes, gasolina, vernizes, dentre outros, contém o solvente, substância altamente volátil, de rápida evaporação, facilitando a sua inalação. Estes podem ser aspirados tanto involuntariamente, como por exemplo, trabalhadores da indústria de sapatos ou oficinas de pintura que ficam o dia inteiro expostos ao ar contaminado por estas substâncias; ou voluntariamente, como quando inalados por crianças e adolescentes que cheiram a cola de sapateiro, a acetona, o esmalte, ou até mesmo o corretivo Carbex (utilizado para apagar erros esferográficos).

O uso de solventes com propriedades tóxicas ocupam o segundo lugar na lista de consumo de drogas ilícitas no País, perdendo para a maconha. De acordo com a pesquisa da Secretaria Nacional Antidrogas e do Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas, ligado à Universidade Federal de São Paulo, realizada em 2001, nas Cento e Sete (107) maiores cidades do Brasil com mais de 200 mil habitantes, 5,8% dos entrevistados já fizeram uso deste produto alguma vez na vida, sendo constatado o maior uso na faixa etária entre Dezoito (18) e Vinte e Quatro anos (24). Entre os menores de idade, faixa etária entre Doze (12) e Dezessete (17) anos, o primeiro levantamento domiciliar sobre uso de drogas psicotrópicas no Brasil apontaram o consumo de 3,4% desses adolescentes. Atualmente, os principais alvos de dependência são crianças e adolescentes.

Um dos solventes bastante usado nas nossas colas é a N-Hexano. Esta substância é muito tóxica para os nervos periféricos, produzindo degeneração progressiva dos mesmos, a ponto de causar transtornos na locomoção, podendo chegar até a paralisia.

Os efeitos dos solventes vão desde uma estimulação inicial, seguindo-se de uma depressão, podendo aparecer processos alucinatórios. Quando inalados cronicamente, os solventes, podem levar à destruição de neurônios causando lesões irreversíveis de cérebro, da medula óssea, dos rins, do fígado e a degeneração progressiva dos nervos periféricos que controlam os músculos. Além de estimular o usuário a consumir quantidades cada vez maiores da mesma droga, ou a recorrer a substâncias mais fortes.

Logo, justificamos tal medida, até mesmo para cumprir um compromisso de cidadania, já que é responsabilidade de todos zelar pelo efetivo respeito aos direitos das crianças e adolescentes, pondo-os a salvo de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão; punindo-se, na forma da Lei, qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

#### **PROJETO DE LEI 223/2004**

Proíbe a venda ao consumidor de bebidas alcoólicas em área destinada a instalação e funcionamento de posto de combustível, nos finais de semana e feriados.

#### **ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

##### **DECRETA:**

**Art. 1º** - Fica proibida a venda ao **consumidor final** de bebidas de qualquer teor alcoólico, em empresa sediada em área destinada a instalação e funcionamento de postos de combustível, seja gasolina, álcool ou diesel, nos finais de semana e feriados.

§ 1º - Excetua-se da proibição prevista no caput deste artigo, a venda de bebidas no atacado e que não se destinem a consumo imediato.

§ 2º - Para os efeitos desta Lei entende-se como consumidor final aquele que adquire o produto sem a intenção de revenda.

**Art. 2º** - O disposto na presente Lei aplica-se as empresas sediadas na zona urbana e rural, seja em rodovia Federal ou Estadual.

**Art. 3º** - O descumprimento das normas estabelecidas nesta Lei sujeitarão o infrator as seguintes sanções administrativas:

- I- advertência válida pelo período de 30 dias para cessar as irregularidades.
- II- Multa no valor 800 (oitocentos) VRTE – valores de referência do tesouro estadual se não cessadas as vendas.
- III- Multa de valor em dobro da última aplicada, a cada reincidência.

**Art. 4º** - Esta Lei entra em vigor após decorridos 30 (trinta) dias de sua publicação oficial  
Sala das Sessões, **23 de Agosto de 2004.**

**GEOVANI SILVA**  
Deputado Estadual

#### **JUSTIFICATIVA**

As estatísticas comprovam que os acidentes de trânsito ocorrem 6% por causa de condições da estrada, 4% por defeito no veículo e 90% por causa dos motoristas.

**O motorista na maioria das vezes é um inconseqüente. Considera-se acima da Lei. Avança sinais, usa o celular, e o pior dirige embriagado.**

**Os especialistas na lide com o consumo de drogas afirmam que nenhuma outra mata mais que o álcool. Os dependentes de álcool são as vítimas mais comuns de acidentes de trânsito, homicídios e outras formas de violência.**

**Ainda um levantamento feito pelo BATALHÃO DE TRÂNSITO já apontou o final de semana como sendo o período com o maior número de ocorrências. Em média são retidas 20 habilitações por motivo de embriaguez.**

**Numa reportagem feita pelo Jornal A TRIBUNA (Domingo 08/08/2004) foi relatado que na primeira noite de Blitz da Campanha Madrugada Viva, realizada em parceria entre o Batalhão da Polícia de Trânsito de Vitória (BPRV) e o Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN), foram submetidos ao teste do bafômetro 28 motoristas. Vinte e quatro documentos acabaram apreendidos.**

**Ao protocolarmos uma proposição como essa, estamos querendo alcançar um nível de compreensão que só quem tem algum comprometimento com a vida humana, será capaz de vislumbrar a sua extensão. Um indivíduo tem todo o direito de levar para dentro de sua residência quantas e quais bebidas alcólicas ele desejar. O que não podemos tolerar de maneira alguma, é que esse mesmo indivíduo se ache no direito de se embriagar enquanto conduz um veículo. Mais insensato seria de nossa parte fazer vista grossa a mais esse problema social. Não podemos afirmar que essa problemática é fruto do excesso de irresponsáveis na rua, ou se o excesso vem parte do poder público, que permite que postos de gasolina e lojas de conveniência vendam e sirvam bebidas alcólicas para serem consumidas de imediato. Ora, se não é permitido ao motorista dirigir alcoolizado, de maneira nenhuma, podemos**

compreender que um estabelecimento comercial que tem as suas atividades voltadas e direcionadas para o setor automobilístico, tenha concessão para comercializar bebida alcoólica.

Os estudos mais recentes mostram que em 61% dos acidentes de trânsito, o condutor havia ingerido bebida alcoólica. Uma capacidade indispensável ao motorista é prejudicada pelo consumo de bebida alcoólica: a percepção. O condutor que insistir em se embriagar e depois dirigir, corre o risco de sofrer diminuição dos reflexos e terá predisposição a acidentes de todo o tipo – que podem ir de um tropeço a um acidente automobilístico.

Desta forma venho buscar com mais esse projeto, que certamente receberá apoio nessa Casa de Leis, uma garantia a mais para que a vida seja respeitada, apresentando o presente Projeto de Lei para estudo, aperfeiçoamento e apreciação dos nobres Pares.

---

#### PROJETO DE LEI Nº 207/2004

*Institui a Campanha Estádio Lotado, alterando a Lei n.º 6.181, de 24.03.2000.*

### A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

#### DECRETA:

**Art. 1º** A Lei Estadual n.º 6.181, de 24.03.2000, passa a vigorar acrescida dos seguintes dispositivos:

“**Art. 1º - A.** Fica o Poder Executivo autorizado a criar a **CAMPANHA ESTÁDIO LOTADO**, como parte integrante do Programa de Consciência Tributária, destinada a consecução dos objetivos previstos nesta Lei e disciplinada pelas seguintes regras:

I – poderão participar da campanha os consumidores finais portadores da primeira via dos documentos fiscais referentes às compras de mercadorias, emitidas por pessoas jurídicas inscritas no Cadastro de Contribuintes do Estado do Espírito Santo, cujo valor seja igual ou superior a R\$ 10,00 (dez reais);

II – os documentos fiscais, a que se refere este artigo, serão trocados por ingresso do campeonato estadual de futebol, de acordo com os seguintes critérios, além dos previstos no regulamento próprio:

- a) cada grupo de 20 documentos dará direito a um ingresso para o próximo jogo do campeonato capixaba de futebol a ser realizado;
- b) terão validade, para efeito de participação na campanha, os cupons fiscais emitidos por máquina registradora, por terminal ponto de venda ou por equipamento emissor de cupom fiscal e as notas fiscais de venda ao consumidor, no período previamente fixado no regulamento;
- c) não serão aceitos documentos fiscais além dos previstos na alínea “b” deste inciso, bem como os emitidos em favor de pessoa jurídica, emitidos por prestação de serviços sujeitos ao imposto sobre serviços – ISS, as notas fiscais relativas as contas de energia elétrica, de serviço de comunicação, de telecomunicação, de fornecimento de água, de transporte e outros vedados no regulamento;
- d) para cada jogo o torcedor só poderá trocar um ingresso com os documentos fiscais emitidos em seu nome;

III – os ingressos serão adquiridos pelo Poder Público em número suficiente para atender a demanda, de acordo com a estimativa realizada com base nas trocas dos jogos já realizados, levando em consideração a popularidade dos times participantes do respectivo jogo;

IV – os ingressos serão disponibilizados em postos de troca dos documentos fiscais, que serão instalados o mais próximo possível das bilheterias dos estádios onde se realizarem os jogos e funcionarem no mesmo período no qual os ingressos sejam postos a venda;

V – a campanha terá início 30 dias antes da realização do campeonato capixaba de futebol de cada ano;

VI – a campanha será amplamente divulgada através dos jornais, das rádios e dos canais de televisão, tendo preferência na contratação àqueles que transmitirem os jogos sem custo adicional para a propaganda;

VII – somente as pessoas físicas – torcedores – poderão realizar, pessoalmente e com apresentação de documento oficial para identificação, a troca dos documentos fiscais emitidos em seu nome, por ingressos dos jogos de futebol;

VIII – os torcedores que comparecerem aos postos de troca trajando a camisa de um dos times de futebol participante do respectivo jogo terão abatimento de 50% (cinquenta por cento) no número de notas fiscais estabelecido na alínea “a” do inciso II, deste artigo;

IX – durante a realização dos jogos, poderão ser instituídos sorteios para a premiação dos torcedores participantes da campanha;

X – entidades da iniciativa privada poderão participar da campanha com a doação de prêmios, serviços de publicidade e outros recursos, em troca da divulgação do seu nome na qualidade de patrocinador ou de incentivos previstos em lei;

**Art. 2º.** Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, em 10 de agosto de 2004.

**DEPUTADO GEOVANI SILVA**  
**Bancada do PSDB**

#### **JUSTIFICATIVA**

O presente Projeto de Lei tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a criar a **CAMPANHA ESTÁDIO LOTADO**, como parte integrante do Programa de Consciência Tributária, destinada a consecução dos objetivos previstos na Lei Estadual n.º 6.181, de 24.03.2000, previstos no seu artigo 1º, abaixo transcrito:

**“Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a criar o Programa de Consciência Tributária – PCT, voltado para atender aos seguintes objetivos:**

**I – desenvolver a conscientização da população quanto a importância e hábito de exigir notas e cupons fiscais;**

**II – criar no cidadão capixaba a consciência de engajamento e participação em atividades sociais e educacionais, possibilitando que sejam premiadas de acordos com esforços de cada uma;**

**III – apoiar e premiar a atuação de instituições educacionais, culturais, religiosas, de assistência social e de saúde, sem fins lucrativos, na razão direta do esforço empreendido à participação nos resultados referentes à apresentação de notas e cupons fiscais emitidos por contribuintes do ICMS;**

**IV – incentivar as atividades culturais, artísticas e esportivas, através da implementação de campanhas de arrecadação de notas e cupons fiscais na troca de ingressos;**

**V – promover o incremento da arrecadação tributária, mediante o estímulo à emissão de notas fiscais.”**

A campanha visa antes de tudo levar o torcedor ao estádio e difundir o futebol capixaba, não impondo, por si só uma maior arrecadação de impostos. Portanto, o custo do programa, arcado pelo Poder Público Estadual, não se constituirá em meta a ser quitada pelo incremento da arrecadação.

Na realidade, sob o ponto de vista financeiro, o objetivo da campanha é criar o hábito de exigir a nota ou cupom fiscal no cidadão capixaba. Já, sob o ponto de vista esportivo, a campanha se destina a apoiar e divulgar o campeonato estadual de futebol, incentivando o capixaba a torcer por um time local nos nossos estádios.

Desta forma, apresentamos o presente Projeto de Lei para estudo, aperfeiçoamento e apreciação dos nobres Pares.

---

## Projetos de Lei do Sr. Deputado Edson Vargas (PMN/ES)

PROJETO DE LEI Nº 221/2003

**Concede Título de Cidadão Espírito-Santense ao Sr. Enilton de Souza Araujo.**

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

**DECRETA**

**Art. 1º** Fica concedido ao Sr. Enilton de Souza Araujo o Título de Cidadão Espírito-santense.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Sala das Sessões**, 01 de agosto de 2003.

EDSON VARGAS

**ROBSON VAILLANT  
REGINALDO ALMEIDA  
DÉLIO IGLESIAS  
JOSÉ ESMERALDO  
CABO ELSON  
LUIZ CARLOS MOREIRA  
MARCELO SANTOS  
SÉRGIO BORGES  
MARCOS GAZZANI  
GEOVANI SILVA  
FÁTIMA COUZI**

**JUSTIFICATIVA**

O Sr. Enilton de Souza Araujo, é natural de Campos-RJ porém reside em nosso Estado há mais de 20 anos, desenvolvendo na Primeira Igreja Batista em Linhares, como pastor presidente, um trabalho reconhecido tanto pelos membros de sua igreja como também por toda comunidade, pois leva às pessoas o conforto da Palavra de Deus, o aconselhamento aos casais, alcançando bons resultados referente a integração familiar.

O Sr. Enilton foi presidente da Convenção Batista do Estado do Espírito Santo onde trabalhou incansavelmente, e através de suas viagens às igrejas do interior do Estado, conhecia de perto suas dificuldades, suas vitórias e seus planos para o futuro.

Atualmente, em Linhares, é conhecido no meio social e eclesiástico pelo trabalho social que vem exercendo, merecendo portanto as homenagens deste Poder.

PROJETO DE LEI Nº 222/2003

**Concede Título de Cidadão Espírito-santense ao Sr. Doronésio Pedro de Andrade.**

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

**DECRETA**

**Art. 1º** Fica concedido ao Sr. Doronésio Pedro de Andrade o título de cidadão espírito-santense.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Sala das Sessões**, 01 de agosto de 2003.

**EDSON VARGAS  
ROBSON VAILLANT  
REGINALDO ALMEIDA  
DÉLIO IGLESIAS  
JOSÉ ESMERALDO  
CABO ELSON  
LUIZ CARLOS MOREIRA  
MARCELO SANTOS  
SÉRGIO BORGES  
MARCOS GAZZANI  
GEOVANI SILVA  
FÁTIMA COUZI**



**JUSTIFICATIVA**

O Sr. Doronézio Pedro de Andrade, é natural de Pernambuco e reside em nossa terra há mais de 10 anos, sempre desenvolvendo junto a Primeira Igreja Batista em Guarapari um trabalho reconhecidamente importante não somente pela igreja local, a qual é pastor presidente, como também por toda a comunidade.

Sua igreja, através do empenho de sua pessoa, já foi anfitriã de muitos congressos estaduais e até nacionais, graças ao seu espírito de empreendedor, e visão de crescimento que lhe é peculiar.

Como administrador da Primeira Igreja Batista em Guarapari, desenvolve ação social envolvendo toda comunidade, e nos meses de dezembro à fevereiro, recebe muitos turistas de todo o País, onde através das várias atividades promovidas pela igreja, tanto na área musical, teatral e da proclamação da Palavra de Deus, os mesmos retornam nos anos seguintes afim de receber e assistir tão importante programação.

Pelo trabalho desenvolvido e pelo amor à nossa terra, o Sr. Doronézio Pedro de Andrade, merece as homenagens deste Poder.

**PROJETO DE LEI Nº 223/2003****Concede título de cidadão espírito-santense ao Sr. Edmundo Campos Braga.**

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

**DECRETA**

**Art. 1º** Fica concedido ao Sr. Edmundo Campos Braga o Título de Cidadão Espírito-santense.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Sala das Sessões**, 01 de agosto de 2003.

**EDSON VARGAS****ROBSON VAILLANT****REGINALDO ALMEIDA****DÉLIO IGLESIAS****JOSÉ ESMERALDO****LUIZ CARLOS MOREIRA****CABO ELSON****MARCELO SANTOS****SÉRGIO BORGES****MARCOS GAZZANI****GEOVANI SILVA****FÁTIMA COUZI****JUSTIFICATIVA**

O Sr. Edmundo Campos Braga, é natural de Remanso-BA, e reside em nosso Estado há mais de 20 anos.

Atualmente é pastor presidente da Igreja Batista em Vila Nova-Cariacica, onde desenvolve um excelente trabalho junto a membresia e a comunidade de seu bairro. Porém já desenvolve um trabalho brilhante como pastor presidente das igrejas Batistas em Morro do Quadro, Itacibá, e como missionário da Primeira Igreja Batista em Vitória.

Com sua dedicação ao ministério e excelente visão de conquistar novas amizades, tem desenvolvido um trabalho de ação social abrangente, amenizando os problemas de relacionamento familiar, saúde e convívio social da comunidade.

Na denominação batista é querido por todos, e já recebeu vários títulos de honra, em reconhecimento a sua dedicação e esmero.

Pelo seu carisma, trabalho desenvolvido, o Sr. Edmundo Campos Braga, merece as homenagens deste Poder.

**PROJETO DE LEI Nº 224/2003****CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃO ESPÍRITO-SANTENSE AO SR. EDMILSON CAMPOS BRAGA.**

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

**DECRETA**

**Art. 1º** Fica concedido ao Sr. Edmilson Campos Braga o Título de Cidadão Espírito-santense.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Sala das Sessões**, 01 de agosto de 2003.

EDSON VARGAS  
 ROBSON VAILLANT  
 REGINALDO ALMEIDA  
 DÉLIO IGLESIAS  
 JOSÉ ESMERALDO  
 LUIZ CARLOS MOREIRA  
 CABO ELSON  
 MARCELO SANTOS  
 SÉRGIO BORGES  
 MARCOS GAZZANI  
 GEOVANI SILVA  
 FÁTIMA COUZI

#### JUSTIFICATIVA

O Sr. Edmilson Campos Braga, é natural de Remanso-BA, e reside em nosso Estado há mais de 20 anos, sempre desenvolvendo um trabalho reconhecidamente importante junto as igrejas em que foi pastor presidente como é o caso das igrejas Batistas de Santa Tereza, Itaparica, São Torquato e atualmente em Barra de São Francisco.

Com sua alegria e facilidade em conquistar novas amizades, leva a toda a população uma palavra de conforto amenizando assim, os problemas sociais em que vivem às comunidades carentes de auxílio tanto material como espiritual.

Com seu talento e organização exerceu o cargo de secretário da Ordem dos Pastores Batistas do Brasil, sendo assim responsável de registrar a história e acontecimentos de todo trabalho que os pastores tem desenvolvido nos vários locais de nosso Estado e em todo Brasil.

**Pelo seu carisma, e espírito capixaba, o Sr. Edmilson Campos Braga, merece as homenagens deste Poder.**

#### PROJETO DE LEI N° 225/2003

#### CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃO ESPÍRITO-SANTENSE AO SR. OLIVEIRA DE ARAUJO.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

#### DECRETA

**Art. 1°** Fica concedido ao Sr. Oliveira de Araujo o Título de Cidadão Espírito-santense.

**Art. 2°** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Sala das Sessões**, 01 de agosto de 2003.

EDSON VARGAS  
 ROBSON VAILLANT  
 REGINALDO ALMEIDA  
 DÉLIO IGLESIAS  
 JOSÉ ESMERALDO  
 LUIZ CARLOS MOREIRA  
 CABO ELSON  
 MARCELO SANTOS  
 SÉRGIO BORGES  
 MARCOS GAZZANI  
 GEOVANI SILVA  
 FÁTIMA COUZI

#### JUSTIFICATIVA

O Sr. Oliveira de Araujo, é natural de Luz-MG, e reside em nosso Estado há mais de 12 anos desenvolvendo ao longo de seu ministério pastoral um excelente trabalho tanto na sua igreja local, a Primeira Igreja Batista de Vitória, como também em todo País e internacionalmente.

Atualmente é presidente da Convenção Batista do Estado do Espírito Santo, e primeiro vice-presidente da Convenção Batista Brasileira, bem com é membro do comitê de Evangelismo da Aliança Batista mundial.

Investido nesses cargos, vem desenvolvendo um trabalho de divulgação da Palavra de Deus em todo País e no exterior, pois já esteve presente em 20 países divulgando a Palavra de Deus e também o nosso querido Estado do Espírito Santo.

Na área social, através de sua direção, ameniza os problemas de saúde da família, oferecendo em sua igreja alimentação, orientação psicológica, tratamento médico e odontológico, graças ao seu espírito empreendedor e visão ministerial de amparo ao próximo.

Pelo seu trabalho, pela divulgação que tem feito de nosso Estado nos diversos lugares em que passou, o Sr. Oliveira de Araujo, merece as homenagens deste Poder.

---

**PROJETO DE LEI Nº 274/2003.**

Declara de Utilidade Pública Estadual a ABALESTE – Associação Batista Leste, no Município de Linhares.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

**DECRETA:**

**Art. 1º** Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a ABALESTE – Associação Batista Leste, com Sede no Município de Linhares.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** Revogam-se as disposições em contrário.

**Sala das Sessões**, 19 de agosto de 2003.

**EDSON VARGAS**

**Deputado Estadual**

**JUSTIFICATIVA**

A ABALESTE – Associação Batista Leste, localizada no Município de Linhares-ES, é uma entidade civil, de natureza religiosa, sem fins lucrativos que visa coordenar o trabalho geral das igrejas batistas que com ela cooperam, desenvolvendo obras de evangelização e missões, e obras sociais e de educação, a toda comunidade, há mais de dois anos.

Uma de suas finalidades é a busca da conscientização da sociedade na Região Norte, afim de que haja maior participação das igrejas que cooperam com a entidade.

**A ABALESTE – Associação Batista Leste, almeja tornar-se de Utilidade Pública Estadual, no ensejo de poder firmar convênios e parcerias com o poder público buscando ampliar suas atividades e desempenhar ainda melhor sua função junto à sociedade.**

---

**PROJETO DE LEI Nº 309/2003**

**Declara de Utilidade Pública o Centro Comunitário "Paz e Vida"**

**A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

**DECRETA**

**Art. 1º** Fica declarada de Utilidade Pública o Centro Comunitário "Paz e Vida", localizado no Município de Nova Venécia-ES.

**Art. 2º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** Revogam-se as disposições em contrário.

**Sala das Sessões**, em 12 de setembro de 2003.

**EDSON VARGAS**

**Deputado Estadual**

**JUSTIFICATIVA**

O Centro Comunitário "Paz e Vida" localizado à associação assistencial, cultural e educacional constituída por tempo determinado, sem fins lucrativos, e presta assistência social, psicológica, espiritual e jurídica a comunidade carente, oferecendo educação, saúde, bem-estar, reintegrando o ser humano à sociedade, oferecendo inclusive recreação a toda comunidade.

Esta entidade funciona há mais de dois anos e durante sua existência tem servido a comunidade de maneira relevante, integrando famílias, crianças e preparando profissionais para o mercado de trabalho, graças aos cursos que oferece.

O Centro Comunitário "Paz e Vida" almeja tornar-se de Utilidade Pública no ensejo de poder firmar convênios e parcerias com o Poder Público buscando ampliar suas atividades e desempenhar ainda melhor sua função junto a sociedade de Nova Venécia.

---

**PROJETO DE LEI Nº 143/05**

***Inclui-se no Currículo Escolar da rede pública Estadual disciplina que trata de Inclusão sobre política contemporânea.***

**A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

**DECRETA:**

**Art. 1º** - Fica incluído no Currículo escolar da rede pública Estadual de ensino de 2º Grau, disciplina que trata da inclusão de matéria sobre política contemporânea.

**Art. 2º** - A metodologia de conscientização de política contemporânea será aplicada por professores devidamente qualificados.

**Art. 3º** - Além da matéria relativa a política contemporânea, as escolas Estaduais, deverão promover debates e palestras extracurriculares referente ao assunto, objetivando a participação de segmentos organizados da sociedade.

**Art. 4º** - A critério do Poder Executivo, a Secretaria de Estado da Educação regulamentará a presente Lei, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir de sua publicação, de conformidade com o desenvolvimento de ações voltadas para a política contemporânea.

**Art. 5º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Sala das Sessões**, em 20 de abril de 2005.

EDSON VARGAS  
**Deputado Estadual**

JUSTIFICATIVA

O presente projeto de Lei tem por objetivo conscientizar os alunos da rede pública Estadual de ensino médio a importância da matéria que trata sobre política contemporânea, tendo em vista que nossa sociedade está em constante mudança, tanto cultural como social, e os governantes que representam os anseios da população poderão ser ainda mais fiscalizados e cobrados quando se tem pessoas que dominam o assunto e de maneira responsável são conscientes em suas reivindicações.

A demanda de jovens, estudantes e pessoas criativas, que reivindicam melhores informações e estão sempre dispostos ao aprendizado, ao questionamento e as melhores condições de ensino, daí nossa preocupação e nosso interesse em oferecer aos estudantes da rede pública estadual esta disciplina.

---

**PROJETO DE LEI Nº 144/05**

***Inclui-se no calendário Escolar da Rede Pública Estadual a apresentação e o estudo do ECA – Estatuto da criança e do adolescente durante o mês de outubro e dá outras providências.***

**A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

**DECRETA:**

**Art. 1º** - Fica a Secretaria de Educação do Estado do ES autorizado a incluir no calendário da rede pública estadual a apresentação e o estudo do ECA - Estatuto da criança e do adolescente no mês de outubro, através de palestras, seminários, fórum e outros, tendo como objetivos estimular o conhecimento das crianças sobre as medidas que garantem os direitos da cidadania à população infanto-juvenil.

**Art. 2º** - O Governo do Estado através da Secretaria de Educação, envidará esforços no sentido de capacitar através de cursos, professores e diretores para realizar as atividades relacionadas a apresentação e o estudo do ECA.

**Art. 3º** - as atividades contarão com a participação dos educandos, seus familiares, dos diretores, professores e demais funcionários e sempre que possível dos Conselheiros Tutelares.

**Art. 4º** - A apresentação e o estudo do ECA será realizado através do confronto da visão policlesca do extinto "Colégio de Menores" pela visão educativa do ECA que prevê o direito do desenvolvimento integral e integrado.

**Art. 5º** - Esta Lei entra em vigor a partir de 90 (noventa) dias a contar da data de sua publicação.  
**Sala das Sessões**, em 20 de abril de 2005.

EDSON VARGAS  
**Deputado Estadual**

#### **JUSTIFICATIVA**

O presente Projeto de Lei tem por objetivo conscientizar os alunos da rede pública Estadual sobre a importância do ECA - Estatuto da criança e do adolescente, que dispõe sobre a proteção integral a criança e ao adolescente.

A apresentação desta matéria é muito importante para que nossas crianças e adolescentes possam se conscientizar de seus direitos e obrigações, formando opiniões e integrando também seus familiares que muitas vezes também não conhecem o estatuto.

---

## Projetos de Lei do Sr. Deputado Délio Parrini Iglesias (PSC/PRT/PMN/ES)

### PROJETO DE LEI Nº 118/05

Concede título de Cidadão Espírito-Santense ao Pastor Moisés Dias de Carvalho Júnior.

#### A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

##### DECRETA:

**Art. 1º** - Fica concedido título de Cidadão Espírito-Santense ao Pastor Moisés Dias de Carvalho Júnior.

**Art. 2º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Sala das Sessões**, 1 de abril de 2005.

**DÉLIO IGLESIAS**  
**Deputado Estadual**  
**3º Secretário**  
**MARCOS GAZZANI**  
**HERALDO MUSSO**  
**FÁTIMA COUZI**  
**SUELI VIDIGAL**  
**REGINALDO ALMEIDA**  
**GEOVANI SILVA**  
**ROBSON VAILLANT**  
**JOSÉ ESMERALDO**  
**GRACIANO ESPÍNDULA**

##### JUSTIFICATIVA

Tenho a honra de indicar o Pastor Moisés Dias de Carvalho Júnior visando a concessão do Título de Cidadão Espírito-Santense.

Moisés Dias de Carvalho Júnior nascido aos 27 de novembro de 1963, na cidade do Rio de Janeiro, passou a residir neste estado, já aos 09 anos de idade, onde se encontra até a presente data.

Seus pais fixaram-se na cidade de Afonso Cláudio, no interior do Estado, local onde que passou sua infância e adolescência.

É casado com Rozângela Coutinho Carvalho, tendo dois filhos.

Prestou relevantes serviços público de interesse municipal e estadual.

Por 04 (quatro) anos trabalhou ao ITCF(Instituto de Terra e Cartografia), hoje IDAF, junto a Secretaria de Agricultura.

Por outros 08(oito) anos esteve integrado à Prefeitura Municipal de Afonso Cláudio, tendo exercido suas atividades junto à Secretaria Municipal de Educação e também à de Saúde.

Posteriormente, como servidor público lotado na Câmara Municipal de Afonso Cláudio exerceu com dedicação e muito destaque as atividades de Secretário da Presidência, tendo também emprestado o brilho de sua competência secretariando a Mesa Diretora daquela Casa de Leis, por outros 04(quatro) anos).

Integrou a primeira equipe de locutores da Radio Novo Tempo AM de Afonso Cláudio de onde se desligou para dedicar-se às atividades eclesiais.

Para tanto, ingressou na Faculdade de Teologia do IAENE-BA(Instituto Adventista de Ensino do Nordeste).

Após a conclusão do Curso Teológico, exerceu seu Ministério na cidade de Nova Venécia, passando em seguida a responder pela direção da Rádio Novo Tempo FM, nesta Capital.

Com menos de 04(quatro) anos de atividade Pastoral recebeu o convite para assumir as dignificantes funções para chefiar o Departamento de Jovens e dos Desbravadores de âmbito estadual, junto a Associação dos Adventistas do Sétimo Dia, nesta Capital.

Atualmente continua desempenhando suas funções como Departamental dos Jovens em todo o Estado do Espírito Santo, já por quase quatro anos (junho de 2005), oportunidade em que tem contribuído sobremodo para com a diminuição das mazelas que assolam a juventude, através de congressos, reuniões, cursos e palestras que faz junto às comunidades carentes de todos os Municípios do Estado e ainda em inúmeros estabelecimentos escolares.

Sua contribuição para com a criação de oportunidades educacionais e laborativas dos jovens o tem marcado como o mais dinâmico dirigente da área que abraçou com amor e dedicação, de forma a já esta sendo reconhecido como um dos mais, senão o mais eficiente e competente Departamental de Jovens e Desbravadores deste Estado.

Por tantos serviços prestados, e pela sua atuação em áreas tão importantes quanto especiais para a sociedade, honra-me sobremodo poder indica-lo a receber essa honraria, qual seja, a de conferir-lhe o "Título de Cidadão Espírito-santense".

Para tanto, rogo o especial apoio para aprovação de seu nome, o que requeiro junto aos meus ilustres Pares desta Augusta Assembléia Legislativa.

---

**PROJETO DE LEI Nº 175/06**

Concede Título de Cidadão Espírito-Santense ao Pr. José Barbosa Lima Filho.  
A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

**DECRETA:**

**Art. 1º** - Fica concedido o Título de Cidadão Espírito-Santense ao **Pr. José Barbosa Lima Filho**.

**Art. 2º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Sala das Sessões**, em 26 de maio de 2006.

DÉLIO IGLESIAS  
Deputado Estadual – PMN  
3º Secretário

**JUSTIFICATIVA**

O Pastor José Barbosa Lima Filho nasceu na cidade de Aracaju, Sergipe. Bacharel em Administração MBA, diplomado pela Escola superior de Guerra ESG, é também Bacharel em Teologia com mestrado em Teologia sistemática.

Tendo chegado em terras capixabas em 1989, pastoreando em seis distritos do Estado do ES, pregando e ministrando em mais de 20 cidades do Estado e pastoreou 42 igrejas.

Atualmente é Pastor na Região de Vitória.

Também atuou como Pastor Distrital da União Nordeste e da União Este Brasileiro da IASD.

Vem atuando, juntamente com as igrejas projetos sociais tais como doação de cestas básicas, projeto Mais vida, "Como deixar de fumar", projeto de ajuda humanitária, trabalhando também com clubes de desbravadores dentre outros.

Por estas razões contamos com o imprescindível apoio dos dignos Pares a aprovação do presente Projeto de Lei.

---

**PROJETO DE LEI Nº 373/05**

*Concede Título de Cidadão Espírito-Santense ao Sr. Luiz Cláudio Mendes Metzker.*

**A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

**DECRETA**

**Art. 1º** Fica concedido o Título de Cidadão Espírito-Santense ao Sr. Luiz Cláudio Mendes Metzker.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Sala das Sessões**, em 09 de novembro de 2005.

DÉLIO PARRINI IGLESIAS  
Deputado Estadual  
3º Secretário  
BRICE BRAGATO  
CLAUDIO VEREZA  
MARCELO SANTOS  
MARCOS GAZZANI  
GEOVANI SILVA  
JURANDY LOUREIRO  
CABO ELSON  
GRACIANO ESPÍNDULA  
REGINALDO ALMEIDA

**JUSTIFICATIVA**

Venho mui respeitosamente perante os meus ilustres Pares desta Augusta Casa Legislativa, propor o nome de ilustre morador de minha cidade, a querida Vila Velha, que muito tem contribuído para o desenvolvimento, não só da cidade que escolheu para viver e onde trabalha, ali também tendo constituído família, como de resto, tem apoiado ações em todo o território capixaba.

Trata-se de **LUIZ CLAUDIO METZKER**, brasileiro, casado com a distinta senhora Edilene Bigossi Lacerda Metzker, possuindo o casal duas filhas, Pâmela e Thamara, com 16 e 14 anos de idade, respectivamente.

Devo consignar com muito orgulho que tanto sua esposa como as filhas são capixabas de Vila Velha, onde fincou raízes de forma definitiva.

O referido homenageado é natural de Governador Valadares, município integrante do nosso querido vizinho Estado de Minas Gerais.

Está radicado em terras de Vasco Fernandes Coutinho desde o ano de 1975, isto é, por exatos 30 anos, podendo já ser considerado um autêntico “canela verde”, por adoção e por escolha.

A propósito, tem dedicado seu tempo e também seus talentos para a prestação dos seus serviços mais relevantes, na área da saúde em nosso Estado, tão carente de contínuo e permanente apoio de profissionais tão competentes quanto o homenageado, na qualidade de Enfermeiro. Tem podido emprestar seu conhecimento auxiliando na diminuição do sofrimento de seus semelhantes, fazendo atendimentos aos que o procuram, seja nos seus locais de trabalho, seja em sua residência e onde quer que seja necessário um apoio sócio-filantrópico aos mais carentes.

Por mais de oito anos ininterruptos e de exclusiva dedicação, tem prestado seus serviços no Hospital Antônio Bezerra Farias, oportunidade em que tem se destacado como um dos mais eficientes e humanitários Enfermeiros que por ali já passaram.

Tornou-se conhecido como um profissional que costumeiramente anda a “segunda milha”, não se conformando somente em cumprir com o seu dever funcional. Sua dedicação e atenção ultrapassam as fronteiras das enfermarias e das salas de cirurgia, para preocupar-se com a plena e cabal recuperação dos pacientes que lhes são submetidos.

Por tais motivos, julgo mais que merecedor do presente título de cidadania.

Cumpra relatar ainda, sua destacada atuação extra-muros, relativamente à sua contribuição que empresta no apoio social.

Tem sido Coordenador de Projetos Sociais de caráter filantrópico, com marcante atuação na área da moradia para pessoas de baixa renda, através da construção de casas populares.

Também como colaborador da ADRA – Agência de Desenvolvimento de Recursos Assistenciais da organização Adventista, tem contribuído com seu trabalho e apoio financeiro para o cumprimento de suas metas aqui no Estado do Espírito Santo, já que tal ONG atua em todo o território nacional e em quase todos os países do mundo.

Não bastasse tantas e tais contribuições, ainda encontra tempo e disposição para, na condição de empresário, acolher em sua indústria de mobiliário para piscinas e jardins com utilização de fibra de vidro, algumas pessoas para as quais, além de oferecer emprego, as ensina para a vida, ministrando-lhes o aprendizado profissional com o apoio social. Desta forma também contribui para com o desenvolvimento de nosso Estado e Município, através do pagamento de impostos e da circulação da riqueza.

Assim sendo, apelo aos meus ilustres Pares desta Augusta Assembléia Legislativa, no sentido da acolhida e aprovação da presente proposta para a concessão do Título de Cidadão Espírito-Santense que ora encaminho.

#### PROJETO DE LEI Nº 176/06

Concede Título de Cidadão Espírito-Santense ao Sr. Ederson Jorge de Lima.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

#### DECRETA:

**Art. 1º** - Fica concedido o Título de Cidadão Espírito-Santense ao **Sr. Ederson Jorge de Lima**.

**Art. 2º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Sala das Sessões**, em 26 de maio de 2006.

DÉLIO IGLESIAS  
Deputado Estadual – PMN  
3º Secretário

#### JUSTIFICATIVA

Apresento de forma mui respeitosa, aos meus ilustres pares desta Augusta Casa Legislativa, o nome do Sr. **EDERSON JORGE DE LIMA**, que fixou-se neste Estado há aproximadamente duas décadas, tendo aqui constituído família, e onde diuturnamente tem emprestado o brilho de sua inteligência em atividades da área das comunicações.

Nesta atividade, têm sido o canal para o desenvolvimento de inúmeras outras atividades, tanto aquelas de cunho filantrópico, isto é, com o foco dirigido aos mais carentes integrantes do tecido social, como aqueles que dizem respeito ao encaminhamento da palavra falada, com informações de utilidade pública ou através do elenco das sacras e outras.



Por longos 13 (treze) anos, vem desenvolvendo seu projeto de vida profissional, tendo tido oportunidade de criar e apoiar inúmeras iniciativas das mais diversas denominações, e em especial aquelas que se destinam ao apoio institucional na área do desenvolvimento social.

Atualmente tem se dedicado também a obter sua graduação de nível superior, cursando que está Ciências Contábeis.

Já teve oportunidade de desenvolver muitas atribuições que lhe foram destinadas pela Associação da União Este Brasileira dos Adventistas do Sétimo Dia, nas áreas administrativa, de finanças e informática.

Também como servidor público estadual, junto ao Instituto Estadual de Saúde Pública, teve marcante atuação na esfera de controle e manutenção de dados e de arquivos documentais.

Sua dedicação e amor a esta terra, estão amplamente configurados pelos inestimáveis serviços que tem prestado, tanto na esfera pública quanto na privada, o que o torna mais do que merecedor desta deferência.

Por estas razões, ao indicar o Senhor EDERSON JORGE DE LIMA, para o recebimento do **Título de Cidadão Espírito-Santense**, venho confiantemente concitar aos meus ilustres e preclaros companheiros do Parlamento Capixaba, para que possam estar acolhendo e aprovando esta indicação que faço, na certeza de estar retribuindo um pouco da dedicação demonstrada nos relevantes serviços que vem prestando ao povo deste nosso querido Estado do Espírito Santo.

## PROJETO DE LEI Nº 374/05

*Concede Título de Cidadão Espírito-Santense ao Dr. Sidney Sorch Dutra.*

### A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

#### DECRETA

**Art. 1º** Fica concedido o Título de Cidadão Espírito-Santense ao Dr. Sidney Sorch Dutra.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Sala das Sessões**, em 09 de novembro de 2005.

#### DÉLIO PARRINI IGLESIAS

Deputado Estadual

3º Secretário

BRICE BRAGATO

CLAUDIO VEREZA

MARCELO SANTOS

MARCOS GAZZANI

GEOVANI SILVA

JURANDY LOUREIRO

CABO ELSON

GRACIANO ESPÍNDULA

REGINALDO ALMEIDA

#### JUSTIFICATIVA

Recorro aos meus ilustre Pares deste Parlamento Capixaba para pleitear a aprovação da concessão do título de Cidadão Espírito-Santense, para o Magnífico Reitor da UNISA – Universidade de Santo para Amaro, situada na capital do Estado de São Paulo, o Professor e Doutor **SIDNEY STORCH DUTRA**

Trata-se de cidadão honrado, culto e de probidade incontestável, nascido na cidade de Conselheiro Pena, no vizinho Estado de Minas Gerais em 28 de janeiro de 1961, que não obstante haver nascido em plagas mineiras em mui tenra idade, seus pais fixaram residência no norte do Estado, mais exatamente na cidade de Colatina, onde cresceu às margens do Rio Doce.

Filho dos professores Abel Dutra e Maria Storch Dutra, aprendeu a ler antes dos cinco anos de idade, acompanhando as aulas da mãe.

Estudou no Sistema Educacional Adventista até os 17 anos, solidificando a formação a formação integral, estruturada no âmbito familiar.

É casado com a médica Liliana Deucher Dutra, possuindo o casal, três filhos – Sidney Júnior, Layse e Andrey.

Concluiu sua primeira graduação em Engenharia Eletrônica pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB; especializou-se em Administração Financeira para executivos, pela Fundação Getúlio Vargas e participou do Programa de Desenvolvimento em Administração e Negócios pela Sociedade de Desenvolvimento Empresarial de São Paulo – MBA.

Já está com todos os créditos concluídos, e em breve estará defendendo tese para a conclusão e obtenção do título de Ph D em Liderança e Educação da Andrews University – Michigan – U.S.A .

Pelo empreendedorismo, dedicação e envolvimento na construção da Universidade de Santo Amaro – UNISA – na Capital do Estado de São Paulo, na qual atua desde 1993, a Comunidade Acadêmica, através de seus Conselhos Suprises, conferiu-lhe o Título de Doutor Honoris Causa, em Administração.

Recebeu ao longo de sua trajetória, dezenas de títulos honoríficos, homenagens, medalhas e troféus, citando-se alguns, a saber: Sociedade Brasileira de Heráldica e Medalhística, Cultural e Educacional – Colar de José Bonifácio de Andrada e Silva; Grã-Colar do Mérito do Descobridor do Brasil, Pedro Álvares Cabral; Medalha Dom Pedro I e Cruz do Mérito Cívico e Cultural no Grau de Comendador.

Pela Academia Brasileira de Arte, Cultura e História – Medalha de Comendador, Medalha do Mérito Profissional em Ciências Exatas; Medalha Marechal Deodoro da Fonseca e Medalha do Mérito Cultural em Educação.

Recebeu também distinta homenagem com título de Personalidade Brasileira dos 500 Anos do Descobrimento, pelo Centro de Integração Cultural e Empresarial de São Paulo.

Recentemente recebeu a comenda da Ordem do Mérito Aeronáutico, conferido pelo Comando da Aeronáutica.

Preside na atualidade o CIACI – Conselho Internacional de Aproximação Cristã-Islâmica e a OSESC – Organização Santamarense de Educação e Cultura.

Como Presidente da Federação dos Empresários, Executivos e Profissionais Liberais Adventistas do Brasil e membro integrante de Conselho Administrativos e Deliberativos, suprimento das carências de entidades e pessoas, contribuindo sobretudo para o desenvolvimento nos campos educacional e sócio-cultural de outros Estados e em especial do Espírito Santo, que considera o seu Estado natal do coração, posto que, segundo o próprio homenageado em recente declaração nesta Casa, onde foi homenageado como Aluno Destaque do EDESSA (Colatina), nasceu mineiro apenas circunstancialmente, isto é, em razão de rápida passagem de seus genitores pelo planalto mineiro no desenvolvimento de suas atividades no magistério, junto a Sistema Educacional Adventista Brasileiro.

Sempre esteve e está vinculado ao Espírito Santo, seja por vínculos familiares ou afetivos, com freqüentes vindas a negócios, lazer e palestras, oportunidades em que a todos encanta por sua incontestável habilidade no trato com as pessoas e no desenvolvimento de temas relativos ao apoio e desenvolvimento de projetos sociais, educacionais e espirituais, sem olvidar-se daqueles que tratam de propiciar menor sofrimento para o enfrentamento das dificuldades do cotidiano.

Deixa assim, costumeiramente sua contribuição para com as instituições aqui instaladas, destinando especial atenção para com a juventude estudantil, sempre ávida em absorver sua inestimável bagagem cultural.

Ligado ao FDRS – Fórum de Desenvolvimento Econômico e Social da Região Sul da Grande São Paulo, ao CIEE – Centro de Integração Empresa-Escola, ao CRUB – Conselho de Reitores das Universidades Particulares, da ADVB – Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil, onde também é Diretor do Instituto ADVB de Responsabilidade Social, a ABACH – Academia Brasileira de Arte, Cultura e História, à Associação Comercial de São Paulo, ao COSAME – Conselho Sul Americano de Educação da Igreja Adventista, à União Brasil-Estados Unidos e Fundação Zerbini, bem demonstram seu amplo, geral e irrestrito compromisso com a cultura, educação e as áreas de responsabilidade social, desenvolvimento empresarial e tecno-científica, de modo a merecer a homenagem ora proposta por este Parlamentar.

E é neste sentido o pleito que faço aos meus ilustres Pares, consoante a acolhida e aprovação do mesmo.

---

#### PROJETO DE LEI Nº 339/2003

### **Ementa: Concede Título de Cidadão Espírito-Santense ao Pr. Maurício Pinto Lima.** **A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

#### **DECRETA**

**Art. 1º** Fica concedido Título de Cidadão Espírito-santense ao **Pr. Maurício Pinto Lima**.

**Art. 2º** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**Sala das Sessões**, em 18 de setembro de 2003.

**DÉLIO IGLÉSIAS**  
**Deputado Estadual PSC**  
**GILSON AMARO**  
**JOSÉ TASSO DE ANDRADE**  
**EUCLÉRIO SAMPAIO**  
**MARCELO SANTOS**  
**JOSÉ ESMERALDO**  
**CABO ELSON**  
**GILSON GOMES**

**PAULO FOLETTO  
MARCOS GAZZANI  
FÁTIMA COUZI**

**JUSTIFICATIVA**

O Pr. Maurício Pinto Lima nasceu no dia 15 de março de 1965 na cidade de Belo Horizonte no estado de Minas Gerais, formou-se em Teologia e Bacharel de Teologia no IAE-SP (Instituto Adventista de Ensino de São Paulo).

Foi Pastor Distrital em Minas Gerais durante 08 anos, foi Pastor Departamental no Rio de Janeiro por 04 anos, Secretário da Associação Espírito-santense da Igreja Adventista por 02 anos e assumiu a Presidência da Associação Espírito-Santense da Igreja Adventista do Sétimo Dia, com mandato até o ano de 2007.

É casado com Sara de Matos Guimarães Lima, Professora Natural do Rio de Janeiro no dia 20 de março de 1966, é pai de dois filhos: Maurício Guimarães Lima e Mailson Guimarães Lima.

Durante o período em que está a frente da Associação Espírito-Santense, vem desenvolvendo um brilhante trabalho junto às Igrejas Adventistas do Sétimo Dia desenvolvendo projetos sociais para as comunidades carentes há uma Igreja Adventista.

O Currículo anexo comprova sua qualificação ao título ora proposto.

Por estas razões, contamos com o imprescindível apoio dos dignos pares para a aprovação do presente Projeto de Lei.

**PROJETO DE LEI Nº 340/2003**

**Ementa: Concede Título de Cidadão Espírito- Santense ao Pr. Fabiano Sartório.**

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

**DECRETA:**

**Art. 1º** Fica concedido Título de Cidadão Espírito- Santense ao **Pr. Fabiano Sartório** .

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Sala das Sessões**, 18 de setembro de 2003.

**DÉLIO IGLESIAS  
Deputado Estadual - PSC**

**JUSTIFICATIVA**

O Pastor Fabiano Sartório, nasceu em 07 de outubro de 1971, na cidade de Itatiba no Estado de São Paulo, formou-se em teologia no ano de 1995, no Instituto de Adventista de Ensino- Campos Central, situado em Engenheiro Coelho, São Paulo, adquirindo o Bacharelado em teologia Bíblica e educacional no mesmo Instituto.

Casou-se com Mônia Cláudia Sartórato, nascida em 26/11/77 que está cursando a universidade de fisioterapia, na cidade de São Paulo- SP, e possui um filho: Aleph Sartorato, nascido também na cidade de São Paulo- SP.

Como Pastor trabalhou em três distritos pastorais no Espírito Santo, pregando e ministrando palestra em mais de 15 cidades do estado e pastoreou trinta e sete igrejas. Atualmente é Pastor de sete igrejas em Vila Velha, na Região do Ibis.

Vem atuando, juntamente com as igrejas a qual pastoreia, projetos sociais, tais como cestas básicas, Projeto Vida Total, Curso Como Deixar de Fumar em 5 Dias, entre outros.

O Currículo anexo comprova sua qualificação ao título ora proposto.

Por estas razões, contamos com o imprescindível apoio dos dignos pares para a aprovação do presente Projeto de Lei.

**PROJETO DE LEI Nº 043/2004**

**“Dispõe sobre a instituição do Dia Estadual do Pastor”.**

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

**DECRETA**

**Art. 1º** Fica instituído o “Dia do Estadual do Pastor”, a ser comemorado anualmente, no dia 20 de setembro.

**Art. 2º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Vitória, 11 de março de 2004.

DÉLIO IGLÉSIAS  
Deputado Estadual – PRTB

#### JUSTIFICATIVA

Os Ministros Religiosos, nestes incluídos todos aqueles líderes espirituais de suas respectivas denominações, merecem ser lembrados por seus relevantes serviços que prestam à sociedade em geral.

É mister lembrar que tais atividades extrapolam à simples conquista de almas ou apenas à pregação da doutrina cristã.

Tais profissionais são verdadeiros heróis que abdicam da obtenção de bens materiais e da busca de riqueza pessoal em favor de seu sacerdócio, muitas vezes, de um incomensurável sacrifício pessoal, onde seus familiares tornam-se seus co-participantes.

Como resultado desta dedicação plena às atividades religiosas, todos se beneficiam. A sociedade e também os poderes públicos, e isto porque permanentemente seguram o estandarte da paz e pregam a harmonia dos povos.

#### PROJETO DE LEI Nº 054/2004

**'Dispõe sobre a instituição do Dia Estadual dos Desbravadores'.**

**A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

**DECRETA:**

**Art. 1º** Fica instituído "Dia Estadual dos Desbravadores", a ser comemorado anualmente, no dia 24 de abril.

**Art. 2º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**PALÁCIO DOMINGOS MARTINS**, em 24 de março de 2004.

DÉLIO IGLÉSIAS

Deputado Estadual - PRTB

**JUSTIFICATIVA**

**Tem este Projeto de Lei, o escopo de homenagear de forma permanente e à altura, um clube de serviços que presta relevante contribuição para a formação de condutas consentâneas com os ditames legais de elevação do nível moral da juventude, alicerçados nos princípios do Criador do Universo.**

Tal agrupamento que colabora de forma indireta, mais positivamente com os Poderes Públicos, orientando juvenis entre 10(dez) e 15(quinze) anos, para o respeito aos símbolos pátrios, defesa do meio ambiente, retirando-os da ociosidade, ensinando ainda a desenvolverem diferentes atividades típicas a faixa etária, desviando-os destarte, das drogas, dos furtos, da prostituição dentre outros comportamentos anti-sociais e mesmo os delitos graves que seguramente os conduziriam para os "depósitos" de menores.

Cumprir esclarecer que tais clubes surgiram de forma embrionária em 1919, nos Estados Unidos da América com o Nome de "Clube de Escoteiros Missionários".

Dado ao fato de haver se sentido o imediato efetivo positivo em prol da sociedade, rapidamente espalhou-se por todos os Continentes, tratando-se portanto de uma organização mundial.

Os Clubes de desbravadores desenvolvem o importante papel de trabalhar com os juvenis na idade das mudanças, quando as crianças ainda não estão preparadas para o fato, isto é, por aceitarem estas mudanças que virão. Não entendem o que está acontecendo consigo, e muitas vezes não são entendidas. Aparecem as reações e mudanças físicas e sociais que nunca experimentaram.

Aí surge no cenário o Clube dos Desbravadores abrindo um espaço próprio, para agasalhar estes menores. Equilibrando alegria e aventura com regulamentos, e princípios, dentro de uma didática séria, cria-se uma estrutura adequada que ajuda a atravessar melhor a difícil fase da puberdade.

É justamente a este Clube, que só no Espírito Santo reúne aproximadamente 6(seis) mil juvenis, que desejamos homenagear.

Assim, conto com o acatamento de meus ilustres pares a mais esta iniciativa de nossa parte.

#### PROJETO DE LEI Nº 422/2005

**Dispõe sobre a instituição do Dia Estadual dos Jovens Adventistas.**

**A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

**DECRETA**

**Art. 1º** Fica instituído o “Dia Estadual dos Jovens Adventistas do Sétimo Dia”, a ser comemorado anualmente, no dia 19 de setembro.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**PALÁCIO DOMINGOS MARTINS**, 16 de novembro de 2005.

DÉLIO IGLESIAS  
**Deputado Estadual – PMN**  
**3º Secretário da Mesa Diretora**

#### JUSTIFICATIVA

A Igreja Adventista do Sétimo Dia, possui registros históricos relativos à sua fundação, consignados com tal denominação, que remontam ao século XIX.

Como uma instituição religiosa que já teve a honra de ultrapassar seus 160 (cento e sessenta anos) de tradições e história, tem muitos motivos para rejubilar-se diante de seu crescimento, fazendo-se presente na atualidade, em aproximadamente 200 (duzentos) países, congregando mais de 10.000.000 (dez milhões) de membros regularmente batizados em todos os continentes.

No Brasil, já ultrapassou a casa de 1.200.000 (um milhão e duzentos mil) membros.

Atua em todas as áreas do conhecimento humano, destacando-se, não obstante, no campo da educação, saúde e filantropia, com especial foco no apoio social aos mais carentes, trabalho este desenvolvido pela ADRA, também em todos os quadrantes do globo.

Mais recentemente, diante do grande acréscimo de adolescentes e de jovens aos seus quadros, a Igreja Adventista do Sétimo Dia mobilizou-se visando criar terreno especial para estabelecer relacionamentos saudáveis de conagração e interação entre a juventude, visando apoio no sentido do preenchimento dos momentos de lazer e estudos relativos ao aprofundamento intelectual e espiritual, transmitindo-lhes segurança e firmeza para o enfrentamento dos embates que a vida propicia.

Já havia sido criado o **Clube dos Aventureiros** e o **Clube dos Desbravadores**, para orientar crianças de 5 a 9 e de 10 a 14 anos, respectivamente. No contexto atual fez-se necessário a criação do **Clube de Jovens**, para receber aquelas pessoas que atingem a idade mais crítica da existência, a adolescência, quando os inimigos sociais agem com mais vigor para lançar os jovens no mundo das drogas, da prostituição e de tantas outras mazelas que os conduzem para os descaminhos da vida.

Assim, tem este projeto o escopo de propiciar uma data destacada para se comemorar a existência saudável e direcionada aos princípios da saúde, longe dos vícios em geral, pautados nos princípios pregados pelo Mestre Jesus Cristo, quando de Sua passagem por esta terra, e consignados na Carta Magna do Cristianismo.

Conclamo, pois, a todos os meus Pares para, ao meu lado somarem forças para a aprovação deste Projeto de Lei, de verdadeiro amparo para uma parcela considerável de jovens de nosso Estado, que estarão, por certo, difundindo os bons costumes por entre os demais integrantes desta faixa etária, contribuindo destarte, para a pacificação social, justamente numa data simbólica e muito significativa para o adventismo mundial.

---

#### PROJETO DE LEI Nº 118/06

***Isenta as igrejas evangélicas e católicas e os templos de qualquer culto da cobrança do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Estadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS nas contas de água, luz, telefone e gás.***

#### ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

#### DECRETA:

**Art. 1º** Ficam as igrejas evangélicas e católicas e os templos de qualquer culto, isentos da cobrança do imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Estadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS nas contas de água, luz, telefone e gás.

**Parágrafo único.** Para atendimento no disposto no “caput” deste artigo será obrigatório a apresentação de Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ; certidões que comprovem a regularidade perante a União, Estado e Município; escritura comprovando a titularidade da propriedade; contrato de locação ou comodato, todos devidamente registrado; ou justificativa judicial, no caso de posse.

**Art. 2º** O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 90(noventa) dias.

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Sala das Sessões**, em 03 de abril de 2006.

**DÉLIO IGLESIAS**  
**Deputado Estadual – PMN**  
**3º Secretário**

**JUSTIFICATIVA**

As igrejas além do objetivo a que se propõe de acordo com o credo e prática social de cada instituição, acabam praticando um grande benefício à sociedade, uma vez que tiram da rua pessoas que estão em depressão, alcoólatras, drogados, e restitui o bem estar, a reintegração em comunidades, bem como ajudam pessoas carentes através de assistência social.

O Projeto de Lei em pauta, uma vez aprovado, confere as igrejas à isenção do pagamento do ICMS nas contas de Água, Luz, Telefone e Gás, um benefício fiscal que ajudará essas entidades religiosas à ampliar o trabalho social que já pratica, amenizando assim muitos problemas sociais, e conseqüentemente evitando prejuízo para os cofres públicos.

Pelo exposto, solicitamos, com a devida vênia, aos Egrégios Deputados e Deputadas, a aprovação do presente Projeto de Lei.

---

**Projetos de Lei do Sr. Deputado Euclério de Azevedo Sampaio Junior  
(PTB/PHS/PMN/PDT/ES)**

**PROJETO DE LEI Nº 097/2003.**

Ementa: Concede Título de Cidadão Espírito-Santense ao Sr. Robson de Souza Vaillant.

**A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

**DECRETA:**

**Art. 1º** Fica concedido Título de Cidadão Espírito-santense ao Sr. Robson de Souza Vaillant.

**Art. 2º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Sala das Sessões**, 08 de maio de 2003.

**EUCLÉRIO SAMPAIO**

**FÁTIMA COUZI  
MARCELO SANTOS  
CLÁUDIO THIAGO  
ANSELMO TOSE  
SÉRGIO BORGES  
JOSÉ TASSO  
GILSON AMARO  
GILSON GOMES  
REGINALDO ALMEIDA  
MARCOS GAZZANI**

**JUSTIFICATIVA**

O Sr. Robson de Souza Vaillant é natural do Estado do Rio de Janeiro, filho de Sebastião de Oliveira Vaillant e Dalva de Souza Vaillant. Casou-se com a Sra. Elisângela Zago Rangel Vaillant e é pai de: Robson de Souza Vaillant Filho. Reside no Espírito Santo desde o ano de 1995, e fixou atualmente sua residência no Município de Vila Velha.

O Sr. Robson de Souza Vaillant foi pára-quedista no Exército Brasileiro, entretanto em virtude de um atropelamento que sofreu foi desligado da carreira militar. Tornou-se Pastor da Igreja Universal do Reino de Deus, tendo um programa de televisão e no rádio, com os quais presta apoio espiritual as pessoas.

Está há nove anos radicado no Espírito Santo e residiu nas principais cidades de nosso Estado. Em virtude de seu sacerdócio conhece as dificuldades e problemas que o povo capixaba possui, e sempre procurou dentro de suas possibilidades oferecer um trabalho assistencial aos que necessitam.

Homem simples, sério, honesto e acessível cativou o carinho e respeito dos capixabas, despertando nestes o interesse de que o Sr. Robson se torna-se o seu representante na Assembléia Legislativa, sendo eleito Deputado Estadual com 24.175 votos nas últimas eleições.

O Agraciado é pessoa digna, com reputação ilibada, possui respeitada conduta pessoa e profissional, que o levou ao reconhecimento por parte do povo capixaba em razão de ter se dedicado e contribuído inteiramente para solucionar e amenizar as dificuldades dos que dele buscam auxílio.

Em virtude das razões acima expostas, é que apresentamos este Projeto de Lei, com base nos relevantes serviços prestados pelo Agraciado, para o crescimento do Espírito Santo e porque o mesmo abraçou nosso Estado como sua terra natal. Faremos justiça portanto, ao concedermos o presente título de cidadania capixaba ao ilustre Sr. Robson de Souza Vaillant.

O currículo anexo comprova sua qualificação ao título ora proposto.

Por estas razões, contamos com o imprescindível apoio dos Dignos Pares para a provação do presente Projeto de Lei.

**PROJETO DE LEI Nº 180/2003**

**Concede Título de Cidadão Espírito-Santense ao Sr. Claudio Humberto Vereza Lodi**

**A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

**DECRETA**

**Art. 1º** Fica concedido Título de Cidadão Espírito-Santense ao Sr. Claudio Humberto Vereza Lodi.

**Art. 2º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**PALÁCIO DOMINGOS MARTINS**, 23 de junho de 2003.

**EUCLÉRIO SAMPAIO  
DÉLIO IGLESIAS  
JOSÉ ESMERALDO  
GEOVANI SILVA  
CÉSAR COLNAGO  
JOSÉ TASSO DE ANDRADE  
ROBSON VAILLANT  
MARIAZINHA VELLOZO LUCAS  
CARLOS CASTEGLIONE  
GILSON GOMES  
SUELI VIDIGAL  
ZÉ RAMOS  
ANSELMO TOSE  
GILSON AMARO  
REGINALDO ALMEIDA**

**JUSTIFICATIVA**

O Sr. CLAUDIO HUMBERTO VEREZA LODI é natural do Estado de Minas Gerais, nascido em 22 de fevereiro de 1950, filho de Humberto Félix Lodi e Margarida Vereza Lodi.

Em 1980 filiou-se ao PT (Partido dos Trabalhadores), onde foi eleito Deputado Estadual em 1986 pela primeira vez. Em 1990, foi o quarto mais votado para Deputado Federal, mas não foi eleito por falta de coeficiente eleitoral.

Em 1992 foi o presidente Estadual do PT. Nas eleições de 1994, 1998 e 2002, foi eleito novamente Deputado Estadual, sendo que em 2002 foi o candidato mais votado com 37.610 votos, sendo que teve como marca registrada de seu mandato uma oposição ferrenha a corrupção e ao crime organizado e por este motivo foi alvo de grande perseguição política no Estado do Espírito Santo mas que apesar de tudo isso teve o reconhecimento de seu magnífico trabalho no Poder Legislativo sendo eleito o atual Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Espírito Santo.

Em virtude das razões acima expostas, é que apresentamos este Projeto de Lei, com base nos relevantes serviços prestados pelo Agraciado, para o crescimento do Espírito Santo e porque o mesmo abraçou nosso Estado como sua terra natal.

Faremos justiça portanto, ao concedermos o presente título de cidadania capixaba ao ilustre Sr. CLAUDIO HUMBERTO VEREZA LODI.

O currículo anexo comprova sua qualificação ao título ora proposto.

Por estas razões, contamos com o imprescindível apoio dos Dignos Pares para aprovação do presente Projeto de Lei.

---

**PROJETO DE LEI 151/2005**

*Concede Título de Cidadão Espírito-Santense ao Sr. José Ronaldo de Andrade.*

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, **no uso de suas atribuições**,

**DECRETA:**

**Art. 1º** Fica concedido o Título de Cidadão Espírito-Santense ao Sr. José Ronaldo de Andrade.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**PALÁCIO DOMINGOS MARTINS**, Sala das Sessões, 20 de maio de 2005.



EUCLÉRIO SAMPAIO

Deputado Estadual – PMN

**CLÁUDIO THIAGO  
MARCOS GAZZANI  
HERALDO MUSSO  
ZÉ RAMOS  
JURANDY LOUREIRO  
CLAUDIO VEREZA  
RUDINHO DE SOUZA  
CARLOS CASTEGLIONE  
MARCELO SANTOS**

**JUSTIFICATIVA**

Senhores Presidente,  
Senhoras e Senhores Deputados,

Encaminho à apreciação de Vossas Excelências projeto de lei que concede Título de Cidadania Espírito-Santense ao Sr. Olavo José Ronaldo de Andrade.

Sr. José Ronaldo de Andrade, identidade 848.994 SSP-MG; CPF: 985.889.827-49, Residente à Av. Joubert de Barros, 410 aptº 101– Vitória – ES. Telefone: 3345-5239/99241961.

José Ronaldo de Andrade é ministro do evangelho da Igreja do Evangelho Quadrangular, pastor da 1ª Igreja, localizada no bairro de Jucutuquara, em Vitória. É superintendente da Região Eclesiástica Vitória-Serra e bacharel em Ciências da Religião.

Nascido na cidade de São Manoel de Mutum, em Minas Gerais, aos 14 de janeiro de 1967. Mudou-se, com seus pais, para o Espírito Santo aos sete anos de idade, estando erradicado neste Estado há 31 anos. É casado com a pastora Damaris de Oliveira Barbosa e tem um filho.

Por isso, peço aos pares deste Parlamento a aprovação desta proposição.

**DECRETA:**

**Art. 1º** Fica concedido o Título de Cidadão Espírito-Santense ao Sr. Osvaldo Aparecido Dias.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**PALÁCIO DOMINGOS MARTINS, Sala das Sessões, 20 de maio de 2005.**

EUCLÉRIO SAMPAIO

Deputado Estadual – PMN

**CLÁUDIO THIAGO  
MARCOS GAZZANI  
HERALDO MUSSO  
ZÉ RAMOS  
JURANDY LOUREIRO  
CLAUDIO VEREZA  
RUDINHO DE SOUZA  
CARLOS CASTEGLIONE  
MARCELO SANTOS**

**JUSTIFICATIVA**

Senhores Presidente,  
Senhoras e Senhores Deputados,

Encaminho à apreciação de Vossas Excelências projeto de lei que concede Título de Cidadania Espírito-Santense ao Sr. Osvaldo Aparecido Dias.

Oswaldo Aparecido Dias, identidade 548.099-7 SSP-MG; CPF: 623.933.088-49, Residente à rua Castelo Branco, 507 – apto. 102 – Praia da Costa – Vila Velha – ES. Telefones: 3340-6783.

Oswaldo Aparecido Dias é ministro do evangelho da Igreja do Evangelho Quadrangular, pastor da Igreja, localizada no bairro de Jaburuna, em Vila Velha. É secretário estadual de Disciplina Eclesiástica do Conselho Estadual da Igreja do Evangelho Quadrangular.

Nascido na cidade de São José do Rio Preto, em São Paulo, aos 1o de junho de 1949. Há 11 anos reside no Espírito Santo e já pastoreou a IEQ de Jardim América, em Cariacica, onde desenvolveu um belo trabalho. É casado com a pastora Ana Maria Rosa Dias e tem dois filhos, Thiago e Thalita.

Por isso, peço aos pares deste Parlamento Estadual a aprovação desta proposição.

#### PROJETO DE LEI 150/2005

*Concede Título de Cidadão Espírito-Santense ao Sr. Olavo José Martins do Carmo.*

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, **no uso de suas atribuições,**  
**DECRETA:**

**Art. 1º** Fica concedido o Título de Cidadão Espírito-Santense ao Sr. Olavo José Martins do Carmo.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**PALÁCIO DOMINGOS MARTINS, Sala das Sessões, 20 de maio de 2005.**

EUCLÉRIO SAMPAIO

Deputado Estadual – PMN

**CLÁUDIO THIAGO  
MARCOS GAZZANI  
HERALDO MUSSO  
ZÉ RAMOS  
JURANDY LOUREIRO  
CLAUDIO VEREZA  
RUDINHO DE SOUZA  
CARLOS CASTEGLIONE  
MARCELO SANTOS**

#### JUSTIFICATIVA

Senhores Presidente,  
Senhoras e Senhores Deputados,

Encaminho à apreciação de Vossas Excelências projeto de lei que concede Título de Cidadania Espírito-Santense ao Sr. Olavo José Martins do Carmo.

OLAVO JOSÉ MARTINS DO CARMO, identidade 1148733 SSP-MG; CPF: 279.301.496-68, Residente à rua Santo Antônio, 469, Porto de Santana – Cariacica – ES. Telefone: 3286-3296.

Olavo José Martins do Carmo é ministro do evangelho da Igreja do Evangelho Quadrangular, pastor da Igreja localizada no bairro de Porto de Santana, em Cariacica. É responsável pela abertura de mais de cinco igrejas no município de Cariacica.

Nascido na cidade de Belo Horizonte, em Minas Gerais, aos 11 de fevereiro de 1957. Há 14 anos reside no Espírito Santo. É casado com a pastora Maurisa Francisca do Carmo tem quatro filhos.

Por isso, peço aos pares deste Parlamento a aprovação desta proposição.

#### PROJETO DE LEI Nº 305/2003

***Exclui os templos das igrejas evangélicas de qualquer denominação religiosa da obrigatoriedade da realização de cerimônia religiosa de união de pessoas do mesmo sexo e dá outras providências.***

**A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

**DECRETA**

**Art. 1º** As Igrejas Evangélicas de quaisquer denominação religiosa e cultos, instaladas no Estado do Espírito Santo, ficam isentas da obrigatoriedade de realizarem cerimônias religiosas de união de pessoas do mesmo sexo em seus templos.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**PALÁCIO DOMINGOS MARTINS, Sala das Sessões** - 04 de setembro de 2003.

**EUCLÉRIO SAMPAIO**

**Deputado Estadual**

**JUSTIFICATIVA**

**Senhor Presidente**  
**Senhores Deputados**

Encaminho à V. Exa. as propostas que exclui os templos de qualquer culto da obrigatoriedade da realização de cerimônias religiosas de união de pessoas do mesmo sexo, posto considerarem elas ser uma afronta aos princípios bíblicos.

Este projeto visa fortalecer os valores familiares, reforçam a moral e os bons costumes, que são de fundamental importância para a formação do caráter e da personalidade do cidadão.

Mesmo sendo a principal autoridade da Igreja Católica, mais liberal que as igrejas evangélicas, o Papa João Paulo II já manifestou a posição contrária da igreja apostólica romana a esta prática.

Profissionais das áreas psicológica, pedagógicas entre outras, defendem a tese de que uma criança necessita, para a sua evolução, da referência dos pais - homem e mulher - para a sua formação.

O homem foi criado para a mulher e vice-versa.

Antecipadamente conto com o apoio de todos os pares desta Casa de Leis para aprovação deste importante projeto de lei de importante alcance social, psicológico, moral e religioso.

*PROJETO DE LEI Nº 117/05*

*Dispõe sobre a proibição de distribuir medicamentos de anticoncepção de emergência pela Rede Pública de Saúde e dá outras providências.*

**A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO****DECRETA:**

**Art. 1º** - Fica proibido distribuir medicamentos de "anticoncepção de emergência" (AE), também conhecidos como "pílula do dia seguinte" (PDS), pela Rede Pública de Saúde e entidades por ela mantida ou conveniada.

**Art. 2º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Sala das Sessões**, 09 de maio de 2005.

**EUCLÉRIO SAMPAIO**  
**Deputado Estadual – PMN**

**JUSTIFICATIVA**

Senhor Presidente e  
Senhores Deputados:

As conclusões científicas da genética permitem afirmar que a vida humana começa no momento da fecundação e por tratar-se de um medicamento que atua depois da concepção impedindo a implantação do óvulo fecundado interrompendo a vida; trata-se de um método abortivo e contra os valores éticos e morais; e que também contraria a legislação em vigor no país, que repudia através da Lei Penal esta prática e que, com a distribuição deste medicamento, será instituído deliberadamente esta antijuridicidade e que além do mais, atenta contra matéria constitucional, referente ao direito à vida, que é o mais fundamental de todos os direitos, já que se constitui em pré requisito a existência e exercício de todos os demais direitos, sendo um deles, a garantia a todos os brasileiros e aos estrangeiros residentes no País, a inviolabilidade do direito à vida na mais ampla acepção do termo.

Diante do exposto e visando a competência genérica em virtude da predominância do interesse local que, refere-se àqueles interesses que disserem respeito mais diretamente às necessidades imediatas do município, mesmo que acabem gerando reflexos no interesse regional (Estado) ou geral (União); sendo as principais necessidades, a preservação e continuidade da célula *mater* de nossa estrutura social, a Família; o pedido se justifica, com base em preceitos da Lei Maior de proteção à vida para perpetuar esses valores que edificam a nossa sociedade.

---

**PROJETO DE LEI Nº 298/05**

*Proíbe a veiculação de músicas, antes das 22 h, cujas letras incluam palavras obscenas e que aludem ao ato sexual.*

**A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

**DECRETA**

**Art. 1º** Ficam os meios de comunicações sonoras, proibidas de veicularem, antes das 22h, músicas que contenham em suas letras palavras obscenas ou que aludem a ato sexual.

**Parágrafo único.** As pessoas proprietárias ou portadoras de aparelhos eletro-eletrônicos musicais, também estão proibidas de veicular em volume publicamente audível, as músicas que aludem o “caput” deste artigo.

**Art. 2º** O descumprimento do disposto nesta Lei sujeita o infrator ao pagamento de multa de 500 (quinhentas) VRTE’s e as demais sanções decorrentes de constrangimento ilegal previsto por Lei.

**Sala das Sessões**, 26 de setembro de 2005.

**EUCLÉRIO SAMPAIO**  
Deputado Estadual

**JUSTIFICATIVA**

Senhor Presidente e  
Senhores Deputados:

Este Projeto tem por finalidade resguardar toda e qualquer pessoa, criança, adulta ou idosa do constrangimento ilegal ocasionado pela audiência indesejada de palavras obscenas ou alusões ao ato sexual em decorrência das músicas veiculadas, quase sempre, em alto e bom som através dos aparelhos de som portáteis ou instalados em veículos, residências, comércio e demais locais.

Acreditando na relevância de nossa preocupação, conclamamos nossos ilustres pares desta Casa de Lei a análise e aprovação deste Projeto de Lei.

---

**PROJETO DE LEI Nº 037/2005**

**Concede isenção de taxa de iluminação pública às igrejas e instituições filantrópicas**

**A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

**DECRETA:**

**Art. 1º** - Ficam isentos de pagamento de taxa de iluminação pública as igrejas e/ou templos religiosos e as instituições filantrópicas no Estado do Espírito Santo.

**Art. 2º** - Esta Lei entra em vigor num prazo de 60 (sessenta) dias após sua publicação.

**PALÁCIO DOMINGOS MARTINS, Sala das Sessões**, 14 de março de 2005.

**EUCLÉRIO SAMPAIO**  
Deputado Estadual - PMN

**JUSTIFICATIVA:**

Senhor Presidente,  
Senhores Deputados,

Encaminho à V. Ex<sup>a</sup>. as proposições que visam conceder isenção de pagamento de taxa de iluminação pública às igrejas e/ou templos religiosos e às instituições filantrópicas no Estado do Espírito Santo.

Este projeto de Lei se faz necessário, por que como é do conhecimento de todos, as igrejas e as instituições filantrópicas elas atuam em áreas onde o poder público têm sempre uma presença muito discreta ou quase nenhuma, que é a área social.

Entendemos que ele é louvável e digno por que criará mecanismos para facilitar o trabalho dessas instituições. Os trabalhos social, psicológico, espiritual e familiar desenvolvido por elas é grande arma para que tenhamos uma sociedade mais igualitária e justa.

Por esta razão, solicito aos nobres pares a aprovação do presente Projeto de Lei, que virá contribuir para o trabalho das igrejas e ou templos religiosos e as instituições filantrópicas.

#### **PROJETO DE LEI Nº 299/05**

Institui o "Dia do Diácono"

#### **A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

#### **DECRETA**

**Art. 1º** Fica instituído o "Dia do Diácono" a ser comemorado, anualmente, no dia 21 de abril.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Sala das Sessões**, 26 de setembro de 2005.

**EUCLÉRIO SAMPAIO**  
Deputado Estadual

#### **JUSTIFICATIVA**

Senhor Presidente e  
Senhores Deputados:

O Poder Legislativo cumpre o seu dever ao reconhecer publicamente, os relevantes serviços prestados pelos diáconos, em prol dos cristãos.

O ministério do Diaconato é voluntário e de caráter exclusivamente religioso leigo.

É constituído por homens, mulheres e jovens, abnegados que são, abrem mão da vida pessoal em prol da missão. São apresentados, pelo Pastor Titular à Assembléia Geral da Igreja local e que, para exercer o seu ministério, devem atender o padrão bíblico registrado no livro de Atos dos Apóstolos 6:1-7.

Lembramos principalmente, o importante papel social do diaconato que corrobora no crescimento diário do ser humano, influenciando na formação do caráter e religiosidade, contribuindo assim, para uma sociedade justa e sensata.

Assim, o diácono merece nossa homenagem através da aprovação desta propositura.

#### **PROJETO DE LEI Nº 285/05**

*Dispõe sobre a obrigatoriedade de inclusão no acervo de todas as bibliotecas públicas do Estado do Espírito Santo, de exemplares da Bíblia Sagrada, em Braille.*

#### **A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

#### **DECRETA**

**Art. 1º** Ficam todas as bibliotecas públicas do Estado do Espírito Santo, obrigadas a incluírem nos seus acervos, no mínimo 03 (três) exemplares da Bíblia Sagrada, editadas em Braille.

**Parágrafo único.** As bíblias deverão ser fornecidas com tradução em português.

**Art. 2º** As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento vigente.

**Art. 3º** O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Sala das Sessões**, 12 de setembro de 2005.

**EUCLÉRIO SAMPAIO**  
**Deputado Estadual**

**JUSTIFICATIVA**

Senhor Presidente e  
Senhores Deputados:

A presente iniciativa objetiva disponibilizar nas bibliotecas públicas do nosso Estado exemplares da Bíblia Sagrada em braile, para possibilitar seu manuseio e interpretação pelos deficientes visuais.

A Bíblia Sagrada é o livro dos livros; é a diretriz máxima da conduta moral e espiritual do ser humano. A cada dia que passa, é mais lida e interpretada.

Nesse sentido, faz-se necessária a implementação desta propositura para garantia da cidadania dos destinatários, especialmente, no que tange a leitura e interpretação de acordo com a consciência de cada um.

Expostos os motivos que me leva, a apresentar este projeto, solicito o beneplácito de meus pares para a sua aprovação.

---

**PROJETO DE LEI N ° 308/2006**

**Declara de Utilidade Pública a Associação de Promoção Humana Oração**

**A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

**DECRETA:**

**Art. 1.º** - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Promoção Humana Oração.

**Art. 2º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Sala das Sessões**, em 16 de outubro de 2006.

**EUCLÉRIO SAMPAIO**

**Deputado Estadual – PDT**

**JUSTIFICATIVA**

A Associação de Promoção Humana Oração realiza importantes trabalhos sociais de assistência a criança e adolescentes.

No entanto, em face das modificações trazidas pelo Novo Código Civil a entidade transformou-se, através de mudança estatutária, de sociedade para associação, necessitando assim de nova lei que reconheça seus relevantes serviços prestados à coletividade.

**Sala das Sessões**, em 16 de outubro de 2006.

**EUCLÉRIO SAMPAIO**  
**Deputado Estadual – PDT**

---

**Projetos de Lei do Sr. Deputado Jurandy Loureiro (PSC/ES)**  
**PROJETO DE LEI Nº 163/2005**

Concede Título de Cidadão Espírito Santense ao Pastor Dinart Barradas de Souza.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

**DECRETA:**

**Art. 1º** Fica concedido Título de Cidadão Espírito Santense ao Pastor Dinart Barradas de Souza.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Palácio Domingos Martins**, em 30 de maio de 2005.

**JURANDY LOUREIRO**

**Deputado Estadual – Líder do PSC**

**HERALDO MUSSO**

**CLAUDIO VEREZA**

**SUELI VIDIGAL**

**PAULO FOLETO**

GILSON GOMES

**MARCOS GAZZANI**

**CABO ELSON**

**JANETE DE SÁ**

**REGINALDO ALMEIDA**

**EUCLÉRIO SAMPAIO**

**DÉLIO IGLESIAS**

**LUZIA TOLEDO**

**EDSON VARGAS**

**JOSÉ TASSO DE ANDRADE**

**RUDINHO DE SOUZA**

**FÁTIMA COUZI**

**JUSTIFICATIVA**

Tenho a grata satisfação de apresentar aos meus dignos Pares, o Pastor Dinart Barradas de Souza, desde já indicando-o para a concessão do Título de Cidadão Honorário deste Estado, mediante o exame prévio dos membros das Comissões desta Casa de Leis.

Trata-se de cidadão, de incontestáveis qualidades morais e intelectuais, nascido na cidade de Duque de Caxias, no Estado do Rio de Janeiro, em 09/08/1962.

Construiu sua família, ao casar-se com Norma Suely Oliveira Barradas de Souza, de cuja união resultou no nascimento de duas filhas: Damáris e Helena Cristina.

Formação Secular: Graduado pelo “Haggai Institute Mid Pacific Center – Hawai – EUA” – Curso Advanced Leadership Skills – Habilidades Avançadas de Liderança e Gerenciamento.

Formação Teológica: Bacharel em Teologia, pela Faculdade Evangélica de Teologia – Rio de Janeiro.

Desembarcou no Estado do Espírito Santo, em setembro de 1988, e desde então tem desenvolvido e prestado os seguintes serviços à Comunidade:

- Projetos sociais nos municípios de Vila Velha e Vitória;
- Treinamento de Lideranças Eclesiásticas;
- Colaborador na Fundação de Jovens com uma Missão – Base do Espírito Santo;
- Implantação em caráter permanente dos Cursos “Casados para Sempre”, “Educação de Filhos à Maneira de Deus”, “Veredas Antigas”, “Crown Financial Ministries”, em todo o Estado e Estados Vizinhos;
- Conferencista nas Áreas Matrimoniais, Familiar, Educação de Filhos e Liderança Eclesiástica.

Desde 1990, no Bairro do Horto, em Vitória – ES, atua como Pastor Presidente da Comunidade Cristã da Graça, e Coordenador Multiplicador da Universidade da Família – Veredas Antigas.

**A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

**DECRETA**

**Art. 1º** Fica concedido Título de Cidadão Espírito Santense ao Pastor Enoque Bispo Silva Júnior.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**PALÁCIO DOMINGOS MARTINS**, em 08 de novembro de 2005.

**JURANDY LOUREIRO**  
**Deputado Estadual – Líder do PSC**  
**GRACIANO ESPÍNDULA**  
**ROBSON VAILLANT**  
**CLÁUDIO THIAGO**  
**HERALDO MUSSO**  
**EUCLÉRIO SAMPAIO**  
**LUZIA TOLEDO**  
**CABO ELSON**  
**FÁTIMA COUZI**  
**JOSÉ TASSO DE ANDRADE**  
**LUIZ CARLOS MOREIRA**  
**MARCOS GAZZANI**  
**SÉRGIO BORGES**

#### **JUSTIFICATIVA**

Tenho a grata satisfação de apresentar aos meus dignos Pares, o Pastor Enoque Bispo Silva Júnior, desde já indicando-o para a Concessão do Título de Cidadão Honorário deste Estado, mediante o exame prévio dos membros das Comissões desta Casa de Leis.

Trata-se de cidadão, de incontestável qualidades morais e intelectuais, nascido na cidade de Junco, Município de Jacobina, no Estado da Bahia-BA, em 21/04/1971.

Construiu sua família, ao casar-se com Suana da Silva Rocha, com quem tem um filho: Júlio, atualmente com 03 anos de idade.

Formação Secular: Bacharel em Administração de Empresas com ênfase em Marketing, pela Faculdade Batista de Vitória – FABAVI.

Formação Teológica: Bacharel em Teologia, pelo Seminário Latino Americano Adventista.

Desembarcou no Estado do Espírito Santo, em 14 de dezembro de 1995, fixando, inicialmente, sua residência no Município de Nova Venécia.

Administrou a Rádio Novo tempo de Nova Venécia, de 1995 a 1997, e desde então é diretor das emissoras da Rede Novo Tempo no Espírito Santo, com sede em Vitória.

#### **PROJETO DE LEI N.º 342/06**

**Concede Título de Cidadão Espírito-Santense a Roque Roberto do Espírito Santo.**

**A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE ESPIRITO SANTO**

#### **DECRETA:**

**Art.1º** Fica concedido a Roque Roberto Lima do Espírito Santo o Título de Cidadão Espírito-Santense.

**Art.2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**PALÁCIO DOMINGOS MARTINS**, em 31 de outubro de 2006.

**JURANDY LOUREIRO**  
**Deputado Estadual – Líder do PSC**

#### **JUSTIFICATIVA**

Tenho a grata satisfação de apresentar aos meus ilustres Pares, o Sr. Roque Roberto Lima do Espírito Santo, desde logo indicando-o para a concessão do Título de Cidadão Honorário deste Estado, mediante o exame prévio desta Augusta Casa Legislativa.



Trata-se de um cidadão de incontestáveis qualidades morais e intelectuais, nascido em Salvador/Bahia, em 19/08/1959.

Contraiu núpcias com Wilda Barros do Espírito Santo, de cuja união resultou em três filhos; Wilbertson, Wildelane e Robertson.

Na sua formação acadêmica, destacam-se os seguintes cursos:

Curso de Formação de Oficiais da Marinha do Brasil;

Curso Expedido de Oficiais Intermediários;

Curso Expedido de Oficial de Inteligência;

Curso Especial de Técnica de Ensino;

Curso de Método de Liderança para Graduados;

Curso de Oficial Negociador;

Curso de Combatente Anfíbio;

Graduação em Letras e Música;

Curso de Teologia.

A sua trajetória profissional compõe-se das seguintes funções:

Oficial Superior (**Capitão de Corveta- T**);

Administrador;

Professor;

Músico.

Há dois anos desembarcou em terras capixabas, onde tem servido como **Chefe do Departamento de Administração** da Escola de Aprendizes de Marinheiros do Espírito Santo. Neste posto vem desenvolvendo excelente relacionamento com amigos assessores do Governo Estadual, Municipal, Polícia Militar, Pastores de diversas Igrejas, considerando o fato de ser também **Pastor Evangélico**.

Tem trabalhado também em diversos projetos junto com a comunidade e à Escola de Aprendizes de Marinheiros, estabelecendo apoio mútuo, construindo parcerias com diversos segmentos e obtendo resultados extraordinários que contribuem diretamente na formação dos Marinheiros e na aproximação da Comunidade Capixaba com as Forças Armadas.

Acreditando ser merecida a homenagem, diante dos inúmeros serviços prestados à sociedade capixaba, contamos com o apoio dos nobres Pares desta Casa, para aprovação deste Projeto de Lei.

---

#### PROJETO DE LEI N.º 339/06

#### Concede Título de Cidadão Espírito-Santense a Carlos Alberto dos Santos

#### A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE ESPIRITO SANTO

#### DECRETA:

**Art.1º** Fica concedido a Carlos Alberto dos Santos o Título de Cidadão Espírito-Santense.

**Art.2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**PALÁCIO DOMINGOS MARTINS**, em 30 de outubro de 2006.

**JURANDY LOUREIRO**  
Deputado Estadual – Líder do PSC

#### JUSTIFICATIVA

Tenho a grata satisfação de apresentar aos meus dignos Pares, o Pr. Carlos Alberto dos Santos, desde já indicando-o para a concessão do Título de Cidadão Honorário deste Estado, mediante o exame prévio dos membros das Comissões desta Casa de Leis.

Trata-se de cidadão, de incontestáveis qualidades morais e intelectuais, nascido na cidade de Florânia, no Estado do Rio Grande do Norte, em 17/07/1958.

Construiu sua família, ao casar-se com a Missionária Vânia Xavier dos Santos, com quem tem dois filhos: Ruan (17 anos) e Ruana (16 anos).

Desembarcou no Estado do Espírito Santo, em 2004, fixando sua residência no bairro José de Anchieta, município da Serra – ES.

Antes de aportar em terras capixabas, atuou, durante 10 anos como capelão, na penitenciária de segurança máxima, no Rio Grande do Norte e, durante 04 anos exerceu o ministério pastoral na FEBEM.

Exercendo o seu ministério pastoral, na igreja Assembléia de Deus em José de Anchieta, desde 2004, Deus o tem abençoado ricamente, pois sua igreja já possui 06 congregações e, aproximadamente, 2.000 membros filiados.

Realiza, também, um trabalho com jovens da Comunidade de José de Anchieta – Serra, onde tem desenvolvido projetos sociais na área de esporte e educação.

Atualmente, esse projeto envolve cerca de 100 jovens que aprendem o valor da ética e do respeito ao próximo, na construção da cidadania.

Acreditando ser merecida a homenagem, diante dos relevantes serviços prestados à sociedade capixaba, contamos com o apoio dos nobres Pares desta Casa, para aprovação deste Projeto de Lei.

---

**PROJETO DE LEI Nº 162/2005**

Concede Título de Cidadão Espírito Santense ao Pastor Vince do Rego Barros.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

**DECRETA:**

**Art. 1º** Fica concedido Título de Cidadão Espírito Santense ao Pastor Vince do Rego Barros.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Palácio Domingos Martins**, em 30 de maio de 2005.

**JURANDY LOUREIRO**

**Deputado Estadual – Líder do PSC**

**HERALDO MUSSO**

**CLAUDIO VEREZA**

**SUELI VIDIGAL**

**PAULO FOLETO**

**GILSON GOMES**

**MARCOS GAZZANI**

**CABO ELSON**

**JANETE DE SÁ**

**REGINALDO ALMEIDA**

**EUCLÉRIO SAMPAIO**

**DÉLIO IGLESIAS**

**LUZIA TOLEDO**

**EDSON VARGAS**

**JOSÉ TASSO DE ANDRADE**

**RUDINHO DE SOUZA**

**JUSTIFICATIVA**

Tenho a grata satisfação de apresentar aos meus ilustres Pares, o Pastor Vinci do Rego Barros, desde logo indicando-o para a concessão do Título de Cidadão Honorário deste Estado, mediante o exame prévio desta Augusta Casa Legislativa.

Trata-se de cidadão de incontestáveis qualidades morais e intelectuais, nascido em Minas Gerais, em 10/12/1952.

Contraiu núpcias com Samia Gerde Barros, de cuja união resultou em três filhos: Reul Gerde Barros, Queren Garde Barros e Asaph Gerde Barros.

Aterrisou em terras capixabas no primeiro semestre de 1974, onde há 31 anos reside na capital, Vitória.

Inicialmente, trabalhou como representante comercial durante alguns anos junto à multinacional Sauders Company e Interamericana.

Possui Formação Teológica, pelo Seminário Wesleyano (Nilópolis – RJ), tendo defendido a tese sobre a obra do Espírito Santo e recebeu o grau de Ministro da Igreja Metodista Wesleyana.

Na primeira fase de seu ministério pastoral, atuou também na recuperação de viciados em drogas, prostitutas, crianças abandonadas, e na reeducação de pessoas envolvidas com roubos, assassinatos etc.

Desenvolveu esse trabalho na área de terapia ocupacional, oportunizando a reintegração dessas pessoas à Sociedade. Trabalhou com crianças e adolescentes carentes, em Creches, Casas-Lar, e orfanatos, ofertando-lhes Cursos Profissionalizantes, e Oficinas de Dança e Teatro, envolvendo-os em atividades culturais saudáveis, reconstruindo suas vidas e permitindo-lhes o pleno exercício da cidadania.

Há 26 anos atua como Pastor da Igreja em Vitória, e é membro da Ordem dos Ministros Evangélicos do Brasil, desde 1981.

Concentra sua atuação pastoral nas áreas da Família e Aconselhamento, e investe na formação de líderes.

Milita também na área da música, no Brasil e no exterior, pois crê que a musica é instrumento capaz de unir nações.

Membro Fundador do Conselho Ide às Nações, trabalho missionário que envolve diversas nações, e através de seus múltiplos ministérios, já percorreu mais de 50 (cinquenta) países.

---

**PROJETO DE LEI Nº 164/2005**

Concede Título de Cidadão Espírito-Santense ao Pastor Paulo Yong Chul Kim.

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

**DECRETA:**

**Art. 1º-** Fica concedido Título de Cidadão Espírito Santense ao Pastor Paulo Yong Chul Kim.

**Art. 2º-** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**PALÁCIO DOMINGOS MARTINS**, em 30 de maio de 2005.

JURANDY LOUREIRO

Deputado Estadual

Líder do PSC

**GILSON GOMES**

**JOSÉ TASSO DE ANDRADE**

**PAULO FOLETTO**

**CABO ELSON - PDT**

**SUELI VIDIGAL**

**CLAUDIO VEREZA**

**MARCOS GAZZANI**

**RUDINHO DE SOUZA - PSDB**

**FÁTIMA COUZI**

**REGINALDO ALMEIDA**

**HERALDO MUSSO**

**EUCLÉRIO SAMPAIO - PMN**

**DÉLIO IGLESIAS**

**EDSON VARGAS**

**LUZIA TOLEDO**

**JUSTIFICATIVA**

Tenho a grata satisfação de apresentar aos meus dignos Pares, o Pastor Paulo Yong Chul Kim, e desde já indicando-o para receber o título de Cidadão Honorário deste Estado, mediante o exame prévio das doutas Comissões desta Casa de Leis.

**Trata de cidadão de incontestáveis qualidades morais e intelectuais, nascido na cidade de Seul - Coréia do Sul em 19/09/1956.**

Casado com a Sr<sup>a</sup> Elizabeth Jung Jook Lee, cuja união resultou no nascimento de dois filhos: José Ki Won Kim e Ester Ki Won Kim.

Possui a formação de psicanalista, e é Bacharel em Missiologia, tendo também o Mestrado nesta área. Possui também o curso de Pós Graduação em Aconselhamento Cristão.

Desembarcou em terras capixabas em 07/03/1988, fixando seu domicílio em Jardim Camburi- Vitória-ES.

Desde esse ano, tem aberto várias igrejas em bairros da região da Grande Vitória, onde atua como Pastor Presidente da Igreja do Evangélico Pleno e desenvolve as seguintes atividades.

- Ministério Pastoral
  - Proteção de Serviços Sociais à Sociedade;
  - Aconselhamento;
  - Treinamento de Líderes;
  - Conferencista nas áreas de Missiologia e Aconselhamento;
  - Preside a Convenção Nacional do Brasil
-

**PROJETO DE LEI Nº 368/05**  
**Concede Título de Cidadão Espírito Santense ao Pastor João Neto Gomes Freire.**  
**A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

**DECRETA**

**Art. 1º** Fica concedido Título de Cidadão Espírito Santense ao Pastor João Neto Gomes Freire.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**PALÁCIO DOMINGOS MARTINS**, em 08 de novembro de 2005.

**JURANDY LOUREIRO**  
**Deputado Estadual – Líder do PSC**  
**GRACIANO ESPÍNDULA**  
**ROBSON VAILLANT**  
**CLÁUDIO THIAGO**  
**HERALDO MUSSO**  
**EUCLÉRIO SAMPAIO**  
**LUZIA TOLEDO**  
**CABO ELSON**  
**FÁTIMA COUZI**  
**JOSÉ TASSO DE ANDRADE**  
**LUIZ CARLOS MOREIRA**  
**MARCOS GAZZANI**  
**SÉRGIO BORGES**

**JUSTIFICATIVA**

Tenho a grata satisfação de apresentar aos meus dignos Pares, o Pastor João Neto Gomes Freire, desde já indicando-o para a Concessão do Título de Cidadão Honorário deste Estado, mediante o exame prévio dos membros das Comissões desta Casa de Leis.

Trata-se de cidadão, de incontestáveis qualidades morais e intelectuais, nascido na cidade da Itanhém, no Estado da Bahia, em 19/12/1962.

Construiu sua família, ao casar-se com a Missionária, atualmente pastora, Sayonara de Assis Fernandes Freire, com quem tem duas filhas – Sayene (14 anos) e Joyce (09) anos.

Formação Teológica: cursou Teologia no Instituto Bíblico Beréia – Porto Alegre(RS), e na Faculdade Fundamentalista – UNIFUN – São Paulo.

Desembarcou no Estado do Espírito Santo, em 1975, fixando, inicialmente, sua residência na Cidade de Vila Velha, quando tinha 13 anos de idade.

No início de seu Ministério Pastoral, atuou na área evangelística, dirigindo Campanhas de Libertação e Cura, e através do Programa de Rádio intitulado “O Despertar da Fé”, na Rádio Vitória.

Expandindo sua visão missionária e evangelística, implantou igrejas nos bairros: Feu Rosa (1990) – Município da Serra, e Barra do Jucu (1991) e Novo México (1992), no Município de Vila Velha.

Em obediência à sua chamada divina, fundou a Comunidade Batista Getsêmane – Mistério Internacional da Aliança – MIDA, em 19/08/1995, onde até hoje realiza um trabalho reconhecidamente eficaz, atuando na restauração de famílias, atuando na recuperação de jovens dependentes químicos, reintegrando-os à sociedade, focando sua atuação nos bairros de Guaranhuns, Vila Guaranhuns, Jardim Guaranhuns, Araçás, Nova Itaparica e adjacências, no município de Vila Velha.

É o Embaixador do Estado do Espírito Santo, da Embaixada Cristã de Jerusalém, reconhecido pelo Governo de Israel, onde ascende anualmente, durante a Festa Bíblica de Tabernáculos desde 2001, orando pela paz e restauração das famílias, no Estado do Espírito Santo e no Brasil.

É conferencista em nível nacional, onde atua em várias denominações e congressos, palestrante de diversos temas, entre eles o de finanças, por ser autor do livro “Quanto Vale Sua Oferta”, já na 2ª edição.

Atualmente o Pr. João Neto Gomes Freire, é líder da Equipe de Pastores das Igrejas em Células no Modelo dos 12 no Estado do Espírito Santo, e desde 2002, vem realizando Congressos Estaduais para o acompanhamento e ampliação da Obra de Deus através da Visão Celular.

Nos últimos dois anos tem sido orador do Dia da Proclamação do Evangelho em Vila Velha, município que lhe concedeu o Título de Cidadão Vila Velhense, em 2000.

---

**PROJETO DE LEI Nº 380/2005****Concede o título de Cidadão Espírito-santense ao Pastor João Aparecido Silva.****A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO****DECRETA****Art. 1º** - Fica concedido o título de Cidadão Espírito-santense ao Pastor João Aparecido Silva.**Art. 2º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.**PALÁCIO DOMINGOS MARTINS**, em 11 de novembro de 2005.

**JURANDY LOUREIRO**  
**Deputado Estadual – Líder do PSC**  
**MARCOS GAZZANI**  
**SUELI VIDIGAL**  
**CABO ELSON**  
**CLAUDIO VEREZA**  
**PAULO FOLETTO**  
**BRICE BRAGATO**  
**ROBSON VAILLANT**  
**FÁTIMA COUZI**  
**EUCLÉRIO SAMPAIO**

**JUSTIFICATIVA**

Tenho a grata satisfação de apresentar aos meus dignos Pares, o Pastor JOÃO APARECIDO SILVA, desde já indicando-o para a Concessão do Título de Cidadão Honorário deste Estado, mediante o exame prévio dos membros das Comissões desta Casa de Leis.

Trata-se de cidadão, de incontestáveis qualidades morais e intelectuais, nascido na cidade de Unaí, no Estado de Minas Gerais, em 27 de janeiro 1962.

Constituiu sua família, ao casar-se com a Missionária, atualmente Pastora, Deusa Maria da Silva, com quem tem três filhos.

Formação Acadêmica: Bacharel em Teologia, e formado em Psicanálise e Clínica Infantil, pela SLAPSIC.

Desembarcou no Estado do Espírito Santo, em maio de 1994, fixando, inicialmente sua residência no Bairro Mata da Praia, na cidade de Vitória.

O Pastor João Aparecido Silva foi missionário e conferencista, tendo viajado por todo o território nacional em praticamente todos os estados do país. Ordenado a Evangelista em 1985 na Convenção dos Ministros Evangélicos de Madureira e Igrejas Filiadas e ordenado a Pastor no ano de 1994. Na mesma Convenção, no Estado do Rio de Janeiro.

Em 1994, foi enviado pela IGREJA ASSEMBLÉIA DE DEUS BETHEL, para implantar uma filial no Estado do Espírito Santo, onde, desde então exerce o ministério pastoral.

Além do trabalho evangelístico, tem desenvolvido também projetos de ação social com atendimento gratuito através do Projeto Artes, nos municípios de Vitória, Cariacica e Vila Velha, cuja influência transformadora na sociedade Capixaba tem sido uma grande benção para o nosso Estado. Essas ações o credencia a receber esta justa homenagem de Cidadão Espírito-santense.

**A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO****DECRETA****Art. 1º** Fica concedido Título de Cidadão Espírito-Santense ao Pastor Marcos Antonio Xavier dos Santos.**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.**PALÁCIO DOMINGOS MARTINS**, 24 de maio de 2006.

**Dep. REGINALDO ALMEIDA**

**2º Secretário**

**Dep. JURANDY LOUREIRO**

**Líder – PSC**

#### **JUSTIFICATIVA**

Tenho a grata satisfação de apresentar aos meus dignos Pares, o Pastor MARCOS ANTONIO XAVIER DOS SANTOS, desde já indicando-o para a Concessão do Título de Cidadão Honorário deste Estado, mediante o exame prévio dos membros das Comissões desta Casa de Leis.

Trata-se de cidadão, de incontestáveis qualidades morais e intelectuais, nascido na cidade de Currais Novos, município do Estado do Rio Grande do Norte, em 08/02/65.

Construiu sua família, ao casar-se com Dilma Maria de Lima Santos, com quem tem 02 filhos: Benny Érick Lima Santos e Caio Vítor Lima Santos.

Formação Teológica: Bacharel em Ciências da Religião, curso ministrado pela FAESA, e atualmente faz Pós-Graduação em Docência em Ensino Superior.

Desembarcou no Estado do Espírito Santo, em 1995, fixando, inicialmente sua residência no município da Serra.

Desenvolveu o seu Ministério Pastoral na Igreja Evangélica Assembléia de Deus localizada no Bairro José de Anchieta-Serra-ES.

Determinado a cumprir a sua chamada ministerial, tem se dedicado na missão que o Senhor lhe concedeu em terras capixabas, e como fruto de seu trabalho conta hoje com 07 (sete) congregações organizadas e um total de 2.000 (dois mil) membros. E através de sua visão expansionista do Reino de Deus rompeu as fronteiras do Estado do Espírito Santo chegando ao norte do País, no Estão de Rondônia.

Tem desenvolvido também projetos no âmbito familiar, contribuindo assim para o fortalecimento das famílias e conseqüentemente da sociedade em geral.

Acreditando ser merecida a homenagem contamos com o apoio dos nobres Pares desta Casa para a aprovação deste Projeto de Lei.

#### **PROJETO DE LEI N.º 341/06**

#### **Concede Título de Cidadão Espírito-Santense a Alfim José Ribeiro**

#### **A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE ESPIRITO SANTO**

#### **DECRETA:**

**Art.1º** Fica concedido a Alfim José Ribeiro o Título de Cidadão Espírito-Santense.

**Art.2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**PALÁCIO DOMINGOS MARTINS**, em 30 de outubro de 2006.

**JURANDY LOUREIRO**

**Deputado Estadual – Líder do PSC**

#### **JUSTIFICATIVA**

Tenho a grata satisfação de apresentar aos meus dignos Pares, o Sr. **Alfim José Ribeiro**, desde já indicando-o para a concessão do Título de Cidadão Honorário deste Estado, mediante o exame prévio dos membros das Comissões desta Casa de Leis.

Trata-se de cidadão, de incontestáveis qualidades morais e intelectuais, nascido no Córrego do Bugre, distrito de Aimorés, no Estado de Minas Gerais, em 24/05/1926.

Construiu sua família, ao se casar-se com NAIR GONÇALVES RIBEIRO, com quem tem sete filhos, sendo quatro homens e três mulheres. Possui também 18 (dezoito) netos.

Desembarcou no Estado do Espírito Santo, em 1938, residindo, inicialmente, em Montes Claros do Panca Grande, distrito da região norte de Colatina.

Posteriormente, explorando o ramo farmacêutico, teve a seguinte trajetória domiciliar: **São Gabriel da Palha, Boa Esperança, Itapeba, distrito de Ecoporanga, Goiabeiras- Vitória**. Após 30 (trinta) anos de atuação no ramo farmacêutico, aposentou-se e passou essa atividade para os filhos.

**Desde 1980** ate a presente data, atua como Presbítero da Casa de Oração, cujo templo esta localizado em Maria Ortiz – Vitória. Esse trabalho floresceu e hoje conta com 7(sete) congregações espalhadas em bairros da Grande Vitória e, há 15 (quinze) anos mantém e administra o Abrigo de Velhos “Abel Portela” localizado em Jardim Limoeiro-Serra, onde 42 (quarenta e dois) idosos recebem assistência integral.

Acreditando ser merecida a homenagem, diante dos relevantes serviços prestados à sociedade capixaba, contamos com o apoio dos nobres Pares desta Casa, para aprovação deste Projeto de Lei.

---

**PROJETO DE LEI Nº 318/2005**

***Dispõe sobre a instituição do “Dia Estadual do Missionário” e dá outras providências.***

**A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

**DECRETA:**

**Art. 1º** - Fica instituído a data do segundo Domingo do mês de março de cada ano, para ser comemorado o “Dia Estadual do Missionário”, em todo o território do Estado do Espírito Santo.

**Art. 2º** - Fica o Poder Executivo autorizado a incluir no calendário de eventos do Estado a data comemorativa criada por esta Lei.

**Art. 3º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**PALÁCIO DOMINGOS MARTINS**, 11 de outubro de 2005.

JURANDY LOUREIRO

**Deputado Estadual**

**JUSTIFICATIVA**

A providência determinada pelo Projeto de Lei que ora apresentamos abre espaço, no calendário estadual, para que seja comemorado anualmente em todo o território capixaba, pela classe eclesiástica dos Missionários, o Dia Estadual do (a) Missionário (a).

Pretendemos que este seja um dia de reflexão, de ação das igrejas, das comunidades e dos governantes, viabilizando a promoção de eventos, palestras e seminários de interesse da categoria, tais como: a saúde do (a) Missionário (a), proteção securitária e previdenciária, apoio logístico, programa de prevenção e uso correto da voz.

**Pretendemos, ainda, que esta data seja o reconhecimento do relevante trabalho, evangelístico e social que estes profissionais realizam em sua missão divina junto às comunidades e à sociedade em geral.**

---

**PROJETO DE LEI Nº 148/2005.**

*Restringe a venda e a distribuição gratuita do anticoncepcional de emergência pílula do dia seguinte, e dá outras providências.*

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

**DECRETA:**

**Art. 1º** Ficam restritos o comércio e a distribuição gratuita do micro-abortivo denominado de anticoncepcional de emergência pílula do dia seguinte no Estado do Espírito Santo a pacientes portadoras de receituário médico, conforme casos previstos no Art. 128 do Código Penal.

**Art. 2º** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**PALÁCIO DOMINGOS MARTINS**, em 19 de maio de 2005.

JURANDY LOUREIRO

**Deputado Estadual**

**Líder do PSC**

**JUSTIFICATIVA**

O Ministério da Saúde há alguns anos liberou o uso de um abortivo conhecido como um anticoncepcional de emergência – “**pílula do dia seguinte**”.

Após a liberação da pílula do dia seguinte, o Ministério da Saúde, não satisfeito com o efeito nefasto, implantou um programa de distribuição gratuita do referido micro-abortivo.

Um agravante nisso tudo é que o Ministério da Saúde, querendo burlar a legislação, chama tal substância de “contraceptivos pós coitais” ou “contraceptivos de emergência”, ocultando seu efeito real que é a indução ao aborto na fase inicial da gestação, que se inicia na concepção pela falácia de que estariam usando um anticoncepcional, quando na verdade estão usando micro-abortivo.

Ressaltamos que tal medicamento concentra uma grande dose de hormônio feminino, elaborado para prevenir uma gravidez indesejada, após o ato sexual supostamente desprotegido, podendo ser ingerido em até 72 horas após a relação.

Conforme relata o Jornal do Estado do Paraná, em 03/10/2004, desde 2002 cresceu em 100% o número de garotas entre 12 e 19 anos que utilizam a pílula do dia seguinte. Porém o método não previne totalmente as concepções e não protege contra as DST's. O maior problema é o uso rotineiro destes remédios, prática desaconselhada pelos ginecologistas, porque os comprimidos contêm uma dose muito grande de hormônios, que pode resultar em perigos para a saúde da adolescente.

Entendemos que a distribuição, conforme determinação do Ministério da Saúde, afronta os princípios que norteiam nossa sociedade e ao mesmo tempo estimula a prática de atos aleatórios que podem configurar delitos, afinal o Brasil é um Estado Democrático de Direito. A orientação e a informação são fundamentais e imprescindíveis, mas o oferecimento, seja pago ou gratuito, de meios ou métodos abortivos é uma reprovabilidade inequívoca.

Ressaltamos que a distribuição do medicamento pelo Ministério da Saúde do Chile foi suspensa por apresentar, de acordo com correntes conservadoras e pelo próprio corpo jurídico do Estado, inconstitucionalidade, uma vez que se deve garantir a proteção da existência do não nascido, sempre que essa existência esteja em risco.

Segundo as pesquisas, a “pílula do dia seguinte” provoca modificações no endométrio, o que impede a implantação de um óvulo fecundado, ou seja, de uma vida humana. E por ter sido comprovado ser um medicamento abortivo, sua venda foi proibida na França e nos EUA, por seus efeitos negativos para a mulher (Vide SITE: [www.diocesefrana.org.br/boletim/fev2005](http://www.diocesefrana.org.br/boletim/fev2005)).

Considerando que a iniciativa pragmática do Governo Federal, através do Ministério da Saúde, de implantação do projeto “pílula para adolescentes” não contempla a origem do imenso problema, que entendemos ser falta de orientação saudável para a criança/adolescente, tanto na família, como na escola;

Considerando a necessidade de se combater frontalmente o uso indiscriminado de tal medicamento, assegurando a inviolabilidade do direito à vida, conforme artigo 5º da CF/88, artigo 2º do Código Civil, que resguarda o direito do nascituro (desde a concepção ao nascimento com vida) e artigos 124 a 128 do Código Penal;

Considerando que a implantação de tal projeto fere o Estatuto da Criança e do Adolescente, contribuindo para o esfacelamento prematuro da família; e antevidos suas desastrosas conseqüências para a atual e futuras gerações é que apresentamos este Projeto de Lei, esperando contar com o apoio de meus insignes pares visando a sua aprovação.

## PROJETO DE LEI Nº 72/06

### Institui o “Programa Estadual de Incentivo à Adoção”.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

#### DECRETA:

**Art. 1º** - Fica instituído o “Programa Estadual de Incentivo à Adoção”.

**Art. 2º** - A regulamentação desta Lei ficará a cargo do Poder Executivo.

**Art. 3º** - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias existentes, suplementadas se necessárias, ficando obrigatória sua inclusão nos orçamentos futuros.

**Art. 4º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**PALÁCIO DOMINGOS MARTINS**, em 21 de março de 2006.

JURANDY LOUREIRO

**Deputado Estadual – Líder do PSC**

#### JUSTIFICATIVA

A cada dia faz-se necessário uma maior conscientização sobre adoção infantil, e o Estado deve contribuir com tal objetivo, incentivando e também buscando formas de diminuir a burocracia exagerada.

E é exatamente essa a proposta do Projeto em tela, um tema justa e plausível de aplicação, fatos pelos quais o autor pede aos nobres Pares a ajuda e colaboração para sua aprovação.



**PROJETO DE LEI Nº 321/2005**

**Dispõe sobre a obrigatoriedade da publicação, nos jornais editados no Estado do Espírito Santo, de advertência quanto à exploração sexual de crianças e adolescentes, nas condições que especifica.**

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

**DECRETA:**

**Art. 1º.** Os jornais editado no Estado do Espírito Santo que publicam, diariamente, colunas de classificadas com anúncios de acompanhantes, saunas, massagistas e profissionais do sexo, ficam obrigados a publicar, na mesma página dos anúncios, a seguinte advertência: "Exploração sexual de crianças e adolescentes é crime. Disque 0800-990500."

**Parágrafo único** – A advertência de trata o *caput* deve ser publicada diariamente, com destaque, em letras versais em negrito, e deve ocupar espaço mínimo de 10 cm (dez centímetros) por 10 cm (dez centímetros).

**Art. 2º.** O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 (noventa) dias, a contar de sua publicação.

**Art. 3º** As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, suplementares e necessário.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**PALÁCIO DOMINGOS MARTINS**, em 05 de setembro de 2005.

**JURANDY LOUREIRO**  
Deputado Estadual – Líder do PSC

**JUSTIFICATIVA**

A chamada "indústria do sexo" é divulgada por todos os meios de comunicação de massa, chegando aos lares da família brasileira, inclusive através da televisão comercial.

Na mídia escrita, além de revista de todos os formatos, inclusive aquelas que veiculam pornografia pura, há nos jornais de grande circulação de nosso Estado, páginas e páginas de anúncios de acompanhantes, saunas, massagistas e de todos o tipos de profissionais do sexos.

A exploração sexual de menores e de adolescentes é hoje uma grave chaga social e deve merecer ação repressiva e educativa de todos aqueles que pregam os valores cristãos e éticos..

Crianças e adolescentes precisam de proteção da sociedade contra a exploração sexual e a prostituição. E todo e qualquer esforço no sentido de medidas preventivas e educativas, voltada à proteção que a sociedade deve e precisa outorgar a crianças, precisa ser feito, sendo este o objetivo desta propositura.

Anexamos ao bojo processual desta propositura, cópia da Lei nº 11.874, de 19 de janeiro de 2005, sancionada pelo Governador do Estado de São Paulo, referente ao PL de autoria do Deputado Estadual José Carlos Stargarlini, versando sobre esta matéria.

Em face da relevância da matéria versada na presente proposta legislativa, esperamos contar com o apoio de nossos pares para a sua aprovação.

**PROJETO DE LEI Nº 78/06**

***Cria o "Selo Maior Idade – Esta Empresa investe na experiência".***

**A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

**DECRETA:**

**Art. 1º** - Fica instituído o Selo "Maior Idade – Esta Empresa Investe na Experiência", a ser conferido pela Secretaria de Trabalho e Assistência e Desenvolvimento Social.

**Art. 2º** - O selo tem por finalidade incentivar as empresas a contratarem cidadãos que possuem mais de 40 (quarenta) anos de idade.

**Art. 3º** - A empresa somente receberá o Selo "Maior Idade – Esta Empresa Investe na Experiência" se atender às seguintes condições:

I – Contratar funcionários com mais de 40 anos de idade na proporção da tabela abaixo

Quadro de funcionários atuais	Novas Contratações
0-50 funcionários	01 contratado
51 – 150 funcionários	03 contratados
151- 500 contratados	05 contratados
501- 1000 contratados	10 contratados
Acima de 1.001 funcionários	50 contratados

II – Possui 20% de funcionários com mais de 40 anos de idade;

III – Demonstrar que aumentou o número de funcionários com mais de 40 anos de idade em relação ao ano anterior;

IV – Comprovar que manteve o percentual do parágrafo anterior no mínimo por 01 ano a contar da data do requerimento de certificação;

V – Comprometer-se a manter por mais de 02 (dois) anos o percentual do § 1º nos exatos patamares verificados, sendo que, caso sejam demitidos funcionários com esta faixa etária, abrir-se-á a contratação de novos nas mesmas condições.

**Art. 4º** - O atendimento das cláusulas do artigo anterior serão comprovadas mediante apresentação dos documentos enviados ao Ministério do Trabalho, em especial pela Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, instituída pelo Decreto nº 76.900, de 23/12/75, correspondente ao ano em exercício e ao ano anterior.

**Art. 5º** - O Selo "Maior Idade – Esta Empresa Investe na Experiência" será conferido a cada ano pela Secretaria de Trabalho e Assistência e Desenvolvimento Social àquelas empresas que apresentarem os documentos necessários para a comprovação dos requisitos do art. 2º.

**Art. 6º** - O "Selo Maior Idade – Esta Empresa Investe em Experiência" vigorará por 02 (dois) anos e poderá ser renovado desde que novamente atendidas as condições para certificação.

**Art. 7º** - Somente as Empresas instaladas no Estado do Espírito Santo poderão solicitar a certificação junto à Secretaria de Trabalho e Assistência e Desenvolvimento Social.

**Art. 8º** - A relação de empresas certificadas será amplamente divulgada mensalmente em todo o Estado do Espírito Santo através do Diário Oficial e dos maiores órgãos de imprensa e televisão.

**Art. 9º** - As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

**Art. 10** – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e será regulamentada no prazo de 90 (noventa) dias.

**PALÁCIO DOMINGOS MARTINS**, em 21 de março de 2006.

**JURANDY LOUREIRO**

Deputado Estadual – Líder do PSC

### JUSTIFICATIVA

O Selo "Maior Idade – Esta Empresa Investe em Experiência" é um mecanismo para incentivar as empresas instaladas no Estado do Espírito Santo a contratarem e manterem em seus quadros de pessoal profissionais que possuem mais de 40 (quarenta) anos de idade.

Em razão das taxas crescentes de desemprego e, em especial na faixa etária acima dos 40 (quarenta) anos de idade, torna-se imprescindível encontrar alternativa contra o desemprego e a exclusão social, inclusive para restabelecer no mercado formal de trabalho um equilíbrio menos desfavorável entre oferta e demanda.

Precisa-se levar em conta que os problemas a que estão submetidos estes trabalhadores não ficam somente na ausência de busca de alternativas pelos movimentos sindicais e associações de classe, mas, também pela pouca interferência do estado em solucionar estes problemas.

Constata-se também que os programas desenvolvidos pelo governo do Estado do Espírito Santo não tem conseguido combater as altas taxas de desemprego, conforme cotidianamente divulga-se na mídia.

Também é importante destacar que de acordo com os dados levantados por órgãos oficiais de pesquisa que demonstram que a idade avançada representa a primeira razão para 25% dos entrevistados não conseguirem emprego.

Diante dos altos índices de desemprego na faixa etária acima de 40 anos, o exercício de "bicos" para viabilizar uma estratégia de sobrevivência e/ou a desistência da procura de um emprego formal reduzem artificialmente as taxas tradicionais na economia não desenvolvida.

Aliás, somente a partir de 1990 que o país passou a conviver com uma grave crise de emprego. Além do quadro econômico de estagnação de renda per capita, fruto de baixa expansão da produção, assistiu-se tanto a abertura comercial e produtiva como a reformulação do papel do Estado. Esses dois processos suprimiram muitos postos de trabalho pela força da ampliação das importações e pela privatização e reforma administrativa.

Por outro lado, a fortíssima inserção de vagas altamente especializadas no mercado de trabalho, que demandam uma mão-de-obra mais qualificada, acabam destacando jovens que estão acostumados com tanta parafênalia e isolando mais ainda aquele empregado acostumado com formas tradicionais de trabalho. Hoje, o governo federal desenvolve estratégias para o aumento das taxas de ocupação em todas as faixas etárias, cujo sucesso vem se demonstrando na redução – embora insuficiente – nos índices de desemprego, mas é preciso que se dê uma atenção e um incentivo especiais a uma faixa etária que enfrenta grandes barreiras para manter-se no mercado de trabalho.

O crescimento do preconceito para com estes cidadãos em serem considerados como “velhos” apenas aumenta as dificuldades em conseguir um posto de trabalho, basta vermos os anúncios em jornais e revistas e sites da internet de todo o país que sempre dão prioridade para contratação de pessoas dentro de uma faixa etária sempre limitada.

Outro agravante é o fato de que a permanência no emprego tem constantemente diminuído e os empregados acabam sendo forçados a mudarem de empresas sempre à procura de novos posto de trabalho.

Por todas estas razões, a existência deste selo que premia iniciativas de empresas ao possibilitar a inserção destas pessoas novamente no mercado de trabalho, deve ser amplamente discutida e apoiada, razão pela qual submeto à apreciação dos nobres Pares este Projeto de Lei.

---

**PROJETO DE LEI N.º 023/2005**

Dispõe sobre a aplicação de recursos advindos dos royalties do petróleo, e dá outras providências.

## A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

**Decreta:**

**Art. 1º** Os municípios do Estado do Espírito Santo beneficiários dos recursos originários do pagamento de *royalties* do petróleo, deverão destinar os recursos em investimentos de infra-estrutura, saneamento básico, desenvolvimento econômico, revitalização da estrutura pesqueira, saúde e educação.

**Art. 2º** Fica proibida a utilização de recursos dos *royalties* do petróleo em gastos de custeio.

**Art. 3º** O Poder Executivo regulamentará a presente lei, que entrará em vigor na data de sua publicação.

**PALÁCIO DOMINGOS MARTINS**, em 18 de fevereiro de 2005.

JURANDY LOUREIRO  
Deputado Estadual

### JUSTIFICATIVA

A idéia diretriz da presente proposição é garantir que as prefeituras destinem os recursos dos *royalties* do petróleo exclusivamente em investimentos de infra-estrutura, saneamento básico, desenvolvimento econômico, saúde e educação, coibindo a aplicação do recurso em obras que não gerem retorno, renda e emprego.

Os *royalties* do petróleo são compensações financeira pagas pelas empresas que exploram a sua produção, e buscam garantir que as prefeituras direcionem esses recursos no desenvolvimento local e nos gastos de suas demandas sociais, tudo para assegurar a sustentabilidade econômica dos municípios quando as reservas de petróleo acabarem.

Face às considerações acima elencadas, solicito aos meus insígnis pares o apoio necessário, votando favoravelmente na presente proposição.

---

## Projetos de Lei do Sr. Deputado Reginaldo Almeida (PPB/PSC/ES)

### PROJETO DE LEI Nº 147/2003

**Concede Título de Cidadão Espírito-santense ao Reverendo JOSÉ WELLINGTON BEZERRA DA COSTA.**

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

#### DECRETA

**Art.1º** Fica concedido Título de Cidadão Espírito-Santense ao Reverendo JOSÉ WELLINGTON BEZERRA DA COSTA.

**Art. 2º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Sala das Sessões**, 02 de junho de 2003.

**REGINALDO ALMEIDA  
CARLOS CASTEGLIONE  
ROBSON VAILLANT  
FÁTIMA COUZI  
GILSON AMARO  
HELDER SALOMÃO  
SÉRGIO BORGES  
MARIAZINHA VELLOZO LUCAS  
EDSON VARGAS  
ZÉ RAMOS**

#### JUSTIFICATIVA

Pastor JOSÉ WELLINGTON BEZERRA DA COSTA, natural do Estado do Ceará, casado com a Srª Wanda Freire Costa, pai de seis filhos, sendo três pastores, um médico e duas filhas Professoras, ordenado ao Ministério no ano de 1958 tem dedicado sua vida na Evangelização.

Na Presidência por cinco mandatos consecutivos da **CGADB-** (Convenção das Assembléias de Deus do Brasil), entidade que conta hoje com 22.000 pastores filiados tem desempenhado um papel importantíssimo no crescimento da Igreja Evangélica Assembléia de Deus no Estado do Espírito Santo, Brasil e no Exterior e também na luta pela Paz e pela igualdade Social em todo o Mundo.

O Pastor José Wellington Bezerra da Costa é hoje um homem conhecido e reconhecido nacionalmente e internacionalmente pelas autoridades constituídas, recebendo diversos títulos entre eles Doutor em Divindade e Honóris Causa, apesar destes reconhecimentos é um homem simples, pois tem tributado a Deus todas estas honrarias.

Em virtude das razões expostas acima é que apresentamos este Projeto de Lei, com base nos relevantes serviços prestados pelo Agraciado ao nosso Estado, fazemos justiça ao concedermos o Título de Cidadão Espírito-Santense ao Reverendo JOSÉ WELLINGTON BEZERRA DA COSTA.

Finalizando, solicito o apoio de nossos Dignos pares, para aprovação do presente Projeto de Lei.

### PROJETO DE LEI Nº 402/2003

CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃO ESPÍRITO-SANTENSE AO BISPO MANOEL FERREIRA

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

#### DECRETA

**Art.1º** Fica concedido Título de Cidadão Espírito-santense ao Bispo Manoel Ferreira.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**PALÁCIO DOMINGOS MARTINS**, em 21 de outubro de 2003.

**REGINALDO ALMEIDA  
Deputado Estadual  
Líder PSC  
FÁTIMA COUZI  
MARCOS GAZZANI  
CARLOS GASTEGLIONE**

**PAULO FOLETTO  
EDSON VARGAS  
ANSELMO TOSE  
HELDER SALOMÃO  
JANETE DE SÁ  
EUCLÉRIO SAMPAIO  
GILSON AMARO  
CLÁUDIO THIAGO**

#### **JUSTIFICATIVA**

O Bispo MANOEL FERREIRA, nascido em maio de 1932, em Arapiraca (Alagoas), transferiu-se ainda criança para Cafelândia (São Paulo) e desde a juventude demonstrou grande interesse em estudar Eletrônica e Direito. Posteriormente, tornou-se Doutor em Teologia pelo Bible College, de Baton Rouge, na Flórida (EUA). Durante muitos anos, advogou ao lado de juristas consagrados, como o hoje Ministro do Supremo Tribunal Federal, Maurício Corrêa. Vários Procuradores da República foram seus estagiários e muitos ex-colegas de trabalho são hoje juizes, desembargadores e ministros. Mas em 1958 abandonou uma promissora carreira no Direito para se dedicar integralmente ao ministério pastoral.

Casado com A Sr<sup>a</sup>. Irene da Silva Ferreira, pai de cinco filhos: Pastor Samuel Ferreira, presidente da Igreja Assembléia de Deus em Campinas, SP e vice-presidente da Convenção do Estado de São Paulo; Pastor Abner Ferreira, presidente da Sede da Assembléia de Deus, em Madureira, Rio de Janeiro e presidente da Convenção da Assembléia de Deus do Estado do Rio de Janeiro; Pastor Wagner Ferreira; Pastor Magner Ferreira, advogado em Campinas, SP, Secretário Executivo do CNPB e a Dr<sup>a</sup> Vasti Ferreira, advogada responsável pelo Departamento Jurídico da Editora Betel.

Deixou carreira de Advogado para ser doutor em Teologia e se dedicar, desde 1958, ao ministério pastoral. Consagrado na evangelização na Rússia, foi eleito bispo pela Assembléia de Deus local e confirmado no Brasil Conhecido nacional e mundialmente por sua longa experiência e atuação ministerial, Manoel Ferreira é presidente vitalício da Convenção Nacional das Assembléias de Deus no Brasil – Ministério de Madureira (CONAMAD), atualmente presidente da Conferência Pentecostal Sul – Americana – que totaliza 10 países – presidente da Convenção Nacional de Madureira e presidente do Conselho Nacional de Pastores do Brasil (CNPB), presidente da Editora Betel. Cidadão honorário da cidade do Rio de Janeiro e dos estados de Minas Gerais, Paraná e Goiás, sua atuação na organização da EETAD foi de suma importância, pois faz parte do quadro de associados fundadores, tendo sido membro da primeira diretoria eleita em 1979. Hoje, também é Conselheiro da FAETAD (Faculdade de Educação Teológica das Assembléias de Deus) – Região Sudeste.

O Bispo Manoel Ferreira é hoje um homem conhecido e reconhecido nacionalmente e internacionalmente pelas autoridades constituídas, recebendo diversos títulos entre eles Doutor em Divindade e Honóris Causa, apesar destes reconhecimentos é um homem simples, pois tem tributado a Deus todas estas honrarias.

Em virtude das razões expostas acima é que apresentamos este Projeto de Lei, com base nos relevantes serviços prestados pela Agraciado ao nosso Estado, fazemos justiça ao concedermos o Título de Cidadão Espírito-Santense ao Bispo Manoel Ferreira.

Finalizando, solicito o apoio de nossos Dignos Pares, para aprovação do presente Projeto de Lei.

#### **PROJETO DE LEI Nº 408/2003**

**CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃO ESPÍRITO-SANTENSE AO APÓSTOLO DORIEL DE OLIVEIRA**

#### **A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

#### **DECRETA**

**Art. 1º** Fica concedido Título de Cidadão Espírito-santense ao Apóstolo Doriel de Oliveira.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**PALÁCIO DOMINGOS MARTINS**, em 24 de outubro de 2003.

**REGINALDO ALMEIDA**

**Deputado Estadual – Líder PSC  
SUELI VIDIGAL  
EUCLÉRIO SAMPAIO  
MARIASINHA VELLOZO LUCAS  
LUIZ CARLOS MOREIRA  
GEOVANI SILVA  
BRICE BRAGATO**

**FÁTIMA COUZI  
SÉRGIO BORGES  
JOSÉ TASSO DE ANDRADE  
ROBSON VAILLANT  
EDSON VARGAS  
PAULO FOLETTO**

**JUSTIFICATIVA**

O Apóstolo DORIEL DE OLIVEIRA, nasceu no dia 27 de maio de 1939 em Araraquara, Município do Estado de São Paulo, tendo por genitores o Senhor Cycero de Oliveira e Idulmira Lyrio de Oliveira. Doutor em Teologia pela Jacksonville Theological Seminary – Flórida – USA em maio de 1990. É presidente da Igreja Tabernáculo Evangélico de Jesus, conhecida também como Casa da Bênção, tendo sob sua responsabilidade mais de 2.000 igrejas no Brasil, tendo representação em todos os Estados da Federação e 25 no exterior dentre as quais cita-se Estados Unidos, Angola, Alemanha, Itália, Suíça, Japão, Portugal e Espanha de onde retornou no último dia 26 de outubro após uma visita de 10 dias a fim de supervisionar a obra.

Casado com a Senhora Ruth Brunelli de Oliveira, pai de três filhos: Missionária Lílian Brunelli, Psicóloga, Administradora da Igreja Sede Nacional e Internacional em Brasília – DF; Pastor Júnior Brunelli, Deputado Distrital pelo PPB é Presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Legislativa do Distrito Federal e o caçula Samuel Wesley de Oliveira.

Exerce o cargo de Presidente do Seminário Nacional da Igreja Tabernáculo Evangélico de Jesus que forma anualmente mais de 100 obreiros para a obra de missões, sendo que destes, vários já foram para outros países. É Presidente do Supremo Concílio da ITE. É Vice-presidente do Conselho de Pastores e Igrejas Evangélicas do Distrito Federal. Presta assessoria ao Governo do Distrito Federal atuando como Conselheiro.

No dia 31 de maio de 1970, o Apóstolo Doriel e sua comitiva se mudaram para Brasília, optando por Taguatinga, onde os terrenos eram mais baratos e eram permitidas construções de madeiras.

Com o crescimento da igreja em Brasília nasceu a necessidade de levar esta mensagem aos demais Estados da Federação.

---

**PROJETO DE LEI Nº 125/2005**

**CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃO ESPÍRITO SANTENSE AO SENHOR MARCO AURÉLIO DE OLIVEIRA**

**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

**DECRETA:**

**Art. 1º** Fica concedido Título de Cidadão Espírito-santense ao Senhor Marco Aurélio de Oliveira.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**PALÁCIO DOMINGOS MARTINS**, em Vitória-ES, 9 de maio de 2005.

**REGINALDO ALMEIDA**  
2º Secretário  
**SUELI VIDIGAL-PDT**  
**JURANDY LOUREIRO - PSC**  
**MARCOS GAZZANI-PRTB**  
**PAULO FOLETTO**  
**CLAUDIO VEREZA-PT**  
**LUIZ CARLOS MOREIRA-PMDB**  
**LUZIA TOLEDO-PP**  
**JOSÉ ESMERALDO-PDT**  
**ROBSON VAILLANT**  
**CABO ELSON-PDT**

**JUSTIFICATIVA**

Marco Aurélio de Oliveira, nascido em 15 de setembro de 1963, em Cabo Frio estado do Rio de Janeiro. Casado com Cláudia Carrêa de Oliveira, pai de Marco Aurélio de Oliveira Júnior e Rebeca Alcântara de Oliveira, exerce o pastorado há 18 anos.

Pastor evangélico, formou-se em Bacharel em Teologia pelo Seminário Teológico Batista do Sul do Brasil (1984 a 1987), especialização em Exergesse do Novo Testamento.

É pastor evangélico filiado à CBN "Convenção Batista Nacional", atualmente pastoreia a Igreja Batista Vida e Paz em Vila Velha, exerce os cargos de Secretário Executivo da Convenção Batista Nacional do Espírito Santo, presidente da Ordem de Ministros Batista Nacionais do Espírito Santo, 2º Secretário da Convenção Batista Nacional e presidente da APLEVV (Associação de Pastores e Líderes evangélicos de Vila Velha).

Sua trajetória na vida pública é um exemplo de respeito aos interesses da coletividade, conduzindo sempre sua vida pela incansável busca do social.

Tal conjunto de predicados confere ao pastor Marco Aurélio de Oliveira, a estima e reconhecimento do povo capixaba, que tem o privilégio de contar com uma personalidade de ilibada história na vida pública.

Em virtude das razões expostas acima é que apresentamos este Projeto de Lei, com base nos relevantes serviços prestados pelo agraciado ao nosso Estado, fazemos justiça ao concedermos o Título de Cidadão Espírito-Santense ao senhor Marco Aurélio de Oliveira.

**PROJETO DE LEI Nº 165/2005**

**CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃO ESPÍRITO-SANTENSE AO SENHOR ADEILTO NERES DE SOUZA**

**A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

**DECRETA:**

**Art. 1º** - Fica concedido Título de Cidadão Espírito-Santense ao Senhor Adeildo Neres de Souza.

**Art. 2º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**PALÁCIO DOMINGOS MARTINS**, em Vitória - ES, 30 de maio de 2005.

REGINALDO ALMEIDA

**2º Secretário**

**ROBSON VAILLANT**

**MARCOS GAZZANI**

**EUCLÉRIO SAMPAIO**

**BRICE BRAGATO**

**JANETE DE SÁ**

**CLAUDIO VEREZA**

**LUZIA TOLEDO**

**FÁTIMA COUZI**

**CARLOS CASTEGLIONE**

**JUSTIFICATIVA**

Adeildo Neres de Souza, natural do Estado da Bahia. Casado com Eni Cabral de Souza, pai de Robson, Valéria e Ingrid Neres de Souza, exerce o pastorado há 18 anos.

Adeildo Neres de Souza, é membro há 31 anos da Assembléia de Deus em Santa Rita em Vila Velha, a qual é pastor presidente há 11 anos, presidente da Convenção Estadual dos Ministros das Assembléia de Deus no Estado do Espírito Santo – CEMADES. Foi membro da Comissão de Relações Públicas da CGADB por 6 anos e atualmente é membro do Conselho Sudeste da CGADB.

Sua trajetória na vida pública é um exemplo de respeito aos interesses da coletividade, conduzindo sempre sua vida pela incansável busca do social. Tal conjunto de predicados confere ao pastor Adeildo Neres de Souza, a estima e reconhecimento do povo capixaba, que tem o privilégio de contar com uma personalidade de ilibada história na vida pública.

Em virtude das razões expostas acima é que apresentamos este Projeto de Lei, com base nos relevantes serviços prestados pelo agraciado ao nosso Estado, fazemos justiça ao concedermos o Título de Cidadão Espírito-Santense ao senhor Adeildo Neres de Souza.

**PROJETO DE LEI N.º 328/2006**

**“Concede Título de Cidadão Espírito-Santense ao Sr. Gilmar Silva dos Santos”**

**Art.1º** Fica concedido Título de Cidadão Espírito-Santense ao Gilmar Silva dos Santos.

**Art.2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**PALÁCIO DOMINGOS MARTINS**, em Vitória ES, 26 de outubro de 2006.

**Dep. REGINALDO ALMEIDA**  
**2º Secretário**

*JUSTIFICATIVA*

Gilmar Silva dos Santos, nascido no ano de 1959, na cidade de Goiânia-GO. Casado com Raimunda Ribeiro dos Santos. Pai de Quézia Ribeiro dos Santos e Quemuel Ribeiro dos Santos.

Formado em Barachel em Teologia. Doutor em Divindade pela Faculdade de Teologia Antioquia internacional. Teólogo Imortal pela Republica Federativa do Brasil, reconhecido pelo MEC de acordo com o Decreto-lei nº 1051/69.

Formado em Capelão pela Unidade Internacional de Capelania (suprema court. of.justce -Estate of New York), pela United Chaplain Internacional Massachussts.

Em 14 de dezembro de 1992, foi agraciado como Título de Comendador pela Ordem Internacional dos Jornalistas.

Exerce o Pastorado, como Pastor - Presidente da Igreja Evangélica Assembléia de Deus de Goiânia.

Presidente da COIMADESGO (Convenção de Igrejas e Ministros das Assembléias de Deus do Estado de Goiás).

Presidente da Fundação Gilmar Santos. Concomitantemente tem exercido a função de Diretor da faculdade de Teologia de Goiânia.

Escritor de cunho religioso, com várias obras publicadas, dentre as quais:

- . Como ser dirigido pelo Espírito Santo?
- . Receba a cura
- . Coração Adorador
- . Quinhentos Sermões Bíblicos
- . O Futuro da Humanidade.

Sua trajetória na vida pública é um exemplo de respeito aos interesses da coletividade, conduzindo sempre sua vida pela incansável busca do social.

Tal conjunto de predicados confere ao Pastor Gilmar Silva dos Santos Alves da Silva, a estima e reconhecimento do povo capixaba, que tem o privilégio de contar com uma personalidade de ilibada história na vida publica.

Em virtude das razões expostas acima é que apresentamos este Projeto de Lei, com base nos relevantes serviços prestados pelo agraciado ao nosso Estado, fazemos justiça ao concedermos o Título de Cidadão Espírito-Santense ao Senhor Gilmar Silva dos Santos.

**PROJETO DE LEI Nº 156/2006**

**CONDEDE TÍTULO DE CIDADÃO ESPÍRITO-SANTENSE AO SENHOR LEVI DE AGUIAR DE JESUS FERREIRA.**

**A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

**DECRETA**

**Art. 1º** Fica concedido Título de Cidadão Espírito-Santense ao Senhor Levi de Aguiar de Jesus Ferreira.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**PALÁCIO DOMINGOS MARTINS**, em Vitória-ES, 22 de maio de 2006.

**Dep. REGINALDO ALMEIDA**

**2º Secretário**  
**Dep. JURANDY LOUREIRO**  
**Líder – PSC**

**JUSTIFICATIVA**



Levi de Aguiar de Jesus Ferreira, nascido em 07 de junho de 1943, no Estado do Rio de Janeiro. Pai de Levi Tatagiba Bessa Ferreira Junior, Livia Tatagiba Bessa Ferreira e Cintya Tatagiba Bessa Ferreira, exerce o pastorado há 38 anos.

Pastor evangélico filiado à Convenção das Assembléias de Deus do Estado do Espírito Santo e outros – CADEESO, pastoreia a Igreja Assembléia de Deus do Ministério Ibes, composta por 42 Igrejas e um total de 9.221 membros. Exerceu os cargos de 1º Vice Presidente da CADEESO, bem como Secretário Executivo da Convenção Batista Nacional do Espírito Santo, 1º Tesoureiro e 2º Secretário da mesma Convenção.

Atuou por dois mandatos a função de Conselheiro do Conselho Fiscal da Casa Publicadora das Assembléias de Deus no Brasil.

Presidiu por 03 (três) mandatos a União de Mocidade das Assembléias de Deus do Espírito Santo – UMADES.

No campo político exerceu a função de vereador do município de Vila Velha de 1977 a 1982, posteriormente sendo eleito Deputado Estadual para o mandato de 1987 a 1991.

Na área Educacional, foi fundador do Centro Educacional Assembléias de Deus – CEAD, bem como fundou os demais projetos, pois vejamos; o Projeto de Ação Social Deus é Fiel, localizado em Cidade de Barra – Vila Velha-ES, Ensino Teológicos das Assembléias de Deus do Estado do Espírito Santo – ETADE, Escola de Missões da Assembléia de Deus do Ibes – EMAD, Centro de Aperfeiçoamento dos Professores de Escola Dominical Ibes – CAPEDIBES.

Sua trajetória na vida pública é um exemplo de respeito aos interesses da coletividade, conduzindo sempre a vida pela incansável busca do social.

Tal conjunto de predicados confere ao Pastor Levi de Aguiar de Jesus Ferreira, a estima e reconhecimento do povo capixaba, que tem o privilégio de contar com uma personalidade de ilibada história na vida pública.

Em virtude das razões expostas acima é que apresentamos este Projeto de Lei, com base nos relevantes serviços prestados pelo agraciado ao nosso Estado, fazemos justiça ao concedermos o Título de Cidadão Espírito-Santense ao Senhor Levi de Aguiar de Jesus Ferreira.

#### PROJETO DE LEI Nº 64/2005

Declara de Utilidade Pública o “CENTRO DE ASSISTÊNCIA A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE RAINHA ESTER”.

#### **A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

#### **DECRETA**

**Art. 1º** Fica declarada da Utilidade Pública o “Centro de Assistência a Criança e ao Adolescente Rainha Ester”, localizado no Município de Itapemirim, neste Estado.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**PALÁCIO DOMINGOS MARTINS**, em Vitória–ES, 30 de março de 2005.

**REGINALDO ALMEIDA**

**2º Secretário**

#### **JUSTIFICATIVA**

A justificativa deve mencionar a filantropia da entidade que pretende a declaração de utilidade pública, que está há mais de 02 (dois) anos em funcionamento regular (atestado expedido pelo Juiz de Direito da Comarca), possui estatuto, registro competente e apresentou o balanço financeiro do exercício findo.

O Centro de Assistência a Criança e ao Adolescente Rainha Ester, é uma entidade sem fins lucrativos que vem prestando relevantes serviços sociais a mais de 6 anos à comunidade de Itapemirim e cidades vizinhas, conforme atestado em anexo expedido pelo Juiz de Direito da Comarca de Itapemirim-ES.

A presente propositura, tem a finalidade de declarar de **Utilidade Pública Estadual** esta Entidade, pois a mesma tem prestado relevantes serviços sociais para o nosso Estado através de programas sociais de interesse das comunidades carentes, objetivando conceder às crianças, jovens e grupos de mães, projetos de cunho educativo, cultural, religioso e outros que visam o melhoramento psicológico através de cursos e treinamentos oferecidos à população.

Fundada em 14 de agosto de 1997, o “Centro de Assistência a Criança e ao Adolescente Rainha Ester” foi declarada utilidade pública Municipal conforme a Lei nº 1491/98, porém ainda não foi beneficiada com a declaração de utilidade pública Estadual, que ora se pretende oficializar, permitindo-lhe assim que obtenha

recursos financeiros junto aos governos federal, estadual e municipal, para que possa continuar oferecendo às crianças, jovens, e grupos de mães de nosso Estado uma assistência realmente digna.

A matéria está redigida de acordo com a técnica legislativa e os documentos acostados ao presente Projeto de Lei atendem às exigências da Lei 3979/87.

Portanto, esperamos que V. Exas., mais uma vez, analisem e aprovem esta proposição que, ao ser transformada em lei, irá beneficiar crianças, jovens e grupos de mães de nosso Estado.

---

**PROJETO DE LEI Nº 026/2003**

**Declara de Utilidade Pública a “Fundação Ralph Lobato de Assistência e Comunicação Gospel”.**

**A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

**DECRETA**

**Art. 1º** Fica declarada de Utilidade Pública a “Fundação Ralph Lobato de Assistência e Comunicação Gospel”.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**PALÁCIO DOMINGOS MARTINS**, em 12 de março de 2003.

REGINALDO ALMEIDA  
Líder PPB

**JUSTIFICATIVA**

A Fundação Ralph Lobato de Assistência e Comunicação Gospel, sendo uma entidade sem fins lucrativos que vem prestando relevantes serviços sociais a mais de 05 anos à Comunidade de Guarapari – ES, desenvolvendo projetos e programas de cunho educativos através de emissoras de radiodifusão, televisão e outros meios de comunicação.

A presente propositura, tem a finalidade de declarar de Utilidade Pública esta Entidade, vez que presta relevantes serviços sociais no município de Guarapari.

A mesma apresenta atestado expedido pelo Juiz de Direito da Comarca de Guarapari, estatuto, registro competente e balanço financeiro findo.

---

**PROJETO DE LEI N.º 123/2003**

Declara de Utilidade Pública o “CENTRO CRISTÃO DE EVANGELISMO E MISSÕES DA IGREJA EVANGÉLICA ASSEMBLÉIA DE DEUS”.

**A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

**DECRETA**

**Art. 1º** Fica declarada de Utilidade Pública o “Centro Cristão de Evangelismo e Missões da Igreja Evangélica Assembléia de Deus”.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**PALÁCIO DOMINGOS MARTINS**, em 7 de abril de 2003.

REGINALDO ALMEIDA  
Líder PPB

**JUSTIFICATIVA**

O CENTRO CRISTÃO DE EVANGELISMO E MISSÕES DA IGREJA EVANGÉLICA ASSEMBLÉIA DE DEUS, sendo uma entidade sem fins lucrativos que vem prestando relevantes serviços sociais a mais de 17 anos à Comunidade do Município de Cariacica e ao Estado do Espírito Santo, desenvolvendo projetos e programas de cunho educativo, cultural e profissional através de cursos e treinamentos oferecidos à População.

A presente propositura, tem a finalidade de declarar de Utilidade Pública esta Entidade, pois a mesma tem prestado relevantes serviços sociais para nosso Estado.

A mesma apresenta dentre outros atestado expedido pelo Juiz de Direito da Comarca de Cariacica, estatuto, registro competente e balanço financeiro findo.

#### **PROJETO DE LEI Nº 364/2003**

Declara de Utilidade Pública a “**MISSÃO EXÉRCITO DA VIDA**”  
A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

DECRETA

**Art. 1º** Fica declarada de Utilidade Pública a “Missão Exército da Vida”.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**PALÁCIO DOMINGOS MARTINS**, em 14 de agosto de 2003.

REGINALDO ALMEIDA  
Deputado Estadual-Líder PP

#### **JUSTIFICATIVA**

A MISSÃO EXÉRCITO DA VIDA, é uma entidade sem fins lucrativos que vem prestando relevantes serviços sociais a mais de 8 anos à comunidade de Jerônimo Monteiro e cidades vizinhas.

A presente propositura, tem a finalidade de declarar de **Utilidade Pública** esta Entidade, pois a mesma tem prestado relevantes serviços sociais para nosso Estado, através de programas na prevenção as drogas e prostituição, objetivando conceder as crianças e adolescentes, espaços na comunidade para realização de projetos de cunho educativo, cultural e profissional através de cursos e treinamentos oferecidos à população.

Fundada em 19 de junho de 1995, a “MISSÃO EXÉRCITO DA VIDA” ainda não tinha sido beneficiada com a declaração de utilidade pública que ora se pretende oficializar, permitindo-lhe assim que obtenha recursos financeiros junto aos governos federal, estadual e municipal, para que possa continuar oferecendo as crianças e adolescentes de nosso Estado uma assistência realmente digna.

A matéria esta redigida de acordo com a técnica legislativa e os documentos acostados ao presente Projeto de Lei atendem às exigências da Lei nº 3979/87.

Portanto, esperamos que V. Exas., mais uma vez, analisem e aprovem esta proposição que, ao ser transformada em lei, irá beneficiar as crianças e adolescentes de nosso Estado.

A mesma apresenta dentre outros atestado expedido pelo Juiz de Direito da Comarca de Cariacica, estatuto, registro competente e balanço financeiro findo.

#### **PROJETO DE LEI Nº 084/2004**

Declara de Utilidade Pública a “**MISSÃO EXERCITO DA VIDA**”.

**A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

DECRETA

**Art. 1º** - Fica declarada de Utilidade Pública a “Missão Exército da Vida”.

**Art. 2º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**PALÁCIO DOMINGOS MARTINS**, em 29 de março de 2004.

**REGINALDO ALMEIDA**  
**Deputado Estadual – Líder PSC**

**JUSTIFICATIVA**

A MISSÃO EXERCITO DA VIDA, é uma entidade sem fins lucrativos que vem prestando relevantes serviços sociais a mais de 8 anos à comunidade de Jerônimo Monteiro e cidades vizinhas.

A presente propositura, tem a finalidade de declarar a **Utilidade Pública** esta Entidade, pois a mesma tem prestado relevantes serviços sociais para nosso Estado, através de programas na prevenção as drogas e prostituição, objetivando conceder as crianças e adolescentes, espaços na comunidade para realização de projetos de cunho educativo, cultural e profissional através de cursos e treinamentos oferecidos à população.

Fundada em 19 de junho de 1995, a “MISSÃO EXERCITO DA VIDA” ainda não tinha sido beneficiada com a declaração de utilidade pública que ora se pretende oficializar, permitindo-lhe assim que obtenha recursos financeiros junto aos governos federal, estadual e municipal, para que possa continuar oferecendo as crianças e adolescentes de nosso Estado uma assistência realmente digna.

A matéria está redigida de acordo com a técnica legislativa e os documentos acostados ao presente Projeto de Lei atendem às exigências da Lei nº 3979/87.

Portanto, esperamos que V. Ex<sup>as.</sup>, mais uma vez, analisem e aprovelem esta proposição que, ao ser transformada em lei, irá beneficiar as crianças e adolescentes de nosso Estado.

A mesma apresenta dentre outros atestado expedido pelo Juiz de Direito da Comarca de Cariacica, estatuto, registro competente e balanço financeiro findo.

**PROJETO DE LEI Nº 75/2005**

**Altera o artigo 1º da Lei Estadual nº 5.018/1995, que autoriza os líderes religiosos de qualquer seita ou credo a terem acesso livre aos hospitais.**

**A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

**DECRETA:**

**Art. 1º** O art. 1º da Lei nº 5.018/95 alterada pela Lei 5.715 de agosto de 1998 passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 1º** Fica autorizado o ingresso, nos hospitais e demais Casa de Saúde da rede estadual e privada, aos ministros de confissão religiosa e demais oficiantes de outros credos, acompanhados ou não de suas esposas, que pretendam ministrar sua assistência religiosa aos enfermos, a qualquer hora do dia e da noite, desde que autorizado pelo visitado ou por sua família.”

**Art. 2º** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

**PALÁCIO DOMINGOS MARTINS**, em Vitória-ES, 11 de abril de 2005.

**REGINALDO ALMEIDA**

**2º Secretário**

**LEI Nº 5.018**

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 66, §§ 1º e 7º, da Constituição Estadual, após aprovação pela Assembléia Legislativa promulga a seguinte Lei:

**Art. 1º.** - Os líderes religiosos de qualquer seita ou credo terão livre acesso aos hospitais, a fim de prestarem assistência de caráter religioso aos fiéis de sua igreja ou comunidade religiosa.

**§ 1º.** – O líder religioso referido neste artigo, para o cumprimento da missão religiosa, deverá identificar-se junto à administração do hospital, através de documento específico da instituição que representa.

**§ 2º.** – A visita em hospital, para efeito desta Lei, poderá ser efetuada a qualquer hora do dia ou noite, só devendo ser evitada por expresse desejo do paciente ou familiar responsável.

**Art. 2º.** – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º.** – Revogam-se as disposições em contrário.

Ordeno, portanto, a todas as autoridades que a cumpram e a façam cumprir como nela se contém.

O Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania faça publicá-la, imprimir e correr.

Palácio Anchieta, em Vitória, 03 de Fevereiro de 1995.

MARCOS MADUREIRA  
 Presidente  
 (Publicada no DOE – 03.02.1995)  
 Este texto no substitui o publicado DOE.

#### JUSTIFICATIVA

É sabido que os líderes religiosos é facultado o direito de ingresso à qualquer hora nos hospitais para ofertar conforto espiritual às pessoas que passam por momento delicado com sua saúde, conforme Constituição Federal 1988.

Todavia, necessário se faz que o mesmo venha a ser acompanhado de sua esposa, quando assim desejar, pois quando a visita se der a uma paciente, estará o referido líder religioso evitando desconforto a enferma, gerando com isso uma melhor receptividade e auxílio na atribuição espiritual incumbida.

Pelas razões apresentadas oriundas de fatos objetivos, impõem-se sua aprovação, motivo pelo qual esperamos o total apoio dos nobres pares.

---

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 87/2005

**Institui a Comenda “João Ferreira de Almeida” a ser concedida pela Assembléia Legislativa a líderes religiosos.**

#### A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

#### DECRETA:

**Art.1º.** Fica instituída a “Comenda João Ferreira de Almeida” no âmbito da Assembléia Legislativa.

**Art 2º** A Comenda João Ferreira de Almeida, será concedida aos líderes religiosos que se destacarem na prestação de relevantes serviços e social, no âmbito do estado do Espírito Santo.

**§ 1º** Mediante indicação de Deputado Estadual, acompanhada da justificativa, onde fique demonstrada a prestação de relevantes serviços e evangelização, bem como social, a Mesa da Assembléia Legislativa aprovará o nome do agraciado com a comenda.

**§ 2º** A entrega da comenda ocorrerá, preferencial em Sessão Solene da Assembléia Legislativa, realizada na semana em que se comemora o “Dia da Bíblia.”

**Art.3º** A forma insígnia e demais honrarias a serem concedidas ao agraciado, será definida pela Mesa da Assembléia Legislativa, em regulamento próprio.

**Art.4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**PALÁCIO DOMINGOS MARTINS**, em Vitória – ES, 19 de abril de 2005.

**REGINALDO ALMEIDA**  
**2º SECRETÁRIO**

#### JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Resolução tem por objetivo instituir a “Comenda João Ferreira de Almeida.”, no âmbito da Assembléia Legislativa do Estado do Espírito Santo, a ser concedida aos líderes religiosos que se destacarem na prestação de relevantes serviços de evangelização e social.

Conforme disposição do projeto, a Mesa da Assembléia Legislativa aprovará o nome do agraciado com a comenda, após indicação de Deputado (a) Estadual, acompanhada da justificativa, onde ficará demonstrada a prestação de relevantes serviços de evangelização e/ou social, no âmbito deste Estado.

Justifica-se a presente matéria pela necessidade de instituir uma homenagem, específica para aqueles que se destacaram na evangelização ou serviços sociais, posto que existe para agraciar aqueles que atuam em defesa de diversas áreas, como por exemplo, combate ao crime organizado (Comenda Juiz Alexandre Martins de Castro Filho), luta contra discriminação racial (Medalha Chico Prego), defesa da criança, adolescente, dos idosos e dos deficientes físicos (Medalha de Mérito Mário Gurgel), valorização do meio ambiente (Medalha Paulo Vinha), etc., carecendo esta Casa de Leis, entretanto, de uma comenda específica para os líderes religiosos, seja de que qualquer credo que for. Quanto ao nome da comenda, houvermos por bem prestar uma justa homenagem àquele que, nas palavras dos historiadores “*é um homem de cuja obra se pode dizer alterou profundamente a história da humanidade*”, uma vez que como missionário levou o ensinamento religioso e social pela mais variadas parte do mundo, em especial, Holanda, Bélgica, Índia, Sri Lanka e demais países da Ásia.

Seu maior reconhecimento se dá por ser a primeira pessoa, ainda jovem com a idade de 16 anos a traduzir a bíblia do Latim, Grego e Italiano, para o Português, fazendo que os demais povos originários da colonização Lusa, viessem a ter conhecimento do ensinamento religioso Cristão, independente do seu credo.

Portanto, concluímos que seu nome seja o mais adequado para designar esta Comenda.

Desta forma, apresentamos o presente Projeto de Resolução para estudo e apreciação dos nobres Pares, fazendo anexar ao presente, breve estudo sobre João Ferreira de Almeida.

## **I – o contexto**

Foram três os acontecimentos que marcaram época, de modo singular, na história mundial. Embora o mundo reflita sobre eles sob o prisma político, social e geográfico, nós os que cremos num Deus que se manifesta na história não podemos deixar de observá-lo sob o prisma divino da propagação do Evangelho para todos as nações, povos, tribos e línguas.

Esses três grandes acontecimentos foram: a descoberta da imprensa, por Guttenberg; a Reforma Protestante, encabeçada por Lutero; e os descobrimentos portugueses na época das grandes navegações.

Esses eventos, quando observados sob o prisma divino, concorreram para possibilitar a divulgação da Bíblia por todo o mundo de então. Depois desses acontecimentos, a mensagem do Evangelho de Jesus Cristo alcançou em pouco tempo não só o mundo antigo como o recém-descoberto “mundo novo”.

João Ferreira de Almeida, como tradutor da Bíblia para a língua portuguesa, cumpriu importante tarefa no objetivo de divulgar a Palavra de Deus até os “confins da terra”.

## **II – o valor**

Quando se visita o Museu Britânico, de Londres, ao passarmos pelos seus históricos salões, com suas preciosas obras milenares, destaca-se aos olhos do visitante atento uma obra peculiar.

Um dos exemplares do Novo Testamento, publicado em 1681, por João Ferreira de Almeida, está ali exposto. Nota-se nesse exemplar uma peculiaridade notável.

Impresso segundo as técnicas da época e publicada na Holanda, em Amsterdã, por ordem da Companhia Holandesa das Índias Orientais, neste manuscrito podem ser vistas algumas correção feitas a mão, demonstrando o cuidado e a urgência do autor em que a preciosa Palavra de Deus alcançasse os povos de língua portuguesa, com os quais trabalhava na Batávia, atualmente Jacarta, na ilha de Java, na Indonésia.

Embora o trabalho de revisão e correção daquela primeira edição do Novo Testamento não tenha sido visto pelo autor, pois demorou dez longos anos, a segunda versão foi impressa na própria Batávia e dali distribuída para os povos de língua portuguesa daquela região antes colônias de Portugal.

Enquanto aguardava essa revisão, Almeida não perdeu tempo e iniciou o trabalho de tradução do Antigo Testamento. Em 1683 ele já completara a tradução do Pentateuco. Mas, com a saúde abalada, desde 1670, seu ritmo de trabalho era limitado. Ao diminuir suas atividades pastorais, ele dedicou a maior parte do tempo ao seu trabalho de tradução.

Embora abnegado e com um objetivo claro a alcançar em sua vida, Almeida faleceu em 6 de agosto de 1691, na Batávia, no Oriente, sem ver a sua obra completa. Enquanto tinha forças continuou trabalhando e sua tradução chegou, conforme alguns historiadores, ao capítulo 6 de Jeremias, e segundo outros historiadores, ao capítulo 48 de Ezequiel. Seu amigo e companheiro de ministério, o pastor holandês, Jacobus op den Akker, completou o seu trabalho, concluindo a tradução do Antigo Testamento o trabalho de tradução de João Ferreira de Almeida alcançava assim toda a Bíblia Sagrada e desde o início de suas publicações foi uma obra muito apreciada pelos conhecedores da língua portuguesa.

## **A vida e a obra de João Ferreira de Almeida**

João Ferreira de Almeida foi um instrumento precioso nas poderosas mãos de Deus, para dar aos povos de fala portuguesa a tradução mais difundida e aceita entre esses povos, antes colônias de Portugal.

Quando a Igreja Católica Romana ainda lutava com a divulgação das Escrituras Sagradas, a tradução de Almeida surgiu como uma luz a brilhar na escuridão, em meio àqueles território, que, já libertos de

Portugal, ainda se mantiveram por mais duzentos anos sob a influência da cultura e da língua portuguesa.

Nascido em 1628, Almeida era natural de Torre de Tavares, Conselho de Mangualde; filho de pais católicos; bem cedo mudou-se para a Holanda, passando a residir com um tio. Ali aprendeu o latim e iniciou-se nos estudos das normas da igreja.

Aos 14 anos, em 1642, aceitou a fé evangélica, na Igreja reformada Holandesa, impressionado pela leitura de um folheto em espanhol, “Diferenciais de la Cristandad”, que tratava das diferenças entre as diversas correntes da crença cristã.

Já em 1644, aos 16 anos, Almeida inicia uma tradução do espanhol para o português, dos Evangelhos e dos Atos dos Apóstolos, os quais, copiados a mão, foram rapidamente espalhados pelas diversas comunidades dominadas pelos portugueses.

Para este grandioso trabalho, Almeida também usava como fontes as versões latina, de Beza, francesa e italiana, todas elas traduzidas diretamente do grego e do hebraico. No ano de 1645, a tradução de todo Novo Testamento foi concluída; mas como já foi dito, somente seria editada em 1681, em Amsterdã.

### **3. Um jovem operoso**

Em 1648, relata J.L. Swellengrebel, um holandês que teve acesso às Atas do Presbitério da Igreja Reformada da Batávia e às Atas da Companhia Holandesa das Índias Orientais, Almeida já estava atuando como capelão visitante de doentes, em Malaca, Malásia, “percorrendo diariamente os hospitais e casas de doentes, animando e consolando a todos com as suas orações e exortações”. Em janeiro de 1649, Almeida é escolhido como diácono e membro do presbitério. Nessa função tinha a responsabilidade de administrar o fundo social, que prestava assistência aos pobres. Durante os dois anos em que desenvolveu essa função, continuou a sua obra de tradução e, após a tradução do Novo Testamento, dedicou-se e traduziu o Catecismo de Heidelberg e o Livro da Liturgia da Igreja Reformada. AS primeiras edições dessas obras foram publicadas em 1656 e posteriormente em 1673.

Em março de 1651, foi para a Batávia, para a cidade de Djakarta, ainda como capelão visitante de doentes, mas simultaneamente, desenvolvia seus estudos de teologia e revisava o Novo Testamento. Em 17 de março de 1651, foi examinado publicamente, sendo considerado candidato a ministro. Depois de ser examinado, pregou com eloquência sobre Romanos 10.4. Desenvolve também um ministério importantíssimo entre os pastores holandeses ensinando-lhes o português, uma vez que ministravam nas igrejas portuguesas das Índias Orientais Neerlandesas.

### **4. Um ministro, perseguido pela Inquisição e Salvo de um elefante**

Em setembro de 1655, faz o exame final, quando prega sobre Tito 2.11-12, mas só recebe a sua confirmação em 22 de agosto de 1656. Neste mesmo ano, quase um mês depois, em 18 de setembro, é enviado como ministro para o Ceilão, hoje Sri Lanka.

Em 1657, João Ferreira de Almeida encontra-se em Galle, no sul do Ceilão, atuando como ministro. Durante o seu ministério em Galle, Almeida assumiu uma posição tão firme contra o que ele chamava de “superstições papistas”, que o governo local resolveu apresentar uma queixa a seu respeito ao governo da Batávia.

Durante a sua estadia em Galle é que, provavelmente, conheceu e se casou com Lucretia Valcoa e Lemmes, ou Lucrecia de Lamos, jovem também vinda do catolicismo romano. O casal completou-se como família tendo dois filhos, um menino e uma menina, dos quais os historiadores não comentam mais nada. No decorrer da viagem de Galle para Colombo, Almeida e sua esposa foram milagrosamente salvos da investida de um elefante.

A partir de 1658, e durante três anos, Almeida desenvolveu o seu ministério na cidade de Colombo e ali de novo enfrenta problemas com o governo, o qual tentou, sem sucesso, impedi-lo de pregar em português. O motivo dessa medida, estava provavelmente relacionado com as firmes e fortes idéias anti-católicas do jovem pastor.

Em 1661, Almeida vai para Tutecornin, no sul da Índia, onde foi pastor durante um ano e onde também não teve dias tranquilos. Tribos da região negaram-se a ser batizadas ou ter os seus casamentos abençoados por ele, pelo fato da Inquisição ter ordenado que um retrato de Almeida fosse queimado numa praça pública em Goa.

### **5. Um ministro com maturidade e personalidade**

Em 1662, Almeida está ministrando em Quilon, regressando para a Batávia em março de 1663, onde fica à frente da igreja portuguesa até dois anos antes de sua morte. Como dirigente desta igreja, em 1664, demonstra muita personalidade, expondo suas próprias idéias, mas com maturidade aceita as decisões superiores. Neste ano tenta persuadir o Presbitério para que sua congregação tenha a sua própria celebração da Ceia; propõe também que os pobres que recebem auxílio do fundo social da igreja freqüentem as aulas de catequese; elabora um folheto com orações para serem usadas nas igrejas portuguesas.

Em 1666, propõe a nomeação de anciãos e diáconos, como auxiliares do ministério, mas sua proposta é rejeitada, vindo ser aprovada somente quatro anos depois. Em 1670, recebe a Carta Apologética, após cerca de seis anos de diálogo por correspondência, a qual assinala a ruptura definitiva entre ele e o padre e teólogo Jerônimo de Siqueira, a quem tentou evangelizar. Depois desta carta, não só Almeida voltou a defender-se, como sofreu também os ataques do jesuíta João Baptista Maldonado, um Diálogo Rútisco, terminando desse modo a polêmica. Em 1676, após ter dedicado vários anos ao aprendizado do grego e do hebraico e se aperfeiçoado no holandês, Almeida comunicou ao presbitério que a tradução do Novo Testamento estava pronta. A partir daí começou a batalhar para ver o seu texto publicado. Para ter o aval do presbitério e o consentimento do Governo da Batávia e da Companhia Holandesa das Índias Orientais, o seu texto deveria passar pelo crivo dos revisores indicados pelo Presbitério.

Escolhidos os revisores, o trabalho começou, mas foi evoluindo lentamente. Em 1677, um novo ministro é chamado do Ceilão, para a Batávia, para caminhar ao lado de Almeida e futuramente substituí-lo. Seu nome é Jacobus op den Akker. Numa reunião do Presbitério, em 1678, Almeida “declara-se solenemente contra os rumores que então corriam sobre o seu desejo de voltar ao catolicismo. Como prova da sua posição, demonstrou que o folheto “Diferenciais de la Cristandad”, que fora instrumento de sua conversão, tinha sido traduzido, em 1650, para o português e alguns anos mais tarde para o holandês.

## **6. Um ministro comprometido com a Palavra de Deus**

Em 1680, quatro anos depois do início da revisão, irritado com a morosidade do trabalho, envia o seu manuscrito, para ser publicado na Holanda por conta própria. O seu desejo é que a Palavra de Deus seja conhecida pelo povo de língua portuguesa. Mas, o presbitério percebe a situação e consegue sustar o processo, interrompendo a impressão.

Depois de alguns meses, gastos entre discussões e brigas, quando Almeida já parecia ter desistido da publicação, cartas vindas da Holanda o informaram que o texto fora revisado e que estava sendo impresso.

Em 1681, a primeira edição do Novo Testamento de Almeida finalmente saiu da gráfica e no ano seguinte, em 1682, chegou à Batávia. Quando começou a ser manuseada foram percebidos vários erros de tradução e revisão. Tal fato foi comunicado à Holanda e todos os exemplares que ainda não haviam saído de lá foram destruídos, por ordem da Companhia Holandesa das Índias Orientais. As autoridades holandesas determinaram também que se fizesse o mesmo com os exemplares que já estavam na Batávia. Mas, ao mesmo tempo, providenciaram para que se começasse, o mais rapidamente possível, uma nova e cuidadosa revisão do texto.

Apesar das ordens recebidas da Holanda, nem todos os exemplares foram destruídos, e correções foram feitas a mão com o objetivo de que cada comunidade pudesse fazer uso desse material. Um desses exemplares foi preservado e se encontra no Museu Britânico em Londres.

## **7. O final de uma vida dedicada**

Devido à sua saúde abalada, foi permitido a João Ferreira de Almeida, que dedicasse menos horas ao seu trabalho na igreja. Com isso entregou-se ainda mais à tradução do Antigo Testamento, trabalho que já tinha iniciado anos antes. Um ano depois, em 1683, já havia traduzido o Pentateuco.

Em 1689, Almeida é considerado “pastor emérito” e também neste ano, em 16 de setembro ele pede a sua jubilação, “em virtude da velhice e fraqueza”.

As últimas atas das reuniões do presbitério que se referem à sua presença datam de agosto de 1691. Na ata da reunião do dia 20 de agosto daquele ano ainda há menção do seu nome, mas ao que parece, ele já não estava mais presente. João Ferreira de Almeida faleceu em 6 de agosto desse ano, aos 63 anos, deixando a esposa e um casal de filhos.

O término de sua obra, como mencionado antes, deu-se através do seu colega de ministério, o pastor Jacobus op den Akker. Convém lembrar, como vemos em sua história, relatada no livro Deus, o homem e a Bíblia, que Almeida “lutou durante toda a sua vida para manter as comunidades



evangélicas portuguesas nos seus próprios lugares”, enquanto os holandeses iam ocupando os lugares do império português nas Índias. Almeida se esforçou continuamente para que essas comunidades tivessem outros livros na língua portuguesa. Numerosas traduções foram feitas por ele para o português, porém tais trabalhos não chegaram a ser publicados. Outros livretos, entretanto, foram impressos na Holanda e na Batávia.

Quando completou a tradução do Novo Testamento, Almeida foi recompensado pelo presbitério com a importância de 30 réis, quantia esta aumentada, pelo Governo da Companhia Holandesa das Índias Orientais em mais 50 réis.

---

#### PROJETO DE LEI Nº 134/2003

Institui o “Dia da Proclamação do Evangelho” no Estado do Espírito Santo

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

#### DECRETA

**Art. 1º** O Artigo 1º da Lei Estadual nº 6.920, de 14 de dezembro de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 1º** Fica instituído, no Estado do Espírito Santo, o **Dia da Proclamação do Evangelho**, a ser comemorado, anualmente, no segundo Sábado do mês de dezembro, nas comemorações alusivas ao Dia da Bíblia.

**Parágrafo único.** O dia referido neste artigo faz parte do Calendário Oficial do Estado, ficando a organização deste Evento a cargo das Lideranças Evangélicas.”

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**PALÁCIO DOMINGOS MARTINS**, em 28 de maio de 2003.

**REGINALDO ALMEIDA**

Líder do PP

#### JUSTIFICATIVA

A alteração da referida Lei, que institui o “**Dia do Evangélico**” para “**Dia da Proclamação do Evangelho**” se faz necessária para que possamos dar uma maior abrangência na comemoração deste dia, sendo o Evangelho a Palavra de Deus, esta alicerce de todo Cristão.

Face ao exposto, coloco a apreciação de Vossa Excelências para discussão e aprovação.

---

**Projetos de Lei do Sr. Deputado Robson Vaillant (PPB/PSC/ES)**  
**PROJETO DE LEI Nº 257/2005**

**Ementa: Concede Título de Cidadão Espírito-Santense a ANTÔNIO TARCÍSIO CORREIA DE MELLO.**

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

**DECRETA:**

**Art. 1º** Fica concedido Título de Cidadão Espírito-Santense a Antônio Tarcísio Correia de Mello.

**Art. 2º** Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**Sala das Sessões**, 15 de agosto de 2005.

ROBSON VAILLANT  
**Deputado Estadual – PL**  
 SUELI VIDIGAL  
 EUCLÉRIO SAMPAIO  
 MARCELO SANTOS  
 GRACIANO ESPÍNDULA  
 SÉRGIO BORGES  
 JANETE DE SÁ  
 MARCOS GAZZANI  
 CARLOS CASTEGLIONE  
 CABO ELSON

**JUSTIFICATIVA**

Antônio Tarcísio Correia de Mello, reside no Estado do Espírito Santo há 8 anos. É professor universitário, já atuou com destaque na área de administração hospitalar, entre outros trabalhos desenvolvidos para melhoria do nosso Estado. Desenvolveu através de intercâmbio com o Governo Chinês, em visita técnica realizada naquele país, técnicas avançadas na área de planejamento estratégico; onde acabou por receber um convite do Prefeito da Capital do Estado para atuar como Secretário Municipal do Meio Ambiente. É membro do Conselho Fiscal da Fundação Passos Barros, que atua na área de saúde e educação e é também pastor atuante da Igreja Cristã Maranata.

**PROJETO DE LEI N.º 145/2003**

**DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DE COBRANÇA DE ICMS NAS CONTAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS ESTADUAIS A IGREJAS E TEMPLOS DE QUALQUER CULTO.**

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

**DECRETA:**

**Art. 1º** Fica proibida a cobrança de ICMS nas contas de serviços públicos estaduais – água, luz, telefone e gás – de igrejas e templos de qualquer culto, desde que o imóvel esteja comprovadamente na posse das igrejas ou templos.

**Parágrafo único.** Nos casos em que o imóvel não for próprio, a comprovação do funcionamento deverá se dar através de contrato de locação ou comodato devidamente registrado, ou ainda, da justificativa de posse judicial.

**Art. 2º** São definidas, para efeito do Artigo 1º, as contas relativas a imóveis ocupados por templos de qualquer culto, devidamente registrados.

**Art. 3º** Fica o Governo do Estado desobrigado a restituir valores indevidamente pagos até a data da vigência desta Lei.

**Art. 4º** Os templos deverão requerer, junto às empresas prestadoras de serviços, a imunidade a que têm direito.

**Art. 5º** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**ROBSON VAILLANT**  
**3º Secretário**

### JUSTIFICATIVA

Vendo que, as Instituições Religiosas vem prestando a este Estado um grande serviço social. Atuando, principalmente, junto a população carente. Abrandando nestas áreas, a violência latente que eclode em nosso Estado.

Sabemos que o Estado gasta hoje, com a segurança, uma quantia vultuosa e as instituições religiosas são uma grande parceira nesta luta, já que acolhe nos seus seios potências delinquentes, levando-o ao caminho do bem, e o Estado não gasta um centavo com elas.

Vejo que este projeto faz juz as estas instituições já que, sobrevivem com os poucos recursos oriundo de doações e ao meu ver, esta pequena contribuição do Estado não traria nenhum desequilíbrio financeiro, mais seria para estas instituições uma grande receita.

---

### PROJETO DE LEI Nº 300/03

Dispõe sobre a garantia de vagas nas escolas públicas estaduais de ensino fundamental e médio para filhos de bispos, pastores, missionários e sacerdotes de qualquer credo religioso

**Art. 1º** As escolas públicas estaduais de ensino fundamental e médio garantirão vagas para os filhos de bispos, pastores missionários e sacerdotes de qualquer credo religioso, quando transferidos no exercício de seu ministério.

**Art. 2º** As vagas ficarão asseguradas em qualquer época do ano letivo.

**Art. 3º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**ROBSON VAILLANT**  
Deputado Estadual

### JUSTIFICATIVA

Os bispos, pastores, missionários e sacerdotes deslocam-se seguidamente no território nacional. Nossa imensidão geográfica exige longas peregrinações. A evangelização pressupõe visitas, cultos, pregações e atendimento obstinado aos fiéis.

A transferência nos postos missionários implica também no acompanhamento dos familiares. Os filhos em idade escolar necessitam do apoio estratégico não só dos pais, mas também dos órgãos públicos para não interromper os estudos, uma vez que este é um direito assegurado em nossa Carta Magna, bem como na Constituição Estadual, Art.196 e seguintes. Temos recebido inúmeros pedidos, de diferentes recantos do Estado, para que as vagas nas escolas fiquem asseguradas. Assim como os militares, servidores públicos e diplomatas tem este direito garantido, também os ministros religiosos precisam ser atendidos neste sentido. É um grupo representativo que presta um trabalho relevante, silencioso e não está amparado pela legislação em vigor.

---

### PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 08/05

Dá nova redação ao inciso I do art. 235 da Constituição do Estado.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

### DECRETA:

**Art. 1.** O inciso I do art. 235 da Constituição Estadual passa a ter a seguinte redação:

“Art.1 235 - (...)

I – regime urbanístico através de normas relativas ao uso, ocupação e parcelamento do solo, e também ao controle das edificações, ficando dispensada a exigência de alvará ou de qualquer outro tipo de licenciamento para o funcionamento de templo religioso de qualquer culto e proibida limitações de caráter geográfico à sua instalação;”.

**Art.2.** Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

**Sala das Sessões**, em 15 de agosto de 2005

ROBSON VAILLANT  
 Deputado Estadual  
 EUCLÉRIO SAMPAIO  
 MARCOS GAZZANI  
 REGINALDO ALMEIDA  
 MARCELO SANTOS  
 EDSON VARGAS  
 GRACIANO SPÍNDULA  
 SÉRGIO BORGES  
 PAULO FOLETTI  
 JOSÉ TASSO  
 LUIZ CARLOS MOREIRA  
 SUELI VIDIGAL  
 FÁTIMA COUZI

---

**PROJETO DE LEI Nº 333/2007**

“FICA DECLARADO DE UTILIDADE PÚBLICA O “CONSELHO DE PASTORES E LÍDERES EVANGÉLICOS DE JERÔNIMO MONTEIRO - COPLEJEM”.

**Art. 1º** - Fica declarado de Utilidade Pública o Conselho de Pastores e Líderes Evangélicos de Jerônimo Monteiro - COPLEJEM;

**Art. 2º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 20 de agosto de 2007.

Robson Vaillant  
 Deputado Estadual

**JUSTIFICATIVA**

Esta entidade vem prestando um trabalho de assistência social relevante as pessoas menos favorecidas da cidade de Jerônimo Monteiro, afim de promover a cidadania através do desenvolvimento cultural, social e espiritual dos Pastores e Líderes Evangélicos e a ele filiados, dentre outros.

Juntando para tanto toda a documentação necessária para sua aprovação, conto com o apoio dos nobres colegas.

---

**PROJETO DE LEI Nº 332/2007**

“FICA DECLARADO DE UTILIDADE PÚBLICA A “OBRA SOCIAL EBENEZER”.

**Art. 1º** - Fica declarado de Utilidade Pública a Obra Social Ebenezer;

**Art. 2º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 20 de agosto de 2007.

Robson Vaillant  
 Deputado Estadual

**JUSTIFICATIVA**

Esta entidade vem prestando um trabalho de assistência social relevante as pessoas menos favorecidas da cidade de Vila Velha, afim de promover a cidadania através do desenvolvimento participativo, promoção gratuita na saúde, educação e bem estar social, dentre outros.

Juntando para tanto toda a documentação necessária para sua aprovação, conto com o apoio dos nobres colegas.

---

**PROJETO DE LEI Nº 007/2003**

DISPÕE SOBRE PROIBIÇÃO DE CLONAGEM HUMANA EM LABORATÓRIOS INSTALADOS NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO E DÁ OUTRAS PREVIDÊNCIAS

**A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

**DECRETA**

Art. 1º Os laboratórios instalados ou que vierem a se instalar no Estado do Espírito Santo, especializados em manipulação de embriões, ficam terminantemente proibidos de utilizarem suas instalações para desenvolverem a clonagem humana.

Art. 2º O controle será feito através da Secretaria de Estado da Saúde, cujas inspeções deverão ser realizadas bimestralmente.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18 de fevereiro de 2003.

**ROBSON VAILLANT**

### **JUSTIFICATIVA**

Com o advento da clonagem de embrião de animais, fato este fartamente divulgado na imprensa mundial, bem como, as notícias veiculadas nos diversos meios de comunicação sobre o nascimento de um ser humano clonado em Maimi, Estados Unidos da América, realizado pelo laboratório CLONAIID, de propriedade da Seita Raelianos, cujos integrantes acreditam serem os seres humanos, clones de alienígenas, me motivaram a apresentação da presente proposição, que visa coibir que tais atividades sejam desenvolvidas em laboratórios instalados ou que venham a se instalar no território capixaba.

A prática de clonagem humana fere os princípios cristãos de nosso povo, que tem em DEUS, seu único Criador.

Na certeza de acolhida favorável de V. Exa., aguardo deliberação favorável de meus Ilustres pares.

---